



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
GOVERNO REGIONAL

- Aos Senhores Deputados,
- As Comissões de Assuntos
Gerais, Política Geral e
Assuntos Parlamentares, Am-
biente e trabalho - Jora emi-
sões de Jovens Soc-
iais, até 2010.11.10.
- A Comissão de Economia,
Jora emiões de Relatórios Fi-
nanc, até 2010.11.18.

a) _____

b) _____

[Signature] 2010.11.02

PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

Plano Anual Regional para 2011

Nos termos das alíneas f) e h) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores o Governo Regional apresenta à Assembleia Legislativa a seguinte proposta de Decreto Legislativo Regional.

Artigo 1.º

É aprovado o Plano Anual Regional para 2011.

Artigo 2.º

É publicado em anexo ao presente diploma, dele fazendo parte integrante, o documento contendo o Plano Anual Regional para 2011.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Ponta Delgada, em 31 de Outubro de 2010.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	4023 Proc. N.º 107
Data:	010/11/02

O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL

[Signature]

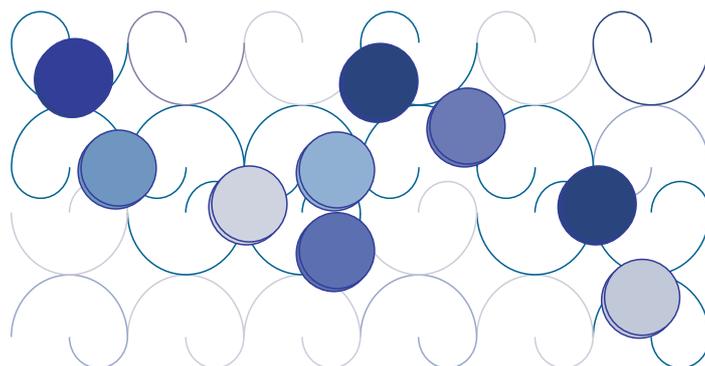
CARLOS MANUEL MARTINS DO VALE CÉSAR

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
Título: <i>Proposta Decreto Legislativo Regional</i>	
Plano Anual Regional para 2011	
Entrada nº	20/2010 de 010/11/02
Arquivo nº	102
O Responsável,	<i>[Signature]</i>
REGISTRAÇÃO	

(a) Departamento Governamental
(b) Direcção Regional



Região Autónoma dos Açores
Vice-Presidência do Governo
Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais



Plano Regional Anual 2011

Região Autónoma dos Açores

PROPOSTA

Aprovada no Conselho de Governo de 31 de Outubro de 2010

ÍNDICE

	Pág.
INTRODUÇÃO	
I - CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO	7
1. Economia Mundial	7
2. Economia Portuguesa	9
II - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO.....	11
1. Recursos Humanos.....	11
2. Aspectos Macroeconómicos	12
3. Indicadores de Actividade – Evolução Recente	17
III - PRIORIDADES E POLÍTICAS SECTORIAIS	19
1. Prioridades	19
2. Políticas Sectoriais.....	22
Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos.....	22
Promover o Crescimento Sustentado da Economia	28
Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social	35
Gerir com Eficiência o Território Promovendo a Qualidade Ambiental	42
Qualificar a Gestão Pública e a Cooperação	48
IV - INVESTIMENTO PÚBLICO	51
Dotação do Plano	51
Quadro Global de Financiamento da Administração Pública Regional.....	55
Investimentos da EDA.....	57
V - DESENVOLVIMENTO DA PROGRAMAÇÃO	61
VI - PROGRAMAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS DISPONÍVEIS PARA A REGIÃO.....	137
ANEXOS	155
Desagregação por Objectivo	
Desagregação por Entidade Proponente	
Desagregação Espacial	

INTRODUÇÃO

Com o Plano Regional para 2011 inicia-se o terceiro e penúltimo ano do ciclo de programação traçado para o quadriénio 2009-2012.

As propostas incluídas neste documento integram-se de forma articulada e coerente com a estratégia de desenvolvimento definida para o quadriénio, sem prejuízo de recolher algumas medidas adaptadas à actual envolvente externa.

Conforme a legislação aplicável, o Plano de 2011 compreende um primeiro capítulo onde se apresenta de forma sintética a envolvente socioeconómica internacional, do país e da Região à execução deste plano, um segundo capítulo com as principais prioridades de ordem geral e as linhas de orientação estratégica das políticas sectoriais a prosseguir no período anual, a programação desdobrada por programa, projecto e acção, os valores da despesa de investimento associada, com indicação dos montantes por ilha, e ainda um texto sobre programas e iniciativas com participação comunitária em vigor na Região.

I - CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO

1. ECONOMIA MUNDIAL

No ano de 2009, registaram-se quebras nas actividades produtivas em termos internacionais, mas situando-se a um nível global menos grave do que o inicialmente previsto.

Efectivamente, naquele ano, a evolução do agregado do Produto Interno Bruto a nível mundial traduziu-se na taxa média anual negativa de -0,6%, mas não atingindo a intensidade perspectivada há cerca de um ano atrás, quando se admitia a projecção de uma quebra de produção na ordem de -1,4%.

Evolução da Economia Mundial
Taxa de Variação, em percentagem

	2007	2008	2009	2010*
PIB Economia mundial	5,2	2,8	-0,6	4,8
Economias avançadas	2,7	0,2	-3,2	2,7
EUA	2,0	0,0	-2,6	2,6
Japão	2,3	-1,2	-5,2	2,8
Área do euro	2,6	0,5	-4,1	1,7
Economias emergentes e em desenvolvimento	8,3	6,0	2,5	7,1
Rússia	8,1	5,2	-7,9	4,0
China	13,0	9,6	9,1	10,5
Índia	9,3	6,4	5,7	9,7
Médio Oriente e Norte de África	6,3	5,0	2,0	4,1
Brasil	5,7	5,1	-0,2	7,5
Volume de comércio mundial de bens e serviços	7,2	2,9	-11,0	11,4
Economias avançadas				
Importações	4,7	0,4	-12,7	10,1
Exportações	6,2	1,9	-11,4	11,0
Economias emergentes e em desenvolvimento				
Importações	13,8	9,0	-8,2	14,3
Exportações	9,5	4,6	-7,8	11,9
Preços no consumidor				
Economias avançadas	2,2	3,4	0,1	1,4
Economias emergentes e em desenvolvimento	6,4	9,2	5,2	6,2
Preços internacionais de matérias-primas (dólares dos EUA)				
Petróleo (<i>brent</i>)	10,7	36,4	-36,3	23,3
Matérias-primas não energéticas	14,1	7,5	-18,7	16,8

* Projecções.

Fontes: Fundo Monetário Internacional, Outubro 2010.

A queda absoluta de produção foi significativamente condicionada pela redução no volume de comércio internacional de bens e serviços, na sequência da desaceleração iniciada em fase anterior nas economias avançadas. Já em 2007 o ritmo de crescimento das importações das economias avançadas não acompanhou o ritmo da produção económica mundial, situando-se, respectivamente, às taxas médias anuais de 4,7% e 5,2%.

De então para cá, à medida que o processo se foi difundindo e agravando através da acumulação da turbulência financeira com o colapso da Lehman Brothers em Setembro de 2008, o crescimento real da economia mundial foi ficando mais dependente dos factores internos às economias emergentes em desenvolvimento.

Entretanto, e depois do agravamento do ritmo recessivo no ano de 2009, os dados sobre a evolução intra-anual apontam no sentido da recuperação do comércio internacional e na produção da maior parte dos países, perspectivando-se já em 2010 indícios de retoma, com o comércio internacional a reocupar a condição de factor dinamizador da economia mundial.

As previsões apontam no sentido de que a retoma tem vindo a recuperar mais do que as estimativas projectadas, beneficiando da implementação de medidas de relançamento das economias e, por outro lado, favorecendo a inversão nas perdas de confiança.

A evolução dos preços integra-se nas dinâmicas das economias a nível internacional, confirmando aspectos de diferenças estruturais entre as economias avançadas e as emergentes em desenvolvimento e, também, aspectos de ritmo cíclico e conjuntural. Em 2009 a inflação média desceu, reflectindo a subutilização de capacidade produtiva, assim como a correcção descendente dos preços em matérias-primas. Todavia a evolução intra-anual dos preços voltou a registar índices crescentes, o que é compaginável com pressões decorrentes de retoma económica.

Margens reduzidas de intervenção e de regulação económica tradicionais, a par de certos desequilíbrios em mercados financeiros, apontam para a necessidade de assegurar condições de confiança nos mercados, com políticas de estabilização e consolidação de índole fiscal e financeira, a um nível de coordenação internacional de políticas com efeitos globais.

2. ECONOMIA PORTUGUESA

Depois da estagnação económica em 2008, traduzida numa taxa de variação média anual nula, a economia portuguesa entrou em recessão durante o ano de 2009, registando uma taxa média anual de -2,6%.

Esta evolução integra-se no quadro de deterioração da actividade económica a nível mundial e de crise nos mercados financeiros internacionais. Todavia, sendo certo que a recessão atingiu aquela taxa de -2,6%, é verdade que, por outro lado, a quebra de produção não assumiu a gravidade admitida dos cenários traçados pelas diversas instituições, cujas taxas ultrapassavam decréscimos de -3,0%.

Evolução da Economia Portuguesa
Cenário Macroeconómico

	2007	2008	2009	2010 (p)			
				MFAP	CE	BdP	OCDE
1. Despesa e PIB (variação em volume, em %)							
Consumo Privado	1,6	1,8	-1,0	2,0	1,0	1,8	1,5
Consumo Público	0,0	0,6	3,0	1,9	-0,3	1,5	-0,9
Investimento (FBCF)	3,1	-1,8	-11,9	-2,0	-4,2	-4,2	-5,4
Exportações	7,5	-0,3	-11,8	8,6	3,8	7,9	5,3
Importações	5,6	2,8	-10,8	6,7	1,1	4,2	1,9
PIB	1,9	0,0	-2,6	1,3	0,5	1,2	1,0
2. Preços (taxas de variação, em %)							
Deflator do PIB	3,0	2,0	1,2				
Taxa de Inflação (a)	2,5	2,6	-0,8	1,3	1,0	1,4	0,9
3. Emprego e desemprego							
Emprego Total (taxa de variação, %)	0,0	0,4	-2,4	-1,4			
Taxa de desemprego (%)	8,0	7,6	9,5	10,6	9,9	-	10,6
4. Administrações Públicas (% do PIB)							
Saldo das Administrações	-2,8	-2,8	-9,3	-7,3	-8,5	-	-7,4
Dívida Pública	62,7	65,4	76,1	82,4	85,8	-	-

Notas: (a) Variação média anual;

(p) previsões e estimativas:

MFAP – Ministério das Finanças e Administração Pública.

CE – Comissão Europeia, Previsões da Primavera.

BdP – Banco de Portugal, Boletim Económico.

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico.

Fontes: Ministério das Finanças e da Administração Pública, Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, Março 2010, Previsões Macroeconómicas actualizadas em 7 de Outubro de 2010 e Proposta de Orçamento de Estado para 2011.

Para este tipo de moderação geral contribuíram as diversas componentes da procura, exceptuando apenas a de exportações, particularmente para os mercados externos actualmente mais representativos. Mesmo a componente de investimento (FBCF), que se caracteriza por volatilidades maiores, registou uma quebra efectiva menor que a inicialmente projectada. A componente de consumo público assumiu a sua função própria de incentivo a condições estabilizadoras, tendo registado um acréscimo à taxa média anual de 3,0%.

Em termos da oferta, a recessão económica difundiu-se entre indústrias e serviços, mas atingiu de forma mais intensa as actividades produtivas de bens materiais e transaccionáveis, como é revelado por uma queda abrupta no índice de produção da indústria transformadora. Já no sector da construção observou-se uma redução mais moderada e a análise intra-anual permite mesmo observar um certo comportamento contra-cíclico, na lógica de efeitos da implementação de medidas de estímulo à economia.

O tipo e a intensidade de variação nas actividades económicas geraram e acentuaram efeitos em relação à capacidade produtiva instalada, implicando subutilização de recursos e favorecendo a redução de preços. Por exemplo, o volume de população activa empregue decresceu à taxa média anual de -2,4% e a desempregada atingiu a taxa média anual de 9,5%. Já a inflação, medida pelo IPC – Índice de preços no Consumidor, registou uma redução no índice médio de bens e serviços.

Nestes termos, verificou-se um aumento de nível vida médio da população activa empregue, cujo volume, todavia, diminuiu, engrossando o desemprego e, por esta via, o valor do agregado de rendimento disponível das famílias.

Tendo o consumo público crescido de forma significativa, como foi visto atrás, e, por outro lado, as receitas fiscais sido penalizadas por via da quebra nas actividades económicas, o Saldo das Administrações Públicas traduziu-se num défice de -9,3% do PIB e numa acumulação de Dívida Pública que atingiu 76,3% do mesmo PIB.

Em síntese, há dados que apontam no sentido de retoma económica, mas com forte grau de incerteza quanto à sua trajectória, sendo necessário gerir equilíbrios entre medidas de consolidação e de reorientação económica, com a finalidade de minimizar efeitos demasiado adversos ao próprio crescimento económico.

II. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO

1. RECURSOS HUMANOS

No ano de 2009, e segundo estimativas oficiais, a população residente nos Açores somava um total de 245 374 habitantes. Este número integra um acréscimo de 594 habitantes em relação ao ano anterior, correspondendo a uma taxa média de variação anual de 0,24%.

A variação global combina variações positivas, quer da componente natural (saldo fisiológico), quer da componente migratória, traduzindo-se cada uma em 353 e 241 habitantes, respectivamente.

Decomposição da Evolução Demográfica

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
População	240 024	241 206	242 241	243 018	244 006	244 780	245 374
Saldo natural	445	550	579	471	597	562	353
Saldo migratório	812	632	458	306	391	212	241

* Dados provisórios.

Fonte: INE, SREA.

A distribuição da população segundo os grandes grupos etários situa-se no âmbito de tendências de anos anteriores.

De facto, as estimativas apontam no sentido de uma concentração na pirâmide etária dos escalões de residentes com idade activa, não só pela progressão natural de elementos jovens, como também da agregação de novos elementos por via da atractividade revelada pelo saldo migratório. Todavia, esta componente estará sujeita a maior variabilidade por efeitos decorrentes de ciclos de evolução socioeconómica.

Já no grupo etário dos 0-14 anos evidencia-se a redução mais regular e progressiva de representatividade.

Estrutura Etária da População

	1991	2001	2007	2008	2009	%
0-14 anos	26,4	21,4	19,0	18,8	18,5	
15-64 anos	61,1	65,6	68,6	68,8	69,0	
65 e + anos	12,5	13,0	12,4	12,4	12,5	

Fonte: - INE.

2. ASPECTOS MACROECONÓMICOS

O Crescimento Económico

O valor preliminar de 3 395 milhões de euros do Produto Interno Bruto da Região Autónoma dos Açores em 2008 representa um crescimento à taxa média anual de 2,3% em termos reais.

A esta evolução correspondeu uma quota de participação no âmbito da economia portuguesa de 2,04 e um rendimento per capita de 13,9 mil euros, que representou 89% da média registada no conjunto do país.

Produto Interno Bruto - a Preços de Mercado

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
1. Açores	2 488	2 666	2 785	2 887	3 018	3 199	3 343	3 395
2. País	129 308	135 434	138 582	144 128	149 123	155 446	163 119	166 437
% (1/2)	1,92	1,97	2,01	2,00	2,02	2,06	2,05	2,04
PIB per capita (mil euros/hab.)	10,5	11,2	11,6	12,0	12,5	13,2	13,7	13,9

Unid.: Milhões de Euros

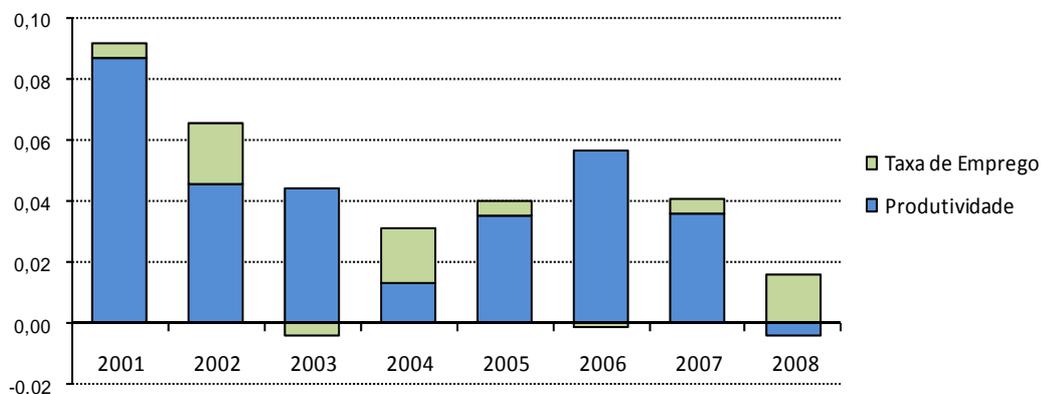
* Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

Analisando a evolução da riqueza através de componentes de crescimento, verifica-se que os dados apontam para uma alteração significativa durante o ano de 2008.

De facto, a desaceleração da produção face ao volume de população activa empregue reflectiu-se nos níveis médios de produtividade, ficando os acréscimos de produção global mais dependentes do volume de emprego.

Crescimento do PIB/Hab. e Componentes



A desaceleração económica ter-se-á repercutido de forma mais intensa em actividades produtoras de bens mercantis e transaccionáveis do que em serviços.

Efectivamente, e observando o quadro sobre o Valor Acrescentado Bruto por ramos de actividade, verifica-se que os serviços registam a maiores variações positivas.

VAB por Ramos de Actividades Económicas, (A6)

Actividades	Unid.: milhões de Euros							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
Primárias	295	311	313	323	321	316	318	276
Industriais e energia	193	216	232	248	265	289	313	317
Construção	166	172	161	173	162	164	174	173
Comerciais	484	517	544	569	594	628	653	679
Financeiras	325	332	371	373	406	424	445	494
Outros serviços	707	769	798	824	849	916	962	997
Total	2 170	2 317	2 419	2 510	2 597	2 737	2 865	2 936

* Resultados preliminares.
Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

Mercado de Emprego

No ano de 2009, a população activa na ordem de 120 mil indivíduos representa um crescimento de 2,3% em relação ao ano anterior. Sendo este ritmo de crescimento superior ao da população total, observou-se um maior grau de utilização dos recursos humanos, atingindo-se uma taxa de actividade de 49,1%, enquanto no ano anterior fora de 48,2%.

A participação da mulher no mercado de trabalho traduziu-se numa taxa de actividades de 39,7%, representando um acréscimo líquido significativo em relação à evolução média global.

Apesar da evolução positiva na capacidade de oferta líquida de emprego registou-se um acréscimo de desemprego: de facto, observou-se uma oferta efectiva de emprego maior, que se estima ter atingido 112 171 indivíduos; todavia o ritmo ainda mais intenso da procura implicou um maior desequilíbrio no mercado de trabalho, traduzindo-se numa taxa de desemprego de 6,7%, enquanto no ano anterior fora de 5,5%.

Condição da População Perante o Trabalho

	Nº Indivíduos						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
População Activa	105 099	108 586	109 773	111 755	112 159	117 582	120 290
Empregada	102 066	104 892	105 283	107 500	107 284	111 168	112 171
Desempregada	3 033	3 694	4 490	4 255	4 875	6 414	8 118
População Inactiva	134 440	132 583	131 873	130 956	131 222	126 540	124 904
Tx. de Actividade (%)	43,8	45,0	45,4	46,0	46,1	48,2	49,1
Tx. de Act. Feminina (%)	32,1	33,4	33,8	34,9	36,0	38,4	39,7
Tx. de Desemprego (%)	2,9	3,4	4,1	3,8	4,3	5,5	6,7

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Em termos da população inactiva continuaram a verificar-se as tendências anteriores, particularmente através da redução na componente classificada como doméstica e do aumento na de reformados.

Na componente residual e classificada de “Outra” encontra-se como parte representativa a população estudantil.

População Inactiva - %

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Domésticos	27,3	27,3	26,6	25,2	24,8	23,1	21,6
Reformados	16,4	15,8	16,0	17,4	17,6	19,8	20,2
Outros	56,3	56,9	57,4	57,5	57,6	57,1	58,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

O sector terciário tem revelado capacidade de gerar oferta de emprego líquida, não só como efeito significativo de serviços públicos, mas também através de diversos serviços comerciais.

No sector secundário registaram-se reduções líquidas de postos de trabalho, destacando-se de forma mais expressiva em actividades de construção.

O sector primário registou um decréscimo no último ano, mas integrando-se num patamar de relativa estabilidade, cuja grandeza se situa à volta de 12%.

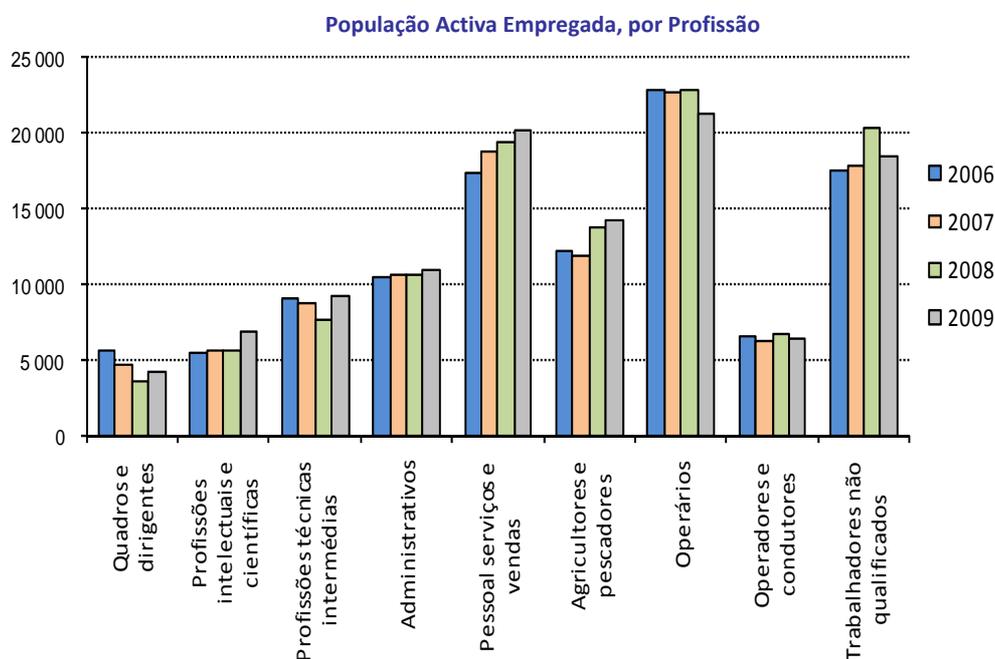
População Activa Empregada por Sectores de Actividade - %

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Sector Primário	12,8	12,5	12,4	12,4	12,0	13,1	12,7
Sector Secundário	28,2	26,4	25,4	25,9	26,8	26,7	24,4
Sector Terciário	59,0	61,1	62,2	61,7	61,2	60,2	62,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

O alargamento da população activa no sector terciário incorpora um processo de envolvimento de empregos em profissões mais exigentes em competências e habilitações.

Complementarmente, profissões de trabalhadores não qualificados, de operadores ou condutores e de operários registaram decréscimos em 2009. Aliás, o seu nível de emprego é mais condicionável pelos ciclos de actividade económica.



Observando a distribuição da população activa empregada segundo a situação na profissão, evidencia-se o predomínio e uma certa tendência ao reforço na categoria por conta de outrem.

Já dentro desta categoria sobressai a subcategoria de trabalhadores sem termo.

População Activa Empregada, por Situação na Profissão - %

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Conta de Outrem	75,6	78,0	78,1	78,4	78,5	78,6	79,1
Sem termo	57,7	60,3	62,2	63,1	62,5	62,1	62,2
Com termo	14,3	13,9	12,8	12,6	13,8	13,5	13,3
Outros	3,6	3,8	3,2	2,7	2,2	3,0	3,6
Conta Própria	21,8	19,9	19,9	19,4	19,1	19,9	19,4
Familiar e Outras	2,6	2,1	2,0	2,2	2,4	1,5	1,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

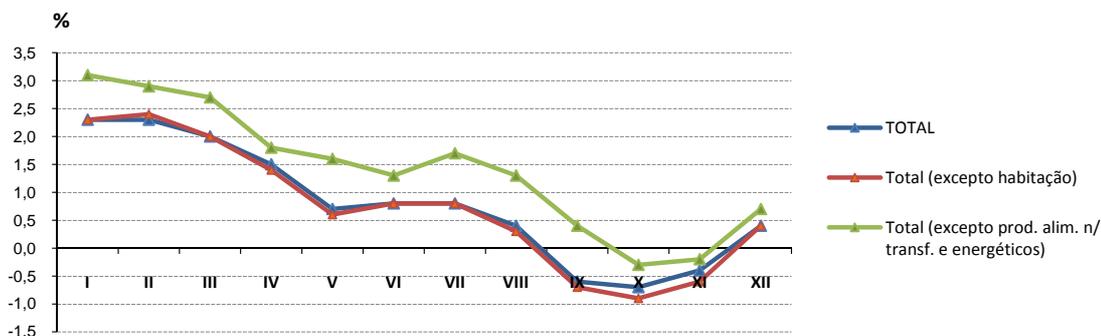
Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Preços no Consumidor

Em 2009, a evolução média dos preços no consumidor traduziu-se numa taxa de 0,8%, situando-se a um nível significativamente inferior ao de 3,5% do ano anterior. Esta evolução média correspondeu a um processo de desaceleração de preços que se acentuou por via da componente de produtos Alimentares não transformados e de Energéticos.

Efectivamente observando a evolução intra-anual, através das taxas de variações homólogas, verifica-se que as variações de preços seriam mais elevadas se se excluíssem do cabaz de produtos de referência os produtos Alimentares não transformados e os Energéticos. Neste caso a evolução média dos preços no consumidor atingiria 1,4%, em vez dos 0,8% referidos inicialmente.

Evolução de Preços no Consumidor



De qualquer forma, a evolução geral ao longo do ano de 2009 foi reveladora de uma tendência integrável num processo de desaceleração de preços.

Apenas os dados dos últimos meses parecem mostrar alteração naquela tendência, mostrando mesmo indícios no sentido da própria inversão.

3. INDICADORES DE ACTIVIDADE – EVOLUÇÃO RECENTE

Observando os indicadores simples de conjuntura, verifica-se que o ano de 2009 regista a maior frequência em quebras de actividade e com maiores graus de intensidade, enquanto os dados trimestrais mais recentes de 2010 revelam sinais de estabilização ou mesmo de retoma e aceleração de crescimento.

Efectivamente, os dados mais recentes já registam taxas de variação positivas ou, então, aparentam integrar-se em trajectórias com esse sentido.

Por exemplo, a evolução do número de licenças de obras atingiu o crescimento de 3,1% no 2º trimestre de 2010, como que confirmando uma inversão de ciclo ocorrida em 2009 e antecipando uma certa correlação com a oferta de cimento que, por definição, será mais coincidente com evolução efectiva das actividades económicas.

Indicadores Simples de Conjuntura

	2007 Δ %	2008 Δ %	2009 Δ %	1º Trim 2010 Δ %	2º Trim 2010 Δ %
Leite Entregue nas Fábricas (litros)	0,1	1,9	4,7	0,7	0,5
Pesca Descarregada nos Portos (mil toneladas)	33,9	-27,4	-18,1	-16,7	-23,8
Licenças de Obras (nº)	-11,2	-17,4	-35,2	-8,7	3,1
Oferta de Cimento (toneladas)	6,7	-9,1	-14,6	-2,8	-2,0
Consumo de Electricidade (GWh)	4,0	3,5	0,4	3,0	3,7
Dormidas na hotelaria (nº)	0,4	-4,8	-10,9	-8,3	-3,3
Venda de Automóveis Ligeiros Novos (nº)	-11,2	12,9	-26,1	61,2	35,0

Fonte: SREA, Boletim Trimestral de Estatística.

III PRIORIDADES E POLÍTICAS SECTORIAIS

1. PRIORIDADES

No passado ainda recente, de uma “bolha” no mercado imobiliário americano, evolui-se para uma crise financeira internacional, que se transformou em crise e estagnação agora ao nível económico, a que se juntou uma crise orçamental e de gestão de dívida pública a nível mundial.

É com uma envolvente externa com grande grau de incerteza que se enquadra o Plano Regional para 2011.

Na actual conjuntura e a com a antecipação do próximo período anual, as políticas públicas a prosseguir na Região têm uma função insubstituível de regulação e equilíbrio entre as propostas e objectivos de médio prazo, consagrados nas Orientações de Médio Prazo 2009-2012:

- Melhorar as qualificações e as competências dos açorianos
- Promover o crescimento sustentado da economia
- Reforçar a solidariedade e a coesão social
- Gerir com eficiência o território promovendo a qualidade ambiental
- Qualificar a gestão pública e a cooperação

A concepção e a execução do Plano para 2011 procura dar resposta ao momento actual no ciclo de desenvolvimento dos Açores e a um enquadramento externo incerto e ainda com algum grau de adversidade.

As políticas sectoriais terão por base prioridades claras no processo de afectação dos recursos disponíveis, com sinergias que ultrapassam a mera execução do investimento público e dos seus efeitos imediatos.

O equilíbrio das Finanças Públicas continuará a constituir-se como o suporte incontornável da acção governativa, incluindo, naturalmente, o investimento público.

Continuar-se-á a proporcionar níveis de confiança e estabilidade na acção dos diversos agentes económicos e sociais, sustentados numa intervenção pública estruturada e firme, minorando-se assim o ambiente e as dificuldades externas potencialmente indutoras de perturbação e instabilidade.

O reforço da competitividade das empresas açorianas será aposta renovada, em que a racionalização dos custos de produção, aliada a estratégias empresariais inovadoras, com a

facilitação de ambientes logísticos proporcionadores de economias externas, alcançará a actividade económica e a penetração das produções regionais nos mercados externos.

A diversificação da base económica regional é aposta segura, abrindo-se novas oportunidades, designadamente ao nível da economia do mar, mas também no apoio selectivo ao sector agrícola, com prioridade à exportação de produtos, no desenvolvimento de novos produtos, na inovação e desenvolvimento tecnológico, mantendo-se firme a aposta no desenvolvimento das energias renováveis, não só na produção de electricidade, mas também na sua penetração nos sectores da actividade económica.

Não só no mundo empresarial, mas também no que se relaciona com as famílias açorianas, será dedicada especial atenção à evolução do acesso ao crédito. No caso particular do impacto de algumas medidas nacionais restritivas e de contenção verificar-se-á um esforço de alguma compensação desses efeitos através de prestações sociais.

Estas prioridades sustentam as grandes linhas de força da intervenção do Governo em matéria de objectivos operacionais e sintetizam-se em:

- Manter o nível de ocupação da população activa, assegurando que as taxas de desemprego se mantenham dentro de parâmetros aceitáveis, inferiores ao que se vem observando no contexto nacional.
- Aprofundar o nível de selectividade, de rigor e de eficiência na afectação material dos recursos públicos, conjugando efeitos directos da sua aplicação com estratégias e resultados integrados em objectivos de desenvolvimento de médio prazo.
- Reforçar os instrumentos de apoio e de fomento de criação de valor e de emprego na Região por parte das empresas regionais, não só as dos sectores tradicionais, mas também as que se inserem em novas áreas e actividades, consolidado as estratégias do sector privado sustentadas na aceitação do risco, na competitividade das respectivas produções e na exportação para os mercados externos.
- Proceder já a partir de 2011, de forma mais consistente, ao reforço da coordenação entre as acções de promoção externa da região e dos seus produtos, acentuando também a sua interligação com as empresas açorianas, assegurando-se um esforço integrado de promoção dos produtos regionais e da gestão das dotações orçamentais previstas nas acções 7.3.5, 11.1.3, 9.4.2 entre outras.
- Consolidar elementos de discriminação positiva em políticas públicas, em parcelas do território regional com menor potencial, fomentando a coesão regional.
- Monitorizar a evolução da conjuntura social e económica e dos efeitos da envolvente externa, fomentando em paralelo acções de parceria estratégica entre os níveis da governação e os parceiros e actores sociais, em ordem a despistar situações de bloqueio ou

efeitos perversos, sociais e económicos, originados pela conjuntura e a evolução da envolvente ao território regional.

Pese embora ser possível, neste Plano, dar continuidade ao investimento público, com níveis muito próximos dos anteriores, face às opções do Orçamento de Estado, que influenciam negativamente a economia e o rendimento das famílias, serão privilegiadas as dotações financeiras em determinadas áreas, como as que detêm maior valor reprodutivo e efeitos na sustentabilidade económica e na competitividade das empresas açorianas e na criação de mais emprego, bem como reforçar as provisões para assegurar a protecção e a solidariedade social. Deste modo, face aos efeitos negativos de uma envolvente financeira desfavorável no quadro do OE, constitui-se como prioritário o apoio às empresas regionais, introduzindo, paralelamente, medidas compensatórias no Plano e no Orçamento da Região destinadas a apoiar as famílias. Serão, igualmente, reforçadas dotações para satisfazer compromissos presentes e futuros com instituições prestadoras de serviços na área social e outras destinadas a apoios eventuais a situações sociais e pessoais de emergência.

2. POLÍTICAS SECTORIAIS

- *Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos*

EDUCAÇÃO

As políticas educativas consubstanciam-se no Plano de Investimentos para 2011 através de uma contínua melhoria das infra-estruturas e equipamentos escolares, na formação profissional, no apoio social aos alunos, no desenvolvimento do ensino profissional, na consolidação do currículo regional da educação básica, na implementação de projectos pedagógicos e na avaliação do sistema educativo regional.

A qualidade do parque escolar continuará a merecer uma atenção especial do Governo Regional, destacando-se a construção, ampliação e requalificação de várias escolas em diferentes ilhas dos Açores. No que se refere às escolas do 1º ciclo do ensino básico, alguns destes investimentos serão realizados em colaboração com as autarquias.

O parque escolar continuará a ser dotado de novos equipamentos e materiais potenciadores de um processo de ensino e aprendizagem mais eficaz.

Mantendo uma clara aposta no desenvolvimento profissional dos recursos humanos, estabelecem-se prioridades no âmbito da formação dos professores, com destaque para os Novos Programas de Matemática, para as Orientações Curriculares das Línguas Estrangeiras, para a área curricular não disciplinar de Cidadania e para as tecnologias da informação e comunicação.

O apoio social aos alunos, importante estratégia para assegurar melhores condições educativas e de coesão social, continua a merecer especial atenção do Governo Regional.

No âmbito do alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, salienta-se a aposta no ensino profissional, como uma via importante para a motivação dos alunos para a formação e qualificação profissional.

Simultaneamente, procura-se criar condições para uma maior qualidade na educação básica através da implementação do Currículo Regional e de projectos pedagógicos importantes para todo o sistema educativo, como a Educação para o Empreendedorismo, a Educação para a Saúde, o projecto-piloto no âmbito do apoio educativo na educação pré-escolar e no primeiro ciclo - Intervir para Vencer e o Plano Regional de Leitura.

Destaca-se, ainda, o investimento em projectos inerentes à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação, em especial na implementação de um sistema centralizado de gestão, que será um instrumento fundamental para a agilização da comunicação entre a tutela e os serviços dependentes.

A avaliação externa das escolas, após a experiência piloto em 2010, arrancará em pleno para, em articulação com a avaliação interna, se constituírem como instrumentos potenciadores da qualidade do sistema educativo regional.

CULTURA

Em 2011, o Plano da Região Autónoma dos Açores no que respeita à Cultura prossegue a estratégia de qualificação da actividade e do património culturais como factores basilares de valorização da sociedade açoriana.

A gestão, preservação e valorização do património cultural nas suas várias expressões (quer material ou imaterial) e a renovação e a produção de novos bens culturais são parte estrutural das acções do Plano, bem como a formação de novos públicos e a interacção de iniciativas culturais com a Educação, o Turismo e o Ambiente.

São também prioridades o aumento da visibilidade das actividades culturais açorianas no País, na Europa e na Diáspora, o fomento da criação artística contemporânea, a dinamização da actividade cultural ligada ao sector audiovisual e às novas tecnologias e a introdução na Região de um maior contacto com as novas correntes estéticas internacionais nas suas várias expressões.

Dar-se-á continuidade à inventariação dos acervos culturais e artísticos da Região e à consolidação da rede de equipamentos para a prática cultural, cujo relevante investimento, em termos orçamentais, constitui um sinal inequívoco da importância da aposta na requalificação estrutural dos equipamentos para a cultura enquanto factores de dinamização da actividade e dos consumos culturais.

Neste domínio, concluir-se-á a nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo e dar-se-á início à construção do Arquipélago - Centro de Arte Contemporânea. A par destas obras prosseguir-se-á ao restauro e conservação ou reabilitação dos equipamentos culturais públicos, como o núcleo de Santo André, o antigo Hospital da Boa Nova em Angra do Heroísmo, a ampliação do Museu dos Baleiros, em simultâneo com as intervenções museográficas e de manutenção em todos os Museus da Região.

A requalificação do Museu de Santa Maria, com a criação de um pólo em Vila do Porto, as novas instalações do Museu Francisco Lacerda, na ilha de São Jorge, e a criação de um Museu da Autonomia no Palácio da Conceição, em Ponta Delgada, dão continuidade a este desígnio regional de preservação da memória e de aposta no futuro.

Em 2011 continuará o período de Comemorações do Centenário da República, com um vasto programa comemorativo em todas as ilhas, com especial relevância a reabilitação da Casa Manuel de Arriaga na ilha do Faial.

JUVENTUDE

Um dos objectivos estratégicos que tem vindo a ser desenvolvido pelo Governo dos Açores, através de diversos departamentos, passa pela criação de mais e melhores oportunidades para os jovens açorianos, de modo a poderem ter a oportunidade de realizarem os seus projectos nos Açores. Se, por um lado, esta dimensão é determinante para a definição das políticas públicas, em áreas como o emprego, a qualificação profissional, a educação, o empreendedorismo, também é certo que não se pode descurar a vertente da educação para a cidadania.

Os jovens açorianos são cidadãos do mundo e, como tal, devem estar devidamente conscientes que, quer o seu projecto de vida, quer a sua participação cívica não têm fronteiras. Deste modo, dar mais mundo aos jovens Açorianos é um dos vectores de desenvolvimento que reforçaremos no ano de 2011, devidamente conjugado com o investimento no aumento da participação cívica e com a promoção da açorianidade.

Contudo, os paradigmas actuais da nossa sociedade têm vindo a alterar-se com uma cadência cada vez maior. E, se a inovação deve ser, cada vez mais, algo muito presente na definição dos objectivos estratégicos das políticas públicas, duas áreas de intervenção devem ser reforçadas, não só por uma questão de cidadania, mas também por razões estratégicas: o voluntariado e o empreendedorismo.

Na base de intervenção dessas duas áreas está um conceito: iniciativa. O fomento da livre iniciativa, da criatividade e do empowerment junto da juventude açoriana é um passo que queremos aprofundar no ano que se avizinha.

Deste modo, destacamos a implementação do programa de educação para o empreendedorismo, que abrange jovens desde o 2º ciclo do ensino básico até ao ensino profissional; o programa de voluntariado, com uma componente internacional e a reformulação do programa de mobilidade Bento de Góis, que assumirá maior abrangência.

Por outro lado, continuar-se-á a desenvolver o esforço de renovar e reforçar os programas já existentes, em áreas importantes para os jovens, perante necessidades identificadas no actual contexto económico-social, procurando respostas conjuntas a toda a sociedade juvenil açoriana, residente, ou não, nos Açores.

EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O Plano para 2011 encontra-se em plena sintonia e numa lógica de viabilização das medidas descritas no Plano Regional de Emprego para os Açores para 2010 – 2015.

Pretende aquele Plano Regional de Emprego para os Açores ter uma intervenção central junto dos jovens em qualificação profissional inicial, insistindo em estratégias de preparação para a vida activa, factor essencial para a empregabilidade. Também, junto dos jovens, visa este Plano promover estratégias de transição para a vida activa, sobretudo junto daqueles que apresentam um percurso escolar menos próximo do tecido empresarial, com um objectivo claro: fazer com que os jovens cheguem ao mundo do trabalho com o máximo de possibilidades de emprego – nomeadamente com capacidades próprias de encontrar emprego, ou seja, ainda com maior empregabilidade, potenciando um melhor conhecimento do tecido empresarial.

Pretende aquele Plano, ainda, agir junto dos activos trabalhadores fazendo com que, através de uma qualificação mais adequada e mais próxima de novas competências, possam acompanhar a evolução dos processos e das organizações que hoje nos Açores vão exigindo um maior reconhecimento do profissionalismo.

É assim colocada, com ênfase, a questão da valorização e da validação e reconhecimento de competências que milhares de trabalhadores açorianos necessitam, assim como um leque de medidas que visam uma maior empregabilidade no sentido de criar uma maior capacidade própria em manter o seu emprego ou em mudar de emprego.

Também é pretensão deste Plano, especialmente:

Agir junto dos desempregados no acompanhamento para um emprego, na elaboração de Planos Pessoais de Emprego através de uma qualificação para uma maior empregabilidade, nomeadamente através do programa Reactivar, ou na colocação em programas de minimização dos efeitos sociais do desemprego;

Estabelecer condições para que os Serviços Públicos de Emprego possam caminhar para dar resposta em 100 dias aos desempregados inscritos;

Criar as condições de implementação de uma vigilância estratégica nas questões ligadas ao emprego e à qualificação profissional, em particular nas informações necessárias a ter em conta para o controlo do trabalho ilegal e trabalho precário, e do combate à precariedade;

Agir junto de uma franja importante de inactivos através da sua qualificação e da implantação de um certo número de iniciativas que visam uma maior atractividade do mundo do trabalho.

Não sendo a conjuntura actual no contexto nacional e internacional das mais favoráveis à actividade económica, desenha-se assim um pacote de medidas de carácter temporário e excepcional de modo a reforçar a capacitação das organizações e das pessoas para responder à sua maior fragilização face a este contexto, de modo a evitar algumas perturbações na

Economia Açoriana - trata-se sobretudo, no contexto actual, de transformar fragilidades dos desempregados em oportunidades de qualificação.

Decorre ainda da intervenção programada em matéria de emprego, quer a introdução, quer a continuidade de medidas de política de emprego que estimulem a procura de qualificações por parte do tecido empresarial, nomeadamente por via do reconhecimento do retorno económico empresarial em consequência da mobilização de certas competências para o seio das organizações.

DESPORTO

Para o ano de 2011 será dada continuidade à concretização dos objectivos de política de desenvolvimento desportivo da Região, expressos no Programa de Governo para a presente legislatura, salientando-se como principais linhas de orientação:

- A consolidação da democratização do acesso à prática de actividades físicas e desportivas, numa perspectiva associada à promoção da saúde e bem-estar dos cidadãos.
- O reforço dos níveis de investimento na requalificação e construção de instalações desportivas.
- A manutenção do apoio à expressão competitiva formal visando também a obtenção de resultados de excelência e procurando afirmar cada vez mais o desporto açoriano no contexto nacional e internacional.

Continuaremos a apoiar a formação dos agentes desportivos não praticantes e em particular o reforço da formação e qualificação desportiva dos nossos jovens, nomeadamente através das “Escolinhas do Desporto”; “Actividades de Promoção (sem enquadramento competitivo) formal”, “Desporto Escolar”, “Treino e Competição dos escalões de formação”, “Coordenadores da formação dos clubes”, “Desporto Adaptado”, “Açores Activos”, “Formação de Dirigentes Desportivos”, “Açores – Desporto Jovem”, “Prémio de excelência desportiva”.

No âmbito da vertente das infra-estruturas, e ao nível das que integram os Parques Desportivos de Ilha, destaca-se a 1ª fase da cobertura e requalificação do Estádio de S. Miguel. Serão também disponibilizados apoios ao movimento associativo desportivo ao nível da construção ou beneficiação de instalações, designadamente as cobertas, num contexto de oferta de espaços de prática, com qualidade.

De igual modo e sempre num ideal de melhoria serão concedidos apoios para a modernização e informatização, equipamentos e materiais desportivos, bem como aquisição de viaturas para transporte de atletas, a clubes e associações.

No âmbito do apoio ao desenvolvimento das actividades desportivas nas suas mais variadas vertentes merecerão destaque a continuação do desenvolvimento dos projectos nas áreas:

- Do apoio a clubes para a participação em quadros competitivos nacionais e internacionais, utilização de atletas formados nos Açores e prémios de classificação e contratação de técnicos;
- Do apoio às associações desportivas para o desenvolvimento das suas actividades competitivas de âmbito local, regional e nacional e ainda no suporte dos projectos específicos de alto rendimento, estrutura técnica associativa e formação dos diferentes agentes desportivos.

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Continuar a contribuir para o aperfeiçoamento tecnológico e melhoria de infra-estruturas dos Órgãos de Comunicação Social da Região e para a formação dos seus profissionais bem como para a difusão da realidade açoriana no exterior, em particular junto das comunidades.

Apoiar o desenvolvimento e melhoria do Serviço Público Regional de Rádio e Televisão.

Fomentar a realização de encontros, seminários e workshops auto-organizados por OCS da Região que incidam sobre temas como a modernização, publicitação, projecção no contexto regional e/ou nacional, financiamento, ou outros.

Promover o aprofundamento das relações político institucionais entre a Região e outras realidades regionais na Europa ou nos EUA, com incidência para a cooperação económico – comercial e com particular ênfase para os locais onde se encontrem comunidades açorianas.

Renovar as formas de comunicação entre a Administração Pública e o cidadão com base no Portal do Governo dos Açores.

- *Promover o Crescimento Sustentado da Economia*

AGRICULTURA E FLORESTAS

Convicto de que a actividade agrícola e pecuária nos Açores é determinante para o rendimento e bem-estar da população Açoriana, o Governo Regional dos Açores continuará a promover intervenções específicas para garantir a competitividade do sector agro-pecuário e a valorização do Mundo Rural, considerando estes dois aspectos como as duas grandes dimensões, que se complementam.

Em 2011 será dada continuidade às principais linhas estratégicas seguidas, tendo como grande objectivo transversal a todas as intervenções, a promoção da competitividade das empresas e dos territórios, de forma ambientalmente equilibrada e socialmente estável e atractiva.

Com esse fim pretende-se:

Continuar o reforço da modernização infra-estrutural e organizacional das fileiras do leite e da carne, assumindo-se estes como sectores essenciais da actividade agro-pecuária regional.

Assegurar a melhoria constante das infra-estruturas de base, com destaque para os laboratórios regionais de veterinária, de enologia e de sanidade vegetal, os parques de exposições agro-comerciais, a renovação e construção de matadouros, caminhos agrícolas e rurais, sistemas de abastecimento de água e energia eléctrica às explorações.

Manter uma estratégia de apoio ao investimento privado, ao rendimento e às organizações do mundo rural, com clara aposta na qualidade e na diversificação da economia rural.

Continuar a implementar medidas que garantam o melhoramento e a sanidade animal e vegetal, consubstanciadas em planos globais integrados de vigilância e controlo.

Assegurar a valorização e qualificação de conhecimentos de base, ao nível da formação, experimentação, divulgação e extensão rural.

Promover os produtos agro-pecuários, criando condições para a sua valorização e promovendo-os nos mercados externos à Região.

Assegurar a produção e o fornecimento de plantio para manutenção das áreas florestais e acções de florestação, no âmbito do Programa de Melhoramento Florestal dos Açores e dos Planos de Ordenamento da Floresta Açoriana, valorizando o uso múltiplo da floresta Açoriana.

ASSUNTOS DO MAR

O Mar dos Açores, com cerca de um milhão de quilómetros quadrados, possui uma área centenas de vezes maior que o território terrestre. Num contexto de ampliação da plataforma continental, tal como submetido pelo Governo da República à Organização das Nações Unidas, este rácio será ainda mais enfático e necessitando de uma gestão orientada e específica. Por outro lado, está consensualmente definido a nível internacional que o alto mar, progressivamente, terá de possuir normas de utilização e responsáveis pela sua implementação e gestão. Foi neste contexto que o Governo dos Açores propôs a classificação de diversas áreas do ambiente marinho em contexto do mar territorial, zona económica exclusiva e, com grande originalidade e ampla aceitação, já na zona de extensão da plataforma continental, ou seja, em águas internacionais. Todas estas áreas serão, a breve trecho, integradas no Parque Marinho dos Açores.

Em termos europeus, a publicação da Directiva Quadro sobre a Estratégia Marinha, com a definição do Bom Estado Ambiental do ambiente marinho e a introdução de acções para a sua monitorização e, nos casos necessários, a sua correcção, elevam os desafios para a uma gestão adequada desta enorme área a uma dimensão extraordinária. Cumulativamente, a obrigação de efectuar um Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo, que segue o espírito definido pelas normas internacionais, também justificam a existência de uma direcção regional autónoma e dinâmica. Acresce ao já referido que a Estratégia Nacional para o Mar, com os seus objectivos e metas implicam um acompanhamento permanente e uma dinâmica adaptação ao contexto regional.

É por esta razão que foram aglutinadas num novo Projecto do Plano de Investimentos todos os assuntos relacionados com a gestão marinha, incluindo assim também a gestão das zonas costeiras, incluindo a qualidade das águas balneares e as acções de educação ambiental, como o SOS Cagarro e o Festival Entre Mares.

Competirá a este serviço a execução de importantes infra-estruturas de protecção costeira, como a que se desenrola na Baía de São Lourenço da Ilha de Santa Maria. A definição e priorização da estratégia relacionada com o risco e conseqüente protecção da orla das ilhas dos Açores será uma responsabilidade deste novo serviço e que se reflectirá no Projecto 14.

Toda a acção planeada num ambiente de desenvolvimento sustentável, tal como sufragado pelos açorianos, implica haver um investimento acentuado em conhecimento. Assim, para além das actividades previstas no espírito do departamento do Governo Regional com competência para a Ciência e Tecnologia, dar-se-á sequência a programas de monitorização ambiental como o que diz respeito ao censo das aves marinhas. Alguns destes projectos, para além das componentes relacionadas com o conhecimento puro e a monitorização, contêm outras no âmbito da própria intervenção ambiental, como é o caso do projecto co-financiado pela União Europeia através do Programa LIFE+ “Ilhas Santuário”. Será integrado neste Projecto que será executada a participação regional no âmbito destas acções.

PESCAS

Executar acções de fiscalização e sensibilização dos pescadores em todas as ilhas dos Açores; acompanhar e intervir, no âmbito das instituições europeias, com vista à restauração do limite das 200 milhas para reserva da frota dos Açores; intensificar a investigação científica na ZEE dos Açores, através da celebração de protocolos de cooperação com o Centro do IMAR da UA para a gestão e exploração N/I “Arquipélago” e da L/I “Águas Vivas”, para além da promoção de projectos no âmbito do Programa Nacional de Recolha de Dados, Programa de Observação das Pescas dos Açores (POPA), avaliação dos mananciais de espécies demersais, de profundidade e de lapas, estudos da interacção dos cetáceos na pesca e estudos de viabilidade de aquicultura de cracas, ouriços e de lapas;

Manter o programa de investimentos nos portos de pesca demais infra-estruturas e equipamentos de apoio ao sector; designadamente o incremento das condições de armazenamento e conservação do pescado. Apoiar financeiramente renovação da frota de pesca, através da construção e modernização de novas embarcações, de forma a garantir melhores condições de segurança, habitabilidade e autonomia às embarcações de pesca dos Açores;

Atribuir uma compensação financeira aos armadores das embarcações da pesca local, registadas em portos da Região Autónoma dos Açores cujos equipamentos propulsores sejam exclusivamente por motores fora de borda a gasolina; atribuir uma ajuda regional ao escoamento dos produtos da pesca capturados pelas embarcações das ilhas da Coesão (Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo);

Promover a coesão social no âmbito da actividade da pesca por via da atribuição de apoios aos pescadores através do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores;

Reforçar a capacidade de intervenção das associações e organizações de produtores na gestão e no desenvolvimento sustentável do sector das pescas; promover o desenvolvimento da aquicultura; modernizar as unidades conserveiras e harmonizar os seus impactos no ambiente; realização de acções de formação profissional destinadas a profissionais da pesca em todas as ilhas do arquipélago.

COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Será prestada uma particular atenção à política de incentivos financeiros ao investimento privado, como instrumento privilegiado para fomentar um desenvolvimento económico sustentável a médio e longo prazo. Neste domínio, assume especial importância o SIDER – Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores, que envolve um vasto conjunto de medidas de apoio ao investimento nos sectores do comércio, indústria, turismo e serviços, proporcionando aos agentes económicos a obtenção de ganhos de produtividade e de

competitividade, e acelerando o processo de ajustamento da economia regional em direcção a novos perfis de especialização.

O desenvolvimento de diversas iniciativas de natureza legislativa, relacionadas com a regulação dos sectores do comércio e indústria, designadamente a revisão do regime de licenciamento da actividade industrial, a reformulação do regime de autorização prévia do licenciamento comercial, a introdução do regime de declaração prévia para a instalação dos estabelecimentos de restauração e bebidas, bem como a alteração do regime jurídico da revelação e aproveitamento de massas minerais, para além de outras medidas, vai favorecer um ambiente estimulante da eficiência empresarial. Aquelas alterações, que permitirão simplificar procedimentos, encurtar prazos de resposta e reduzir custos de contexto, enquadram-se num objectivo mais amplo e transversal relacionado com a desmaterialização de processos e desburocratização administrativa, traduzindo-se em ganhos de competitividade para os sectores de actividades abrangidos.

Proseguir-se-á com o objectivo de fomentar a competitividade externa da economia regional, atribuindo incentivos financeiros aos operadores económicos para a colocação dos produtos regionais nos mercados de destino, apoiando a constituição de parcerias comuns de distribuição, comercialização e promoção de produtos açorianos, ou promovendo a participação das empresas em feiras e outros eventos promocionais.

Pretende-se dar continuidade a iniciativas que contribuam para a promoção da qualidade dos produtos açorianos e a sua valorização junto do consumidor, nomeadamente através de programas que visam a segurança e a qualidade alimentar junto das empresas, com a colaboração das associações empresariais. Por outro lado, serão desenvolvidas acções de sensibilização dos agentes económicos para as vantagens decorrentes do Sistema Português da Qualidade, nos domínios da certificação, normalização e metrologia.

Dar-se-á seguimento aos processos de avaliação, caracterização e qualificação das águas minerais e termais, bem como dos recursos minerais não metálicos, tendo em vista maximizar a utilização desses recursos e contribuir para uma correcta integração dos mesmos nos instrumentos de ordenamento do território e protecção e recuperação ambiental.

No sector do artesanato, as principais prioridades serão o apoio financeiro no âmbito dos sistemas de incentivo em vigor, o desenvolvimento das empresas artesanais, a valorização das técnicas artesanais através da transmissão de saberes, a certificação da qualidade da produção e a divulgação e promoção do artesanato dos Açores.

Ao longo de 2011, serão também dinamizadas diversas iniciativas de fomento do empreendedorismo, particularmente junto dos mais jovens, com o objectivo de incrementar uma nova cultura empresarial, baseada no conhecimento e na inovação. O Empreende Jovem – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo, recentemente reformulado, vai seguramente contribuir para a renovação do tecido produtivo e para a concretização de iniciativas empresariais de carácter inovador.

Será mantida a concessão de apoios no âmbito do micro crédito, promovendo-se a integração no sistema económico de pessoas em situações particulares de desfavorecimento social, contribuindo-se deste modo para uma maior coesão económica e social.

De destacar, ainda, a actividade da APIA – Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E.P.E., que tem por missão promover activamente a captação de projectos de investimento de capitais externos à Região, nacionais ou estrangeiros, apoiar a realização desses projectos e contribuir, junto de potenciais investidores, para a identificação e divulgação das oportunidades de investimento nos Açores, bem como a implementação de um fundo de capital de risco, enquanto instrumento de financiamento empresarial, especialmente vocacionado para apoio às pequenas e médias empresas nas fases iniciais do ciclo de vida e aos projectos de investimento com forte cariz inovador.

TURISMO

Proseguir-se-á a sustentabilidade do sector do turismo apostando na qualificação da oferta e na ampliação da procura turística externa, em estreita concertação da actuação das entidades públicas e privadas., tendo em vista um envolvimento harmonizado em diferentes domínios (ambiente, ordenamento do território, transportes, festividades, segurança, qualificações, entre outras), uma efectiva aproximação às comunidades locais e a sua adequação às conjunturas internacionais, nacionais e regionais, assim como às novas tendências da procura.

Continuar-se-á a apoiar, quer no mercado nacional quer nos mercados internacionais considerados prioritários, a realização de acções que permitem dar maior visibilidade ao destino, nomeadamente a realização de campanhas publicitárias multimédia, a participação em feiras e noutros eventos de promoção turística que atraem grande número de participantes, a organização de viagens de familiarização e a realização de visitas educacionais para jornalistas, fotógrafos, equipas de televisão, escritores de guias.

Tendo em vista o aumento dos fluxos turísticos, bem como a permanência e o gasto médio dos turistas nacionais e estrangeiros, pugnar-se-á pelo desenvolvimento das acessibilidades aéreas e marítimas e continuar-se-á a realizar acções de prospecção em diversos mercados no sentido de atrair para os Açores novas operações. Simultaneamente, será feito um acompanhamento quer do mercado nacional, quer dos mercados com os quais os Açores têm já relações, nomeadamente o Continente, a Escandinávia, a Alemanha, Reino Unido, a Holanda, a França, Itália, os EUA e o Canadá.

Nesse âmbito, avaliar-se-ão as possibilidades de crescimento face à oferta específica da Região e, com o intuito de diversificar e aumentar a procura turística, continuar-se-á a estudar novos mercados que demonstram já algum interesse pelos Açores, nomeadamente a Polónia e a República Checa.

Com vista a aumentar a notoriedade do Destino Açores, a reduzir a sazonalidade, a revelar os Açores mais activos, dinâmicos e experienciais, através da diferenciação e da diversificação da

oferta, a captar targets em cada mercado com maior potencial spending, será desenvolvida uma campanha de publicidade de grande dimensão, envolvendo cinco mercados num total de oito países, nomeadamente: Suécia, Noruega, Dinamarca, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos da América, Canadá e Portugal Continental. Esta campanha será desenvolvida em parceria com a ATA – Associação de Turismo dos Açores. Promover-se-á, também, a progressiva profissionalização das entidades com responsabilidades na promoção externa.

Tendo em vista a consolidação dos produtos turísticos elencados no Plano de Marketing serão desenvolvidas acções visando essencialmente os mercados emissores com forte apetência para os produtos de mergulho, observação de cetáceos, vulcanismo, percursos pedestres, golfe e meeting industry.

Será estimulada a hospitalidade e a identidade turística regional mediante a prestação de serviços de informação turística, a produção de materiais de promoção e informação turística, nomeadamente folhetos genéricos em diferentes idiomas, livros promocionais, DVD, cartazes, enquanto suportes fundamentais para a realização de acções promocionais nos mercados externos.

Continuar-se-á a apoiar o investimento no sector com condições mais favoráveis para o investimento privado, através do SIDER – Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento Regional, e apoiar-se-á o desenvolvimento de acções e eventos de animação e promoção turísticas por parte dos agentes económicos do sector, através dos incentivos financeiros concedidos ao abrigo do Subsistema para o Desenvolvimento do Turismo, assim como a concessão de incentivos financeiros a associações e entidades afins para o desenvolvimento de planos de promoção e animação.

Assegurar-se-á o apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento de investimentos estratégicos no sector do turismo, celebrando-se contratos-programa com interesse para o desenvolvimento do turismo nos Açores, como forma de estruturar a colaboração entre a Região e as entidades privadas que com ela pretendam cooperar na prossecução daquele objectivo, com planos de acção que promovam o Destino Açores ou os diferentes produtos turísticos nos mercados nacional ou internacional de forma coerente e integrada, desenvolvam a formação de activos em áreas relevantes para a actividade turística nos Açores ou visem o estudo, a monitorização e o acompanhamento do desenvolvimento da actividade turística dos Açores ou concorram para a criação de uma oferta estruturada da animação ou oferta turística.

Incentivar-se-á a competitividade do sector, valorizando-se os serviços, a inovação e a criatividade e apoiando-se iniciativas formativas de forma a dotar os profissionais do turismo de melhores e mais adaptados conhecimentos.

Divulgar-se-á junto dos agentes económicos, legislação específica do sector e promover-se-á a sua aplicação na Região, como por exemplo o diploma que estabelece as condições de acesso e de exercício da actividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-

turísticos e o novo Regime Jurídico dos Estabelecimentos Turísticos, dando-se continuidade ao programa de auditorias para reclassificação de todos os empreendimentos existentes.

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

A melhor estratégia de desenvolvimento sustentável para os Açores está ligada ao reforço das capacidades regionais nos domínios do conhecimento.

O desenvolvimento científico e tecnológico ocupa, assim, um lugar central nas organizações e na construção de modelos organizacionais e operativos da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Na Região Autónoma dos Açores, a tarefa da dinamização estratégica das orientações governamentais, nesta matéria, é cometida à Direcção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações que, em sintonia com todas as outras linhas de acção governativa, tem a competência de apoiar o desenvolvimento do potencial científico e tecnológico regional, em termos de recursos materiais, humanos e intelectuais, através da promoção da investigação aplicada e do desenvolvimento experimental em áreas de manifesto interesse da Região.

O Programa Ciência, Tecnologia, Sistemas de Informação e Comunicações integra um conjunto de Projectos, Acções e Medidas articuladas e direccionadas para questões correlacionadas com o potencial científico e tecnológico regional que promovem e estimulam a criação e manutenção de instituições e instrumentos, destinados a atender à procura na área das tecnologias, numa tentativa de associar o desenvolvimento no campo científico e tecnológico; garantem a formação de especialistas e a internacionalização de investigadores nas áreas estratégicas para o desenvolvimento da Região; promovem medidas de incentivo para a cooperação entre unidades de investigação e empresas, conducentes à modernização de processos, à optimização de recursos e ao aumento da produtividade com controlo de qualidade; fomentam a divulgação da cultura científica e o ensino experimental das ciências; promovem o desenvolvimento e a dinamização de plataformas integradas de serviços e a divulgação de informação de utilidade pública, com recurso a ferramentas de personalização e comunicação directa; garantem a consolidação e a continuidade da reforma administrativa apoiada em políticas de desenvolvimento do sector dos sistemas de informação; garantem a continuidade e o apoio às estratégias de desenvolvimento tecnológico educacional, ao nível da qualificação humana, social, cultural e económica, numa perspectiva de optimização e de rentabilização dos recursos disponíveis.

- *Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social*

SAÚDE

Assegurar o desenvolvimento das infra-estruturas e sistemas de saúde, nomeadamente dar início à construção dos novos Centros de Saúde da Madalena e Ponta Delgada, continuação da Empreitada do Novo Centro de Saúde da Graciosa e do Bloco C do Hospital da Horta;

Continuação da construção do Novo Hospital da Ilha Terceira e início da construção do Centro de Radioterapia dos Açores;

Continuar a aperfeiçoar as políticas de promoção da saúde e prevenção da doença, nomeadamente através da prossecução do Plano Regional da Saúde e respectivos Programas Regionais já aprovados, da participação em eventos e da promoção de campanhas.

Prosseguir com projectos de implementação e operacionalização da melhoria de acessibilidades ao Serviço Regional de Saúde consolidando o projecto do “Enfermeiro de Família” e melhorando o funcionamento da Linha de Saúde Açores.

Dar continuidade ao Plano Regional de Vacinação

Continuar com o projecto do vale saúde.

Prosseguir com as políticas de Saúde Materna, Planeamento familiar e Incentivo à Natalidade, designadamente através da procriação médica assistida.

Continuar, sempre que possível, e em colaboração com as Autarquias Locais, a implementação de Casas Mortuárias junto às populações;

Equipar os actuais e novos serviços com os equipamentos e tecnologia necessários a uma integração harmoniosa compatível com o SIS-ARD, procedendo à substituição de equipamentos obsoletos e promovendo as aquisições essenciais para colmatar carências de modo a que a evolução de cada serviço possa ser a mais adequada e eficaz na resposta às necessidades dos utentes;

Completar a informatização base do Sector na Região – Sistema de Informação da Saúde -SIS – ARD), com vista à evolução da qualidade do Serviço Regional de Saúde, colocando em funcionamento e em rede todas as Unidades de Saúde garantindo a evolução simultânea e os níveis de eficiência operacional das diversas unidades que o compõem;

Apoiar instituições do Serviço Regional de Saúde e pessoas colectivas, públicas ou privadas, para o desenvolvimento de projectos no domínio da saúde.

Aprofundar as parcerias com as regiões ultraperiféricas através de fundos comunitários e reforçar a capacidade de intervenção em sede de emergência médica, nomeadamente dando continuidade à implementação do Programa Regional para a Utilização de DAE por Não Médicos e de Acesso Público à Desfibrilhação.

Prosseguir com a implementação de programas de qualidade, certificação e acreditação dos serviços de saúde com vista a introduzir melhorias de qualidade na prestação de cuidados de saúde, assim como proporcionar o aumento da qualificação dos profissionais que desempenham funções na área.

Atribuir bolsas de estudo, executar o programa de formação para profissionais de saúde e apoiar a realização de encontros, seminários e jornadas de saúde e outras formas de actualização profissional.

Iniciar a construção de uma unidade juvenil de tratamento e reabilitação em S. Miguel.

Continuar a execução do Plano Regional de Prevenção e Combate às Dependências, fomentando as Estratégias Locais de Inserção, em que os recursos existentes ao nível local são mobilizados num esforço organizado entre os vários parceiros locais, para a implementação de respostas integradas com os vectores ou áreas da Redução de Procura, Prevenção, Dissuasão, tratamento, Redução de Riscos e Minimização de Danos e Reinserção.

Consolidar a descentralização do tratamento de substituição opiácea, e melhorar a qualidade do tratamento e aproximá-lo do cidadão e da sua comunidade, facilitando também o processo de integração e reinserção;

Dar continuidade à prevenção, realizada pelas Comissões de Dissuasão da Toxicodependência;

Reforçar os acordos de cooperação com a Instituições que desenvolvem acções e projecto no âmbito da Prevenção, Dissuasão, tratamento, Redução de Riscos e Minimização de Danos e Reinserção;

Prosseguir e difundir os programas de prevenção em meio escolar e extra-escolar, e de intervenção específica em zonas de risco;

Implementar padrões de procedimentos e aperfeiçoar a estrutura de monitorização das dependências;

Continuar com o projecto de Implementação e Operacionalização da Rede de Cuidados Continuados e Paliativos;

Promover parcerias, com IPSS, ONG e Outras, através do estabelecimento de protocolos, de investigação e desenvolvimento, com Universidades, hospitais e institutos públicos, no sentido de articular e racionalizar os recursos e meios existentes.

SEGURANÇA SOCIAL

As acções preconizadas no Plano de 2011 mantêm a forte aposta no desenvolvimento de estruturas basilares ao suporte e prevenção do risco social, na dinamização de medidas de apoio e combate ao isolamento e nas respostas integradas de apoio à família e comunidade.

Estas acções, que estão agrupadas em quatro grandes áreas: idosos, infância e juventude, públicos com necessidades especiais e família, comunidade e serviços, visam principalmente:

Idosos

Alargar e qualificar a rede de equipamentos e serviços de apoio social para idosos, criando novos lares e remodelando os existentes, e dotando-os de condições técnicas e de conforto que garantam a adequabilidade às diferentes necessidades gerontológicas;

Reforçar as respostas de apoio alternativo à institucionalização, promovendo e apoiando a permanência de idosos em sua casa com o auxílio dos serviços de apoio domiciliário, centros de dia e centros de noite;

Atribuir apoio directo aos pensionistas, melhorando o seu bem-estar social, através da comparticipação à aquisição de medicamentos (COMPAMID) e do aumento da capacidade de resposta ao nível da Rede Regional de Cuidados Continuados integrados.

Infância e Juventude

Alargar e qualificar a rede de equipamentos e serviços de apoio social na área da Infância e Juventude, com especial relevo para respostas dirigidas á primeira infância, destacando-se a construção de novas creches em áreas populacionais em crescimento e com baixa cobertura ao nível dos equipamentos, providenciando-se paralelamente melhorias num conjunto de serviços sociais, com intervenção no âmbito da prevenção dos factores de risco, na promoção e protecção das crianças e contribuindo para a facilitação e estabilidade das famílias jovens.

Públicos com Necessidades Especiais:

Continuar o alargamento da rede de centros de actividades ocupacionais aos núcleos concelhios de maior densidade populacional e que possibilitam a gestão e rentabilização de outros serviços já concentrados na comunidade;

Constituir novas residências para apoio à pessoa com deficiência, garantindo-se as condições básicas de suporte aos próprios e aos familiares cuidadores.

Família, Comunidade e Serviços

Promover uma política de acção social descentralizada e territorializada no âmbito das respostas às pessoas às famílias e aos recursos locais;

Intensificar a qualidade do atendimento ao cidadão através da continuação da modernização dos serviços da segurança social.

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Um dos pilares fundamentais para a coesão social e o desenvolvimento sustentável é a promoção de todos os aspectos da Igualdade de Oportunidades.

Fomentar e apoiar estratégias que promovam a Igualdade de Direitos, de Representação, de Reconhecimento e de Respeito, que ofereçam a todas as pessoas, independentemente do sexo, origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade e orientação sexual, oportunidades iguais, é o caminho certo para a construção de uma Região mais justa, mais solidária, mais rica em valores humanos.

Nesta medida, e assegurando a continuidade das acções iniciadas em 2009, o Plano de 2011 contempla, no âmbito do Projecto Igualdade de Oportunidades:

Promoção da Transversalidade do princípio da Igualdade de Oportunidades para Todos

Prosseguir a implementação e disseminação do Plano Regional para a Igualdade de Oportunidades;

Implementar o Programa Família, Escola e Comunidade - Berços da Cidadania e Igualdade de Oportunidades;

Implementar o Conselho Regional para a Igualdade de Oportunidades;

Apoiar instituições para a manutenção dos Centros de Informação e Acompanhamento das Políticas de Igualdade;

Promover e apoiar acções de sensibilização, formação, informação, divulgação e certificação de boas práticas no combate à discriminação e promoção da Igualdade de Oportunidades;

Realizar ou apoiar estudos, projectos, conferências, acções de cooperação e intervenção tecnológica no âmbito da transversalidade do princípio da Igualdade de Oportunidades para Todos.

Disseminação da perspectiva da Igualdade de Género e promoção de medidas facilitadoras da conciliação da pessoal com a vida profissional

Desenvolver, certificar e apoiar entidades privadas na promoção de medidas e acções facilitadoras da conciliação da vida pessoal com a profissional;

Promover e apoiar acções de sensibilização, formação e informação potenciadoras do mainstreaming da perspectiva de género;

Realizar ou apoiar estudos, projectos, conferências e acções de cooperação e intervenção tecnológica com o objectivo de implementar os Planos da Igualdade na Administração Regional, Local e nas entidades privadas;

Combater e prevenir a violência e atitudes discriminatórias

- Implementar e acompanhar o Plano Regional de Prevenção e Combate violência doméstica;
- Promover e apoiar acções de sensibilização, formação, informação, divulgação e certificação de Boas Práticas;
- Apoiar e alargar as estruturas de apoio, prevenção e acolhimento para vítimas de violência (mulheres, crianças e idosos) e serviços de proximidade de atendimento às vítimas;
- Implementar o Serviço de Teleassistência a vítimas de violência;
- Criar o Programa de Reabilitação de Agressores Sexuais;
- Realizar ou apoiar estudos, projectos, conferências e acções de cooperação e intervenção tecnológica na área do combate e prevenção da violência e atitudes discriminatórias;
- Apoiar acções na área da Formação e do Emprego Protegido e promover competências para a empregabilidade para vítimas de violência e mulheres em situação de risco;
- Alargar e potenciar o Programa de Suporte Socioeconómico a vítimas de violência;
- Alargar e potenciar o Programa de Reabilitação de Agressores Conjugais - Contigo;
- Asseverar e potenciar a Linha de Informação contra a discriminação e violência.

Igualdade de Oportunidades para pessoas com deficiência

- Implementar ou apoiar acções de sensibilização, formação, informação para os direitos e certificação de boas práticas;
- Realizar estudos, projectos, conferências, acções de cooperação e intervenção tecnológica na área da Igualdade de Oportunidades para pessoas com deficiência;
- Apoiar a implementação de melhorias nas edificações para promover as acessibilidades;
- Desenvolver e apoiar acções na área da formação e emprego protegido e promoção de competências para a empregabilidade; Implementar ou apoiar acções, estruturas e equipamentos facilitadoras da promoção da Igualdade de Oportunidades e prevenção e combate à discriminação para pessoas com deficiência;
- Desenvolver e apoiar acções promotoras do acesso à cultura, desporto e lazer;
- Desenvolver e acompanhar o Programa Casa para Todos;
- Desenvolver e acompanhar o Plano Regional de Acessibilidades.

Potenciar a inclusão social e conseqüente mobilidade social de grupos mais vulneráveis à exclusão

Desenvolver e acompanhar o Programa de Suporte Psicossocial e Socioeconómico a pessoas em grave situação de exclusão;

Apoiar acções na área da Formação e promoção de competências para a empregabilidade;

Apoiar a criação ou melhoria de estruturas e acções facilitadoras do atendimento aos públicos mais vulneráveis.

HABITAÇÃO

É preocupação do Plano para 2011 continuar a melhorar as condições habitacionais das famílias açorianas no contexto da política social de habitação do Governo Regional dos Açores e de salvaguarda e valorização patrimonial, assegurando a memória do edificado e a sua evolução, dentro de uma visão que é tornar os Açores uma Região de referência em matéria de Habitação Social.

Em termos estratégicos, assumem-se com a maior importância para o desenvolvimento e consolidação das orientações políticas regionais da área da habitação, os seguintes pontos:

Reforçar a melhoria de condições de vida dos agregados familiares, promovendo a coesão social da Região Autónoma dos Açores (reforço dos apoios à aquisição de habitação, à recuperação do parque habitacional existente);

Dinamizar o mercado de arrendamento através da operacionalização do programa “Famílias com Futuro” com o objectivo da resolução de situações de carência habitacional através do incentivo ao arrendamento de prédios ou de fracções autónomas e do subarrendamento de imóveis em regime de renda apoiada;

Incentivar a recuperação do edificado quer público quer privado, tendo em vista reabilitar os núcleos urbanos e promover a sua sustentabilidade social e ambiental, bem como implementar o novo regime de apoios financeiros dirigido aos imóveis infestados pela praga das térmitas;

Contribuir para o ordenamento harmonioso e sustentável do território da Região, promovendo a requalificação urbana dos loteamentos promovidos pela Região e aplicando as orientações ambientais e de eficiência energética;

Promover o princípio da discriminação positiva dirigido aos territórios e às populações mais desfavorecidos que lhes permita atingir um nível de desenvolvimento integrado; e

Actualizar e desenvolver os indicadores de recenseamento habitacional e social dos agregados familiares com necessidades especiais através do Observatório Regional da Habitação.

Todas estas estratégias de intervenção têm subjacente uma resposta social integrada, que se reflecte na melhoria das condições de vida e nos hábitos e competências das populações mais desfavorecidas, jovens e famílias monoparentais.

Para 2011, pretende-se dar continuidade às políticas em curso, dando-se especial ênfase à:

Promoção empresarial de habitação em regime de custos controlados através dos Contratos de Desenvolvimento para a Habitação (CDH's);

Reforço dos apoios à aquisição, construção e recuperação de habitação própria permanente;

Dinamização do incentivo ao arrendamento destinado responder a novas necessidades habitacionais e a dinamizar o mercado urbano;

Estimulo do arrendamento e subarrendamento, em regime de renda apoiada, como alternativa de resposta ao realojamento das famílias em situação de grave carência habitacional, pela via da aquisição ou construção;

Requalificação do património erigido e reforço, em articulação com os restantes organismos do Governo, dos apoios no combate à infestação das térmitas e no controlo da praga;

Promoção da gestão do património da Região afecto à habitação, bem como implementação de acções de formação que contribuam para o cumprimento dos contratos estabelecidos e para a salutar convivência em regime de condomínio;

Desenvolvimento de estudos e intercâmbio de experiências com vista a propor medidas de melhoria nas áreas de habitação e reabilitação urbana; e

Melhoria da proximidade e da resposta ao cidadão através da utilização das TIC's e da descentralização da rede atendimento.

- *Gerir com Eficiência o Território
Promovendo a Qualidade Ambiental*

AMBIENTE

Ambiente, Ordenamento do Território e Recursos Hídricos

Os grandes problemas ambientais do mundo estão relacionados com a sobre-exploração de recursos, com a erosão do solo, com a poluição atmosférica, com a falta de água potável, com a perda de biodiversidade, com a proliferação de organismos invasores e com as alterações climáticas globais. Junto da opinião pública, a visibilidade que este último tema tem merecido acaba por ofuscar os restantes, sendo que, alguns destes, no caso particular do arquipélago dos Açores, têm resultados mais intensos, mais profundos e perenes. Assim, assiste-se nos Açores a uma enorme necessidade de actuar na área da gestão de resíduos, no combate à flora invasora e na restauração da eficiência ecológica dos sistemas naturais. Para que haja compreensão e solidariedade dos cidadãos e contribuintes na generalidade, é necessário mantê-los informados e proporcionar um contexto participativo.

O X Governo dos Açores, através do seu Plano de Acção, definiu como áreas fundamentais para o Ambiente a Gestão de Resíduos, o Combate aos Organismos Invasores e a Recuperação dos Mananciais de Água.

Em termos estratégicos, nas áreas de competência da Direcção Regional do Ambiente, apenas se podem debelar os temas referidos anteriormente se existir uma actuação simultânea em temas relacionados com o Ordenamento do Território, a Conservação da Natureza, os Recursos Hídricos, incluindo a respectiva monitorização, a Avaliação Ambiental em termos gerais, os Resíduos e com a Promoção Ambiental.

Neste momento, para neutralizar a carência de gestão efectiva e adequada dos resíduos e responder aos desígnios comunitários, é necessário efectuar investimentos de várias dezenas de milhões de euros.

Por outro lado, séculos de uso abusivo dos terrenos agrícolas e de recreio no arquipélago, conduziram à existência de cerca de 370 espécies de plantas naturais e mais de mil exóticas. Esta pressão, sob pena de se perder património insubstituível, carece de acções vigorosas de combate às piores espécies exóticas (invasoras) e recuperação dos habitats naturais. Para além dos efeitos perversos directos (perda de biodiversidade), existem consequências indirectas ao nível redução da eficiência do funcionamento dos ecossistemas o que, por sua vez, tem implicações a diversos níveis, como seja a falta de mananciais de água potável e a promoção da erosão das arribas costeiras.

No âmbito dos instrumentos de Gestão Territorial serão desenvolvidas as seguintes acções prioritárias: implementação do Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores;

conclusão dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira das ilhas do Pico e do Faial; acompanhamento da elaboração e revisão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território; elaboração dos Planos de Ordenamento de Bacias Hidrográficas das Flores e de S. Miguel (Lagoas do Fogo, Congro, São Brás, Empadadas e Canário); elaboração do Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Actividades Extractivas na Região Autónoma dos Açores.

Para a avaliação e monitorização dos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor, terão continuidade os trabalhos conducentes à elaboração dos Relatórios de Avaliação da Implementação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira e dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas em vigor; do Relatório do Estado do Ordenamento do Território da Região Autónoma dos Açores.

Sob o ponto de vista instrumental, prevê-se a conclusão do Sistema de Informação Geográfica do Ambiente e do Mar, para a divulgação pública de todos os planos de ordenamento dos Açores.

Para a elaboração da Reserva Ecológica Regional, serão avaliados os perigos naturais em termos das condicionantes de risco a considerar para efeitos do desenvolvimento da política de ordenamento do território e serão dinamizadas as acções conducentes à realização da Estratégia Regional para as Alterações Climáticas. Neste contexto terá continuidade a preparação de projectos e a execução de empreitadas dirigidas para a protecção e a requalificação da orla costeira. Por via da aplicação de diversa legislação na área da gestão territorial, salienta-se, ainda, o exercício de competências de forma continuada ao nível da emissão de pareceres no âmbito do licenciamento das actividades turísticas, da exploração de massas minerais, da localização de aterros, do licenciamento municipal de loteamentos urbanos, nos concelhos que não possuem Plano Director Municipal em vigor, entre outras áreas temáticas.

No que concerne à gestão e planeamento dos recursos hídricos regionais, destaca-se a implementação e adequação do modelo e quadro normativo e institucional, a optimização do modelo e estrutura de gestão da água para abastecimento e saneamento das águas residuais e a implementação de uma rede de monitorização adequada às novas exigências comunitárias. Nestes domínios sublinham-se a preparação dos planos de gestão de recursos hídricos, a monitorização das águas balneares e das massas de água costeiras de transição e interiores, assim como a monitorização do estado de eutrofização das lagoas.

Terá continuidade a implementação da rede de monitorização automática para a avaliação e estudo do ciclo hidrológico nas diferentes ilhas e serão avaliados os perigos naturais associados à ocorrência de cheias e deslizamentos. Merecerá ainda destaque a questão da protecção e valorização dos recursos hídricos, designadamente, através da limpeza de ribeiras e da protecção de nascentes.

O cidadão comum apenas alterará o seu comportamento e contribuirá para o real valor dos serviços ecológicos, se for sensibilizado para a temática ambiental. Assim, o Governo Regional através do departamento especialmente vocacionado pela esta temática, pretende estimular, de forma significativa, a participação pública activa e informada. Consequentemente e a este nível, o Plano de Investimentos deverá reflectir um acentuado esforço ao nível do investimento associado às infra-estruturas e acções de promoção ambiental.

ENERGIA

Uma elevada dependência do petróleo e seus derivados, um recurso não renovável e limitado, acarreta, por um lado, fortes impactos ambientais e, por outro lado, grande instabilidade dos preços devido ao risco associado ao actual sistema de abastecimento, muito dependente de regiões politicamente instáveis, à especulação e a um aumento da procura mundial resultante do crescimento económico dos países emergentes.

A sustentabilidade dos sistemas energéticos exige uma aposta significativa e continuada nas energias renováveis e na eficiência energética, facto que é suportado pelas orientações políticas a nível internacional.

O acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências no domínio dos Sistemas Sustentáveis de Energia, normalmente assentes na introdução de pequenas inovações, está ao alcance de regiões pequenas e abundantes em recursos energéticos endógenos.

A conjugação destes factores traduz-se numa oportunidade de exploração dos recursos energéticos endógenos da Região, contribuindo para promover a criação emprego qualificado, a dinamização do tecido científico e empresarial regional, nacional e internacional e para atrair investimento na área das energias renováveis.

Importa assim criar condições para a promoção de um sistema sustentável de energia, alicerçado em elevados níveis de conhecimento técnico e científico, que aproveite o potencial de recursos endógenos e transforme os Açores num laboratório e numa região de referência nos domínios da eficiência energética e da utilização de energias renováveis.

Neste contexto, o Plano Anual 2010 contempla, no domínio energético, um conjunto diversificado de acções destinadas à promoção da eficiência energética e a uma maior produção e utilização de energias renováveis na economia açoriana. Acresce a isto o pagamento da iluminação das vias públicas regionais, assim como o processo de electrificação das fajãs de S. João, Saramagueira, Cubres e Caldeira de Santo Cristo.

As principais orientações de política a seguir são:

Implementação do sistema de certificação energética dos edifícios e da qualidade do ar interior (SCE), resultante da transposição para a Região da Directiva nº. 2002/91/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro.

Promover medidas de utilização racional de energia e eficiência energética, quer através do Programa ProEnergia, devidamente articulado com o SCE, quer através das actividades da ARENA - Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma dos Açores.

Fomentar a investigação e desenvolvimento no âmbito das energias alternativas e renováveis, incorporando níveis mais elevados de conhecimento científico e técnico, com envolvimento do tecido científico internacional, nacional e regional e a sua compatibilização com as formas de energia tradicional, nomeadamente através do desenvolvimento e da operacionalização de soluções técnicas que permitam um maior encaixe de energias renováveis em sistemas eléctricos pequenos e isolados como os dos Açores. A este nível, é de destacar o apoio ao desenvolvimento e à implementação do projecto Green Islands, da responsabilidade do MIT-Portugal.

PREVENÇÃO DE RISCOS E PROTECÇÃO CIVIL

Continuar a dotar as corporações de Bombeiros de recursos humanos e equipamentos necessários para que possam garantir à população um socorro mais rápido e eficaz através de apoio financeiro para a aquisição de viaturas de combate a incêndio, ambulâncias de socorro - sendo algumas medicalizáveis - e ambulâncias de transporte;

Prosseguir com a estratégia de investimento no âmbito da modernização, beneficiação, recuperação e construção de infra-estruturas;

Reforçar o papel dos bombeiros através do reforço qualitativo de acções de formação;

Reforçar a dinâmica do Programa Regional de Desfibrilhação Automática Externa (PR-DAE), através da expansão do programa piloto, em colaboração com o Sistema Regional de Saúde;

Prosseguir e aprofundar o desenvolvimento da política de formação, privilegiando o envolvimento de toda a população, através do incremento das acções de formação e sensibilização à população, dos cursos básicos de protecção civil e de suporte básico de vida, dos projectos “ O Idoso em Segurança” e “ Aprender a Socorrer” bem como dos “Clubes de Protecção Civil” nas escolas;

Estabelecer ferramentas de coordenação e controle, através do envolvimento dos diferentes agentes de protecção civil, em operações de protecção e socorro e exercícios;

Promover a integração de sistemas tendentes á melhoria qualitativa do atendimento do 112 na Região, através do apetrechamento do Centro de Operações de Emergência, em recursos humanos, equipamento e ferramentas de apoio à decisão.

ACESSIBILIDADES

Transportes Terrestres

A política a desenvolver para esse domínio de intervenção passa pela melhoria das acessibilidades, através da reabilitação, requalificação e conservação das vias existentes, bem como proceder à execução de projectos de variantes a alguns aglomerados urbanos e garantir condições de segurança nas Estradas Regionais, mediante a colocação de sinalização adequada e equipamentos de protecção.

Em paralelo continuar-se-á com o processo de reformulação da prestação do serviço público de transportes colectivos de passageiros, com a reestruturação de carreira, horários e tarifários, bem como, com o apoio à modernização da frota de autocarros.

Como áreas de intervenção salienta-se ainda a construção, reabilitação, requalificação de Estradas Regionais e a manutenção de equipamentos do parque de máquinas da SRCTE, garantindo assim, mais e melhores acessibilidades e mobilidade intra - regional.

No âmbito dos transportes colectivos de passageiros, destaca-se as medidas de actuação visando um crescimento na procura do transporte colectivo e consequentemente uma diminuição do número de viaturas ligeiras nos principais centros urbanos.

Transportes Aéreos e Marítimos

Dando seguimento ao definido pelas Orientações de Médio Prazo 2009-2012, nomeadamente no que concerne à promoção da coesão social, económica e territorial da Região, pugnar-se-á pela melhoria do sistema de transportes de pessoas e bens, aéreos e marítimos, intra e inter-regionais, pela racionalização das frequências e tarifários e pela igualização das condições de aquisição de bens independentemente da dimensão dos mercados.

Continuar-se-á a desenvolver o modelo de transporte marítimo de passageiros inter-ilhas, quer por via das obrigações de serviço público impostas no interior do Arquipélago e no Grupo Central e contratualizadas com a Atlanticoline, SA e Transmaçor, Lda., quer por via da intervenção na frota, quer, ainda, pela aposta numa operação mais simples, mais rápida e mais confortável, onde o objectivo primordial é a mobilidade dos açorianos.

De igual modo, assegurar-se-á o cumprimento das obrigações de serviço público no transporte aéreo inter-ilhas e acompanhar-se-á as implicações da nova frota de aviões no complexo sistema de combinações de percursos, frequências e capacidades, imprescindível pela circunstância da mobilidade dos açorianos entre as várias ilhas e para o exterior apenas ser possível durante todo o ano por recurso ao transporte aéreo.

Fomentar-se-á de forma coordenada e integrada o reforço da oferta de transportes aéreos e da capacidade hoteleira da Região, tendo em vista o desenvolvimento de uma estratégia de continuidade que garanta fluxos de turistas inter-ilhas.

Manter-se-á o esforço de melhoria da gestão dos aeródromos regionais com o objectivo de obviar a quaisquer transtornos ou inconvenientes que possam ser causados aos passageiros.

Persistir-se-á na garantia de um sistema marítimo-portuário que permita o abastecimento e escoamento de mercadorias em condições de preço e de regularidade, essenciais para o desenvolvimento económico dos Açores e para o apoio à produção e à população de cada ilha.

Colaborar-se-á na gestão dos portos comerciais, dos portos de recreio e as infra-estruturas de apoio às actividades marítimo-turísticas, como forma de fazer face às crescentes exigências que se lhes colocam em função dos actuais movimentos que neles se registam no que concerne ao número de navios, mercadorias, passageiros, iates, navios de cruzeiro ou actividades náuticas.

Desenvolver-se-á a eficiência das estruturas reguladoras e administrativas dos portos regionais, promovendo a sua integração, fundamental para o desenvolvimento económico dos Açores e para o apoio à população de cada ilha.

Apoiar-se-á a reorganização do sistema portuário regional tendo sempre em vista a obtenção de ganhos de racionalidade organizativa e financeira, no respeito pelo actual modelo institucional e pelas prerrogativas de autoridade e de serviço público inerentes ao mesmo.

Implementar-se-á um sistema de monitorização das infra-estruturas portuárias regionais, com o intuito de se consolidar uma política integrada e coerente de realização de investimentos que permita a coordenação das diferentes valências dos portos regionais numa lógica de complementaridade que será desenvolvida e encorajada junto de toda a comunidade portuária.

Em termos das medidas de política de investimento público, com o objectivo de incrementar o ordenamento territorial e a eficiência das redes estruturantes, insistir-se-á com a política de desenvolvimento e consolidação das infra-estruturas e equipamentos portuários e aeroportuários, de entre os quais se destaca as intervenções no Porto da Horta, no Porto da Madalena, no Porto das Lajes das Flores, no Aeroporto de São Jorge e no Aeroporto do Corvo.

- *Qualificar a Gestão Pública e a Cooperação*

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

No domínio da Administração Pública, estão previstas como principais medidas de política a Gestão integrada dos Recursos Humanos da administração regional dos Açores, a Administração pública moderna e inclusiva, a promoção de projectos locais de interesse comum, no âmbito da cooperação com as autarquias locais, o fomento da acessibilidade aos serviços e organismos públicos e o fomento da cooperação técnica e financeira com a administração local e a melhoria da informação estatística a disponibilizar sobre diversas actividades económicas e sociais da Região.

Na prossecução das principais medidas de política, destacam-se as seguintes iniciativas:

Conclusão do desenvolvimento da Fase 2 do SIGRHARA, relativo à Gestão da ADSE

Desenvolvimento de novas funcionalidades para a Fase 1 do SIGRHARA, em resultado da experiência do primeiro ano de implementação.

Desenvolvimento do SI-SIADAPRA, aplicação informática para gestão do processo de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública Regional dos Açores.

Promoção de encontros e workshops com os interlocutores departamentais ProSiMA, Núcleos para a Promoção da Qualidade e representantes dos Serviços de Planeamento, Estratégia e Avaliação. 2ª Edição do Prémio "A minha medida".

Auditorias externas ao Sistema de Gestão da Qualidade da DROAP, no âmbito da sua certificação segundo a NP EN ISO 9001:2008 e da obtenção do 1º nível de excelência da EFQM.

Apoio financeiro às duas associações de funcionários públicos da Região (AFARIT E COOPDELGA).

Apoio socioeconómico aos trabalhadores em situações socialmente gravosas e urgentes, que exercem funções públicas na Administração Regional dos Açores.

Bonificação dos juros dos empréstimos contratados pelos municípios para execução de projectos de investimento co-financiados por fundos comunitários.

Apoio financeiro às freguesias, a fim de garantir o normal funcionamento dos seus órgãos autárquicos.

Implementação do Sistema de Informação Geográfica integrando com o IDEIA (Infra-estrutura de Dados Espaciais Interactiva dos Açores).

PROGRAMAÇÃO E FINANCIAMENTOS PÚBLICOS

Aos mais diversos níveis e sectores de actividade, e na presença de uma verdadeira política de coesão regional, é de primordial importância continuar a incentivar o desenvolvimento e acompanhar o progresso das Ilhas em geral, com particular ênfase para execução dos mais variados projectos dinamizadores das economias locais.

Os objectivos estratégicos definidos continuam a ser perseguidos e assumidos para consolidar a trajectória de desenvolvimento da Região, assegurando maiores níveis de produção e de rendimento e estimulando a competitividade externa das Ilhas em geral, aumentando a capacidade de exportação e reduzindo as necessidades de importação, promovendo a incorporação de maior valor na actividade produtiva açoriana

Nesse contexto, com vista a anular o impacto dos efeitos adversos da conjuntura económica e financeira internacional na Região Autónoma dos Açores o Governo Regional tem implementado um conjunto de medidas dirigidas, entre outras, às empresas açorianas, pelo que, é imperativo manter e comportar os encargos resultantes dos instrumentos financeiros criados com vista a apoiar as empresas regionais.

A valorização do património regional deve continuar a ser impulsionada, promovendo uma efectiva rentabilização e racionalização dos activos imobiliários.

Ao nível da execução dos financiamentos comunitários disponíveis na Região será dada continuidade à política de simplificação dos procedimentos bem como na manutenção da dinâmica nos pagamentos dos reembolsos devidos aos promotores de intervenções participadas por fundos comunitários. Paralelamente será implementada a avaliação intercalar 2007-2010 do PROCONVERGENCICA, dada continuidade às acções de verificação e acompanhamento, bem como, de publicidade e de informação dirigidas ao público em geral e aos potenciais beneficiários.

COOPERAÇÃO EXTERNA

No que diz respeito à sua actuação externa, o Governo dos Açores, continuará, durante o ano de 2011, a reforçar a intensidade e relevância das acções desenvolvidas na área da cooperação inter-regional e dos assuntos europeus, conforme previsto nas Orientações de Médio Prazo.

Se 2010 foi marcado pelo forte impacto, interno e externo, da programação do galardão “Açores - Região Europeia do Ano”, no ano de 2011, o Governo Regional prosseguirá activamente no reforço da presença e destaque externo da Região, aproveitando as sinergias decorrentes do papel de liderança que assume, desde a eleição de Maio de 2010, na

presidência da Comissão das Ilhas da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa e que tomará a cargo, a partir do quarto trimestre de 2011, na presidência rotativa da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas da Europa.

Dar-se-á, assim, continuidade à forte dinâmica de actuação, presença e visibilidade externa da Região Autónoma dos Açores, através da organização e participação em eventos, grupos de trabalho, consultas públicas, projectos, acções e parcerias, na Região e no seu exterior, sobre assuntos e temáticas prioritárias no âmbito dos assuntos da União Europeia e cooperação externa.

Por outro lado, prosseguir-se-á com implementação das medidas previstas no Programa do X Governo Regional dos Açores, designadamente, durante 2011, no incentivo à especialização e aprofundamento de conhecimentos e formação nas áreas dos assuntos europeus, bem como, em geral, na continuidade da acção de liderança e visibilidade da Região nos diversos organismos de cooperação inter-regional e na diversificação e aprofundamento de relações de cooperação bilaterais, quer com regiões europeias, quer com territórios estratégicos externos à União.

A cooperação com as RUP, em particular, bem como, no seu contexto, as relações com os arquipélagos da Macaronésia, serão alvo de especial atenção no âmbito da preparação e execução da Presidência da Conferência das RUP, cabendo também um reforço da proximidade e do trabalho em conjunto com as instituições europeias, em particular com a Comissão Europeia, através da Unidade RUP da Comissão Europeia.

Também a aproximação entre a Europa e os Açores merecerá uma especial atenção, em particular, no âmbito da organização de eventos na Região de relevância ou temas europeus e internacionais, como a comemoração do Dia da Europa, bem como divulgação de questões europeias juntos das escolas e jovens da Região.

COMUNIDADES

Tendo em conta as principais linhas de orientação, pretende-se, em 2011, garantir o apoio às comunidades açorianas no mundo, assim como à integração de imigrantes nos Açores e aprofundar o relacionamento institucional com as Comunidades e/imigradas e seus representantes.

As principais realizações a concretizar em 2011 abrangem:

Acções culturais dirigidas a jovens; apresentações públicas de trabalhos culturais diversos; acompanhamento da execução projectos candidatos a apoios; realização e participação em Congressos/Conferências; realização e participação em encontros temáticos e reuniões; exposições e similares; formação para emigrantes, regressados e imigrantes; publicações de estudos; publicações diversas e divulgação nas Comunidades; protocolos de cooperação; Revista Andarilagem e newsletter; visitas de estudo; realização da Conferência Metropolis.

IV INVESTIMENTO PÚBLICO

DOTAÇÃO DO PLANO

O Plano Anual 2011 corresponde o terceiro e penúltimo ano do ciclo de programação traçado para o quadriénio 2009-2012, contemplando as acções promovidas directamente pelos departamentos da administração regional, mas também as que são executadas por entidades públicas que, em articulação com as respectivas tutelas governamentais, promovem projectos de investimento estratégicos, no quadro da política de desenvolvimento apresentada nas Orientações de Médio Prazo.

Os valores de despesa de investimento público previsto para 2011 ascendem a 801,3 milhões de euros, dos quais 506,7 milhões são da responsabilidade directa do Governo Regional.

A dotação financeira afecta ao objectivo “Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos”, que inclui a programação para o domínio da Educação, Formação e da Qualificação Profissional, da Juventude, da Cultura, do Desporto e da informação e Comunicação Institucional, ascende a 188,7 milhões de euros, absorvendo 23,6% do valor global do Investimento Público.

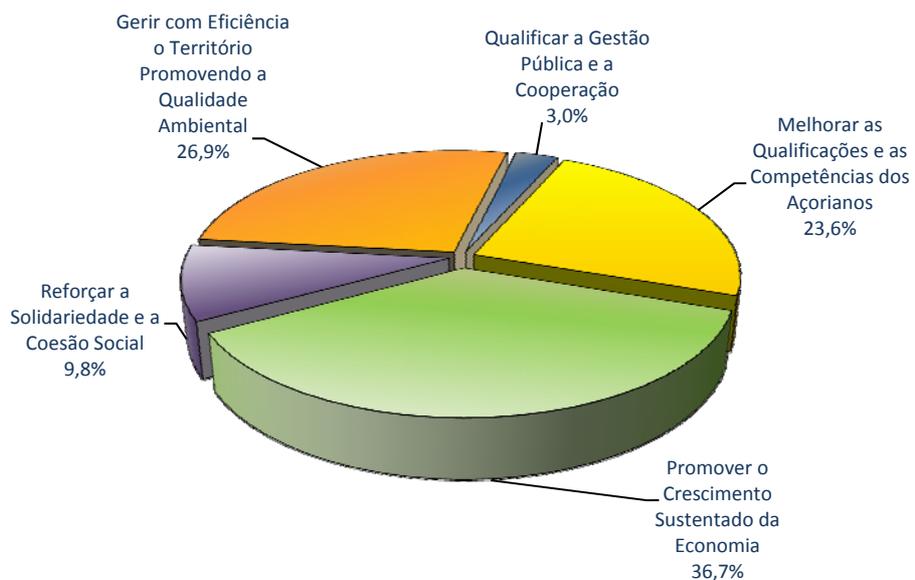
As áreas de intervenção que integram o objectivo “Promover o Crescimento Sustentado da Economia”, Agricultura e Florestas, Pescas, Turismo, Indústria, Comércio e Exportação, Inovação e Apoio Financeiro ao Investimento Privado, representam 36,7%, a que corresponde uma despesa prevista de 294,2 milhões de euros.

O objectivo “Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social” que integra os sectores da saúde, da solidariedade social e da habitação, dotado com 78,8 milhões de euros, representa 9,8% do valor global do Investimento Público.

Aos domínios do Ordenamento, Sistemas de Informação Geográfica, Ambiente e Energia, da Prevenção de Riscos e Protecção Civil e Acessibilidades, que promovem o objectivo “Gerir com Eficiência o Território promovendo a Qualidade Ambiental”, será afectada uma verba de 215,2 milhões de euros, a que corresponde 26,9% do valor global do Plano de Investimentos.

Para Qualificar a Gestão Pública e a Cooperação, englobando as áreas da Administração Pública, Planeamento e Finanças, incluindo a Cooperação Externa e Comunidades, está consagrada uma dotação de 24,4 milhões de euros, representando 3,0% do valor global.

**Repartição do Investimento Público
por
Grandes Objectivos de Desenvolvimento**



INVESTIMENTO PÚBLICO 2011 – Desagregação por Objectivo

Objectivo/Programa	Investimento	Plano	Euro
			Outros Fundos
TOTAL	801 321 424	506 675 107	294 646 317
Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos	188 722 886	101 159 386	87 563 500
1 Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais e do Sistema Educativo	55 226 211	55 226 211	
2 Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor	90 378 720	4 057 220	86 321 500
3 Juventude	5 419 457	5 419 457	
4 Património e Actividades Culturais	22 769 231	22 669 231	100 000
5 Desenvolvimento Desportivo	13 390 900	12 248 900	1 142 000
6 Informação e Comunicação	1 538 367	1 538 367	
Promover o Crescimento Sustentado da Economia	294 198 089	182 061 430	112 136 659
7 Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal	132 080 984	65 719 704	66 361 280
8 Valorização do Mundo Rural	35 088 471	7 938 092	27 150 379
9 Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca	29 497 890	20 497 890	9 000 000
10 Desenvolvimento do Turismo	31 798 311	31 798 311	
11 Fomento da Competitividade	51 611 594	41 986 594	9 625 000
12 Ciência, Tecnologia, Sistemas de Informação e Comunicações	14 120 839	14 120 839	
Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social	78 830 957	76 830 957	2 000 000
13 Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social	25 578 518	23 578 518	2 000 000
14 Habitação	23 377 230	23 377 230	
15 Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de Saúde	29 875 209	29 875 209	
Gerir com Eficiência o Território Promovendo a Qualidade Ambiental	215 169 417	127 923 259	87 246 158
16 Ordenamento do Território, Qualidade Ambiental e Energia	43 283 011	43 283 011	
17 Protecção Civil	9 424 269	9 424 269	
18 Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Colectivos	31 515 951	28 495 951	3 020 000
19 Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos	64 607 884	15 191 726	49 416 158
20 Desenvolvimento dos Transportes Aéreos	66 338 302	31 528 302	34 810 000
Qualificar a Gestão Pública e a Cooperação	24 400 075	18 700 075	5 700 000
21 Administração Pública, Planeamento e Finanças	22 243 475	16 543 475	5 700 000
22 Cooperação Externa e Migrações	2 156 600	2 156 600	

INVESTIMENTO PÚBLICO 2011 – Desagregação por Entidade Proponente

Entidade/Programa	Investimento	Plano	Euro
			Outros Fundos
TOTAL	801 321 424	506 675 107	294 646 317
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO	31 883 655	31 783 655	100 000
3 Juventude	5 419 457	5 419 457	
4 Património e Actividades Culturais	22 769 231	22 669 231	100 000
6 Informação e Comunicação	1 538 367	1 538 367	
22 Cooperação Externa e Migrações	2 156 600	2 156 600	
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO	22 243 475	16 543 475	5 700 000
21 Administração Pública, Planeamento e Finanças	22 243 475	16 543 475	5 700 000
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	68 617 111	67 475 111	1 142 000
1 Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais e do Sistema Educativo	55 226 211	55 226 211	
5 Desenvolvimento Desportivo	13 390 900	12 248 900	1 142 000
SECRETARIA REGIONAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS	55 061 059	52 041 059	3 020 000
12 Ciência, Tecnologia, Sistemas de Informação e Comunicações	14 120 839	14 120 839	
17 Protecção Civil	9 424 269	9 424 269	
18 Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Colectivos	31 515 951	28 495 951	3 020 000
SECRETARIA REGIONAL DA ECONOMIA	214 356 091	120 504 933	93 851 158
10 Desenvolvimento do Turismo	31 798 311	31 798 311	
11 Fomento da Competitividade	51 611 594	41 986 594	9 625 000
19 Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos	64 607 884	15 191 726	49 416 158
20 Desenvolvimento dos Transportes Aéreos	66 338 302	31 528 302	34 810 000
SECRETARIA REGIONAL DO TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL	139 334 468	51 012 968	88 321 500
2 Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor	90 378 720	4 057 220	86 321 500
13 Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social	25 578 518	23 578 518	2 000 000
14 Habitação	23 377 230	23 377 230	
SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE	29 875 209	29 875 209	
15 Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de Saúde	29 875 209	29 875 209	
SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E FLORESTAS	167 169 455	73 657 796	93 511 659
7 Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal	132 080 984	65 719 704	66 361 280
8 Valorização do Mundo Rural	35 088 471	7 938 092	27 150 379
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E MAR	72 780 901	63 780 901	9 000 000
9 Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca	29 497 890	20 497 890	9 000 000
16 Ordenamento do Território, Qualidade Ambiental e Energia	43 283 011	43 283 011	

QUADRO GLOBAL DE FINANCIAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL

O valor de investimento público no ano 2011 ascenderá a 801,3 milhões de euros.

Apresenta-se de seguida o quadro de financiamento global para o ano de 2011.

	Unidade: milhões de euros	
	2011	
	Valor	%
Origem de Fundos	1 408,9	100,0
(1) Receitas Próprias.....	560,3	39,8
(2) Transferências do OE	352,6	25,0
(3) Fundos Comunitários	169,4	12,0
(4) Outros Fundos.....	294,6	20,9
Sub-Total.....	1 376,9	97,7
(5) Nec. de Financiamento	32,0	2,3
Aplicação de Fundos.....	1 408,9	100,0
(6) Despesas de Funcionamento	607,6	43,1
Juros da dívida.....	10,5	0,7
(7) Investimento Público na RAA.....	801,3	56,9
Plano	506,7	36,0
Rácio (1)/(6)		92,2

Este elevado nível de investimento público, que se projecta para o ano de 2011, será efectuado num quadro de consolidação orçamental.

Esta política orçamental, está enquadrada no âmbito de financiamento global previsto na Lei de Finanças das Regiões Autónomas, baseando-se na prossecução do seu integral cumprimento por parte do Governo da República e no pressuposto de uma correcta afectação ao orçamento regional de todas as receitas fiscais efectivamente geradas na Região.

É de salientar que, para o ano de 2011, as despesas de funcionamento da administração pública regional são financiadas em 92,2% por receitas próprias da Região, como se pode verificar pelo rácio apresentado no quadro anterior, mais 2,2 pontos percentuais do que em 2010.

O investimento global previsto para o ano em análise permitirá à Região e a todos os agentes económicos nela envolvidos, públicos e privados, assegurar um futuro que se deseja promissor e que possibilite encarar positivamente os grandes desafios de desenvolvimento e de crescimento económico e social, convergentes com o restante território nacional e com a União Europeia.

INVESTIMENTOS DA EDA, SA

A proposta de investimento para 2011 ronda os 90 milhões de Euros, com 64,8% afecto à Produção, 2,4% ao Transporte AT, 17,0% ao Transporte e Distribuição MT, 8,5% à Distribuição BT, 0,1% ao Comercial MT, 0,7% ao Comercial BT e os restantes 6,6% a Outras Imobilizações.

Os principais empreendimentos ao do aproveitamento dos Recursos Endógenos são os seguintes:

Ilha de Santa Maria Está prevista a ampliação do actual parque eólico, com a instalação de mais dois aerogeradores de potência unitária igual a 300 kW, que irá permitir um acréscimo de capacidade de produção anual na ordem dos 1,6 GWh.

Ilha de S. Miguel No que respeita a investimentos em geotermia, dar-se-á continuidade ao processo de optimização do aproveitamento dos recursos da actual Central Geotérmica da Ribeira Grande, através da beneficiação dos poços geotérmicos CL2 e CL4 e possível execução de dois novos poços, o que permitirá manter uma produção média anual de cerca de 83 GWh.

Encontra-se ainda em fase de estudo a possibilidade de ampliação da Central Geotérmica do Pico Vermelho e a construção de um novo centro produtor na zona das Caldeiras da Ribeira Grande.

Ao nível da energia eólica, está prevista para o ano de 2011 a entrada em serviço de um parque eólico nos Graminhais que será dotada, numa primeira fase, com 10 aerogeradores com 900 kW de potência unitária.

Ilha Terceira Ao nível da produção geotérmica, os resultados dos trabalhos já efectuados permitem fazer uma previsão de uma potência geotérmica disponível, numa fase inicial (Fase - A), não superior a 3 MW. Estima-se para esta fase uma produção média anual de energia eléctrica da ordem dos 24 GWh. No entanto, prevê-se ainda a continuação dos trabalhos de prospecção no sentido de se aferir da possibilidade em se obter um potencial geotérmico com capacidade para uma potência de pelo menos mais 7 MW (Fase B), de modo a que no conjunto se consiga uma potência total disponível de cerca de 10 MW, que permita atingir uma produção média anual de energia eléctrica de origem geotérmica de cerca de 79 GWh.

Por outro lado, e como forma de compensar o atraso do projecto geotérmico, o Grupo EDA prevê concretizar no ano de 2011 a ampliação do actual Parque Eólico da Serra do Cume, com a montagem de mais 5 aerogeradores com potência unitária de 900 kW. Com a conclusão desta acção, o parque eólico ficará com uma potência total instalada de 9 MW, o dobro da actual.

Ilha Graciosa Está prevista a instalação de mais dois aerogeradores de potência unitária igual a 300 kW, bem como a desmontagem dos dois aerogeradores em fim de vida útil de potência unitária igual a 100 kW. O Parque Eólico da Serra Branca passará a contar com uma potência total instalada de 1.200 kW, mais 50% do que a actual.

Ilha de São Jorge Está prevista a instalação de três novos aerogeradores com 330 kW de potência unitária. A par desta intervenção, está também prevista a desclassificação de uma potência de 550

kW, correspondente a cinco aerogeradores em fim de vida útil. O Parque Eólico do Pico da Urze terá assim uma potência total instalada de 1.590 kW, mais 38% do que o presente.

Nesta ilha, está também prevista a construção de um aproveitamento hidroelétrico, utilizando o potencial hídrico da Ribeira do Salto. Para o efeito, será edificada uma central hídrica na Fajã de São João.

Ilha do Pico Está prevista a ampliação do actual parque eólico, com a instalação de dois aerogeradores de 300 kW. Com a concretização desta ampliação, prevista para o ano de 2011, o Parque Eólico Terras do Canto passará a contar com uma potência total instalada de 2.400 kW, mais 33% do que a actual.

Ilha do Faial Está prevista a construção de um novo parque eólico. Nesta nova infra-estrutura serão instalados cinco aerogeradores com potência unitária igual a 850 kW. Com a entrada em serviço desta infra-estrutura, prevista para o ano de 2011, a Ilha do Faial passará a contar com uma potência eólica total instalada de 4.250 kW.

Ilha das Flores Estão previstos dois investimentos em aproveitamentos hidroelétricos. O primeiro corresponde à remodelação da Central Hidroelétrica de Além-Fazenda, cuja conclusão está prevista para ano de 2012. A central passará a dispor de uma potência total instalada de cerca de 1.600 kW, e a sua produção anual será incrementada para um valor de cerca de 5,2 GWh.

O segundo investimento deste género nesta ilha compreende a construção de uma nova central hídrica, para aproveitamento do potencial hidroelétrico da Ribeira Grande, cuja entrada em serviço está prevista para o ano de 2013. A produção média anual estimada para esta nova central é de cerca de 5 GWh.

Ao nível dos Centros Produtores de Energia Térmica destacam-se os investimentos em novos grupos para fazer face ao aumento da procura e obras de melhoramento das condições de exploração, sendo de realçar:

Monitorização e remodelação da rede de afluentes líquidos da central térmica do Aeroporto; Continuação da beneficiação dos afluentes oleosos da central térmica do Caldeirão e remodelação do sistema de combate a incêndio; Continuação da ampliação da central térmica de Belo Jardim, com a instalação do grupo XI, e instalação do sistema de desnitrificação dos grupos 5 a 10; Na central térmica do Pico, a conclusão da monitorização contínua das emissões gasosas; Instalação na central térmica de Santa Bárbara do grupo de emergência de 400kVA e a conclusão da monitorização contínua, das respectivas, emissões gasosas; Conclusão da construção de uma nova Central termoelétrica nas Flores.

Ao nível do Transporte AT destacam-se os seguintes investimentos:

Ilha de S. Miguel Conclusão da construção das linhas de transporte 60 kV 30 Reis I – subestação da Lagoa do Congro (SELC) e parque eólico dos Graminhais – subestação da Lagoa do Congro (SELC).

Ilha Terceira Continuação da construção da linha de transporte entre as subestações da Geoterceira (SECT) e da Vinha Brava (SEVB).

Dos investimentos no Transporte e Distribuição MT e na Distribuição BT, destacam-se os seguintes empreendimentos, por ilha e segmento de actividade:

Ilha de Santa Maria Subestações – Conclusão da remodelação da subestação do Aeroporto (SEAR).

Centros de Controlo e telemedida – Conclusão das montagens de teleinterruptores na rede MT 10 kV e dos sistema de teleacção na rede MT de Vila do Porto.

Linhas de Distribuição – Conclusão da construção da linha MT 10 kV entre a subestação do Aeroporto (SEAR) e o teleinterruptor da Almagreira (TI da Almagreira) e remodelação da rede MT subterrânea de 6 kV (zona do Aeroporto), para que esta seja explorada a 10 kV.

Postos de Transformação – Conclusão da remodelação dos PTD da rede MT subterrânea de 6 kV (zona do Aeroporto) para que esta seja explorada a 10 kV.

Redes Rurais – Conclusão da remodelação da rede BT São Lourenço - PT 8 e a conclusão da ampliação da rede BT.

Ilha de São Miguel Continuação da construção da nova subestação da Lagoa de Congro (SELC) 60/30 kV, com uma potência aparente inicial de 12,5 MVA, conclusão do fornecimento e montagem do 2º transformador de 10 MVA – 60/10 kV na subestação dos Foros (SEFO) e do 2º transformador com 12,5 MVA – 60/10 kV na subestação do Caldeirão (SECL).

Centros de Controlo e Telemedida – Conclusão da 1ª e da 2ª fase da instalação de teleinterruptores na rede de 30 kV.

Linhas de Distribuição – Continuação da remodelação da rede MT 10 kV da Cidade de Ponta Delgada (3ª Fase) e da construção da saída 30 kV da linha das Capelas (SECL-CALH), a conclusão da remodelação da linha 10/30 kV do Cabouco, e da rede subterrânea MT 10 kV da Ribeira Grande, bem como diversas obras de ampliação de redes MT.

Postos de Transformação – A continuação da remodelação de diversos PT e diversas electrificações e alterações de potência em PT.

Redes Urbanas Continuação da remodelação da rede de baixa tensão da Cidade de Ponta Delgada (3ª fase).

Redes Rurais – A continuação da ampliação de redes BT.

Ilha Terceira Subestações – Conclusão da 2ª Fase da ampliação da capacidade de transformação da subestação de Vinha Brava, e a continuação da construção da subestação da Praia da Vitória (SEPV) e ampliação da subestação das Lajes (SELJ).

Centros de Controlo e telemedida – Continuação da instalação de teleinterruptores na rede de 15 kV.

Linhas de Distribuição – Continuação da remodelação das linhas e ramais 15 kV do circuito entre o PT30 e a Serreta e a conclusão da remodelação das linhas e ramais do troço entre o PT71-PT79-

Boaventura, e o início da reconfiguração da rede MT para a inserção da subestação da Praia da Vitória. (SEPV).

Postos de Transformação – A electrificação e alteração de potências em PT's.

Redes Urbanas – A conclusão da remodelação BT da Estrada 25 de Abril (Praia da Vitória).

Redes Rurais – remodelação da rede BT de São Mateus e a ampliação da rede BT.

Ilha Graciosa Centros de Controlo e telemedida – Instalação de teleinterruptores na rede MT de 15 kV;

Postos de Transformação – A electrificação e alteração de potências em diversos PT.

Ilha de São Jorge Centros de Controlo e telemedida – Instalação de teleinterruptores na rede de 15 kV;

Linhas de Distribuição – A construção da linha MT da central térmica de Caminho Novo ao Posto de seccionamento da Relvinha.

Postos de Transformação – A electrificação e alteração de potências em diversos PT.

Redes Rurais – A amplificação de redes BT e a remodelação da rede BT do Topo.

Ilha do Pico Subestações – A construção do centro de distribuição de São Roque.

Centros de Controlo e telemedida – Instalação de teleinterruptores na rede MT de 15 kV;

Linhas de Distribuição – A remodelação das linhas 15/30 kV Madalena – Bandeiras – Santo António e Madalena – São Mateus 2.

Postos de Transformação – A remodelação dos PT das linhas 15/30 kV Madalena – Bandeiras – Santo António e Madalena – São Mateus.

Redes Urbanas – Remodelação da rede BT das Lajes do Pico.

Redes Rurais – Remodelação de diversas redes BT, onde se destacam as de São Mateus e Silveira, bem como outras ampliações de redes BT.

Ilha do Faial Centros de Controlo e telemedida – Instalação de teleinterruptores na rede MT de 15 kV e montagem do sistema de teleacção entre o posto de seccionamento da Angustias e do Marcelino Lima e o PT 27 Major Ávila;

Linhas de Distribuição – A remodelação das linhas MT 15 kV Horta – Cedros – PT 8 – PT 20, Horta – Cedros (PTD 20 – PTDI4) e Horta – Varadouro (PTD5-SESB) e respectivos ramais.

Postos de Transformação – – A construção dos PTD Rua Dr. Neves, Rua José Aica (Cedros) e por razões de qualidade de serviço, e a electrificação e alteração de potências em PT.

Redes Rurais – Diversas ampliações e construções de rede BT.

Ilha das Flores Postos de Seccionamento – Construção do posto de seccionamento de Santa Cruz.

Linhas de Distribuição – A remodelação das linhas e dos ramais MT 15 kV de Ponta Delgada.

Postos de Transformação – A electrificação e alteração de potências em diversos PT..

Redes Rurais – Ampliação de rede BT.

V DESENVOLVIMENTO DA PROGRAMAÇÃO

O Plano Regional Anual para 2011 estrutura-se em 22 Programas, que por sua vez integram 106 projectos e 501 acções.

Neste capítulo será apresentada a descrição de cada uma das acções previstas, o respectivo enquadramento em programa e projecto e as respectivas dotações financeiras.

- *Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos*

Programa 1 – Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais e do Sistema Educativo

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	<i>Euro</i>
			Outros Fundos
1 Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais e do Sistema Educativo	55 226 211	55 226 211	
1.1 Construções Escolares	36 903 517	36 903 517	
1.2 Equipamentos Escolares	778 600	778 600	
1.3 Formação Profissional	11 393 150	11 393 150	
1.4 Desenvolvimento do Ensino Profissional e Apoio às Instituições de Ensino Privado	5 129 045	5 129 045	
1.5 Tecnologias da Informação e Comunicação	656 937	656 937	
1.7 Projectos Pedagógicos	364 962	364 962	

Programação Material

1.1 Construções Escolares

1.1.1 Beneficiação e reabilitação de instalações escolares, propriedade da R.A.A.

Transferências para os Fundos Escolares das Escolas para fins de obras de reabilitação e para intervenções específicas conforme Carta Escolar.

1.1.2 Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1º Ciclo (DLR nº 32/2002/A, de 8 de Agosto)

Cooperação financeira entre a Administração Regional e a Administração Local nos termos do DLR nº 32/2002/A, de 8 de Agosto. Anexo com a descrição das Escolas.

- 1.1.3 Reparação e Adaptação do Ensino Secundário da EB2,3/S Padre Manuel A. Cunha
Conclusão do projecto para a empreitada de grande reparação e adaptação ao Ensino Secundário e aquisição de terrenos.
- 1.1.5 Construção da Nova EB2,3/S das Lajes do Pico
Instrução e lançamento do procedimento prevendo-se o início da empreitada no final de 2011.
- 1.1.7 Construção da EB 1,2,3/JI de Água de Pau
Construção de um novo edifício escolar para cumprir a Carta Escolar e melhorar o sucesso escolar e combater o abandono precoce. Continuação da execução da empreitada iniciada em 2010, com conclusão prevista para o ano de 2012.
- 1.1.8 Construção da EB I Francisco F. Drumond - São Sebastião
Construção de uma EBI a fim de permitir o descongestionamento da EB2,3 de Angra do Heroísmo e evitar a deslocação para Angra dos alunos daquela freguesia e das freguesias de Feteira e Porto Judeu melhorando as condições de frequência e, conseqüentemente, o sucesso escolar.
- 1.1.9 Grande Reparação e Adaptação ao Ensino Secundário da EB 2,3/S de Velas
Empreitada de substituição dos edifícios existentes e construção de novos necessários ao ensino Secundário.
- 1.1.10 Assistência técnica e fecho financeiro
Custos com a assistência técnica dentro dos prazos de garantia das obras concluídas e a concluir.
- 1.1.12 Construção de novas instalações para a EB1,2/JI Gaspar Frutuoso
Aquisição de terrenos e início da empreitada de construção da nova EBI.
- 1.1.13 Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo da EB 1,2,3/S de São Roque do Pico
Fecho financeiro desta acção.
- 1.1.14 Construção do pavilhão gimnodesportivo da EB1,2,3/JI/S Padre Maurício de Freitas
Fecho financeiro desta acção.
- 1.1.17 Construção da Escola Básica da Ponta da Ilha - Pico
Construção das instalações para a Escola Básica da Ponta da Ilha - Pico. Conclusão da empreitada no final de 2011.
- 1.1.18 Requalificação das instalações para os 2º e 3º Ciclos da EB 1,2,3/JI Rui Galvão de Carvalho - conjunto II
Início das obras.
- 1.1.19 Requalificação e construção do Auditório da EB/S de Vila Porto
Requalificação do ginásio e construção do auditório na EBS de Santa Maria
- 1.1.20 Requalificação da Escola Básica Integrada Canto da Maia
Conclusão do projecto de requalificação da EBI Canto da Maia.

- 1.1.21 Grande reparação da EBI da Horta
Empreitada de requalificação das instalações da EBI da Horta. Início da empreitada no início de 2011.
 - 1.1.22 Requalificação do bloco sul da ES Domingos Rebelo
Construção do auditório, laboratório de matemática e de línguas, salas de informática e gabinetes de departamento, substituição das oficinas já desactivadas e recuperação do bloco sul.
 - 1.1.23 Ampliação da EBI de Angra do Heroísmo
Construção de laboratórios, auditório e ligação entre edifícios.
 - 1.1.24 Grande Reparação da EBI de Arrifes
Empreitada de requalificação das instalações da EBI de Arrifes. Início da empreitada no final de 2011.
 - 1.1.25 Requalificação da Escola Profissional das Capelas
Início no 2º semestre de 2011 da empreitada de requalificação da Escola Profissional das Capelas.
- 1.2 Equipamentos Escolares**
- 1.2.1 Aquisição de Equipamentos para a Educação Pré-Escolar e para os Ensino Básico e Secundário
Aquisição de equipamento escolar para as Escolas. Verbas a transferir para os Fundos Escolares.
- 1.3 Formação Profissional**
- 1.3.1 Formação do Pessoal Docente e não Docente
Despesas com a formação do pessoal em serviço nas Escolas através de transferências para o Fundo Escolar.
 - 1.3.2 Apoio Social
Verba a transferir para os Fundos Escolares para garantir os normativos da acção social escolar em vigor, bem como para as Juntas de Freguesia para comparticipação na aquisição de viaturas de transporte de alunos.
- 1.4 Desenvolvimento do Ensino Profissional e Apoio às Instituições de Ensino Privado**
- 1.4.1 Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado
Comparticipação regional nos custos do ensino profissional e apoios às instituições de ensino privado nos termos do D.L.R. nº. 26/2005/A, de 4 de Novembro.
 - 1.4.2 Escola Profissional das Capelas
Apoiar o ensino profissional na Escola Profissional de Capelas nos termos do Decreto Legislativo Regional nº 6/2008/A, de 6 de Março.

1.5 Tecnologias da Informação e Comunicação

1.5.1 Projectos inerentes à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação

Continuar a desenvolver os projectos inerentes à implementação das TIC no âmbito do sector da educação, alargando a rede às escolas do 1º ciclo, bem como assegurar o licenciamento das aplicações informáticas nas escolas, através do acordo Microsoft School Agreement.

1.7 Projectos Pedagógicos

1.7.1 Avaliação do Sistema Educativo Regional

Pagamento de auditoria externa com vista à avaliação do sistema educativo regional.

1.7.3 Projectos de Inovação Pedagógica

Aquisição de manuais escolares para o 1º ciclo e elaboração de material de apoio para o currículo regional.

- Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos

Programa 2 – Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	<i>Euro</i>
			Outros Fundos
2 Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor	90 378 720	4 057 220	86 321 500
2.1 Emprego e Formação Profissional	90 378 720	4 057 220	86 321 500

Programação Material

2.1 Emprego e Formação Profissional

2.1.1 Formação Profissional

Acções de formação profissional para activos (trabalhadores, funcionários públicos, desempregados) e formação profissional inicial.

2.1.3 Programas de Estágios Profissionais

Programas de Estágios profissionais nos Açores (Estagiar L, T, U), na Europa (Eurodisseia e Leonardo da Vinci) e EUA.

2.1.4 Programas de Emprego

Programas de fomento, manutenção e criação de emprego. Apoio ao emprego dirigido a público fragilizado.

2.1.5 Adequação Tecnológica dos Serviços

Reequipamento em diferentes instalações da DRTQPDC.

2.1.6 Defesa do Consumidor

Acções de promoção da defesa do consumidor.

2.1.7 Estudos, Projectos e Cooperação

Estudos e projectos nas áreas de actuação da DRTQPDC, em parceria, em particular, com entidades externas: Campeonato e Fórum das Profissões.

2.1.8 Inspeção Regional do Trabalho

Actividades da IRT, em particular na área da Saúde e Segurança no Trabalho.

2.1.10 Plano Regional de Combate ao Trabalho Precário

Pretende-se agir, de uma forma pro-activa e transversal, em particular com a Inspeção Regional do Trabalho, nos diferentes aspectos inerentes à precariedade, Sub-Emprego e trabalho ilegal, em particular agindo sobre os diferentes factores que possam ter uma influência na redução da Precariedade Laboral, do Sub-Emprego e do Trabalho Ilegal.

- Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos

Programa 3 – Juventude

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	<i>Euro</i>
			Outros Fundos
3 Juventude	5 419 457	5 419 457	
3.1 Juventude	5 419 457	5 419 457	

Programação Material

3.1 Juventude

3.1.1 Ocupação do Tempo Livre dos Jovens

Programas e iniciativas destinados à ocupação dos tempos livres dos jovens (OTLJ, Campos de Férias, Espaços Juventude e semana da juventude), nomeadamente, durante os períodos de interrupção lectiva, bem como programas de sensibilização pré-profissional.

3.1.2 Apoio e Incentivo à Mobilidade dos Jovens

Concepção de programas e/ou instrumentos, nomeadamente, programa Bento de Gois e cartão Interjovem, que permitem aos jovens uma maior mobilidade entre as ilhas dos Açores, com o Continente Português e Madeira, com a Europa, com as comunidades açorianas na diáspora e com o resto do Mundo.

3.1.3 Pousadas de Juventude dos Açores

Apoio às Pousadas de Juventude dos Açores. Obras de modernização da pousada de juventude de Ponta Delgada.

3.1.4 Apoio e Incentivo ao Associativismo dos Jovens

Programa de Incentivo e Apoio às actividades das Associações de Jovens, bem como o desenvolvimento do SIAJ.

3.1.5 Sistema de Informação ao Jovem dos Açores

Apoio ao desenvolvimento do Sistema de Informação aos Jovens dos Açores.

- 3.1.6 Apoio e Incentivo à Iniciativa dos Jovens
Apoio e incentivo às iniciativas individuais dos jovens bem como a grupos informais de jovens.
- 3.1.7 Pousada de Juventude do Pico
Requalificação da Zona envolvente do Convento S. Pedro de Alcântara de S. Roque do Pico.
- 3.1.8 Pousada de Juventude de Santa Maria
Construção de uma Pousada de Juventude em Vila do Porto.
- 3.1.9 Cidadania e Incentivo ao Voluntariado
Proporcionar meios que permitem a realização pessoal dos jovens, promovendo a existência de actividades que garantam o exercício da cidadania activa e do voluntariado, nomeadamente, o programa Parlamento dos Jovens, programa Voluntariado Jovem e actividades similares.
- 3.1.10 Desenvolvimento das Competências Tecnológicas e Empreendedorismo nos Jovens
Proporcionar meios que permitam o desenvolvimento de competências tecnológicas nos jovens, bem como o desenvolvimento de mecanismos que visem a promoção de spin-off e de start-ups de jovens empreendedores, promovendo o programa férias com as TIC, o projecto da Júnior Empresa e respectiva incubadora.
- 3.1.11 Incentivo à Criatividade e Empreendedorismo e Oficinas de Criação
Proporcionar aos jovens os meios que lhes permitam desenvolver as suas capacidades nas áreas do empreendedorismo cultural e tecnológico, através de projectos como o Labjovem, AzoresCombo e similares. Desenvolvimento da rede de oficinas de criação.
- 3.1.12 Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação
Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação para o Plano da Juventude. Implementação do Observatório de Juventude, co-financiamento de projectos conjuntos com outros departamentos do Governo dos Açores nas áreas da cooperação externa e comunidades açorianas.
- 3.1.13 Promoção de Hábitos de Vida Saudáveis
Desenvolvimento de projectos e programas que promovam hábitos de vida saudáveis junto das camadas mais jovens da sociedade. Projectos a serem desenvolvidos em parceria com outros departamentos do governo.
- 3.1.14 Academias de Juventude
Instalação da Academia de Juventude e dinamização de infra-estruturas.
- 3.1.16 Centro de Formação do Belo Jardim
Empreitada de construção do centro de formação escutista de Belo Jardim.

- Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos

Programa 4 – Património e Actividades Culturais

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	<i>Euro</i>
			Outros Fundos
4 Património e Actividades Culturais	22 769 231	22 669 231	100 000
4.1 Dinamização de Actividades Culturais	2 669 330	2 569 330	100 000
4.2 Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural	20 099 901	20 099 901	

Programação Material

4.1 Dinamização de Actividades Culturais

4.1.1 Escolas de Formação

Apoio aos cursos de educação extra-escolar no âmbito da Portaria nº 40/2002, de 16 de Maio.

4.1.2 Edição de Obras de Cariz Cultural

Edição de Obras de Cariz Cultural em diversos suportes e sua divulgação; actualização da enciclopédia açoriana on-line.

4.1.3 Rede de Leitura Pública

Comparticipação nas despesas de criação e construção da Rede de Bibliotecas Municipais, incluindo a formação dos respectivos técnicos e aquisição de fundos bibliográficos. Realização de actividades de promoção do livro e da leitura.

- 4.1.4 Bolsas para Formação e Criação Artística
Concessão de bolsas para a formação e criação artística na área cultural ao abrigo do D.L.R. n.º 29/2006/A, de 8 de Agosto e da Portaria n.º 83/2006 de 23 de Novembro.
- 4.1.5 Orquestra Regional dos Açores (Lira Açoriana)
Financiamento da Orquestra Regional dos Açores.
- 4.1.6 Eventos de Iniciativa Governamental
Promoção de espectáculos na Região em diversas áreas culturais.
- 4.1.7 Arte Contemporânea dos Açores - ArTca
Financiamento de intervenções ao nível da arte contemporânea com o objectivo de favorecer a sua criação, difusão e aquisição.
- 4.1.8 Apoios a Actividades de Relevante Interesse Cultural
Apoios a conceder a actividades consideradas de relevante interesse cultural no âmbito do D.L.R. n.º 29/2006/A de 8 de Agosto.
- 4.1.11 Centro Cultural e de Congresso - Miramar
Dinamização da Actividade Cultural do Teatro Micaelense, Centro Cultural e de Congressos e Cine-teatro Miramar.
- 4.1.12 Apoio à Criação do Audiovisual
Concessão de bolsas para formação e criação artística na área do audiovisual.

4.2 Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural

- 4.2.1 Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural
Aquisição e restauro de bens móveis de valor cultural. Apoio a intervenções em edifícios classificados ao abrigo do Dec. Reg. Reg. 16/2000/A, de 30 de Maio.
- 4.2.2 Inventário do Património Artístico e Cultural
Inventário, tratamento e estudo do património arquitectónico e artístico da Região.
- 4.2.3 Classificação de Imóveis em Núcleos Protegidos
Apoios à consolidação e restauro dos imóveis ao abrigo do DLR n.º 14/2000/A, de 23 de Maio.
- 4.2.4 Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo – Novas Instalações
Empreitada de construção da nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra. Fiscalização da empreitada. Aquisição de equipamentos.
- 4.2.5 Investigação Arqueológica
Intervenções de protecção, investigação, referenciação e estudo do património arqueológico regional. Projecto CASA (2010-2015).

- 4.2.6 Museus, Bibliotecas e Arquivos
Elaboração e execução de projectos Museográficos. Aquisição de equipamentos para os diversos serviços periféricos (Museus e Bibliotecas).
- 4.2.7 Museu do Pico - Museu dos Baleeiros
Empreitada de ampliação do Museu dos Baleeiros.
- 4.2.8 Salvaguarda do Património Baleeiro
Recuperação do património baleeiro.
- 4.2.9 Divulgação e Sensibilização do Património Cultural
Acções de promoção, divulgação e sensibilização para o património cultural da Região.
- 4.2.10 Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos
Aquisição de conteúdos para enriquecimento dos fundos das Bibliotecas e Arquivos Regionais. Aquisição de espólio fotográfico para o Centro do Conhecimento.
- 4.2.12 Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para Entidades Culturais
Apoios à aquisição, beneficiação, ou construção de sedes e instalações de colectividades que prestam serviços na área da cultura, ao abrigo do DLR nº. 29/2006/A, de 8 de Agosto.
- 4.2.13 Recolhimento de Santa Bárbara - Museu Carlos Machado
Reconstrução e adaptação a novas funções do antigo edifício do Recolhimento de Santa Bárbara.
- 4.2.14 Espaço Cultural Multiusos da ilha do Corvo
Construção do Espaço Cultural Multiusos da ilha do Corvo.
- 4.2.15 Arquipélago - Centro de Arte Contemporânea
Conclusão do projecto e início da empreitada de construção do Centro de Arte Contemporânea. Fiscalização da obra.
- 4.2.17 Valorização e Restauro do Palácio de Santana
Aquisições e pequenas obras de restauro do Palácio de Santana.
- 4.2.19 Casa-Museu Manuel de Arriaga
Projecto de consolidação e reconstrução do imóvel. Projecto museográfico.
- 4.2.20 Antigo Hospital da Boa Nova
Projecto de consolidação, restauro e adaptação do imóvel às novas funções.

- 4.2.21 Execução de Protocolo com a Diocese de Angra
Apoio à reconstrução das igrejas e estruturas pastorais, das ilhas do Faial e Pico, afectadas pelo sismo de 9 de Julho de 1998.
- 4.2.23 Igrejas do Carmo e São Francisco da Horta
Recuperação e adaptação das Igrejas do Carmo e São Francisco para utilização em funções culturais.
- 4.2.24 Museu Francisco Lacerda
Projecto de execução do edifício do Museu Francisco Lacerda.
- 4.2.25 Museu de Santa Maria
Execução do projecto do novo edifício do Museu de Santa Maria.
- 4.2.26 Restauro de Bens Arquivísticos Públicos
Acções para protecção e conservação de bens arquivísticos públicos.
- 4.2.27 Programa Museológico do Palácio da Conceição - Casa da Autonomia
Instalação Museológica do Palácio da Conceição, dedicada à história da Autonomia.
- 4.2.28 Convento de Santo André
Projecto de consolidação e reabilitação do Convento de Santo André. Projecto museográfico.

- Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos

Programa 5 – Desenvolvimento Desportivo

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	<u>Euro</u> Outros Fundos
5 Desenvolvimento Desportivo	13 390 900	12 248 900	1 142 000
5.1 Instalações e Equipamentos	1 953 615	1 813 615	140 000
5.2 Actividades Desportivas	6 865 800	6 689 800	176 000
5.3 Promoção e Formação	4 571 485	3 745 485	826 000

Programação Material

5.1 Instalações e Equipamentos

5.1.1 Apoio à Construção e Beneficiação de Instalações Desportivas

Apoio a construção e beneficiação de instalações desportivas.

5.1.2 Parque Desportivo de São Miguel

Construção e beneficiação de instalações do Parque Desportivo de S. Miguel.

5.1.3 Parque Desportivo da Ilha Terceira

Construção e beneficiação de instalações do Parque Desportivo da Terceira.

5.1.4 Parque Desportivo do Faial

Construção e beneficiação de instalações do Parque Desportivo do Faial.

5.1.5 Modernização, Acessibilidades e Apetrechamento de Instalações

Apoio à informatização, aquisição de material e equipamento do movimento associativo. Informatização e beneficiações dos Serviços Centrais e Externos da DRD.

- 5.1.6 Apoio à Construção e Beneficiação de Pavilhões Desportivos e Sedes de Clubes e Associações Desportivas
Apoio à construção, beneficiação ou aquisição de pavilhões desportivos e sedes sociais de clubes e associações desportivas incluindo a aquisição de equipamentos.
- 5.1.7 Requalificação do Estádio de S. Miguel
Início dos procedimentos da empreitada e fiscalização da 1ª fase da requalificação do Estádio de S. Miguel.

5.2 Actividades Desportivas

- 5.2.1 Apoio a Clubes por Utilização de Atletas Formados na Região Autónoma dos Açores
Apoio pela utilização de atletas formados nos Açores ou no Clube.
- 5.2.2 Desporto Escolar
Promoção, desenvolvimento e apoio às actividades do desporto escolar.
- 5.2.3 Alta Competição, Prémios de Classificação e Subidas de Divisão
Pagamento de prémios de classificação, manutenção, subida de divisão e apoios a alto rendimento.
- 5.2.4 Actividade Física e Desportiva Adaptada
Promoção, desenvolvimento e apoio a projectos de actividade física e desportiva adaptada.
- 5.2.5 Apoio à Participação em Quadros Competitivos Nacionais e Série Açores
Concessão de apoios financeiros à participação em quadros competitivos nacionais, internacionais e Série Açores.
- 5.2.6 Apoio às actividades das Associações Desportivas
Apoio às actividades competitivas de âmbito local, regional e nacional, arbitragem e outras do plano anual das Associações Desportivas.

5.3 Promoção e Formação

- 5.3.1 Congressos e Seminários, Estudos e Investigação
Organização, realização e participação em congressos ou actividades similares, promoção e desenvolvimento de estudos e projectos de apoios técnicos na área da actividade física e do desporto.
- 5.3.2 Estrutura Técnica Associativa
Apoio financeiro às associações desportivas e clubes para suportar encargos com técnicos.
- 5.3.3 Eventos Desportivos, promoção e formação na área do desporto
Encargos com a promoção, formação, organização e participação em eventos desportivos.
- 5.3.4 Jogos das Ilhas
Apoio a projectos de preparação das selecções regionais e participação nos jogos das ilhas.

5.3.5 Escolinhas do Desporto

Apoio à promoção e desenvolvimento do projecto "Escolinhas do desporto".

5.3.6 Actividades de Treino e Competição

Apoio ao desenvolvimento das actividades de treino e competição dos escalões de formação. Encargos com a utilização de instalações desportivas.

5.3.7 Actividade Física e Desportiva dos Adultos

Apoio à promoção, organização e desenvolvimento de actividades físicas e desportivas da população adulta.

- Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos

Programa 6 – Informação e Comunicação

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	<i>Euro</i>
			Outros Fundos
6 Informação e Comunicação	1 538 367	1 538 367	
6.1 Apoio aos Media	1 395 827	1 395 827	
6.2 Jornal Oficial	142 540	142 540	

Programação Material

6.1 Apoio aos Media

6.1.1 Promedia

Apoios aos órgãos de comunicação social privada e aos profissionais de comunicação pública ou privada.

6.1.2 Promoção mediática dos Açores no Exterior

Apoio a entidades, pessoas, organizações ou eventos relevantes para a promoção da RAA no exterior.

6.1.3 Apoio Regional ao serviço público de rádio e televisão

Apoio a actividades desenvolvidas pelo Serviço Público de Rádio e Televisão

6.1.4 Portal do Governo

Lançamento novo Portal do Governo. Manutenção e gestão do actual portal do governo.

6.1.5 Encontro de Órgãos de Comunicação Social/ Área de Imprensa

Promoção de encontros, seminários e workshops auto-organizados por OCS da RAA.

6.2 Jornal Oficial

6.2.2 Acesso à Base de Dados Jurídica

Apoio jurídico bibliográfico especializado.

- *Promover o Crescimento Sustentado da Economia*

Programa 7 – Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	<i>Euro</i>
			Outros Fundos
7 Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal	132 080 984	65 719 704	66 361 280
7.1 Melhoria e Desenvolvimento de Infra-estruturas	55 731 730	28 931 730	26 800 000
7.2 Modernização das Explorações Agrícolas e Florestais	36 722 067	19 827 454	16 894 613
7.3 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	39 627 187	16 960 520	22 666 667

Programação Material

7.1 Melhoria e Desenvolvimento de Infra-estruturas

7.1.1 Reestruturação Fundiária

Estudos e Intervenções de Ordenamento Agrário e Fundiário, tendo em vista políticas de reestruturação e de ordenamento agrário, designadamente, pela criação de Perímetros de Ordenamento Agrário. Apoios da medida do eixo 3 do PRORURAL para promoção de actividades não agrícolas de valorização do património cultural. Melhoria de infra-estruturas locais de apoio à actividade económica e desenvolvimento local.

7.1.2 Abastecimento de Água

Projectos, construção, requalificação e manutenção de sistemas de abastecimento de água destacando-se as empreitadas de construção e reconversão da Lagoa do Carvão - POA da Bacia Leiteira de Ponta Delgada e S.J.A.A. No POA da Zona Central da ilha de São Miguel.

7.1.3 Caminhos Agrícolas

Projectos, construção e requalificação de caminhos agrícolas destacando-se: na ilha de São Miguel, beneficiação de caminhos agrícolas no POA Zona Central; na ilha Terceira, beneficiação de caminhos agrícolas no POA de Serra do Cume/Aqualva e na ilha de São Jorge beneficiação de caminhos agrícolas no POA Santo Antão/Topo.

7.1.4 Electrificação Agrícola

Projectos e construção de sistemas eléctricos de apoio à actividade agrícola, designadamente, redes MT, PT's e redes BT.

7.1.5 Caminhos Rurais

Construção e beneficiação (revestimento betuminoso e melhoria da rede de drenagem) de cerca de 45 km de caminhos rurais; Recuperação e conservação de cerca de 600 km de caminhos rurais; Renovação gradual do parque de máquinas e viaturas dos Serviços Operativos da DRRF.

7.1.6 Infra-estruturas Florestais

Recuperação e beneficiação de cerca de 20 km de caminhos florestais; Conservação e recuperação das diversas infra-estruturas afectas aos Serviços Operativos da DRRF (sedes de serviços, casas de guarda, armazéns, oficinas, outras infra-estruturas).

7.1.7 Infra-estruturas dos Serviços

Infra-estruturas dos serviços.

7.1.8 Infra-estruturas Fitossanitárias

Conclusão dos trabalhos de empreitada da construção do Laboratório Regional de Enologia do Pico, aquisição dos seus equipamentos tecnológicos, bem como do melhoramento das instalações do Laboratório Regional de Sanidade Vegetal. Operacionalização das infra-estruturas fitossanitárias da Região, segurança e limpeza do Laboratório Regional de Sanidade Vegetal.

7.1.9 Infra-estruturas Veterinárias

Conclusão dos trabalhos de empreitada da construção do Laboratório Regional de Veterinária e aquisição do respectivo equipamento tecnológico, melhoramentos e investimentos em infra-estruturas de sanidade de bem-estar animal e de higiene público veterinária na Região de acordo com o Reg. CE nº 1/2005 de 22 de Dez.

7.1.10 Infra-estruturas de Abate

Requalificação dos matadouros e aquisição de equipamentos.

7.1.11 Parques de Exposições Agro-Comerciais

Continuação dos trabalhos relativos à construção do Parque de Exposições da Ilha Terceira e do Parque de Exposições Agro-Comerciais de São Miguel. Continuação dos trabalhos de melhoramentos do Parque de Exposições do Faial; conclusão dos projectos e construção do Parque de Exposições Agro-Comerciais de S. Jorge; conclusão da aquisição dos terrenos e

elaboração do projecto do Parque de Exposições Agro-Comerciais da Graciosa e requalificação do Parque de Exposições Agrícola do Pico.

7.1.12 Estudos e Tecnologias de Informação e Comunicação

Realização de estudos no âmbito do sector agrícola e do desenvolvimento rural. Financiamento de sistemas e infra-estruturas de informação e comunicação de apoio aos sistemas de informação existentes na SRAF. Financiamento de sistemas e infra-estruturas de informação e comunicação de apoio aos sistemas de informação existentes na SRAF. Comporta os contratos pendentes relativos às aplicações de recolha de candidaturas e apuramento de ajudas directas, pagamentos ambientais e manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas.

7.1.13 Sistema de Informação Geográfica da Agricultura

Projecto de produção de fotografia aérea e cartografia de base da RAA.

7.1.14 Melhoramento das Infra-estruturas de Abate

Em 2011 prevêem-se os seguintes investimentos por ilha: Flores - Conclusão da remodelação do matadouro: sala de desmancha, incineradora e ETAR; São Jorge - Remodelação do matadouro: aumento da capacidade de frio, sala de desmancha, incineradora e ETAR; Faial - Projecto do novo matadouro.

7.2 Modernização das Explorações Agrícolas e Florestais

7.2.1 Sanidade Animal

Assegurar os trabalhos conducentes à erradicação da brucelose e da leucose na RAA. Implementação dos planos de vigilância do foro veterinário aplicados na Região, com destaque para a Vigilância à BSE e à Tuberculose, do Plano de Resíduos, do reforço obrigatório do Plano de Controlo Plurianual Integrado e Plano de Controlo Oficial à Produção de Leite Cru. Garantir a operacionalização do Laboratório Regional de Veterinária e das Divisões de Veterinária em todas as ilhas no âmbito das obrigações oficiais da Sanidade Animal e da Higiene Pública Veterinária, bem como reforçar a implementação do Plano Global de Sanidade Animal, cumprindo as exigências da inspecção higio-sanitária, a gestão de todos os sistemas de identificação animal na Região, bem como a garantia do bem-estar animal e segurança alimentar no âmbito da legislação em vigor.

7.2.2 Sanidade Vegetal

Garantir a protecção fitossanitária. Evitar a introdução, dispersão e a instalação de organismos de quarentena. Assegurar a certificação de sementes. Aprovar o registo de variedades de diferentes espécies vegetais nos Catálogos Nacionais de Variedades. Divulgar as boas práticas de utilização de fitofármacos no âmbito do DL nº 173/2005 de 21. Out. Promover a divulgação em matéria de protecção agrícola e reforçar a prospecção e combate aos organismos inimigos das culturas; assegurar o programa de vigilância e controlo de resíduos de pesticidas em produtos vegetais na RAA.

7.2.3 Melhoramento Animal

Garantir a inscrição dos bovinos da Raça Frísia e de Raças especializadas de Carne na Região nos respectivos Livros Genealógicos Nacionais; Gerir o contraste leiteiro e a sua supervisão. Preservar a Raça Bovina Autóctone Ramo Grande e promover a Raça Brava. Continuar os programas de melhoramento genético das espécies de interesse zootécnico (bovinos, equídeos, suínos e ovinos), bem como o reforço do Programa de bovinos

cruzados de carne. Assegurar a gestão informática dos registos zootécnicos e certificação genética em bovinos; Garantir o licenciamento e fiscalização dos sub-centros de Inseminação Artificial.

7.2.4 Experimentação e Divulgação Agrária

Assegurar a execução de Projectos de Experimentação Agrícola e Pecuária. Garantir a difusão da informação agrária com base na edição de folhetos, publicações, sessões técnicas de esclarecimento e emissão do programa de Divulgação Agrária na TV. Promover e dinamizar a participação dos Açores em eventos - Feiras, Salões e Congressos de âmbito Agrícola e Pecuário; assegurar as feiras agrícolas regionais e de ilha, bem como visitas técnicas da especialidade a nível regional, nacional e internacional a agricultores e técnicos.

7.2.5 Valorização e Qualificação Profissional Agrária

Fomentar e realizar acções de formação qualificando profissionalmente os Jovens Agricultores enquanto empresários agrícolas. Aperfeiçoar e melhorar a informação e os conhecimentos dos agricultores em matérias específicas para o desenvolvimento da actividade de empresário agrícola, dotando-os de mais capacidade para a gestão e modernização das suas explorações, bem como dos técnicos que lhes prestam apoio, contribuindo para o melhor desempenho e qualificação profissional em toda a fileira agrícola e pecuária, bem como em toda a vertente da Agricultura, Florestas e Industrias Agro-Alimentares.

7.2.6 Vulgarização e Extensão Rural

Reforçar a vulgarização agrária e a extensão rural de modo a contribuir para o fortalecimento da orientação das actividades agrárias, promovendo mais dinâmica empresarial agrícola e pecuária, com eficiência e competitividade às explorações, dando-se destaque para as vertentes da prevenção, da redução de custos de produção e produção de qualidade.

7.2.7 Serviços de Gestão e Aconselhamento Agrícola

Contrapartida da Região no âmbito do PRORURAL para apoios aos projectos da Medida 1.4. - Criação de serviços de gestão e aconselhamento agrícola. Acompanhamento das contabilidades da RICA e apuramento de resultados. Apoio técnico aos agricultores que colaboram com a RICA.

7.2.8 Apoio ao Investimento nas Explorações Agrícolas

Atribuição de apoios ao abrigo do PROAMA. Comparticipação regional de 15% relativo às medidas Instalação de Jovens Agricultores e Modernização das Explorações Agrícolas do PRORURAL no domínio da pecuária. Atribuição de apoios no âmbito da Linha de Compensação Financeira SAFIAGRI, da Linha de Crédito ao Fundo de Maneio e de uma nova Linha de Crédito para reforço da capacidade orgânica e funcional das Cooperativas Agrícolas junto do agricultor. Assegurar a reposição do aparelho e potencial produtivo agrário danificado por intempéries.

7.2.9 Diversificação Agrícola

Incentivos complementares ao investimento nas explorações agrícolas que estimulem as produções diversifiquem a produção agrícola regional, bem como a especialização e

alternativas de mercado, em particular, na área das culturas da beterraba sacarina e do tabaco. Gestão do Programa Apícola Nacional e apoio à reestruturação e reconversão da Vinha.

7.2.10 Acompanhamento das Intervenções Comunitárias

Acompanhamento das intervenções comunitárias, nomeadamente a contrapartida da Região no Eixo 5 do PRORURAL - Assistência Técnica que contempla as actividades de coordenação, informação, gestão, controlo, acompanhamento e avaliação do PRORURAL.

7.2.11 Resgate da Quantidade de Referência

Pagamento de 50% do resgate de quota leiteira levada a cabo na RAA na campanha leiteira 2009/2010 (pagamento da 2.ª anuidade até 15 Junho 2011).

7.2.12 Reforma Antecipada

Promoção de acções com vista à renovação e reestruturação das empresas agrícolas por via da medida Reforma Antecipada do PRORURAL (Pagamento aos agricultores que cessam a sua actividade agrícola).

7.2.13 Incentivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA)

Renovação e reestruturação das empresas agrícolas, designadamente através de estímulos ao redimensionamento e emparcelamento das explorações através do SICATE - Sistema de Incentivo à compra de Terras (DLR n.º 23/99/A, de 31 de Julho) e RICTA - Regime de Incentivos à Compra de Terras Agrícolas (DLR n.º 28/2008/A de 24 de Julho).

7.2.14 Apoio às Organizações de Produtores

Apoio a acções desenvolvidas por organizações de produtores.

7.3 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais

7.3.1 Apoio à Indústria Agro-Alimentar

Comparticipação do ORAA nos projectos em execução ao abrigo do Programa - PRORURAL - Medida 1.7.

7.3.2 Apoio ao escoamento de Produtos na Indústria Agro-Alimentar

Ajudas destinadas ao escoamento dos excedentes de lacticínios produzidos na RAA (no valor de 6,235 € por mil litros de leite) referente ao ano de 2010.

7.3.3 Regularização de Mercados

Regularização dos mercados agrícolas (contingente cereais, mercado de gado); Pagamento de ajuda aos adubos (com reforço para adubos de dispersão controlada); Pagamento dos juros dos Protocolos celebrados entre a SRAF e organizações de produtores da Região Autónoma dos Açores.

7.3.4 Qualidade e Certificação

Acções de controlo das ajudas comunitárias; Gestão das Quotas Leiteiras; Desenvolvimento das acções relativas aos Prémios e Ajudas; Desenvolvimento das acções de classificação de leite e de carcaças (realização de análises). Certificação e controlo de produtos que beneficiem de regimes de qualidade da União Europeia - DOP, IGP e ETG.

7.3.5 Promoção de Produtos Açorianos

Promoção de produtos regionais no mercado externo que compreende, nomeadamente, campanhas publicitárias aos lacticínios e à carne dos AÇORES, participação em feiras e outros eventos, etc.

- *Promover o Crescimento Sustentado da Economia*

Programa 8 – Valorização do Mundo Rural

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	<i>Euro</i> Outros Fundos
8 Valorização do Mundo Rural	35 088 471	7 938 092	27 150 379
8.1 Melhoria da Qualidade de Vida e Diversificação da Economia Rural	9 392 749	2 242 370	7 150 379
8.2 Preservação e Valorização do Ambiente e da Paisagem Rural	25 695 722	5 695 722	20 000 000

Programação Material

8.1 Melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia rural

8.1.1 Diversificação da Economia Rural

Contrapartida financeira da Região no decorrer do Programa de Desenvolvimento Rural no âmbito do FEADER - Eixos 3 e 4 para promover o apoio a projectos que visem a diversificação para actividades não agrícolas, criação de microempresas, o incentivo a actividades turísticas, criação de serviços básicos para a economia das populações, valorização do património natural, a promoção e a informação de agentes económicos que exerçam a sua actividade no âmbito da aplicação das medidas deste eixo, o apoio a projectos destinados a aquisição de competências com vista a executar as Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD), acções de promoção e formação de animadores e pessoal envolvido na execução das ELD.

8.1.2 Medidas Florestais de Desenvolvimento Rural

Pagamento de compromissos já assumidos com projectos de arborização que transitam do PRODESA e PDRu e assunção de novos compromissos com projectos no âmbito do PRORURAL.

8.1.3 Fomento e Gestão dos Recursos Florestais

Gestão e beneficiação anual de cerca de 5.400 ha de pastagens baldias; Produção de plantas florestais (folhosas, resinosas e endémicas) para projectos de arborização; Continuação dos trabalhos no âmbito do "Programa de Melhoramento Florestal dos Açores"; Implementação do "Plano de Ordenamento da Floresta Açoriana" e do "Projecto-Piloto de Gestão Florestal Sustentável"; Início da construção de um "Centro de Multiplicação de Plantas".

8.2 Preservação e Valorização do Ambiente e da Paisagem Rural

8.2.1 Manutenção da Actividade Agrícola

Contrapartida financeira da Região no âmbito do FEADER - Eixo 2, medida 2.1. - Pagamentos aos agricultores para compensar desvantagens noutras zonas que não as de montanha.

8.2.2 Pagamentos Agro-Ambientais e Natura 2000

Comparticipação da Região de 15% por forma a assegurar no âmbito da aplicação do Programa de Desenvolvimento Rural ao abrigo do FEADER as candidaturas à medida 2.2. - Pagamentos agro-ambientais e natura 2000 do eixo 2. Estes pagamentos destinam-se a compensar os agricultores dos custos incorridos com as perdas de rendimento, resultantes destes explorarem parcelas situadas nas zonas da Rede Natura.

8.2.3 Uso Múltiplo da Floresta

Gestão e manutenção das 30 Reservas Florestais de Recreio da Região; Valorização e requalificação de 7 Reservas Florestais de Recreio (criação de Centros de Divulgação Florestal e de outras infra-estruturas para utentes), no âmbito do PRORURAL (*); Produção em cativeiro de espécies cinegéticas (perdizes e codornizes) e piscícolas (truta arco-íris), para repovoamentos; Reforço da capacidade de fiscalização do Corpo Guardas Florestais da RAA; Implementação de um novo estudo de "Gestão de Espécies Cinegéticas dos Açores" e do projecto FORESMAC.

8.2.4 Formação e Informação Florestal

Comemorações do "Dia Regional do Guarda Florestal" e do "Dia Mundial da Floresta"; Realização de acções de formação sobre "Gestão florestal sustentável" e de 3 programas televisivos sobre o "Dia Mundial da Floresta", "Gestão Florestal Sustentável" e "Recreio florestal"; Elaboração de material de sensibilização e de divulgação formativa e informativa sobre a actividade da DRRF, na vertente do recreio florestal: oferta de serviços/potencialidades dos espaços florestais; Formação profissional dos funcionários.

- Promover o Crescimento Sustentado da Economia

Programa 9 – Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	<i>Euro</i> Outros Fundos
9 Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca	29 497 890	20 497 890	9 000 000
9.1 Inspeção e Gestão	1 032 230	1 032 230	
9.2 Infra-Estruturas Portuárias	9 580 200	7 580 200	2 000 000
9.3 Frota	8 008 090	8 008 090	
9.4 Produtos da Pesca	2 460 140	2 460 140	
9.5 Formação Profissional	435 150	435 150	
9.6 Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas	7 982 080	982 080	7 000 000

Programação Material

9.1 Inspeção e Gestão

9.1.1 Fiscalização e Inspeção

Execução de acções periódicas (semanais / mensais) de fiscalização em todas as ilhas da RAA. Melhoramento de equipamento e material inspectivo, condições de operacionalidade dos inspectores e juristas, nomeadamente acções de formação ao nível das tecnologias da pesca, legislação, elaboração de bases de dados e de manuseamento do MONICAP e SIFICAP na óptica do utilizador, e acções de sensibilização junto da comunidade piscatória.

9.1.2 Cooperação com o DOP/IMAR/OMA e Outras entidades

Protocolos de Cooperação celebrados com o IMAR, para a gestão e exploração do N/I "Arquipélago" e da L/I "Águas Vivas". Grande reparação do N/I "Arquipélago" e execução do CEPROPESCA II – Certificação e Promoção de Pescarias e Produtos de Pesca Açorianos e do Programa de Observação para as Pescas dos Açores (POPA). Celebração de protocolos com diversas entidades para a realização de estudos/projectos no âmbito das pescas. Encargos com o Centro do Mar.

9.1.3 Congressos e Exposições

Realização da Expopescas, Feira do Mar, Semana do Pescador e de diversos encontros científicos e de profissionais para análise e debate de assuntos relacionados com o sector das pescas. Participação da Região em congressos e exposições nacionais e internacionais.

9.1.5 Sistema de Acompanhamento Electrónico

Continuação da implementação de um sistema para monitorização da actividade da pesca de embarcações inferiores a 15 metros cabinadas na Região Autónoma dos Açores. Desenvolvimento de equipamentos para embarcações não cabinadas e infra-estrutura para recolha automática de dados nos principais portos.

9.2 Infra-Estruturas Portuárias

9.2.1 Portos da Região

Pagamento dos encargos relativos à operacionalização dos portos de pesca e respectivas instalações em diversas ilhas. Realização de pequenas intervenções em infra-estruturas e equipamentos portuários.

9.2.2 Programa de Apoio à Actividade Marítimo-Portuária no Sector das Pescas

Contrato programa celebrado com a LOTAÇOR para apoio à actividade marítimo-portuária no sector das pescas.

9.2.3 Protocolos com Associações do Sector

Celebração de protocolos para a gestão dos portos de pesca com associações de pescadores/armadores.

9.2.4 Cooperação com Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais

Celebração de Acordos de Cooperação com Juntas de Freguesia para apoio dos portos de pesca. Celebração de Contratos ARAAL com Câmaras Municipais.

9.2.5 Cooperação com a Direcção de Faróis

Pagamento das despesas decorrentes da celebração de um Protocolo entre a SRAM e a Autoridade Marítima Nacional com vista à prestação de serviços de manutenção dos dispositivos de assinalamento marítimo dos portos da Região.

9.2.6 Programa Regional de Requalificação e Ampliação dos Portos de Pesca

Obras de construção e requalificação marítimas e terrestres de apoio ao sector das pescas.

- 9.2.7 Ampliação, Reordenamento e Beneficiação do Porto de Rabo de Peixe e Zonas Envolventes
Início da obra de ampliação, reordenamento e beneficiação do porto de Rabo de Peixe.

9.3 Frota

- 9.3.1 Plano Regional de Renovação Frota de Pesca
Atribuição de apoios financeiros para a renovação e modernização da frota de pesca da RAA. Pagamento despesas relativas ao acesso ao Sistema de Informação das Pescas (Si2P) e à aquisição de serviços informáticos necessários à gestão da frota.
- 9.3.2 FUNDOPESCA
Atribuição de subsídios aos pescadores quando as condições climatéricas impeçam o normal exercício da actividade.
- 9.3.3 Regime de Apoio à Motorização das Embarcações de Pesca Local
Atribuição de uma compensação financeira aos armadores das embarcações da pesca local, registadas em portos da Região Autónoma dos Açores cuja propulsão seja exclusivamente por motores fora de borda a gasolina.
- 9.3.4 Regime de Apoio à Redução de Custos da Actividade da Pesca
Atribuição de uma compensação financeira aos armadores das embarcações da pesca registadas em portos da Região Autónoma dos Açores cuja propulsão seja motores a gasóleo.
- 9.3.5 Regime de apoio à segurança no trabalho a bordo da frota de pesca
Atribuição de um apoio financeiro aos armadores destinado a apoiar os encargos com os seguros das suas tripulações.

9.4 Produtos da Pesca

- 9.4.1 Cooperação Externa
Protocolos com associações para representação da Região em fóruns nacionais, comunitários e internacionais. Apoio à deslocação de embarcações para outras zonas de pesca.
- 9.4.2 Mercados e Comercialização
Concessão de apoios às associações de armadores ou pescadores de todas as ilhas pelo serviço que prestam na gestão e no desenvolvimento do sector das pescas. Apoio à comercialização de pescado e à instalação de pescarias nas diversas ilhas.
- 9.4.3 Transformação e Aquicultura
Apoio ao sector da transformação, comercialização e aquicultura.
- 9.4.4 Apoio ao Desenvolvimento de Pescarias de Profundidade
Apoiar a diversificação da actividade das embarcações registadas na RAA para a captura de espécies de grande profundidade ou outras espécies não tradicionais, com vista a introduzir no mercado novos tipos de produtos da pesca.

- 9.4.5 Regime de Compensação ao Escoamento dos Produtos da Pesca das Ilhas de Santa Maria, Pico, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo

Atribuição de uma ajuda regional ao escoamento dos produtos da pesca capturados pelas embarcações que se encontram registadas e que operam nas ilha de Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo e também do Pico.

9.5 Formação Profissional

- 9.5.1 Divulgação

Acções de publicidade e de divulgação de eventos relacionados com o sector das pescas. Apoio a publicação de livros relacionados com a temática da pesca.

- 9.5.2 Formação

Realização de acções de formação profissional destinadas a pescadores de todas as ilhas do arquipélago. Encargos com a embarcação FORMAR. Celebração de um protocolo com a LOTAÇOR para a gestão da tripulação do FORMAR. Celebração de protocolo com outras entidades no âmbito da formação profissional.

- 9.5.3 Estruturas e Equipamentos

Investimentos em estruturas e equipamentos de apoio administrativo ao sector das pescas.

9.6 Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas

- 9.6.1 Apoio ao Investimento no Âmbito dos Projectos FEP

Pagamento da comparticipação regional de projectos promovidos por entidades públicas e privadas no âmbito do Programa Operacional PROPECAS. Pagamento de encargos das Estruturas de Apoio Técnico.

- *Promover o Crescimento Sustentado da Economia*

Programa 10 – Desenvolvimento do Turismo

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	<i>Euro</i>
			Outros Fundos
10 Desenvolvimento do Turismo	31 798 311	31 798 311	
10.1 Promoção Turística	22 144 564	22 144 564	
10.2 Oferta e Animação Turística	486 617	486 617	
10.3 Investimentos Estratégicos	9 167 130	9 167 130	

Programação Material

10.1 Promoção Turística

10.1.1 Estudos e Concertação da Política de Turismo

Desenvolvimento de diversos estudos que permitam melhor conhecer a problemática do turismo, bem como a tomada de decisões estratégicas. Participação em acções de formação relevantes para o conhecimento e desenvolvimento do sector. Acções de coordenação e de divulgação das linhas orientadoras das políticas do turismo junto dos diferentes públicos.

10.1.2 Informação Turística

Melhoria da informação turística com o recurso às novas tecnologias. Requalificação dos espaços de prestação de serviços de informação turística ao visitante, uniformizando a sua imagem.

10.1.3 Eventos Promocionais

Desenvolvimento de acções/eventos de âmbito promocional em coordenação com outras entidades reconhecidas para o efeito, tendo em vista o aumento da notoriedade da Região nos mercados externos. Esta acção terá como prioridade os seguintes mercados: Nacional, Reino Unido, Alemanha, França, Espanha, Escandinávia, Holanda, Itália, EUA e Canadá.

10.1.4 Viagens Educativas

Desenvolvimento de acções em coordenação e colaboração com os agentes do sector, que prosseguem objectivos comuns, no sentido de apoiar a organização de viagens promocionais à Região, tendo como objectivo dar maior notoriedade aos Açores nos mercados externos considerados prioritários, bem como incrementar e diversificar a comercialização com o destino. Acções desenvolvidas com diversos tipos de operadores turísticos ou órgãos de comunicação social.

10.1.5 Materiais de Promoção

Edição e aquisição de materiais de promoção turística para suporte promocional às acções desenvolvidas pela Direcção Regional do Turismo e aos empresários do sector turístico. Edição de material informativo para distribuição aos visitantes e aos empresários do sector.

10.1.6 Campanhas Publicitárias

Celebração de contratos-programa com entidades desportivas para desenvolvimento de planos de acção que concorrem para o incremento da visibilidade dos Açores no mercado nacional. Celebração de um contrato-programa com uma entidade responsável pela promoção turística nos mercados externos. Celebração de um Protocolo com o Turismo de Portugal com vista a incrementar a promoção externa levada a cabo pelos operadores turísticos em mercados prioritários. Inserções publicitárias em meios considerados importantes para a divulgação do destino Açores. Desenvolvimento de campanha multinacional, de grande espectro para o aumento da notoriedade do destino Açores, nos mercados prioritários.

10.2 Oferta e Animação Turística

10.2.1 Estruturas Físicas de Apoio

Celebração de acordos com autarquias ao abrigo do DLR n.º 32/2002/A, de 8 de Agosto, para desenvolvimento de acções de requalificação da oferta turística local e intervenção em espaços geridos pela Secretaria Regional da Economia.

10.2.2 Animação Turística

Desenvolvimento de acções de animação em todas as Ilhas dedicadas ao turista. Contratação de serviços de animação temática que promovam o aumento da estadia média do visitante e a requalificação da oferta turística.

10.2.3 Qualificação dos Percursos Pedestres e de Outros Produtos Turísticos

Desenvolvimento de produtos para qualificação da oferta turística, em conformidade com as linhas orientadoras do Plano de Marketing. Produção e colocação de sinalética nos percursos pedestres, sua limpeza e manutenção, nas diferentes ilhas. Acompanhamento técnico dos trabalhos pelo Gabinete de Apoio ao Turismo de Natureza e Espaço Rural.

10.3 Investimentos Estratégicos

10.3.1 Iniciativas Diversas

Regime de financiamento público de iniciativas com interesse para a promoção e animação turística dos Açores (DLR n.º 18/2005/A, de 20 de Julho). Contratos-programa de investimento com interesse para o desenvolvimento do turismo dos Açores (DLR n.º 30/2006/A, de 8 de Agosto).

10.3.2 Centro Cultural e de Congressos

Desenvolvimento de um plano de acções de interesse económico geral de animação de cariz cultural e turístico ao abrigo do Contrato celebrado com o Teatro Micaelense - Centro Cultural e de Congressos, SA em 8 de Novembro de 2007.

10.3.3 Desenvolvimento dos Recursos Termais

Acções de apoio ao desenvolvimento dos recursos termais com interesse para a exploração turística. Acções de manutenção da oferta nas Termas da Ferraria e do Carapacho.

10.3.5 Termas do Varadouro

Recuperação das Termas do Varadouro e acções correlacionadas tendo em vista a sua requalificação.

10.3.6 Projecto da Marina da Barra e Requalificação da Zona Envolvente

Realização de acções e parcerias tendo em vista o desenvolvimento do projecto da Marina da Barra e Requalificação da Zona Envolvente.

- *Promover o Crescimento Sustentado da Economia*

Programa 11 – Fomento da Competitividade

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	<i>Euro</i> Outros Fundos
11 Fomento da Competitividade	51 611 594	41 986 594	9 625 000
11.1 Sistemas de Incentivos	30 755 675	30 755 675	
11.2 Apoio ao Empreendedorismo	68 820	68 820	
11.3 Qualidade e Inovação Tecnológica	270 340	270 340	
11.4 Apoio à Actividade Empresarial	19 844 929	10 219 929	9 625 000
11.5 Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais	519 060	519 060	
11.6 Micro Crédito	113 050	113 050	
11.7 Instalações e Equipamentos da Secretaria Regional da Economia	39 720	39 720	

Programação Material

11.1 Sistemas de Incentivos

11.1.1 Sistemas de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores

Pagamento de incentivos relativos a projectos aprovados no âmbito do SIDER - Sistemas de Incentivo para o Desenvolvimento Regional dos Açores e encargos resultantes do funcionamento do programa. Apoio à execução de políticas específicas de desenvolvimento na área da economia.

11.1.2 Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo - Empreende Jovem

Pagamento de incentivos relativos a projectos aprovados no âmbito do Empreende Jovem e encargos resultantes do funcionamento do programa.

11.1.3 Sistema de Apoio à Promoção de Produtos Açorianos

Pagamento dos incentivos do Sistema de Apoio à Promoção de Produtos Açorianos e encargos resultantes do funcionamento do sistema.

11.1.4 Sistema de Incentivos ao Artesanato

Apoio financeiro a projectos de formação, de participação em feiras, de promoção e de investimento em unidades produtivas artesanais.

11.2 Apoio ao Empreendedorismo

11.2.1 Dinamização do Espírito Empreendedor

Fomento do espírito empreendedor junto dos jovens, mediante a realização de acções diversas, designadamente através do Concurso Regional de Empreendedorismo, da realização da Gala do Empreendedor, de encargos decorrentes da conclusão do Projecto GEM Açores (estudo sobre empreendedorismo), de encargos relacionados com o processo conducente à criação nos Açores de um Business Innovation Centre em cooperação com a Direcção Regional de Ciência, Tecnologia e Comunicações.

11.3. Qualidade e Inovação Tecnológica

11.3.1 Dinamização do Sistema Tecnológico

Apoio à investigação e ao desenvolvimento tecnológico, transferência de tecnologia para as empresas e controlo metrológico.

11.3.2 Promoção da Qualidade

Implementação das acções decorrentes da Estratégia Regional para a Qualidade e apoio à implementação de sistemas de gestão pela qualidade. Promoção de boas práticas no sector industrial e planos de formação para o tecido empresarial. Promoção de programas de segurança alimentar. Desenvolvimento do projecto para a certificação da Direcção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade pela Norma NP EN ISO 9001:2008.

11.4. Apoio à Actividade Empresarial

11.4.1 Valorização dos Recursos Geológicos

Desenvolvimento do projecto TERMAZ – Termalismo, Lamas Termais e Águas Engarrafadas dos Açores, em cooperação com o INOVA - Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores. Acções de fiscalização de recursos geológicos, sobretudo massas minerais, em colaboração com as restantes entidades, nomeadamente, a Direcção Regional do Ambiente.

11.4.2 Divulgação das Potencialidades Económicas

Participação em feiras e exposições e realização de acções promocionais de produtos açorianos. Desenvolvimento de acções promocionais e pagamento de rendas da "Loja Açores".

11.4.3 Mobilização da Iniciativa Empresarial e Captação de Investimento

Promoção de parcerias com associações empresariais. Desenvolvimento de acções para incrementar a produtividade e competitividade do sector empresarial. Contrato-programa com a APIA - Agência de Promoção do Investimento dos Açores. Operacionalização de diversos programas e instrumentos nomeadamente, o Poseima, cadastro comercial e industrial, venda de estampilhas especiais para bebidas espirituosas, licenciamento do comércio externo e registo de declaração prévia dos estabelecimentos de restauração e bebidas.

- 11.4.4 **Informações ao Investidor**
Acções de divulgação dos sistemas de incentivos junto dos empresários açorianos e de toda a informação relevante para o sector empresarial. Despesas com o funcionamento da rede de Gabinete do Empreendedor. Realização de seminários, colóquios e outros eventos.
- 11.4.5 **Apoio ao Cooperativismo**
Prestação de apoio técnico às cooperativas e divulgação de informação relevante para o sector. Desenvolvimento da base de dados do sector cooperativo – SISCOOP - e sua adaptação ao Sistema de Normalização Contabilística.
- 11.4.6 **Estudos e Projectos**
Desenvolvimento do Projecto MAC-Welcome, que visa dotar as regiões comerciais da Macaronésia de serviços gratuitos de informação mais eficientes e abrangentes para o cidadão/visitante, ao nível das economias locais através da introdução de tecnologia avançada. Apoio à realização de estudos com importância para a actividade económica regional.
- 11.4.7 **Apoio ao Desenvolvimento da Actividade Económica**
Transferências para o FRACDE - Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico para a promoção da coesão económica, social e territorial dos Açores.
- 11.5 Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais**
- 11.5.1 **Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais**
Formação profissional em artesanato e formação específica em actividades artesanais e transversais a esta área. Apoio à inovação, ao aperfeiçoamento e à transmissão de conhecimento.
- 11.5.2 **Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Ofícios**
Apoio à realização e à participação do Centro Regional de Apoio ao Artesanato em feiras de artesanato regionais e nacionais. Divulgação do Artesanato dos Açores e produção de diverso material promocional. Arrendamento de espaços para a comercialização de artesanato. Estabelecimento de parcerias técnico-financeiras com entidades responsáveis pela dinamização de unidades produtivas artesanais.
- 11.5.3 **Certificação e Protecção dos Produtos e Serviços Artesanais**
Acompanhamento técnico dos produtos já certificados e certificação de novas produções artesanais. Promoção de produtos certificados.
- 11.6 Micro Crédito**
- 11.6.1 **Regime de Apoio ao Micro Crédito Bancário**
Pagamento dos encargos resultantes da execução do Regime de Apoio ao Micro Crédito Bancário. Realização de uma conferência versando a temática da micro finança.
- 11.7 Instalações e Equipamentos da Secretaria Regional da Economia**
- 11.7.1 **Equipamentos da Secretaria Regional da Economia**
Melhoria dos espaços e equipamentos de apoio ao atendimento ao público e às empresas. Intervenção nas instalações da Secretaria Regional da Economia.

- *Promover o Crescimento Sustentado da Economia*

Programa 12 – Ciência, Tecnologia, Sistemas de Informação e Comunicações

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	<i>Euro</i> Outros Fundos
12 Ciência, Tecnologia, Sistemas de Informação e Comunicações	14 120 839	14 120 839	
12.1 Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores	12 453 487	12 453 487	
12.2 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRCTE	788 320	788 320	
12.3 Comunicações	353 010	353 010	
12.4 Cartografia	526 022	526 022	

Programação Material

12.1 Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores

12.1.1 Apoio a Instituições de Investigação Científica

Manutenção e desenvolvimento de núcleos especializados de I&D. Pólos de redes de observação e monitorização. Apoio ao funcionamento do IBBA e CIVISA. Apoio à criação de infra-estruturas do IBBA.

12.1.2 Projectos de Investigação Científica com Interesse para o Desenvolvimento Sustentável dos Açores

Projectos de investigação científica e tecnológica para implementação de políticas públicas. Projectos e redes de investigação em parceria com instituições científicas internacionais

12.1.3 Apoio à Formação Avançada

Bolsas de investigação científica e tecnológica para a empregabilidade e formação, dirigidas para doutorados, licenciados e técnicos de investigação. Apoio à fixação de bolseiros na RAA. Apoio à organização de eventos, reuniões científicas e publicações.

12.1.4 Apoio a Infra-Estruturas de Divulgação Científica e Tecnológica

Criação, manutenção e desenvolvimento de infra-estruturas de divulgação da C&T. Projectos para o desenvolvimento do ensino experimental das ciências. Ateliers de ciência.

12.1.5 Iniciativas de I&D de Contexto Empresarial

Desenvolvimento de infra-estruturas tecnológicas, designadamente no âmbito dos parques tecnológicos. Apoio a projectos de investigação.

12.1.6 Desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação

Necessidade de competências básicas em TIC; Melhoria das acessibilidades às TIC; Espaços TIC e Escolas Digitais. Modernização e eficiência administrativa.

12.1.7 Apoio à Integração dos Cidadãos Portadores de Deficiência na Sociedade do Conhecimento

Apoio à aquisição de equipamentos na área das TIC para cidadãos portadores de deficiência. Reequipamento de infra-estruturas destinadas a cidadãos portadores de deficiência e com necessidades educativas especiais.

12.1.8 Apoio ao Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores

Comparticipação financeira para o desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores.

12.1.9 Construções Universitárias da Terceira e da Horta

Comparticipação financeira para as despesas da Universidade dos Açores com o equipamento dos edifícios interdepartamental de Angra e do DOP na Horta.

12.2 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRCTE

12.2.1 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRCTE

Reestruturação dos programas informáticos da SRCTE.

12.2.2 Sistemas de Informação e Comunicações da SRCTE

Comunicações da SRCTE.

12.3 Comunicações

12.3.1 Promoção/Divulgação/Cooperação

Congresso de Telecomunicações e Formação em ITED

12.3.2 Estação de Rastreamento de Satélites, Estações VLBI e Centro de Monitorização do Atlântico

Estação de rastreamento de satélites de Santa Maria; Estações VLBI e Centros de Monitorização do Atlântico e Outras.

12.4 Cartografia

12.4.1 Geodesia e Cartografia

Alargamento da rede de estações permanentes da RAA (RPRAA). Contratação de novos voos. Contratação para ortofotocartografia. Renovação de alguns equipamentos topográficos.

12.4.2 Cadastro Predial

Execução do cadastro predial. Informatização da informação cadastral.

12.4.3 RAEGE

Arranque do projecto RAEGE em cooperação com o IGN Espanha

12.4.4 Projectos Comunitários Transnacionais

Projectos: CARTOGRAF- voo ilha Terceira; GABITEC - Conversão de Informação cartográfica analógica para digital, GEOCID - criação de um portal para disponibilização de informação geográfica.

12.4.5 Informação Geográfica

Projectos de endereços; Manutenção e actualização do Portal IDEIA; Organização da informação geográfica; Projecto Corine.

- *Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social*

Programa 13 – Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	<i>Euro</i> Outros Fundos
13 Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social	25 578 518	23 578 518	2 000 000
13.1 Equipamentos de Apoio a Idosos	7 643 878	7 643 878	
13.2 Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude	3 509 481	3 509 481	
13.3 Equipamentos de Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	1 619 609	1 619 609	
13.4 Equipamentos de Apoio à Família, Comunidade e Serviços	11 739 860	9 739 860	2 000 000
13.5 Igualdade de Oportunidades	1 065 690	1 065 690	

Programação Material

13.1 Apoio a Idosos

13.1.1 Construção de lar nos Arrifes

Construção de edifício para lar de idosos, centro de dia e serviço de apoio domiciliário nos Arrifes, Ponta Delgada.

13.1.3 Remodelação e adaptação de edifício para lar de idosos na Praia da Vitória

Reconstrução quase total do edifício do antigo tribunal da Praia da Vitória para ampliação da capacidade de apoio a idosos em lar

13.1.4 Criação de Lar de Idosos na Calheta

Criação de uma nova unidade de lar de idosos na Vila da Calheta, São Jorge.

- 13.1.7 Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa
 - Cumprimento dos apoios legalmente previstos de apoio à iniciativa privada na área de idosos.
- 13.1.8 Projecto de Implementação da Rede de Cuidados Continuados dos Açores
 - Apoio à implementação da Rede de Cuidados Continuados Integrados (RCCI) dos Açores.
- 13.1.9 Criação, Melhoramentos e Apetrechamento de Equipamentos Sociais de Apoio aos Idosos
 - Realização de investimentos e atribuição de apoios a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e equiparadas na área do apoio aos idosos.
- 13.1.10 Construção de lar de idosos no Pico da Pedra
 - Construção de novo edifício para lar de idosos no Pico da Pedra.
- 13.1.11 Construção de lar de idosos e centro de dia em Rabo de Peixe
 - Construção de novos equipamentos sociais em Rabo de Peixe em terreno adquirido para o efeito.
- 13.1.12 Criação de centro de dia, centro de convívio e serviço de apoio domiciliário no Porto Judeu
 - Construção de novo edifício para criação de centro de dia, centro de convívio e serviço de apoio domiciliário no Porto Judeu.
- 13.1.13 Construção de lar de idosos em São Brás
 - Construção do novo edifício para instalação de lar de idosos em S. Brás, Praia da Vitória.
- 13.1.14 Adaptação de edifício a centro de dia e apoio ao domicílio das Cinco Ribeiras
 - Adaptação de edifício a centro de dia e apoio ao domicílio das Cinco Ribeiras.
- 13.1.15 Construção de edifício para centro de convívio de idosos e atelier de tempos livres no Posto Santo, Angra do Heroísmo
 - Construção de edifício para centro de convívio de idosos e atelier de tempos livres no Posto Santo, Angra do Heroísmo.
- 13.1.16 Criação de centro de dia na Urzelina
 - Adaptação de edifício para instalação de centro dia na Urzelina, Velas.

13.2 Apoio à Infância e Juventude

- 13.2.1 Construção de edifício para creche em Vila Porto
 - Construção de edifício para criação de uma creche em Santa Maria.
- 13.2.2 Construção de novo edifício para creche em Ponta Delgada
 - Construção de novo edifício para instalação da creche existente, que funciona em condições precárias, com aumento de capacidade.
- 13.2.3 Construção de creche e atelier de tempos livres nos Arrifes
 - Construção de novo edifício para instalação de creche e atelier de tempos livres nos Arrifes.

- 13.2.4 Construção de edifício para creche e serviço de apoio domiciliário nas Capelas
Construção de novos edifícios, em terreno adquirido para o efeito.
- 13.2.9 Construção de edifício p/creche, jardim e centro de actividades ocupacionais em Sta. Cruz da Graciosa
Construção de edifício para os equipamentos já existentes, em terreno adquirido há alguns anos.
- 13.2.13 Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa
Apoios legalmente previstos de apoio à iniciativa privada na área da infância e juventude.
- 13.2.15 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude
Realização de investimentos e atribuição de apoios a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e equiparadas na área do apoio à infância e juventude.
- 13.2.17 Remodelação e ampliação de edifício para criação de novo equipamento de creche na Horta
Construção de edifício para creche na cidade da Horta.
- 13.2.18 Construção de edifício para creche, centro de dia e Casa do Povo na Maia
Construção de edifício para creche, centro de dia e Casa do Povo na Maia.

13.3 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais

- 13.3.3 Construção de centro de actividades ocupacionais da Ribeira Grande
Recuperação total de edifício antigo e sua adaptação, para instalação do actual centro de actividades ocupacionais da Ribeira Grande.
- 13.3.5 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência
Realização de investimentos e atribuição de apoios a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e equiparadas na área do apoio aos públicos com necessidades especiais.
- 13.3.7 Criação de lar residencial para cidadãos portadores de deficiência nos Valados, Ponta Delgada
Criação de lar residencial para cidadãos portadores de deficiência nos Valados, Ponta Delgada.

13.4 Apoio à Família, Comunidades e Serviços

- 13.4.1 Programa de Alargamento dos Equipamentos Sociais dos Açores - PARESA
Comparticipação em investimentos de IPSS e equiparadas para alargamento da rede de equipamentos sociais nos Açores.
- 13.4.2 COMPAMID
Complemento para aquisição de medicamentos para idosos.

- 13.4.3 Investimentos de capital para Segurança Social na Região dos Açores (CGFSS)
Obras de recuperação e melhoramento nos edifícios de serviços de Segurança Social e infra-estruturação de serviços.
- 13.4.4 Construção de Edifício para Serviços de Segurança Social e Casa do Povo - Achadinha
Construção de Edifício para Serviços de Segurança Social e Casa do Povo na Achadinha, Nordeste.
- 13.4.8 Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação
Realização, participação e colaboração em estudos, projectos, conferências, formação, bem como a participação em mecanismos de cooperação com outras instituições, nas áreas de actuação da Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social.
- 13.4.10 Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios e equipamentos de apoio à Comunidade e dos Serviços de Segurança Social
Apoios pontuais a situações de necessidade urgente em vários tipos de apoio à comunidade e criação, melhoramento e apetrechamento dos Serviços de Segurança Social, nomeadamente da DRSSS e do SADEL.
- 13.4.12 Promoção da qualidade da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais na RAA
Desenvolvimento do sistema de avaliação da qualidade dos serviços e equipamentos sociais da RAA e promoção da aplicação de boas práticas e mecanismos de auto-avaliação da qualidade da rede de serviços e equipamentos sociais através da atribuição de apoios
- 13.4.13 Adequação Tecnológica dos Serviços da Segurança Social
Acções de adequação tecnológica dos serviços da Segurança Social, nomeadamente a aquisição de equipamentos tecnológicos e software informático para a DRSSS e SADEL.
- 13.4.14 Fundo de Compensação Social
Reforço e criação de mecanismos de apoio às famílias açorianas, com o objectivo de minimizar alguns dos impactos das medidas a vigorar a nível nacional em 2011.

13.5 Igualdade de Oportunidades

- 13.5.1 Promoção do Princípio da Igualdade de Oportunidades para Todos
Prosseguir a implementação e disseminação do Plano Regional para a Igualdade de Oportunidades; Implementação do Programa Família, Escola e Comunidade - Berços da Cidadania e Igualdade de Oportunidades; Implementação e funcionamento do Conselho Regional para a Igualdade de Oportunidades; Apoio a Instituições para a manutenção dos Centros de Informação e Acompanhamento das Políticas de Igualdade e desenvolvimentos de acções; Promoção e apoio a Acções de sensibilização, formação, informação, divulgação e certificação de boas práticas no combate à discriminação e promoção da Igualdade de Oportunidades; Realização Estudos, Projectos, Conferências, Acções de Cooperação e Intervenção Tecnológica.

13.5.2 Disseminação da perspectiva da Igualdade de Género e promoção de medidas facilitadoras da conciliação da pessoal com a vida profissional

Desenvolvimento, certificação e apoio a entidades privadas na Promoção de medidas e acções facilitadoras da conciliação da vida pessoal com a profissional; Promoção e apoio a acções de sensibilização, formação, informação potenciadoras do mainstreaming da perspectiva de Género; Realização Estudos, Projectos, Conferências e Acções de Cooperação e Intervenção Tecnológica com o objectivo de implementar os Planos da Igualdade na Administração Regional, Local e nas entidades privadas.

13.5.3 Combater e prevenir a violência e atitudes discriminatórias

Implementação e Acompanhamento do Plano Regional de Prevenção e Combate violência doméstica; Promoção e apoio a acções de Sensibilização, formação, informação, divulgação e certificação de Boas Práticas; Manutenção e alargamento de estruturas de apoio, prevenção e acolhimento para vítimas de violência (mulheres, crianças e idosos) e serviços de proximidade de atendimento às vítimas; Implementação do Serviço de Teleassistência a vítimas de violência; Criação de Programa de Reabilitação de Agressores Sexuais; Realização Estudos, Projectos, Conferências e Acções de Cooperação e Intervenção Tecnológica; Apoiar acções na área da Formação e emprego protegido e promoção de competências para a empregabilidade para vítimas de violência e mulheres em situação de risco; Manter e alargar Programa de Suporte Socioeconómico a vítimas de violência; Alargamento do Programa de Reabilitação de Agressores Conjugais - Contigo; Manutenção da Linha de Informação contra a discriminação e violência.

13.5.4 Potenciar a inclusão social e consequente mobilidade social de grupos mais vulneráveis

Programa de Suporte Psicossocial e Socioeconómico a pessoas em grave situação de exclusão; Apoiar acções na área da Formação e promoção de competências para a empregabilidade; Apoio à criação ou melhoria de estruturas e acções facilitadoras do atendimento aos públicos mais vulneráveis.

13.5.5 Igualdade de Oportunidades para pessoas com deficiência

Implementar ou apoiar acções de sensibilização, formação, informação para os direitos e certificação de boas práticas; Realização de Estudos, Projectos, Conferências, Acções de Cooperação e Intervenção Tecnológica; Apoio à implementação de melhorias nas Edificações para promover a acessibilidades; Desenvolver e apoiar acções na área da Formação e emprego protegido e promoção de competências para a empregabilidade; Implementar ou apoiar acções, estruturas e equipamentos facilitadoras da promoção da Igualdade de Oportunidades e prevenção e combate à discriminação para pessoas com deficiência; desenvolver e Apoiar acções promotoras do acesso à Cultura, Desporto e Lazer; Programa Casa para Todos; Plano Regional de Acessibilidades.

13.5.6 Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios, equipamentos e serviços da DRIO

Apoio a equipamentos e adequação tecnológica.

- *Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social*

Programa 14 – Habitação

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	<i>Euro</i> Outros Fundos
14 Habitação	23 377 230	23 377 230	
14.1 Incentivos à Construção e Aquisição de Habitação Própria	4 394 330	4 394 330	
14.2 Recuperação do Parque Habitacional	3 440 750	3 440 750	
14.3 Promoção de Habitação para Realojamentos	14 885 880	14 885 880	
14.4 Equipamentos Públicos, Adequação Tecnológica e Cooperação	656 270	656 270	

Programação Material

14.1 Incentivos à Construção e Aquisição de Habitação Própria

14.1.1 Apoio à Construção, Ampliação e Alteração de Habitação Própria

Subsídios não reembolsáveis a atribuir às famílias para comparticipação na construção, ampliação e alteração de habitação própria, ao abrigo do regime instituído pelo DLR nº 59/2006/A, de 29 de Dezembro.

14.1.2 Apoio à Aquisição de Habitação Própria

Subsídios não reembolsáveis a atribuir às famílias para comparticipação na aquisição de habitação própria, ao abrigo do regime instituído pelo DLR nº 59/2006/A, de 29 de Dezembro.

14.1.3 Aquisição de Solos

Encargos com aquisição de solos urbanizáveis para a promoção de habitação própria e de custos controlados pelas vias individual, empresarial e cooperativa, ao abrigo do regime instituído pelo DLR nº 21/2005/A, de 3 de Agosto.

14.1.4 Apoio ao Arrendamento a Famílias Carentes e Jovens

Subsídios ao arrendamento de prédios ou de fracções autónomas de prédios urbanos, destinados à habitação, a atribuir a famílias carenciadas.

14.1.6 Operações de Loteamento e Obras de Urbanização

Obras de urbanização para a promoção de habitação própria e de custos controlados pelas vias individual, empresarial e cooperativa, ao abrigo do regime instituído pelo DLR 21/2005/A, de 3 de Agosto.

14.1.7 Reabilitação de Infra-estruturas Habitacionais

Reabilitação de infra-estruturas habitacionais em diversos loteamentos da Região Autónoma dos Açores, para efeitos de integração no domínio público Municipal.

14.1.8 Contrato Programa com a SPRHI, SA - Sismo

Encargos decorrentes do contrato programa celebrado entre a Região Autónoma dos Açores e SPRHI, SA, no âmbito do sismo de 1998 e celebração de novo contrato programa para conclusão das intervenções do sismo.

14.2 Recuperação do Parque Habitacional

14.2.1 Programa de Reabilitação Urbana

Apoios não reembolsáveis a atribuir às famílias, ao abrigo do regime da concessão dos apoios financeiros a obras de reabilitação, reparação e beneficiação em habitações degradadas - DLR nº 6/2002/A, de 11 de Março.

14.2.2 Apoio à Recuperação do Parque Habitacional Autárquico – Colaboração com Autarquias

Intervenções a levar a efeito em operações de recuperação, reabilitação e requalificação de habitações degradadas promovidas por autarquias.

14.2.3 Recuperação do Parque Habitacional Social da RAA

Intervenções a levar a efeito em operações de recuperação e reabilitação do parque habitacional do domínio privado da Região Autónoma dos Açores

14.2.4 Apoio à Recuperação de Imóveis Afectados por Têrmitas

Subsídios não reembolsáveis em intervenções a levar a efeito em habitações, ao abrigo do regime jurídico da concessão de apoios financeiros no combate à infestação por têrmitas - DLR 20/2005/A, de 22 de Julho.

14.2.5 Reconstrução de Habitação - Administração Directa - Sismos

Apoios financeiros a conceder a agregados sinistrados do sismo de 9 de Julho de 1998, nas ilhas do Faial e do Pico, ao abrigo do DLR nº 15-A/98/A, de 25 de Setembro, e Portaria nº 11/2001, de 8 de Fevereiro.

14.2.6 Programa de Requalificação Habitacional

Desenvolvimento de acções de apoio à requalificação de habitações.

14.3 Promoção de Habitação para Realojamentos

14.3.1 Acordos de Colaboração RAA/IHRU - PROHABITA

Encargos com a construção/aquisição de habitação para realojamento de famílias residentes em barracas ou situações abarracadas, no âmbito do programa de financiamento para acesso à habitação - PROHABITA, instituído pelo Decreto-Lei nº 135/2004, de 3 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 54/2007, de 12 de Março.

14.3.2 Cooperação com Autarquias - Acordos Colaboração RAA/IHRU, I.P./Municípios

Encargos com empréstimos contraídos para construção/aquisição de habitação destinada a realojamento de famílias residentes em barracas ou situações abarracadas, ao abrigo dos contratos ARAAL celebrados com os municípios de Ponta Delgada, Lagoa, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.

14.3.3 Salvaguarda Habitacional de Famílias em Situação de Risco

Operações de realojamento de agregados familiares a residir em zonas de risco, nomeadamente falésias, orla costeira e leitos de ribeiras.

14.3.4 Acordos de Colaboração RAA/IHRU, I.P – PROHABITA, em Rabo de Peixe

Realojamento de famílias da orla marítima de Rabo de Peixe, no âmbito do Acordo de Colaboração celebrado entre a RAA e o IHRU, ao abrigo dos Decretos -Lei nº 226/87, de 6 de Junho, 197/95, de 29 de Julho, 30/97, de 28 de Janeiro, e 157/02, de Julho

14.3.5 Cooperação com Autarquias - Acordos RAA/IHRU/Município da Ribeira Grande, em Rabo de Peixe

Realojamento de famílias no âmbito do acordo de colaboração celebrado entre a RAA, o IHRU e o Município da Ribeira Grande, ao abrigo dos Decretos -Lei nº 226/87, de 6 de Junho, 197/95, de 29 de Julho, 30/97, de 28 de Janeiro.

14.3.7 Resolução de Situações de Grave Carência Habitacional

Aquisição, construção e arrendamento, para subarrendamento, de imóveis destinados à habitação para resolução de situações de grave carência habitacional, em regime de renda apoiada, cujo regime foi instituído pelo DLR nº 23/2009/A de 16 de Dezembro.

14.3.8 Cooperação com Autarquias - Contratos ARAAL

Cooperação com Autarquias - Contratos ARAAL

14.3.9 Contratos Programa com a SPRHI, SA

Contratos Programa a celebrar com SPRHI SA, no âmbito de acções de realojamento e de requalificação do Bairro Habitacional da Terra Chã.

14.4 Equipamentos Públicos, Adequação Tecnológica e Cooperação

14.4.1 Requalificação do Edifício e Equipamentos para a DRH

Obras de requalificação e adaptação de edifícios para os serviços da Direcção Regional de Habitação.

14.4.2 Adequação Tecnológica dos Serviços

Actualização do equipamento informático, e respectivo software, para os serviços da DRH.

14.4.4 Observatório Sócio-Habitacional dos Açores

Investimentos no âmbito da estrutura técnica de cooperação e de planeamento interdepartamental e interdisciplinar, criada pela Resolução nº 69/2006, de 29 de Junho.

14.4.5 Reabilitação de Equipamentos

Reabilitação de equipamentos, nomeadamente, das viaturas afectas à DRH.

- *Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social*

Programa 15 – Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de Saúde

Programação Financeira

Programa/Projectos		Investimento Público	Plano	<i>Euro</i> Outros Fundos
15	Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de Saúde	29 875 209	29 875 209	
15.1	Construção de Novas Infra-Estruturas	8 317 591	8 317 591	
15.2	Remodelação, Ampliação e Beneficiação de Unidades de Saúde	5 274 941	5 274 941	
15.3	Apetrechamento e Modernização	1 313 875	1 313 875	
15.4	Formação e Iniciativas em Saúde	14 278 662	14 278 662	
15.5	Tecnologias de Informação na Saúde	690 140	690 140	

Programação Material

15.1 Construção de Novas Infra-Estruturas

15.1.1 Unidades de Saúde

Projectos e construção de infra-estruturas de apoio ao SRS.

15.1.2 Centros de Saúde de Sta. Cruz da Graciosa, Madalena e Ponta Delgada

Projecto e construção do Novo Centro de Saúde de Ponta Delgada e construção dos Novos Centros de Saúde de Santa Cruz da Graciosa e da Madalena do Pico.

15.1.3 Centro de Rádio-Terapia dos Açores

Centro de Rádio-Terapia dos Açores.

15.2 Remodelação, Ampliação e Beneficiação de Unidades de Saúde

15.2.1 Remodelação e Ampliação de Unidades de Saúde

Apoio geral das obras de remodelação e ampliação necessárias á constante adequação e evolução das instalações da rede de Saúde da Região Autónoma dos Açores, com destaque para o Centro de Saúde de Vila do Porto e para a obra do Bloco C do Hospital da Horta.

15.2.2 Beneficiação de Unidades de Saúde

Apoio geral a obras de beneficiação nas Unidades de Saúde do Serviço Regional.

15.3 Apetrechamento e Modernização

15.3.1 Equipamentos para Unidades de Saúde

Aquisição, substituição, actualização e reparação dos diversos tipos de equipamentos das Unidades de Saúde da Região.

15.3.3 Emergência Médica

Empreitada do Heliporto da Calheta da Ilha de São Jorge. Programa Regional para a Utilização de DAE por Não Médicos e de Acesso Público à Desfibrilhação. Projectos no âmbito da Emergência Médica, Plescamac 2 e outros.

15.4 Formação e Iniciativas em Saúde

15.4.1 Actualização de Profissionais de Saúde

Atribuição e processamento de bolsas de estudo, execução do programa de formação para profissionais de saúde e comparticipação financeira na realização de encontros, seminários e jornadas de saúde e outras formas de actualização profissional.

15.4.2 Plano Regional de Saúde

Projecto para a Prevenção e Tratamento da Obesidade Infantil na Região e Rastreio de Retinopatia Diabética. Operacionalização do Plano Regional de Saúde 2009-2012 e dos Programas Regionais respectivos. Assinalamento de dias comemorativos. Participação em eventos. Realização de campanhas.

15.4.3 Prevenção e Tratamento de Comportamentos de Risco

Implementação do plano regional contra as dependências, com a análise e estudo pelas equipas locais de intervenção e posterior actuação, comparticipação em projectos no âmbito da prevenção e tratamento, criação de projectos de intervenção específica em zonas de risco, realização de campanhas de prevenção em meio escolar e extra-escolar, programa de intervenção precoce, eventos de sensibilização à prevenção e tratamento, apoio à dissuasão, início da construção do Centro de Reabilitação em S. Miguel e conclusão do processo de criação de um Centro de Adictologia no Faial, programas de unidades móveis e programas de reinserção.

15.4.4 Projecto de Implementação e Operacionalização da Rede de Cuidados Continuados e Paliativos

Projecto de Implementação e Operacionalização da Rede de Cuidados e Paliativos promovendo a diversificação e disponibilização de cuidados saúde domiciliários e a articulação com a rede de cuidados continuados integrados.

- 15.4.5 Projecto de implementação e operacionalização da melhoria de acessibilidade ao SRS
 - Dinamizar e apoiar um programa de melhoria do acesso no âmbito do Serviço Regional de Saúde de modo a adequar-se às necessidades da população, nomeadamente a recuperação das listas de espera e a cobertura assistencial a utentes sem médico de família. Dinamizar e apoiar programas e projectos de melhoria de acesso ao Serviço Regional de Saúde (Prestação de cuidados de saúde a estrangeiros; Enfermeiro de Família; Linha Saúde Açores; Cobertura assistencial; entre outros).
- 15.4.6 Políticas de saúde materna, planeamento familiar e incentivo à natalidade
 - Medidas de apoio à implementação de políticas de saúde materna, planeamento familiar e incentivo à natalidade.
- 15.4.7 Parcerias
 - Apoio a instituições do SRS e a pessoas colectivas, públicas ou privadas, para o desenvolvimento de projectos no domínio da saúde.
- 15.4.8 Promoção da qualidade dos serviços e de captação e qualificação de profissionais de saúde
 - Prosseguir com a implementação de programas de qualidade, certificação e acreditação dos serviços de saúde com vista a introduzir melhorias de qualidade na prestação de cuidados de saúde, assim como proporcionar o aumento da qualificação dos profissionais que desempenham funções na área da qualidade.
- 15.4.9 Vale Saúde
 - Dar continuidade ao projecto de implementação do Vale Saúde na RAA.
- 15.4.10 Plano Regional de Vacinação
 - Prosseguir com o plano regional de vacinação.
- 15.4.11 Planos de contingência - Saúde Pública
 - Iniciativas de contingência para manutenção da saúde pública.
- 15.4.12 Deslocação de doentes
 - Apoio a doentes nas deslocações inter-ilhas e estrangeiro.
- 15.4.13 Política do Medicamento
 - Desenvolvimento de processos de controlo de substâncias psicotrópicas/estupefacientes.
- 15.5 Tecnologias de Informação na Saúde**
 - 15.5.1 Sistemas de Informação da Saúde
 - Continuação do desenvolvimento, instalação e manutenção do projecto Sistema de Informação da Saúde - Azores Região Digital - SIS-ARD.

- *Gerir com Eficiência o Território Promovendo a Qualidade Ambiental*

Programa 16 – Ordenamento do Território, Qualidade Ambiental e Energia

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	Euro Outros Fundos
16 Ordenamento do Território, Qualidade Ambiental e Energia	43 283 011	43 283 011	
16.1 Ordenamento do Território	11 946 687	11 946 687	
16.2 Recursos Hídricos	5 112 619	5 112 619	
16.3 Sistemas de Informação, Divulgação e Apoio à Decisão	211 180	211 180	
16.4 Modernização dos Serviços	38 920	38 920	
16.5 Conservação da Natureza	1 985 407	1 985 407	
16.6 Património Mundial	583 890	583 890	
16.7 Avaliação Ambiental	479 603	479 603	
16.8 Resíduos	17 226 318	17 226 318	
16.9 Promoção Ambiental	2 705 087	2 705 087	
16.10 Utilização Racional de Energia	1 630 900	1 630 900	
16.11 Serviço Público e Social	875 830	875 830	
16.12 Instalação e Equipamento da Direcção Regional da Energia	194 630	194 630	
16.13 Assuntos do Mar	291 940	291 940	

Programação Material

16.1 Ordenamento do Território

16.1.1 Revisão, Elaboração e Implementação do PROTA

PSOTAE - Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Actividades Extractivas na RAA; EP@M – Sistemas de Estações da Paisagem da Macaronésia.

16.1.2 Plano e Gestão de Zonas Costeiras

Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha do Pico; Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha do Faial; LITOMAC – Cooperação e Sinergias no Estabelecimento e Planeamento Sustentável das Zonas Litorais da Região da Macaronésia; Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores.

16.1.3 Planeamento e Gestão de Bacias Hidrográficas de Lagoas

POBHL São Miguel; POBHL Flores; Contrato-Programa SPRAçores para a aquisição de imóveis nas Furnas; Contrato-Programa SPRAçores para a aquisição de imóveis nas Sete Cidades; POVT Fundo de Coesão do Ambiente - Requalificação das margens das Lagoas (SPRA); Proconvergencia Turismo - Requalificação das margens das Lagoas (SPRA).

16.1.5 Caracterização e Definição de Condicionantes de Risco

Reserva Ecológica Regional; Estratégia Regional de Alterações Climáticas; Definição e caracterização de perigos naturais; SOST-MAC - Actuações Sustentáveis nos Espaços Naturais da Macaronésia.

16.1.6 Acções de acompanhamento, divulgação, sensibilização e apoio à tomada de decisões

Emissão de pareceres, vistorias, licenciamentos e gestão urbanística (AIA, AAE, etc.).

16.1.7 Requalificação e Protecção Costeira

Obras de protecção e requalificação das orlas costeiras; Contratos ARAAL; Contratos-Programa RAA-SPRAçores para a realização de empreitadas; Contrato-Programa APTGO.

16.2 Recursos Hídricos

16.2.1 Implementação da Directiva Quadro da Água e da Lei da Água

Planos de Gestão de Recursos Hídricos; Domínio Público Marítimo.

16.2.2 Implementação da Directiva das Águas Subterrâneas

Estudo socioeconómico para a gestão da água; georreferenciação de nascentes e furo.

16.2.3 Rede de Monitorização Hidrometeorológica Automática

Manutenção da rede do Grupo Oriental e aquisição do sistema para o Grupo Central e Oriental; Gestão da Rede Meteorológica.

16.2.4 Monitorização da qualidade das águas interiores, de transição e costeiras

Contratos trianuais de monitorização das águas superficiais, costeiras e de transição.

16.2.5 Monitorização da qualidade das águas balneares

Monitorização da qualidade das águas balneares da RAA; Perfis de praias; Projecto CARMAC.

16.2.6 Controlo da eutrofização das lagoas dos Açores

Laboratório de análises da DROTRH; monitorização da toxicidade de cianobactérias das lagoas e do fluxo de azoto para controlo da eutrofização da água das lagoas; Projecto Experimental da Lagoa de S. Brás.

16.2.7 Prevenção e análise de risco de cheias e deslizamentos

Estudos e cartas de avaliação de riscos de cheias e de deslizamentos, incluindo a monitorização de arribas em zonas balneares; instalação de sistemas de monitorização e alerta nas ribeiras do Dilúvio (Pico) e Funda (Faial).

16.2.8 Requalificação e Protecção de Recursos Hídricos

Projectos e empreitadas para a requalificação e protecção de recursos hídricos; acordos de colaboração com juntas de freguesia; contratos e serviços de desobstrução e limpeza de ribeiras.

16.3 Sistemas de Informação, Divulgação e Apoio à Decisão

16.3.1 Infra-estrutura informática e de comunicações

Equipamentos, licenças de software, comunicações de dados em projectos, Contrato de outsourcing para manutenção.

16.3.2 Sistema regional de informação georreferenciada

Desenvolvimento de aplicações na área dos sistemas de informação geográfica, incluindo a construção de plataformas para a disponibilização de serviços a entidades e cidadãos.

16.4 Modernização dos Serviços

16.4.1 Formação e Modernização Serviços

Ações de Formação e Modernização Administrativa.

16.4.2 Estratégia e Planeamento

Execução de diversas actividades no âmbito da implementação da estratégia e planeamento ambiental.

16.4.3 Informação Geográfica

Sistema de informação geográfica e comunicação de dados. Aquisição de equipamento hardware e software.

16.5 Conservação da Natureza

16.5.1 Biodiversidade

Adaptação do regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional à RAA. Implementação dos planos de gestão das áreas marinhas protegidas da rede OSPAR. Actividades de recuperação do habitat do priôlo na ZPE do Pico da Vara / Ribeira do Guilherme.

16.5.2 Erradicação de Organismos Invasores

Elaboração e implementação do plano de controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras e realização de acções de monitorização em todas as ilhas.

16.5.7 Jardins Botânicos

Remodelação do edifício antigo do Jardim Botânico do Faial; construção de estufa; implementação de actividades relacionadas com o banco de sementes e herbário.

16.5.9 Parque Natural dos Açores

Implementação dos parques naturais de ilha e elaboração dos respectivos planos de ordenamento. Implementação dos modelos de gestão dos centros de interpretação das áreas protegidas. Implementação dos planos de gestão da RN 2000. Criação do geoparque dos Açores e desenvolvimento de actividades no âmbito do GESPEA. Elaboração e implementação dos planos de acção das reservas da biosfera a integrar nos planos de ordenamento dos parques naturais de ilha.

16.6 Património Mundial

16.6.1 Gestão da Paisagem Protegida da Vinha do Pico

Empreitada e Conteúdos do Centro de Interpretação da Paisagem Protegida da Vinha do Pico; Acordos de cooperação técnica e financeira; Instalação de infra-estruturas eléctricas e telecomunicações na Paisagem Protegida da Vinha do Pico; Casa dos Vulcões.

16.6.2 Regime de Incentivos da Paisagem Protegida da Vinha do Pico

Regime de incentivos para a manutenção e reabilitação da vinha e correcção de dissonâncias arquitectónicas.

16.6.3 Plano de Intervenção da Montanha do Pico

Conclusão da empreitada de instalação do Centro de Interpretação da Casa de Apoio à Montanha do Pico; Requalificação do trilho da Montanha do Pico; Projecto de Ampliação da Casa de Apoio à Montanha do Pico.

16.6.4 Gestão do Parque Natural da Ilha do Pico

Manutenção e funcionamento de estruturas de interpretação (Casa de Apoio à Gruta das Torres, Centro Ambiental das Terras, Lajes do Pico). Outras acções relacionadas com a implementação do Parque Natural do Pico.

16.7 Avaliação Ambiental

16.7.1 Relatório do Estado do Ambiente

Elaboração dos Relatórios do Estado do Ambiente.

16.7.2 Regime Legal de Poluição Sonora

Implementação do Regime Legal da Poluição Sonora.

16.7.3 Avaliação do Impacte Ambiental

Processos de Avaliação de Impacte Ambiental e realização de um workshop sobre avaliação ambiental estratégica.

16.7.4 Rede de Monitorização, Informação e Gestão Ambiental

Manutenção da Rede de Monitorização, Informação e Gestão Ambiental (inclui aquisição de equipamento hardware e software). Manutenção da estação de monitorização da qualidade do ar. Construção de instalações de apoio técnico e laboratorial (Horta); aquisição de estação de monitorização da qualidade do ar para Ponta Delgada.

16.7.7 Monitorização de Áreas Ambientais

Implementação e execução de acções de monitorização de áreas ambientais protegidas. Inclui despesas relacionadas com aquisição e manutenção de equipamento e infra-estruturas de apoio às acções de monitorização.

16.8 Resíduos

16.8.1 Gestão de Resíduos

Operações de gestão de resíduos; implementação do Sistema Regional de Informação de Resíduos (SRIR).

16.8.2 Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos

Projectos e empreitadas de construção de centros de processamento de resíduos e centros de valorização orgânica por compostagem.

16.8.3 Remoção de Passivos Ambientais

Operações de gestão de resíduos (compactação, contentorização, transporte marítimo e terrestre).

16.9 Promoção Ambiental

16.9.1 Informação, Sensibilização e Promoção Ambiental

Programas de sensibilização e promoção ambiental; apoio às ONGA's na realização de actividades e programas de educação ambiental.

16.9.2 Rede Regional de Ecotecas

Conclusão da empreitada do Centro de Interpretação e Ecoteca de Vila do Porto e desenvolvimento de actividades da rede regional de ecotecas.

16.9.3 Centros de Interpretação Ambiental

Desenvolvimento dos Centros de Interpretação Ambiental.

16.9.4 Jardins Históricos

Requalificação dos jardins históricos.

16.10 Utilização Racional de Energia

16.10.1 Agência Regional de Energia e Ambiente

Apoio à ARENA - Agência Regional de Energia e Ambiente para o desenvolvimento, de estudos e projectos com vista à promoção da eficiência energética e da utilização de recursos energéticos endógenos e renováveis.

16.10.2 Estudos e Projectos

Contratação de serviços destinados à elaboração de estudos e projectos especializados para o sector energético. Contratação de serviços de fiscalização e licenciamento na área dos elevadores.

16.10.3 PROENERGIA — Sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis

Apoio às pequenas e médias empresas, Instituições Particulares de Solidariedade Social associações, sem fins lucrativos e particulares, com vista a fomentar a utilização de recursos endógenos e renováveis na produção de energia, com particular destaque para a micro produção de electricidade, aquecimento de água através de painéis solares e utilização de bombas e recuperadores de calor.

16.10.4 Apoio ao Desenvolvimento de um Sistema Sustentável de Energia

Promoção de um Sistema Sustentável de Energia, alicerçado em elevados níveis de conhecimento técnico e científico, envolvendo a Universidade dos Açores e o Programa MIT - Portugal.

16.10.5 Implementação do Sistema de Certificação Energética de Edifícios - SCE

Aquisição e desenvolvimento de software e aplicações informáticas e de comunicações com vista à implementação do sistema de certificação energética dos edifícios e da qualidade do ar interior, resultante da transposição para a Região da Directiva nº. 2002/91/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro.

16.10.6 Desenvolvimento do Programa para a Mobilidade Eléctrica dos Açores

Desenvolvimento de uma infra-estrutura piloto com vista à implementação da mobilidade eléctrica nos Açores.

16.10.7 Apoio à Promoção da Substituição da Utilização de Gases Liquefeitos - Corvo

Criação de incentivos destinados a promover a substituição da utilização de gases de petróleo liquefeitos na produção de águas quentes sanitárias e no aquecimento do ar interior, em cumprimento do estabelecido no artigo 99º. do Decreto Legislativo Regional nº. 16/2009, de 13 de Outubro.

16.11 Serviço Público Social

16.11.1 Pagamento da Iluminação Pública das Vias Regionais

Pagamento da iluminação Pública das vias de comunicação terrestres regionais da RAA.

16.11.2 Electrificação de Fajãs – S. Jorge

Electrificação das fajãs de S. João, Saramagueira, Cubres e Caldeira de Santo Cristo.

16.12 Instalação e Equipamento da Direcção Regional da Energia

16.12.1 Obras e Aquisição de Equipamentos para as Instalações

Aquisição de instalações e obras de adaptação.

16.13 Assuntos do Mar

16.13.1 Estratégia para o Desenvolvimento e Sustentabilidade do Mar dos Açores

Implementação de acções previstas no âmbito da Estratégia para o Desenvolvimento e Sustentabilidade do Mar dos Açores.

- *Gerir com Eficiência o Território Promovendo a Qualidade Ambiental*

Programa 17 – Protecção Civil

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	<i>Euro</i> Outros Fundos
17 Protecção Civil	9 424 269	9 424 269	
17.1 Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB's	629 164	629 164	
17.2 Construção/Remodelação de Infra-Estruturas e Equipamentos dos CB's	3 627 535	3 627 535	
17.3 Formação e Informação	556 660	556 660	
17.4 Serviço Regional de Protecção Civil	4 610 910	4 610 910	

Programação Material

17.1 Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB's

17.1.1 Prontos-Socorros Médios

Aquisição de 1 auto-tanque pesado para substituição de outro em fim de vida.

17.1.2 Ambulâncias de Socorro

Financiar a aquisição de 3 ambulâncias de socorro medicalizáveis para a Santa Cruz das Flores, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo. Financiar a aquisição de 3 ambulâncias de transporte para Santa Cruz da Graciosa, Velas e Povoação e 2 ambulância de transporte múltiplo para a Horta e Ponta Delgada.

17.1.3 Reparação de Viaturas dos Corpos de Bombeiros

Apoiar as AHBV's da RAA para garantir a operacionalidade das viaturas, principalmente as de socorro.

17.1.4 Aquisição de Equipamento, Fardamento e Mobiliário para as AHBV's

Apoiar as AHBV's da RAA na aquisição de equipamento diverso, fardamento e mobiliários para os CB's devido ao ingresso de novos elementos nos quadros de pessoal. Aquisição de equipamento de protecção individual para as equipas de combate a incêndios de matérias perigosas e hidrocarbonetos e busca e resgate em edifícios colapsados.

17.1.5 Viaturas de Transporte de Pessoal e Equipamento

Aquisição de 1 viatura de transporte de pessoal e equipamento com reboque e 1 viatura táctica todo-o-terreno.

17.2 Construção/Remodelação de Infra-Estruturas e Equipamentos dos CB's

17.2.1 Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV's

Apoiar as AHBV's da RAA na beneficiação dos respectivos Quartéis.

17.2.2 Construção do Quartel da AHBV's de Angra do Heroísmo

Continuação da obra iniciada em 2010.

17.2.3 II Fase do Quartel da Ribeira Grande

Continuação da obra iniciada em 2010.

17.2.4 Remodelação e Ampliação do Quartel da AHBV's São Roque do Pico

Continuação da construção de um anexo com garagem e remodelação do Quartel (II fase).

17.2.5 Secções Destacadas dos Bombeiros na Vila da Lagoa e Capelas

Início dos procedimentos, nomeadamente autorização das respectivas Câmaras Municipais, cedência de terrenos por parte das autarquias ou eventual aquisição, elaboração do projectos de arquitectura, etc..

17.2.9 Ampliação/remodelação do Quartel da AHBV's Sta Cruz das Flores

Obra iniciada em 2010 prevendo-se a conclusão em 2011.

17.2.11 Centro de Formação de Protecção Civil

Continuação e conclusão do investimento em cenários de combate a incêndios em hidrocarbonetos, cenários de incêndios urbanos e industriais, cenários de desencarceramento e cenários de estruturas colapsadas, para que haja seguimento à formação adequada.

17.3 Formação e Informação

17.3.1 Equipamento de Vigilância Sismo-Vulcânica

Cumprimento do Protocolo com a Universidade dos Açores.

17.3.2 Apoios a Diversas Entidades

Cumprimentos dos Protocolos com a Unidade de Socorro da Cruz Vermelha, com a Junta Regional do Corpo Nacional de Escutas, com a Associação dos Radioamadores; Apoio ao Sata Rally Açores; Apoio ao Rally Ilha Azul no Faial; Apoio ao Rally Sical ilha Lilás; Apoio à

AHBV's da Ribeira Grande na deslocação da Equipa de Manobras ao campeonato nacional; realização do Exercício Açor com as Forças Armadas.

17.3.3 Estudos de Carácter Científico e Elaboração de Cartas de Risco

Cumprimento do Protocolo com a universidade dos Açores, incluindo a assessoria técnico-científica para análise de riscos e vulnerabilidades.

17.3.4 Cooperação Técnico-Científica com a Universidade dos Açores

Protocolo com a Universidade dos Açores.

17.3.5 Formação Profissional ao Nível da Protecção Civil

Formação dos funcionários do SRPCBA, incluindo pessoal operacional.

17.3.6 Informação, Formação e Sensibilização da População

De modo a reforçar a intervenção junto da população para fomentar e garantir o seu envolvimento na promoção da prevenção e da segurança é necessário alargar os cursos básicos de protecção civil e de suporte básico de vida à população da RAA. Continuação do Projecto para Idosos "Aprender a Socorrer"; implementação nas escolas dos Clubes de Protecção Civil para alunos do 3º ciclo; divulgação de medidas de auto-protecção através de projectos de sensibilização a crianças do 1º ciclo e a todas as forças activas da sociedade, nomeadamente, escuteiros, IPSS's, Clubes, fundações, Forças Armadas e Forças de segurança.

17.3.7 Formação Profissional de Bombeiros

De modo a garantir a qualidade e a capacidade de intervenção bem como a qualificação crescente dos recursos humanos dos CB's é necessário realizar os seguintes cursos: TAS, Recertificações TAS, TAT's , Recertificações TAT's , Salvamento e Desencarceramento , Recertificações de SD, Salvamento em Grande Ângulo, Recertificações de SGA , cursos Condução em Emergência; PHTLS e DAE. Caso não se realizem estes cursos as manutenções das qualificações dos tripulantes de ambulância ficam em perigo.

17.4 Serviço Regional de Protecção Civil

17.4.1 Meios e Recursos

Aquisição de 1 compressor táctico de grande capacidade. Aquisição de equipamento e fardamento para o núcleo operacional do SRPCBA, nomeadamente EPI especializados (matérias perigosas).

17.4.2 Radiocomunicações do SRPCBA

Continuação da aquisição de links de 2GHZ e spares de 13 GHZ; e reforço dos sistemas de comunicação do SRPCBA.

17.4.3 Meios e Recursos do SRPCBA - Equipamentos para Socorro Imediato

Aquisição de 2 compressores médios para os CB's de Sta. Maria e Sta. Cruz das Flores, bem como 1 compressor de grande capacidade para a ilha de S. Miguel destinados ao socorro imediato na catástrofe. Aquisição de tendas, contentores, material de escoramento e busca em edifícios colapsados e equipamento para matérias perigosas; aquisição de 2 tendas para operações e triagem em catástrofe.

17.4.4 Transporte Terrestre de Emergência

Cumprimento dos Protocolos com as AHBV's para fazer face ao transporte terrestre de doentes em emergência.

17.4.5 Projectos de Cooperação Transnacional - MAC 2007-2013

Promover a realização dos 3 Projectos aprovados no âmbito do PCT MAC Açores, Madeira, Canárias - Bombergis, Plescamac II e Emerne.

17.4.6 Fundo de Emergência

Transporte de pessoal e equipamento em situação de emergência.

- *Gerir com Eficiência o Território Promovendo a Qualidade Ambiental*

Programa 18 – Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Colectivos

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	<i>Euro</i> Outros Fundos
18 Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Colectivos	31 515 951	28 495 951	3 020 000
18.1 Construção de Estradas Regionais	2 104 557	2 104 557	
18.2 Reabilitação de Estradas Regionais	13 671 062	13 671 062	
18.3 Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer	1 156 092	1 156 092	
18.4 SPRHI	589 840	589 840	
18.5 Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	5 870 905	2 850 905	3 020 000
18.6 Cooperação com Diversas Entidades	2 664 120	2 664 120	
18.7 Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos	5 145 885	5 145 885	
18.8 Laboratório Regional de Engenharia Civil	274 270	274 270	
18.9 Divulgação e Sensibilização	39 220	39 220	

Programação Material

18.1 Construção de Estradas Regionais

18.1.1 Variante à ER 1-1ª, em Rabo de Peixe

Empreitada de construção da variante à ER na freguesia de Rabo de Peixe.

- 18.1.2 Estrada dos Arrastadouros - Variante à ER 1-1ª na Povoação
Empreitada de Construção de duas passagens hidráulicas na Estrada dos Arrastadouros - Povoação.
- 18.1.3 Variante à Vila das Capelas
Elaboração do projecto de execução da Empreitada de Construção da Variante à Vila das Capelas.
- 18.1.5 Construção de ligação entre a ER 3-2ª e a ER 4-2ª na Ilha Graciosa
Início da Construção da Ligação da ER 3-2ª com a ER 4-2ª e construção de uma rotunda junto ao novo arruamento de acesso ao novo Centro de Saúde na Ilha Graciosa.
- 18.1.6 Variante à Cidade da Horta - 2ª Fase
Elaboração do projecto de execução da empreitada de construção da Variante à Cidade da Horta - 2ª Fase.
- 18.1.7 Construção do Acesso à Escola de Agua de Pau - Lagoa
Início da Empreitada de Construção de construção de acesso á escola de Agua de Pau no concelho da Lagoa.

18.2 Reabilitação de Estradas Regionais

- 18.2.1 Beneficiação e Pavimentação de ER em Santa Maria
Empreitadas de Beneficiação e Pavimentação de diversos troços de ER.
- 18.2.2 Beneficiação e Pavimentação de ER em São Miguel
Reabilitação de viadutos e de diversos troços de estradas Regionais.
- 18.2.3 Reabilitação da Rede Viária da Ilha de São Miguel
Fecho financeiro de empreitadas, reabilitação de diversos troços, serviços de consultaria às SCUT e celebração de Contratos com Câmaras Municipais.
- 18.2.4 Beneficiação e Pavimentação de ER na Terceira
Empreitadas de Beneficiação e Pavimentação de diversos troços de ER.
- 18.2.5 Pavimentação da ER 1-1ª entre a Cruz das Cinco Ribeiras (à Cruz) e S. Bárbara (às Bombas)
Execução da empreitada de pavimentação da ER 1-1ª entre a Cruz das Cinco Ribeiras (à Cruz) e S. Barbara (às Bombas).
- 18.2.6 Beneficiação e Pavimentação de ER na Graciosa
Empreitadas de Beneficiação e Pavimentação de diversos troços de ER.
- 18.2.7 Beneficiação e Pavimentação de ER em São Jorge
Empreitadas de Beneficiação e Pavimentação de diversos troços de ER.
- 18.2.8 Beneficiação e Pavimentação de ER no Pico
Empreitadas de Beneficiação e Pavimentação de diversos troços de ER.

- 18.2.9 Beneficiação e Pavimentação de ER no Faial
 - Empreitadas de Beneficiação e Pavimentação de diversos troços de ER.
- 18.2.10 Beneficiação e Pavimentação de ER nas Flores
 - Empreitadas de Beneficiação e Pavimentação de diversos troços de ER.
- 18.2.11 Beneficiação e Pavimentação de ER no Corvo
 - Empreitadas de Beneficiação e Pavimentação de diversos troços de ER.
- 18.2.12 Requalificação Viária
 - Conservação da Rede Viária dos Açores.
- 18.2.13 Requalificação do Parque de Máquinas da SRCTE
 - Manutenção e funcionamento do Parque de Máquinas da SRCTE.
- 18.2.14 Calamidades nas Estradas Regionais da RAA
 - Conservação da Rede Viária dos Açores.

- 18.3 Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer**
 - 18.3.1 Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer
 - Construção e reabilitação de miradouros e zonas de lazer adjacentes à Rede Viária Regional.
 - 18.3.2 Integração paisagística da rede viária regional
 - Integração Paisagística da Rede Viária Regional.

- 18.4 SPRHI**
 - 18.4.1 Contratos Programas – Rede Viária
 - Reorganização financeira dos contratos programas de Estradas Regionais, celebrados com a SPRHI, SA.
 - 18.4.2 Aquisição de Terrenos de Obras a Cargo da SPRHI
 - Aquisição de terrenos destinados às obras em execução pela SPRHI, SA

- 18.5 Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária**
 - 18.5.1 Serviço de Transporte Colectivo na Ilha das Flores
 - Implementação de um serviço de transporte colectivo Regular de Passageiros.
 - 18.5.2 Serviço de Transporte Colectivo de Passageiros
 - Serviço de Transporte Colectivo de Passageiros na RAA em período de fim-de-semana e em horário nocturno.
 - 18.5.3 Actualização dos Equipamentos e Softwares de Viação e Trânsito
 - Actualização e aquisição de software destinado aos serviços de viação e trânsito.

- 18.5.4 Estudo e Introdução de Tecnologia Híbrida no Transporte de Passageiros
Introdução de tecnologia Híbrida nos Transportes de Passageiros.
- 18.5.5 SIRIART
Apoio à renovação da frota adstrita ao transporte colectivo regular de passageiros.
- 18.5.6 Sinalização da Rede Viária Regional
Sinalização Vertical e Horizontal na rede viária regional. Reparação e reposição de infra-estruturas na referida rede.
- 18.5.7 Implementação de Tarifas Sociais
Implementação de Tarifas sociais e pagamento de compensações aos concessionários de transporte colectivo de passageiros
- 18.5.8 Serviço de Transporte Colectivo na Ilha de Santa Maria
Implementação de um serviço de transporte colectivo de passageiros.

18.6 Cooperação com Diversas Entidades

- 18.6.1 Apoio a Diversas Entidades
Apoios financeiros a diversas entidades.

18.7 Construção, Ampliação e Remodelação, de Edifícios Públicos

- 18.7.1 Beneficiação e Remodelação das Instalações da SRCTE
Beneficiação e remodelação das Instalações da SRCTE.
- 18.7.2 Beneficiações no Palácio da Conceição
Diversas Beneficiações e reformulações das Instalações do Palácio da Conceição.
- 18.7.3 Beneficiações no Palácio de Santana
Diversas Beneficiações e reformulações das Instalações do Palácio de Santana.
- 18.7.4 Palácio dos Capitães Gerais
Diversas Beneficiações e reformulações das Instalações do Palácio dos Capitães Gerais.
- 18.7.5 Jardim dos "Maroiços" na Madalena
Construção de um Jardim público na vila da Madalena.
- 18.7.6 Diversas reparações em edifícios públicos
Diversas Reparções em edifícios públicos.
- 18.7.10 Beneficiação das Instalações da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Beneficiação das Instalações da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.
- 18.7.11 Remodelação do edifício do antigo conservatório da Horta
Remodelação do Edifício do Antigo Conservatório da Horta para instalações da ALRAA.

18.7.12 Edifício dos Paços da Junta Geral

Execução da Requalificação do Edifício dos Paços da Junta Geral em Angra do Heroísmo.

18.7.13 Melhoria das Acessibilidades dos Edifícios Públicos

Melhoria das acessibilidades em alguns edifícios públicos.

18.7.14 Remodelação do Edifício da Rua Mãe de Deus da DR Juventude

Remodelação do Edifício da Rua Mãe de Deus da DRJ.

18.7.15 Reconstrução de um edifício da ALRAA, em Angra do Heroísmo

Reconstrução de um edifício da Assembleia Legislativa Regional, em Angra do Heroísmo.

18.8 Laboratório Regional de Engenharia Civil

18.8.1 Parede de Reacção do LREC

Avaliação do comportamento sísmico de edifícios com estruturas de alvenaria de pedra tradicional e elaboração de um manual de procedimentos técnicos no âmbito da reabilitação e reforço sísmico daqueles edifícios.

18.8.2 Manutenção de Infra-estruturas e Equipamentos

Manutenção das Infra-estruturas e equipamentos afectos ao LREC.

18.8.3 Aquisição de Equipamentos

Aquisição de equipamento para sondagens geotécnicas (2009), equipamento triaxial, compactador de provetes, moinho para rocha e compactador de solos. Aquisição de equipamento para a ULMC e ULM.

18.8.4 Sistema de Qualidade

Implementação e desenvolvimento de um Sistema de Qualidade no LREC.

18.9 Divulgação e Sensibilização

18.9.1 Divulgação e Sensibilização

Diversas campanhas de sensibilização das populações.

- *Gerir com Eficiência o Território Promovendo a Qualidade Ambiental*

Programa 19 – Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	<i>Euro</i> Outros Fundos
19 Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos	64 607 884	15 191 726	49 416 158
19.1 Tráfego de Passageiros Inter-Ilhas	21 622 960	10 076 460	11 546 500
19.2 Infra-Estruturas e Equipamentos Portuários	42 595 666	4 726 008	37 869 658
19.3 Dinamização dos Transportes Marítimos	389 258	389 258	

Programação Material

19.1 Tráfego de Passageiros Inter - Ilhas

19.1.1 Apoio ao transporte marítimo de passageiros

Apoio financeiro ao transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as Ilhas da Região Autónoma dos Açores ao abrigo do contrato de interesse económico geral celebrado entre a RAA, a Atlânticoline e o FRACDE. Apoio ao transporte marítimo regular no Grupo Central ao abrigo das novas obrigações de serviço público. Aquisição de duas embarcações para o transporte marítimo no Grupo Central.

19.1.3 Construção do Terminal de Cruzeiros do Porto de Angra do Heroísmo

Construção do Terminal de Cruzeiros do Porto de Angra do Heroísmo e reforço do enrocamento de protecção do Porto de Pipas.

19.2 Infra-Estruturas e Equipamentos Portuários

19.2.1 Requalificação do Porto da Praia da Vitória

Reestruturação da oficina, construção do armazém e Portaria, código ISPS e rede de incêndios no Porto Praia Vitória.

19.2.2 Recreio Náutico e Edifício no Porto das Flores e Trabalhos Marítimos no Corvo

Conclusão financeira das obras de construção do Recreio Náutico e Edifício no Porto das Flores e Trabalhos Marítimos no Corvo.

19.2.3 Reordenamento e Requalificação da Baía da Horta

Continuação das obras de Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta - Terminal Norte, rebaixamento da cota de fundação do molhe cais norte do Porto da Horta e aumento da cota de coroamento do terminal de passageiros do porto da Horta.

19.2.4 Requalificação do Porto da Calheta de S. Jorge

Parqueamento de apoio à gare de passageiros do porto da Calheta.
Núcleo de Recreio Náutico da Calheta de S. Jorge.

19.2.6 Reordenamento do Porto da Madalena

Construção das Infra-estruturas Portuárias e Obras de Melhoramento das Condições de Abrigo do Porto da Madalena. Novo Terminal de Passageiros e nova gare do Porto da Madalena. Projecto de Construção do sector de recreio náutico do Porto da Madalena.

19.2.7 Reordenamento do Porto de S. Roque

Plano de Ordenamento do Porto de S. Roque.

19.2.8 Reordenamento e Ampliação do Porto de Velas

Construção do Edifício de Apoio ao Recreio Náutico das Velas de S. Jorge.
Prolongamento do molhe cais do Porto de Velas.

19.2.9 Aquisição de diversos equipamentos de apoio à exploração portuária

Melhoria das condições e dos equipamentos necessários às operações portuárias em diversas infra-estruturas.

19.2.10 Diversas obras nos portos

Intervenções em infra-estruturas portuárias, designadamente: Construção Oficinas e garagem para máquinas no Porto das Lajes das Flores; ampliação do sector de recreio náutico e sector de pescas da Horta; Reforço da Muralha de Suporte da Rua Gaspar Corte Real e do Cais da Alfândega de A.H.; Reparação/Requalificação do armazém polivalente do Porto da Praia da Graciosa; Projecto para melhoramento da agitação marítima na marina nascente de PDL; Beneficiação das tampas e caleiras do pipeline cais comercial de PDL; Construção de Novas Oficinas de Mecânica da APSM; e Construção de rampas ro-ro nos portos.

19.2.11 Reordenamento Porto das Lajes das Flores

Reforço da Cabeça do Molhe do Porto das Lajes das Flores e prolongamento do Cais Comercial.

19.2.12 Plano Integrado de Reordenamento da Baía de Angra - II Fase

Apoio à segunda fase do reordenamento da Baía de Angra do Heroísmo, nomeadamente à requalificação da marginal, do passeio marítimo, do clube náutico e ao arranjo paisagístico da Porta da Prata.

19.3 Dinamização dos Transportes Marítimos

19.3.1 Desenvolvimento de sistemas de apoio à monitorização nos portos dos Açores

Desenvolvimento do projecto para a instalação de um sistema GNSS de monitorização permanente nos portos Açores.

Despesas com o funcionamento da rede de bóias ondógrafo.

Apoio a acções, projectos, seminários e outros eventos que permitam a racionalização e a dinamização do sector marítimo e portuário da Região.

- *Gerir com Eficiência o Território Promovendo a Qualidade Ambiental*

Programa 20 – Desenvolvimento dos Transportes Aéreos

Programação Financeira

Programa/Projectos		Investimento Público	Plano	<i>Euro</i> Outros Fundos
20	Desenvolvimento dos Transportes Aéreos	66 338 302	31 528 302	34 810 000
20.1	Infra-Estruturas e Equipamentos Aeroportuários	41 525 222	6 715 222	34 810 000
20.2	Gestão dos Aeródromos Regionais	2 162 750	2 162 750	
20.3	Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas	22 610 610	22 610 610	
20.4	Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos	39 720	39 720	

Programação Material

20.1 Infra-Estruturas e Equipamentos Aeroportuários

20.1.1 Aeroporto da Ilha do Pico

Financiamento do Plano de Investimentos dos Aeródromos Regionais, nomeadamente os trabalhos de construção civil para a instalação do equipamento ILS/DME no Aeroporto do Pico e aquisição de terrenos.

20.1.2 Aeródromo da Ilha de S. Jorge

Financiamento do Plano de Investimentos dos Aeródromos Regionais, nomeadamente a empreitada de ampliação e alargamento da pista do Aeródromo de S. Jorge.

20.1.3 Aeródromo da Ilha do Corvo

Financiamento do Plano de Investimentos dos Aeródromos Regionais, nomeadamente a construção da torre de controlo e o início da construção da nova Aerogare do Aeródromo do Corvo.

20.1.4 Aeródromo da Ilha da Graciosa

Financiamento do Plano de Investimentos dos Aeródromos Regionais, nomeadamente a construção do aquartelamento de bombeiros e tanque de abastecimento a viaturas, bem como a aquisição dos terrenos necessários à ampliação da pista do Aeródromo da Graciosa.

20.1.5 Aerogare Civil das Lajes

Iniciar as empreitadas de "Ampliação e Reordenamento do Parque de Estacionamento das Partidas/Chegadas" e de "Construção do Terminal de Carga" e assegurar os serviços de manutenção e de gestão das infra-estruturas.

20.1.7 Handlings das Escalas

Modernização dos equipamentos de apoio às assistências de aeronaves nas escalas.

20.1.8 Espaços Comercializáveis

Modernização e renovação de lojas de vendas.

20.1.9 Equipamentos da Frota

Renovação e substituição de equipamentos da frota.

20.1.10 Infra-estruturas para Sistemas de Informação

Substituição e modernização dos meios informáticos.

20.1.11 Renovação da frota

Compromisso financeiro inerente à aquisição das novas aeronaves da empresa pública regional SATA.

20.2 Gestão dos Aeródromos Regionais

20.2.1 Gestão dos Aeródromos da Região Autónoma dos Açores

Esta acção assegurará o contrato de concessão da gestão e exploração dos aeródromos regionais.

20.3 Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas

20.3.1 Concessão das Rotas Inter-Ilhas

Cumprimento do contrato de obrigações de serviço público, resultantes do contrato de concessão iniciado em Outubro de 2009, por um período de 5 anos.

20.4 Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos

20.4.1 Apoio a Acções de Dinamização do Transporte Aéreo nos Açores

Apoio a acções e seminários com vista à divulgação e promoção do transporte aéreo nos Açores, bem como encargos inerentes aos serviços de aquisição e regularização de terrenos necessários aos investimentos previstos nos aeródromos regionais.

- *Qualificar a Gestão Pública e a Cooperação*

Programa 21 – Administração Pública, Planeamento e Finanças

Programação Financeira

Programa/Projectos		Investimento Público	Plano	<i>Euro</i> Outros Fundos
21	Administração Pública, Planeamento e Finanças	22 243 475	16 543 475	5 700 000
21.1	Modernização Administrativa	735 962	735 962	
21.2	Informação de Interesse Público ao Cidadão	3 192 470	2 092 470	1 100 000
21.3	Serviços Sociais	238 500	238 500	
21.4	Cooperação com as Autarquias Locais	791 730	791 730	
21.5	Estatística	231 030	231 030	
21.6	Planeamento e Finanças	17 053 783	12 453 783	4 600 000

Programação Material

21.1 Modernização Administrativa

21.1.1 Acções de Modernização Administrativa

Acções de modernização administrativa

21.1.2 Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores

Conclusão do desenvolvimento da Fase 2 do SIGRHARA, relativo à Gestão da ADSE. Desenvolvimento do SI-SIADAPRA, aplicação informática para gestão do processo de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública Regional dos Açores, a disponibilizar a todos os serviços via browser e que se articulará com o SIGRHARA. Desenvolvimento de novas funcionalidades para a Fase 1 do SIGRHARA (módulo de processamento de trabalho extraordinário e motor de abonos).

21.1.3 Promoção da Qualidade nos Serviços Públicos da Administração Pública Regional

Auditorias externas ao Sistema de Gestão da Qualidade da DROAP, no âmbito da sua certificação segundo a NP EN ISSO 9001:2008 e da obtenção do 1º nível de excelência da EFQM. Execução do projecto "Avaliação dos Serviços", do ProSiMA e Núcleos para a promoção da Qualidade.

21.1.4 Reengenharia e desmaterialização de processos

Consolidar os sistemas de informação de suporte aos processos na VPGR, dinamizando a inclusão de novas funcionalidades e valências, tende por fundamento as potencialidades das tecnologias e metodologias das SI/TIC.

21.2 Informação de Interesse Público ao Cidadão

21.2.1 Rede Integrada de Apoio ao Cidadão

Garantia da prestação de apoio aos cidadãos. Aprofundamento e ampliação da infraestrutura tecnológica da RIAC.

21.3 Serviços Sociais

21.3.1 Serviços de Apoio aos Funcionários Públicos

Apoio às duas associações de funcionários públicos da Região, AFARIT e COOPDELGA, nos termos do Decreto Regulamentar Regional n.º 7/84/A, de 2 de Fevereiro. Apoio socioeconómico aos funcionários públicos em situação socialmente gravosa e urgente nos termos disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 8/2009/A, de 20 de Maio.

21.4 Cooperação com as Autarquias Locais

21.4.1 Cooperação Técnica

Apoio técnico aos eleitos locais e funcionários das autarquias locais açorianas.

21.4.2 Cooperação Financeira com os Municípios

Pagamento dos juros decorrentes dos empréstimos municipais contratados ao abrigo das linhas de crédito regional, para financiamento da parte do investimento municipal não coberta pela participação comunitária (Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A). Pagamento de encargos de funcionamento dos Conselhos de Ilha.

21.4.3 Cooperação Financeira com as Freguesias

Atribuição de apoios financeiros às freguesias açorianas para aquisição de mobiliário, equipamento e software informático, e para realização de pequenas obras de beneficiação das sedes das juntas. Participação de investimentos municipais de aquisição/ /construção/grande reparação de edifícios sede de juntas de freguesia. (Decreto Legislativo Regional n.º 32/2002/A, de 8 de Agosto).

21.5 Estatística

21.5.1 Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística

Realização de inquéritos e divulgação da informação estatística através de publicações e recolha da informação.

21.5.2 Projectos no âmbito de Programa de Cooperação Transnacional-Mac

Execução dos projectos aprovados: Metamac e Contrimac.

21.6 Planeamento e Finanças

21.6.1 Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais

Desenvolver as funções e as tarefas como Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA, do Organismo Intermédio do POVT e da gestão do Programa de Cooperação Transnacional - MAC.

Implementação das acções de comunicação, publicidade e divulgação previstas nos regulamentos comunitários.

Realização de acções de verificação e de acompanhamento.

Implementação da avaliação intercalar 2007-2010 do PROCONVERGENCIA.

Desenvolvimento dos sistemas de gestão, de acompanhamento e de controlo interno.

Encargos submetidos a comparticipação comunitária através das medidas de Assistência Técnica dos Programas.

21.6.2 Património Regional

Aquisição, valorização e rentabilização do património regional.

21.6.3 Bonificação de Juros à Economia Empresarial Privada

Assegurar a liquidação das bonificações de juros e comissões resultantes da operacionalização e gestão das Linhas de Crédito “Açores Investe”, “Açores Empresas”, “Açores Empresas II”, “Linha de Apoio à Reestruturação da Dívida Bancária” e a criação de novos instrumentos de apoio financeiro às empresas açorianas.

21.6.4 Reestruturação do Sector Público Empresarial

Reestruturação do Sector Público Empresarial.

21.6.5 Coesão Regional

No âmbito das “Ilhas de Coesão” realça-se a necessidade de dar continuidade à execução de diversos projectos de investimento que decorrem em várias ilhas.

Na ilha de Santa Maria prevê-se a conclusão do Projecto de Arquitectura do Campo de Golfe e a aquisição dos respectivos terrenos.

Na ilha das Flores, em sequência à Reabilitação do Edifício da Fábrica da Baleia e sua adaptação a Museu, decorrerá a implementação das obrigações e especificações advenientes do projecto temático desenvolvido para o efeito.

Na ilha de São Jorge preconiza-se a finalização da empreitada de adaptação do Centro Pastoral da Calheta a Pousada da Juventude, bem como o início dos trabalhos de construção do Parque de Campismo na Caldeira do Santo Cristo.

Serão desenvolvidos novos projectos de investimento que resultem da análise no âmbito do Plano Estratégico da Coesão dos Açores, PECA.

- *Qualificar a Gestão Pública e a Cooperação*

Programa 22 – Cooperação Externa e Migrações

Programação Financeira

Programa/Projectos	Investimento Público	Plano	<i>Euro</i> Outros Fundos
22 Cooperação Externa e Migrações	2 156 600	2 156 600	
22.1 Cooperação Externa	651 640	651 640	
22.2 Emigrado/Regressado	245 420	245 420	
22.3 Identidade Cultural	964 020	964 020	
22.4 Imigrado	295 520	295 520	

Programação Material

22.1 Cooperação Externa

22.1.1 Representação e Promoção Externa da Região

Dinamização e aprofundamento da relação com Estados, Entidades Territoriais, Instituições e Organismos Externos. Consolidação da Cooperação e intervenção externa da Região com particular incidência em territórios insulares, regiões ultraperiféricas, territórios com ligações históricas e culturais, bem como interesse económico e político estratégico para a Região, por meio da promoção externa da Região, do estabelecimento e aprofundamento de relações, actividades, protocolos e/ou parcerias com entidades territoriais congéneres e outras instituições e/ou entidades, nacionais ou estrangeiras, relevantes para aquele fim.

22.1.2 Relações com Organismos de Cooperação Inter-Regional, Organizações e Associações Internacionais

Representação e participação da Região nas actividades de organismos e entidades de cooperação e/ou representação inter-regional (por ex: Comité das Regiões, Assembleia das Regiões da Europa, Conferência das Regiões Periféricas Marítimas, Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa, Conferência dos Presidentes RUP, Rede NRG4SD, etc.), bem como relações com Organizações Internacionais, em particular com as instituições da União Europeia e com organizações e programas no âmbito das Nações Unidas, incluindo a

promoção e apoio a estágios e formação junto dessas instituições. Desenvolvimento de protocolos, parcerias e iniciativas com Instituições, Organismos e/ou entidades, nacionais ou estrangeiras que sejam relevantes no âmbito do trabalho desenvolvido pelos organismos de cooperação inter-regional e pelas Instituições comunitárias.

22.1.3 Promoção e Divulgação de Questões Europeias

Promoção e divulgação na Região das actividades das entidades inter-regionais e organizações internacionais, em particular da União Europeia (ex: consultas públicas, comemorações dias europeus, etc), bem como promoção e divulgação da Região nestas entidades e nas respectivas actividades.

22.1.4 Apoio Especializado em Assuntos da União Europeia

Apoio especializado com vista ao fortalecimento da participação da Região nos processos de consulta pública, de elaboração e concretização de documentos políticos e legislativos da União Europeia.

22.2 Emigrado/Regressado

22.2.1 Integração

Apoio técnico, documental, (in)formativo e cultural, aos emigrados e regressados.

22.2.2 Protocolos de Cooperação

Protocolos de cooperação com entidades, instituições e organizações de índole social e de solidariedade, com o objectivo da integração plena nas sociedades de acolhimento.

22.2.4 Encontros/Seminários

Encontros temáticos (com Organizações Serviço Social, Projecto Regressos, Rede Interinstitucional Açores - Comunidades, Encontro Saudades dos Açores, entre outros) com reflexão, debate, apresentação de trabalhos e de linhas orientadoras de novas políticas para a inclusão e socialização dos emigrados.

22.2.5 Projectos/Candidaturas

Apoio a projectos candidatos que visem: estudos sobre os movimentos emigratórios e/ou sobre regressos à RAA; Formação e informação com objectivo da integração emigrado/regressado.

22.3 Identidade Cultural

22.3.1 Açorianidade e Raízes

Ciclos de conferências no Canadá, Estados Unidos e Brasil, intercâmbios escolares entre os Açores e as Comunidades; Raízes e Juventude.

22.3.2 Comunicação Açores/Comunidades

Apoio à divulgação de programas culturais e informativos - televisivos, radiofónicos e da imprensa com temática açoriana, nas comunidades emigradas; apoio à divulgação de programas nos OCS locais sobre as vivências dos emigrados e descendentes, na RAA.

22.3.3 Preservação da Identidade Cultural

Apoio bibliográfico, áudio e videográfico, bem como instrumental, de temática histórica ou de cultura tradicional às entidades colaboradoras, aos movimentos associativos e agentes culturais.

22.3.4 Encontro Intercomunitário

Encontros temáticos com debates, reflexão, apresentação de trabalhos e linhas orientadoras acerca de assuntos relevantes para as Comunidades e para os Açores, na perspectiva de maior cooperação e divulgação da nova imagem dos Açores nos Estados, Províncias e Regiões, em que as comunidades emigradas possam constituir pontes com as sociedades locais e poderes político e económico, de modo a acrescentar mais-valias à RAA.

22.3.5 Divulgação Artística

Apoio à divulgação cultural e artística produzidas na RAA e nas Comunidades emigradas; apoio à distribuição de material bibliográfico, áudio e videográfico dos novos valores emergentes.

22.3.6 Protocolos de Cooperação

Protocolos de Cooperação com Casas dos Açores, instituições sem fins lucrativos e associações várias no âmbito da identidade cultural.

22.3.7 Projectos/Candidaturas

Apoio a projectos candidatos que visem a apresentação e divulgação da cultura açoriana, bem como de projectos informativos sobre a RAA e sobre as suas Comunidades dispersas pelo Mundo.

22.4 Imigrado

22.4.1 Integração

Apoio técnico, documental, (in)formativo e cultural, aos imigrados na RAA.

22.4.2 Protocolos de Cooperação

Protocolos com entidades, instituições e associações de solidariedade, com o objectivo da inclusão social dos imigrados na RAA.

22.4.3 Estudo sobre Imigração

Publicação de estudos efectuados; Novos estudos e apoios a pesquisas sobre a imigração nos Açores.

22.4.4 Encontros/Seminários

Conferências e Encontros temáticos com reflexão, debate, apresentação de trabalhos e de linhas orientadoras de novas políticas para a inclusão e socialização dos imigrados.

22.4.5 Projectos/Candidaturas

Apoio a projectos candidatos que visem: estudos sobre movimentos imigratórios na RAA; formação e informação com o objectivo da integração do imigrado.

VI. OS PROGRAMAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS DISPONÍVEIS PARA A REGIÃO

O Governo dos Açores delineou uma estratégia própria e diferenciada em matéria de afectação dos fundos comunitários, para o período de programação 2007-2013 da política europeia de coesão.

Com efeito, em primeira linha, foi decidido pela concentração dos meios financeiros em instrumentos de programação de âmbito regional, situação diversa da do anterior período, em que alguns apoios aos agentes regionais se encontravam em programas operacionais de âmbito sectorial/nacional. A única excepção prende-se com o Fundo de Coesão em que, por imperativo regulamentar, toda a intervenção no país fica consagrada num único programa, mas mesmo aí, as intervenções a comparticipar na Região estarão concentradas num eixo específico e exclusivo. Em segunda linha, foi desenvolvida uma negociação que permitiu um acréscimo substancial dos fundos europeus em relação ao anterior Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006.

A reforma da política europeia de coesão e o novo quadro financeiro saído das perspectivas financeiras 2007-2013, originaram a redução do número de instrumentos financeiros, de cinco para três, deixando os fundos destinados ao desenvolvimento do mundo rural e das pescas de ser considerados como fundos estruturais, para serem considerados em linhas orçamentais específicas. Por outro lado, observa-se um acréscimo de programas operacionais, por via da nova regra sobre financiamento, um fundo por cada programa.

O quadro da intervenção da Região tem a seguinte configuração: um programa comparticipado pelo FEDER, o PROCONVERGENCIA, um outro comparticipado pelo fundo FSE, o PRO-EMPREGO, um eixo comparticipado pelo Fundo de Coesão no programa temático nacional, com a designação de Programa Operacional de Valorização do Território - POVT, e ainda a participação da Região no Programa de Cooperação Transnacional Madeira-Açores-Canárias. As intervenções comparticipadas pelo novo fundo comunitário para o mundo rural, o Fundo Europeu de Apoio para o Desenvolvimento Rural (FEADER), que substitui o anterior FEOGA, estão consubstanciadas num programa que tem a designação de PRORURAL. No caso das pescas, a componente regional recebeu a designação de PROPESCAS, é comparticipada pelo novo Fundo Europeu das Pescas (FEP), que substitui o anterior IFOP.

Em termos financeiros os valores disponíveis de financiamento comunitário para a Região para o período de 2007-2013 atinge os 1,6 milhões de euros para uma despesa pública de investimento de 1,9 mil milhões.

Programas Operacionais 2007-2013

	<u>Unidade: euros</u>		
	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Contribuição Regional
PROCONVERGENCIA	1 190 905 450	966 349 049	224 556 401
PRO-EMPREGO	223 529 413	190 000 000	33 529 413
POVT	100 000 000	70 000 000	30 000 000
PRORURAL	345 113 603	293 346 563	51 767 040
PROPESCA	39 437 713	33 522 057	5 915 656
PCT MAC	6 027 963	5 197 049	830 914
TOTAL	1 905 014 142	1 558 414 718	346 599 424

A seguir apresenta-se uma sinopse das intervenções regionais de programação da política europeia de coesão.



O Programa Operacional dos Açores para a Convergência é um programa participado pelo fundo estrutural FEDER, adoptado pela Decisão da Comissão C (2007) 4625, de 5 de Outubro de 2007, CCI 2007 PT 161 PO 006 e abrange um leque diversificado de sectores e de beneficiários finais das comparticipações comunitárias.

A estratégia de desenvolvimento contida neste instrumento de programação encerra elementos de uma política de coesão económica e social, abarcando um conjunto de domínios estratégicos, com fortes ligações, interdependências e interactividades entre si, envolvendo factores associados à produção e aos mercados, outros relacionados com o factor humano, outros ainda com a dotação e funcionamento das infra-estruturas e dos equipamentos de apoio distribuídos pelo território regional.

As prioridades estratégicas do PROCONVERGENCIA estruturam e identificam as principais medidas transversais de política económica e social, sustentadas em instrumentos de política pública. Deste quadro, emerge a selecção de grandes linhas de orientação estratégica, sobre as quais irá incidir a concentração dos esforços do programa operacional:

- i) qualificação e robustecimento da economia, na perspectiva de mais competitividade, fortalecimento e diversificação do tecido produtivo regional, promoção do espírito empresarial e no impulso à inovação, à utilização de novas tecnologias de informação e comunicação e à sociedade da informação;
- ii) desenvolvimento dos recursos humanos, assente no reforço do investimento no capital humano, melhorando a educação e as competências para a competitividade, na inclusão social e na qualidade vida;
- iii) melhoria das acessibilidades, através da requalificação das redes estruturantes;
- iv) sustentabilidade ambiental e a prevenção e gestão dos riscos;
- v) compensação dos efeitos da ultraperiferia, em que de acordo com o artº 11 do Regulamento (CE) 1080/2006, de 5 de Julho, relativo ao FEDER, as regiões ultraperiféricas recebem um tratamento particular, que se traduz numa dotação específica adicional utilizada a fim de compensar os sobrecustos derivados da sua condição de ultraperifericidade;
- vi) Assistência técnica.

No âmbito da afectação das dotações comunitárias inscritas no PROCONVERGENCIA, a 31 de Agosto de 2010, em termos acumulados desde o início da vigência do actual período de programação, a autoridade de gestão aprovou já 530 candidaturas com um montante de despesa pública associada de 645,2 milhões de euros, a que corresponde uma comparticipação do fundo estrutural FEDER de cerca de 507,7 milhões de euros e representa uma taxa de compromisso (AP/PR) de 52,5% avaliada em termos de fundo.

A execução financeira (despesa efectivamente paga) das operações aprovadas ascendeu, em termos acumulados, ao montante de 346,7 milhões de euros de despesa pública, com uma comparticipação FEDER de 275,8 milhões de euros a que corresponde uma taxa de execução de 28,5%.

Execução Financeira por Eixo
31.Agosto.2010

	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %	
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de com- promisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)
TOTAL	1.190.905.450	966.349.049	645.230.275	507.675.859	346.661.979	275.772.777	52,54	28,54
EP I Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores	405.228.651	344.444.353	180.407.651	153.346.504	53.952.495	45.859.621	44,52	13,31
EP II Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana	275.037.039	233.781.483	131.252.441	111.533.296	86.502.624	73.527.230	47,71	31,45
EP III Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidades	201.164.364	170.989.709	149.363.778	126.959.212	115.590.055	98.251.546	74,25	57,46
EP IV Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental	173.567.848	147.532.671	66.210.416	56.278.854	36.187.503	30.759.377	38,15	20,85
EP V Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	131.201.666	65.600.833	116.395.988	58.197.994	53.971.160	26.985.580	88,72	41,14
EP VI Assistência Técnica	4.705.882	4.000.000	1.600.000	1.360.000	458.144	389.422	34,00	9,74

No âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), componente FEDER, reportado a 30 de Junho de 2010, o PROCONVERGENCIA lidera com uma taxa de execução financeira de 25,8%, sendo a média do QREN / FEDER de 12,1%.



PRO-EMPREGO

Este programa operacional assenta numa grande finalidade estratégica que consiste na colocação da intervenção FSE ao serviço de um novo ciclo de desenvolvimento e de políticas públicas para a RAA no qual a qualificação das pessoas, o papel do conhecimento, a inovação na valorização dos recursos endógenos regionais e a disseminação de uma cultura de empreendimento e de iniciativa assumem um estatuto de prioridade máxima. A percepção dos desafios que tal mudança coloca à coesão social e territorial dos Açores conduz coerentemente à valorização da problemática do desenvolvimento social, incluindo neste domínio uma nova importância ao combate à iliteracia.

Em estreita relação com a finalidade estratégica acima mencionada, o PO organiza-se em torno de 6 domínios de intervenção:

- Empregabilidade de jovens;
- Consolidação das condições de empregabilidade no sector privado;
- Modernização do tecido produtivo e apoio ao empreendedorismo;
- Empregabilidade e empreendedorismo com base em I&D;
- Competitividade regional na sociedade da informação e do conhecimento;
- Inclusão social por via da qualificação, do emprego e do empreendedorismo.

Estes seis domínios de intervenção são organizados de modo não só a servir os objectivos estruturantes que justificam a sua existência, mas também a dar resposta diferenciada a algumas prioridades transversais de toda a programação FSE.

Assim, os seis domínios devem, na especificidade das suas tipologias de projecto, criar condições para a disseminação de novos comportamentos de empreendimento e de iniciativa, favorecendo a emergência de empreendedorismo de vários tipos: como complemento fundamental das políticas de empregabilidade e formação; empreendedorismo de oportunidade e com base em conhecimento científico e tecnológico e empreendedorismo de necessidade, ajustado às políticas de inclusão e desenvolvimento social. Do mesmo modo, a promoção da igualdade de género associada à garantia de mais elevadas taxas de participação e emprego feminino e a valorização das TIC como instrumento de combate aos efeitos penalizadores do isolamento e da fragmentação territorial são também entendidas como prioridades horizontais, dando origem seja as sub-tipologias em determinadas tipologias de projectos dos seis domínios de intervenção seja a critérios de elegibilidade transversais à generalidade das tipologias. As tipologias e subtipologias de projecto previstas no programa evidenciam um forte potencial para a maximização dos pontos fortes e atenuação dos pontos fracos no mercado de trabalho regional, identificados no primeiro ponto do documento.

- Empregabilidade de jovens
Formação profissional de qualificação inicial
Transição para a vida activa
- Consolidação das condições de empregabilidade no sector privado
Formação de activos
Apoio à inserção das mulheres em meio laboral
- Modernização do tecido produtivo e apoio ao empreendedorismo
Fomento e disseminação do empreendedorismo
Formação profissional intra-empresas
- Empregabilidade e empreendedorismo com base em I&D
Investigação em contexto empresarial
Formação avançada
Formação avançada de suporte a projectos de empreendedorismo de base tecnológica.
- Competitividade regional na sociedade da informação e do conhecimento
Apoio à formação generalizada e especializada em TIC
Qualificação para a modernização de serviços de Administração Pública
- Inclusão social por via da qualificação, do emprego e do empreendedorismo
Melhoria dos níveis de literacia e de qualificação básica da população açoriana
Projectos-piloto de Formação – Acção para a Inclusão Social
Apoio à consolidação de um mercado social de emprego
Qualificação para a modernização das organizações do terceiro Sector

Em termos financeiros ao PRO-EMPREGO está afecto um envelope financeiro de fundo estrutural FSE de 190 milhões de euros, a que se adiciona 33,5 milhões de contrapartida pública e mais 40 milhões de financiamento privado, podendo, na totalidade, atingir-se cerca de 264 milhões de euros a despesa afecta à execução deste programa operacional.

Até 31 de Agosto de 2010, foram apresentados 757 pedidos de co-financiamento tendo sido aprovados 458 com um montante global de despesa pública de 152.801.876€, sendo 129.881.594€ do Fundo Comunitário.

Assim, em 31 de Agosto o Pro-Emprego verificava um compromisso de cerca de 68,35%.

Até aquela data, 78 projectos foram arquivados e 121 indeferidos.

Foram ainda efectuados pagamentos aos promotores no montante total de 50.175.032€, sendo que 44.216.617€ corresponderam à componente Fundo Social Europeu e 5.958.415€ à componente orçamento da Segurança Social. Os referidos pagamentos respeitaram ao pagamento de adiantamentos, reembolsos e saldos finais.

Quanto à despesa validada pela autoridade de gestão, 31 de Agosto de 2010, a mesma ascendeu a 53.752.252 €, dos quais 45.468.693€ corresponderam ao fundo comunitário.

Os projectos aprovados previam a execução de 3.798 Acções de formação, repartidas por 2.221 Cursos e uma participação de 52.713 Formandos.

Acresce referir que em todas as Ilhas do Arquipélago, foi prevista a realização de formação.



REDES E EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A aplicação do Fundo de Coesão na Região Autónoma dos Açores no período de programação 2007-2013 estrutura-se e combina duas grandes linhas de orientação: corresponder às áreas de intervenção definidas para este fundo comunitário e, principalmente, financiar projectos relevantes e complementares da intervenção operacional comparticipada pelo fundo estrutural FEDER, designadamente nos eixos prioritários relativos às redes de infra-estruturas de acessibilidades e à valorização e qualificação do sistema ambiental.

Com estes pressupostos, e tendo em consideração que este instrumento financeiro tem o objectivo último de contribuir para o reforço da coesão económica e social, numa perspectiva de promoção do desenvolvimento sustentável, para os Açores são fixados dois grandes objectivos estratégicos para a intervenção deste fundo:

- Melhorar os níveis de eficiência e de segurança do transporte marítimo no arquipélago, e
- Aumentar os níveis de protecção ambiental, no domínio dos recursos hídricos e dos resíduos, e do desenvolvimento sustentável, pelo aproveitamento dos recursos renováveis na produção de energia eléctrica.

O envelope financeiro deste eixo específico da Região no programa operacional Valorização do Território ascende a 70 milhões de comparticipação comunitária, a que corresponde, para uma taxa média de financiamento de 70% a uma despesa de investimento de cerca de 100 milhões de euros.

Foram apresentadas em 2009 2 candidaturas ao POVT, ambas no domínio das infra-estruturas marítimas: Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Horta e Reordenamento do Porto da Madalena do Pico. A primeira candidatura foi aprovada, contratualizada e encontra-se em execução, a segunda candidatura foi retirada pelo promotor, tendo sido reformulada e submetida já em 2010.

Em 2009 foi também que foi aprovada uma candidatura que tinha sido submetida no último trimestre de 2008, relativa à Requalificação Ambiental das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas e Sete Cidades, intervenção no domínio do ambiente, que corporiza uma das tipologias de investimento prevista no regulamento específico do eixo.

À data de 31 de Agosto de 2010 o nível de compromisso das 2 candidaturas aprovadas correspondia a um montante total de Fundo de 45 M€, o que traduz uma taxa de compromisso (AP/PR) de 64%.

A despesa efectivamente paga pelos beneficiários e apresentada em pedidos de pagamento validados ascendeu (em termos de Fundo) a 11,3M€, o que representa uma taxa de execução (EX/PR) de 16,2%.

Eixo IV - Redes e equipamentos estruturantes das RAA

Ponto de situação a 31 de Agosto de 2010

(Unidade: euro)

Código Operação	Entidade	Designação do Projecto	Valores Aprovados		Executado	
			Despesa Total Elegível / Montante de Decisão	Contribuição FC	Despesa Elegível	Comparticipação Fundo
POVT-04-0157-FCOES-000001	Sociedade de Promoção e Gestão Ambiental SA	Requalificação ambiental das bacias hidrográficas das lagoas das Furnas e Sete Cidades	16.548.197,00	14.065.968,00	2.222.074,08	1.888.763,04
POVT-04-0157-FCOES-000002	Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, S.A.	Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta	36.473.710,05	31.002.653,54	11.125.747,77	9.456.885,60
Total			53.021.907,05	45.068.621,54	13.347.821,85	11.345.648,64



O Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (PRORURAL), enquadra-se no período de programação 2007-2013 da política da União Europeia de desenvolvimento rural, sendo comparticipado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

A estratégia de desenvolvimento rural definida para o período 2007-2013 tem subjacente o conjunto de especificidades de natureza geográfica, económica, social e ambiental que caracterizam a Região propondo-se respostas concretas das políticas de desenvolvimento rural, tendo em conta os efeitos conjugados das seguintes “classificações” da Região: Região ultraperiférica, Região integrada no Objectivo Convergência, Região Desfavorecida e Região Predominantemente Rural.

A estratégia escolhida para o PRORURAL desenvolveu -se em torno de três dimensões: económica, ambiental e social que se entrecruzam e complementam, sendo definido como grande objectivo estratégico global do desenvolvimento rural da Região: a promoção da competitividade das empresas e dos territórios, de forma ambientalmente sustentável e socialmente estável e atractiva e o concomitante desenvolvimento dos sectores agrícola, pecuário e florestal.

O PRORURAL estrutura-se em 5 objectivos estratégicos:

- Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal;
- Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;
- Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais;
- Reforçar a coesão territorial e social;
- Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial.

A operacionalização do PRORURAL assenta nos seguintes eixos de intervenção:

Eixo 1 – Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal

Domínios Prioritários

- Aumento dos conhecimentos e melhoria do potencial humano do sector agro-florestal, promovendo a formação e qualificação das pessoas em actividade no sector, os serviços e as acções destinados à divulgação e actualização contínua de conhecimentos, assim como o rejuvenescimento da população agrícola e alterações estruturais significativas em explorações transferidas.

- Promoção da inovação e da qualidade e reestruturação e desenvolvimento das fileiras do sector agro-florestal, através da promoção da cooperação e da organização para o mercado de todos os agentes que actuam nas diversas fileiras de produção; da criação de novos produtos, processos e tecnologias que valorizem as produções regionais, de investimentos materiais e imateriais destinados à modernização e reestruturação das empresas do sector e ao aumento da qualidade e do valor acrescentado da produção; do apoio à adaptação das explorações a normas mais exigentes; e do apoio à prevenção e compensação dos efeitos de catástrofes naturais.
- Melhoria das infra-estruturas de apoio à actividade agrícola e florestal, através do desenvolvimento e requalificação da rede de caminhos agrícolas e rurais e das estruturas de abastecimento de água e de fornecimento de energia eléctrica; de operações relacionadas com o ordenamento agrário e a estruturação fundiária, e de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento da actividade florestal.

Estas prioridades e respectivos domínios de actuação responderão ao objectivo estratégico de “Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal”.

O Eixo 1 concretiza-se através de 12 Medidas.

Eixo 2 – Melhoria do ambiente e da paisagem rural

Domínios Prioritários

- da utilização continuada e sustentável das terras agrícolas, através de apoios à manutenção da actividade agrícola em todo o território da região (zona desfavorecida).
- Promoção da gestão sustentável das terras agrícolas, através do incentivo à introdução ou manutenção de práticas agrícolas e modos de produção que promovam a protecção da biodiversidade e de sistemas de alto valor natural e paisagístico, nomeadamente nas zonas Natura 2000, a protecção dos recursos hídricos e do solo e a atenuação das alterações climáticas; e do apoio a investimentos não produtivos com objectivos ambientais.
- Promoção da gestão sustentável das terras florestais, através do apoio ao alargamento e melhoria da sustentabilidade dos povoamentos florestais, nomeadamente nas zonas Natura 2000, contribuindo para a protecção da biodiversidade, a preservação dos ecossistemas florestais, a atenuação das alterações climáticas, o reforço do papel protector das florestas quanto aos recursos hídricos e do solo e a prevenção de riscos naturais; e do apoio à prevenção e compensação dos efeitos de catástrofes naturais no potencial silvícola.

O Eixo 2 concretiza-se através de 4 Medidas.

Eixo 3 – Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural

Domínios Prioritários

- Promoção da diversificação da economia e do emprego em meio rural, através da diversificação de actividades nas explorações agrícolas, da criação e desenvolvimento de microempresas e do desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer.
- Promoção da melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais, através da criação e desenvolvimento de serviços básicos de apoio à economia e população rurais e da promoção da conservação e valorização do património rural.
- Desenvolvimento de competências ao nível local, através da promoção do potencial humano necessário para a diversificação das economias locais e o fornecimento de serviços de base local e da aquisição de competências com vista à animação e preparação e execução de estratégias locais de desenvolvimento.

O Eixo 3 concretiza-se através de 4 Medidas.

Eixo 4 — LEADER

Domínios Prioritários

A integração da Abordagem LEADER na programação, através da prossecução dos objectivos do Eixo 3, incluindo a execução de estratégias locais de desenvolvimento, a execução de projectos de cooperação, o funcionamento dos GAL e a aquisição de competências e a animação dos territórios.

Eixo 5 - Assistência técnica

Respeita às actividades de preparação, coordenação, informação, gestão controlo acompanhamento e avaliação do PRORURAL.

As medidas abrangem a totalidade do território da Região Autónoma dos Açores e serão executadas no período compreendido entre 01/01/2007 e 31/12/2015.

Em termos financeiros o PRORURAL foi aprovado pelo valor global de despesa de 377,8 milhões de euros, a que corresponde 274,5 milhões de euros de participação FEADER, 48,4 milhões de participação do orçamento regional e uma contrapartida privada de 54,9 milhões de euros.

Em 2010 a participação comunitária foi reforçada em 20 milhões de euros, a que corresponde um total de 403,8 milhões de despesa total.

Até esta data registaram-se aprovações no valor de 132 997 405,26 € e pagamentos no valor de 84.413.012,45 €, do montante inscrito no PRORURAL, de acordo com o quadro seguinte:

Nº de Pedidos de Apoio e Montantes Aprovados no âmbito do PRORURAL

Eixo	Medida	Nº de Pedidos de Apoio Aprovados	Despesa Pública Aprovada (FEADER+ORAA)
1	1.2 – Instalação de Jovens Agricultores	39	1.392.500,00
	1.3 – Reforma Antecipada	45	8.360.779,39
	1.5 – Modernização das Explorações Agrícolas	337	29.906.698,40
	1.6 – Melhoria do Valor Económico das florestas	43	2.062.298,73
	1.7 - Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	8	14.705.394,42
	1.11 – Melhoria e Desenvolvimento de Infra-Estruturas	30	11.721.11.90
	Sub-Total	502	68.148.790,84
2	2.1 – Manutenção da actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas	3.665	39.278.161,56
	2.2 – Pagamentos Agro-ambientais	1.417	30.337.538,68
	2.4 – Gestão do Espaço Florestal	1	3.636.799,91
	Sub-Total	5.083	73.252.500,42
4	4.1 – Estratégias Locais de Desenvolvimento	43	1.482.116,71
	4.3 – Funcionamento dos GAL, Aquisição de Competências e Animação dos Territórios	11	3.581.786,80
	Sub-Total	54	5.063.903,51
Total		5.639	146.465.194,77



O Programa PROPECAS assenta no apoio ao investimento no âmbito dos projectos co-financiados pelo Fundo Europeu das Pescas visando, numa abordagem sistémica, a criação das condições para a competitividade e sustentabilidade, a longo prazo, do sector pesqueiro regional, tendo em conta a aplicação de regimes de exploração biológica e ecologicamente racionais; a melhor organização do ramo da captura, transformação e comercialização e o reforço da competitividade da actividade produtiva empresarial, com a diversificação, inovação, acréscimo de mais-valias e garantia da qualidade dos produtos da pesca.

O desenvolvimento sustentável do sector das pescas da Região Autónoma dos Açores depende de uma visão estratégica comum, de uma política integrada, de um melhor conhecimento científico e técnico, da cooperação institucional entre os parceiros do sector, da valorização dos profissionais e da sua participação activa em sistemas de governação responsáveis e eficazes de forma, a que o sector das pescas se torne mais competitivo num quadro de globalização a nível mundial.

Importa realçar a discriminação positiva que, nos termos do artigo 299º do Tratado, foi assegurada aos operadores sedeados nesta Região Ultraperiférica.

Assim, as linhas orientadoras para o desenvolvimento do sector das pescas da Região Autónoma dos Açores, pressupõem a inclusão no PROPECAS, dos seguintes eixos prioritários:

Eixo Prioritário 1 – Adaptação da Frota de Pesca

Apoiar a modernização das embarcações de pesca, com vista à melhoria das condições de trabalho e operacionalidade das mesmas, nomeadamente quanto à segurança a bordo, condições de higiene, preservação da qualidade do pescado, selectividade das artes e das operações de pesca e racionalização dos custos energéticos. Os investimentos em selectividade podem visar substituição das artes de pesca, experimentação de novas medidas técnicas, a redução do impacte da pesca nas espécies sem valor comercial e a protecção das capturas e artes de pesca de predadores selvagens protegidos.

Eixo Prioritário 2 – Investimentos na aquicultura, Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca e Aquicultura

Apoiar investimentos relativos à construção/modernização de estabelecimentos e aquisição de equipamentos para instalações de produção com vista à introdução da actividade aquícola no arquipélago com boas perspectivas de absorção pelo mercado, incluindo em mar aberto. Apoiar a

construção e modernização de unidades industriais visando a introdução de novas técnicas, novas tecnologias, a qualificação dos recursos humanos e a diversificação da produção, em ajuste à evolução do mercado, com vista ao aumento do valor acrescentado e à melhoria das condições de higiene, salubridade e qualidade dos produtos, contemplando, entre outras, a indústria conserveira regional; aquisição de equipamentos necessários ao processo produtivo, mais eficientes e respeitadores do ambiente, nomeadamente em termos de rendimento energético, consumo de água e tratamento de resíduos; Apoiar investimentos que tenham por objectivo a certificação da qualidade dos produtos transformados e da aquicultura; a dinamização dos circuitos de comercialização nos mercados externos e estimular a introdução de tecnologias inovadoras, através do apoio a projectos que incluam parcerias entre as empresas e o sistema científico e tecnológico, como universidades e laboratórios.

Eixo Prioritário 3 – Medidas de Interesse Geral

Visa melhorar as condições infra-estruturais, técnicas e profissionais, organizativas e de conhecimento necessárias ao desenvolvimento sustentável das actividades do sector da pesca e aquicultura, com vista a um aproveitamento racional das potencialidades dos recursos naturais, materiais e humanos disponíveis. Apoiar o investimento público ou privado em áreas próprias e adjacentes dos portos e núcleos de pesca, locais de desembarque e abrigos, visando na sua globalidade a melhoria estrutural, operacional e funcional de toda a actividade desenvolvida na pesca, de forma a garantir a qualidade dos produtos, aumentar a competitividade e a produtividade das actividades desenvolvidas, designadamente através de infra-estruturas marítimas não pesadas, garantindo melhores condições de abrigo e operacionalidade a pessoas e embarcações; instalações e equipamentos de molde a criar boas condições para a movimentação de pescado, de trabalho e de segurança; instalações de manutenção ou reparação das embarcações de pesca; adequação e modernização das condições estruturais, técnico-funcionais e hígio-sanitárias nas áreas de venda, transformação e comercialização do pescado, bem como meios e equipamentos que permitam minimizar impactes ambientais. Apoiar a promoção e valorização dos produtos da pesca e da aquicultura, seja através do desenvolvimento de novos mercados, seja através da demonstração ao consumidor das virtualidades destes produtos, visando o aumento do seu valor acrescentado; realização de campanhas de promoção dos produtos da pesca e da aquicultura e em geral do sector da pesca; promoção de produtos obtidos por métodos pouco prejudiciais para o ambiente, bem como de produtos já certificados ou de apoio à certificação da qualidade; realização de missões de estudos ou comerciais e de estudos de mercado. Apoiar projectos-piloto com o objectivo de testar, experimentar e demonstrar, em condições próximas das condições reais do sector produtivo, a fiabilidade técnica e a viabilidade económica de uma tecnologia inovadora e divulgar conhecimentos e resultados obtidos, com acompanhamento técnico ou científico, dirigidos para as vertentes fabris e produtiva, técnicas e de gestão racional das pescas, da eficiência energética de equipamentos ou artes de pesca e do impacte ambiental; a

transformação de embarcações de pesca, para fins de formação ou de investigação no sector das pescas ou outras actividades não ligadas à pesca mas que possam contribuir para a preservação do seu património cultural e tradições.

Eixo Prioritário 4 – Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca

Apoiar as comunidades piscatórias na criação de condições intrínsecas que conduzam a novas fontes sustentáveis de rendimento e de qualidade de vida, numa perspectiva de desenvolvimento endógeno; visa potenciar as oportunidades existentes nas zonas de pesca identificadas e apoiar a criação de condições adequadas que, ultrapassando os estrangulamentos existentes e potenciando a utilização dos recursos locais, promova o seu desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida nas respectivas comunidades, mediante o reforço da competitividade das zonas de pesca e valorização dos produtos, diversificação e reestruturação das actividades económicas e sociais, promoção e valorização da qualidade do ambiente costeiro e das comunidades e aquisição de competências individuais, colectivas e de cooperação.

Eixo Prioritário 5 – Assistência Técnica

A inclusão deste eixo é justificada pela necessidade de garantir as condições necessárias à implementação e funcionamento do sistema e estrutura de gestão, acompanhamento, avaliação, controlo e divulgação do PROPESCAS, visando o sucesso da estratégia de desenvolvimento definida para o sector.



O Programa de Cooperação Transnacional Açores - Madeira – Canárias, para o período de programação 2007-2013, constitui uma aposta na cooperação como elemento de valor para o desenvolvimento integrado das regiões envolvidas e destas com os países terceiros circunvizinhos.

O objectivo global que sustenta a estratégia adoptada no Programa consiste em, por um lado, incrementar os níveis de desenvolvimento e de integração socioeconómica dos três arquipélagos, fomentando uma estratégia que visa o impulso da sociedade do conhecimento e do desenvolvimento sustentável, e, por outro, melhorar os níveis de integração socioeconómica do espaço de cooperação com os países de proximidade geográfica e cultural.

Os objectivos específicos que contribuirão para alcançar os eixos estratégicos do Programa, em coerência com o objectivo global são os seguintes:

- Promover a I+D+i para superar o atraso das regiões do espaço em relação ao continente.
- Aumentar o nível de protecção e melhorar a gestão das zonas costeiras e dos recursos marinhos.
- Melhorar a gestão sustentável dos recursos hídricos, da energia (especialmente renováveis) e dos resíduos.
- Prevenir os riscos sísmicos, vulcânicos, marítimos, climáticos e outras catástrofes naturais.
- Favorecer o desenvolvimento dos países terceiros vizinhos.
- Reforçar a capacidade institucional dos agentes públicos das três regiões e dos países terceiros vizinhos.

Os Eixos Estratégicos definidos para a consecução dos objectivos globais e específicos do programa são os seguintes:

- Eixo 1 - Promoção da Investigação, Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Sociedade de Informação;
- Eixo 2 - Reforço da Gestão Ambiental e da Prevenção de Riscos;
- Eixo 3 - Cooperação com Países Terceiros e articulação da Grande Vizinhança;
- Eixo 4 - Assistência Técnica

O Eixo 1 estabelece como prioridades o desenvolvimento de áreas de Investigação, Inovação e de Desenvolvimento Tecnológico com aplicação no tecido produtivo dos territórios do espaço, de

redes transnacionais de cooperação e transferência tecnológica e científica, em áreas como os transportes, a biodiversidade, a saúde e a inovação em gestão turística e a promoção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para a redução da problemática relacionada com a fragmentação insular e o afastamento do espaço de cooperação, em áreas como a administração electrónica, a gestão urbanística e territorial, a educação, a informação socioeconómica e ambiental, entre outras.

No Eixo 2 são definidas como prioridades a prevenção de riscos naturais (sísmicos, vulcânicos, marítimos, climáticos e outras catástrofes), a gestão sustentável dos recursos hídricos, a energia e os resíduos, a protecção e gestão de zonas costeiras e recursos marinhos e a segurança marítima e costeira.

Por último, no eixo 3 são definidos como objectivos o impulsionamento do desenvolvimento de um espaço comum de crescimento e integração económica, social e cultural entre as regiões ultraperiféricas da Macaronésia e os países terceiros vizinhos através de acções de cooperação com benefício mútuo, o favorecimento de estabelecimento de laços estáveis de cooperação institucional, o de servir como experiência piloto de cooperação territorial entre a União Europeia e os países terceiros através da implementação de fórmulas operativas de coordenação dos fundos FEDER e FED e o reforço do papel das regiões ultraperiféricas como plataforma para a cooperação territorial entre a União Europeia e os países vizinhos.

O Plano Financeiro Conjunto do Programa apresenta um custo total previsto que ascende a 65.169.525 euros e a comparticipação do FEDER a 55.394.099 euros, que corresponde a uma taxa máxima de ajuda comunitária de 85% para a zona transnacional.

A percentagem de contrapartidas nacionais, que ascende a 15%, resulta do nível de contrapartidas propostas por cada Estado-Membro. Este montante de recursos nacionais atinge os 9.775.426 Euros, procedentes do sector público.

A Região Autónoma dos Açores e da Madeira, neste conjunto, têm disponível, cada uma, a comparticipação FEDER de 5.197.049,50€. A Comunidade Autónoma de Canárias, por seu turno, dispõe de uma comparticipação FEDER de 45.000.000€.

A repartição do FEDER, para a Região Autónoma dos Açores, estrutura-se da seguinte forma:

PCT-MAC – Repartição por Eixo Prioritário

Eixos Prioritários		Unidade: euros
		FEDER
Eixo 1:	Promoção da investigação, desenvolvimento tecnológico, inovação e sociedade da informação.	2.314.671
Eixo 2:	Consolidação da gestão do meio ambiente e da prevenção de riscos.	1.820.555
Eixo 3:	Cooperação com países terceiros e articulação de grande vizinhança	750.000
Eixo 4:	Assistência Técnica	311.823
TOTAL		5.197.049

Em termos de aprovações de projectos, procedeu-se ao lançamento de 2 convocatórias, que deram origem à aprovação de 55 projectos com participação de parceiros açorianos.

No ano de 2008, procedeu-se ao lançamento da 1.ª Convocatória para a apresentação de projectos aos Eixos 1 e 2 do Programa, que decorreu de 1 de Setembro a 30 de Outubro. Em Maio de 2009, houve lugar à aprovação dos projectos apresentados, sendo que, com a participação de entidades dos Açores, foram aprovados 44 projectos com a atribuição de uma comparticipação FEDER de mais de 4 milhões de euros.

No final do ano de 2009, procedeu-se ao lançamento da 2.ª convocatória do Programa, dirigida exclusivamente para o Eixo 3 – Cooperação com Países Terceiros e Grande Vizinhança. Desta convocatória, resultou a aprovação, por parte do Comité de Gestão do Programa celebrado em Junho de 2010, de 11 projectos desenvolvidos por entidades açorianas.

Apresenta-se de seguida o ponto de situação actualizado a 31 de Agosto de 2010.

PCT-MAC - Ponto de situação a 31 de Agosto de 2010

EIXOS	Proj. Aprobados	Programado		Aprovado		Executado	
		Despesa pública	FEDER	Despesa pública	FEDER	Despesa pública	FEDER
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
Eixo I	30	2.723.142	2.314.672	2.819.915	2.396.928	257.222	218.639
Eixo II	14	2.141.830	1.820.555	2.142.855	1.821.427	19.427	16.513
Eixo III	11	882.353	750.000	882.353	750.000		
TOTAL	55	5.747.325	4.885.227	5.845.123	4.968.354	276.649	235.152

ANEXOS

DESAGREGAÇÃO POR OBJECTIVO

Investimento Público 2011
Desagregação por Objectivo

		Euro	
Objectivo/Programa/Projecto/Acção		Investimento	Plano
		Outros Fundos	
TOTAL		801.321.424	506.675.107
		294.646.317	
MELHORAR AS QUALIFICAÇÕES E AS COMPETÊNCIAS DOS AÇORIANOS		188.722.886	101.159.386
		87.563.500	
1	DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS EDUCACIONAIS E DO SISTEMA EDUCATIVO	55.226.211	55.226.211
1 1	Construções Escolares	36.903.517	36.903.517
1 1 1	Beneficiação e reabilitação de instalações escolares, propriedade da R.A.A.	1.734.000	1.734.000
1 1 2	Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1º Ciclo (DLR nº 32/2002/A, de 8 de Agosto)	681.200	681.200
1 1 3	Reparação e Adaptação do Ensino Secundário EB2,3/S Padre Manuel A. Cunha	24.330	24.330
1 1 5	Construção da Nova EB 2,3/S das Lajes do Pico	48.660	48.660
1 1 7	Construção da EB 1,2,3/JI de Água de Pau	7.610.780	7.610.780
1 1 8	Construção da EBI Francisco F. Drumond - São Sebastião	291.951	291.951
1 1 9	Grande Reparação e Adaptação ao Ensino Secundário da EB 2,3/S de Velas	5.829.589	5.829.589
1 1 10	Assistência técnica e fecho financeiro	447.700	447.700
1 1 12	Construção de novas instalações para a EB1,2/JI Gaspar Frutuoso	8.288.829	8.288.829
1 1 13	Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo da EB 1,2,3/S de São Roque do Pico	48.658	48.658
1 1 14	Construção do pavilhão gimnodesportivo da EB1,2,3/JI/S Padre Maurício de Freitas	97.300	97.300
1 1 17	Construção da Escola Básica da Ponta da Ilha - Pico	3.211.689	3.211.689
1 1 18	Requalificação das instalações para os 2º e 3º Ciclos da EB1,2,3/JI Rui Galvão de Carvalho - conjunto II	2.160.591	2.160.591
1 1 19	Requalificação e construção do Auditório da EB/S de Vila Porto	24.330	24.330
1 1 20	Requalificação da Escola Básica Integrada Canto da Maia	29.190	29.190
1 1 21	Grande reparação da EBI da Horta	973.239	973.239
1 1 22	Requalificação do bloco sul da ES Domingos Rebelo	1.459.860	1.459.860
1 1 23	Ampliação da EBI de Angra do Heroísmo	1.605.845	1.605.845
1 1 24	Grande reparação da EBI de Arrifes	1.946.479	1.946.479
1 1 25	Requalificação da Escola Profissional das Capelas	389.297	389.297
1 2	Equipamentos Escolares	778.600	778.600
1 2 1	Aquisição de Equipamentos para a Educação Pré-Escolar e os Ensino Básico e Secundário	778.600	778.600
1 3	Formação Profissional	11.393.150	11.393.150
1 3 1	Formação do Pessoal Docente e não Docente	245.750	245.750
1 3 2	Apoio Social	11.147.400	11.147.400
1 4	Desenvolvimento do Ensino Profissional e Apoio às Instituições de Ensino Privado	5.129.045	5.129.045
1 4 1	Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado	4.145.975	4.145.975

Investimento Público 2011
Desagregação por Objectivo

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Acção				Investimento	Plano	Outros Fundos
1	4	2	Escola Profissional das Capelas	983.070	983.070	
1	5	Tecnologias da Informação e Comunicação		656.937	656.937	
1	5	1	Projectos inerentes à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação	656.937	656.937	
1	7	Projectos Pedagógicos		364.962	364.962	
1	7	1	Avaliação do Sistema Educativo Regional	72.990	72.990	
1	7	3	Projectos de Inovação Pedagógica	291.972	291.972	
2	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DEFESA DO CONSUMIDOR			90.378.720	4.057.220	86.321.500
2	1	Emprego e Formação Profissional		90.378.720	4.057.220	86.321.500
2	1	1	Formação Profissional	63.891.000	891.000	63.000.000
2	1	3	Programas de Estágios Profissionais	6.891.000	891.000	6.000.000
2	1	4	Programas de Emprego	18.680.000	1.980.000	16.700.000
2	1	5	Adequação Tecnológica dos Serviços	30.000	30.000	
2	1	6	Defesa do Consumidor	89.000	89.000	
2	1	7	Estudos, Projectos e Cooperação	278.650	34.650	244.000
2	1	8	Inspecção Regional do Trabalho	377.500		377.500
2	1	10	Plano Regional de Combate ao Trabalho Precário	141.570	141.570	
3	JUVENTUDE			5.419.457	5.419.457	
3	1	Juventude		5.419.457	5.419.457	
3	1	1	Ocupação do Tempo Livre dos Jovens	973.240	973.240	
3	1	2	Apoio e Incentivo à Mobilidade dos Jovens	437.950	437.950	
3	1	3	Pousadas de Juventude dos Açores	291.970	291.970	
3	1	4	Apoio e Incentivo ao Associativismo dos Jovens	467.150	467.150	
3	1	5	Sistema de Informação ao Jovem dos Açores	210.220	210.220	
3	1	6	Apoio e Incentivo à Iniciativa dos Jovens	282.230	282.230	
3	1	7	Pousada de Juventude do Pico	63.250	63.250	
3	1	8	Pousada de Juventude de Santa Maria	1.482.749	1.482.749	
3	1	9	Cidadania e Incentivo ao Voluntariado	97.320	97.320	
3	1	10	Desenvolvimento das Competências Tecnológicas e Empreendedorismo nos Jovens	194.650	194.650	
3	1	11	Incentivo à Criatividade e Empreendedorismo e Oficinas de Criação	144.520	144.520	
3	1	12	Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação	131.390	131.390	
3	1	13	Promoção de Hábitos de Vida Saudáveis	148.900	148.900	
3	1	14	Academias de Juventude	201.950	201.950	
3	1	16	Centro de Formação do Belo Jardim	291.968	291.968	
4	PATRIMÓNIO E ACTIVIDADES CULTURAIS			22.769.231	22.669.231	100.000

Investimento Público 2011
Desagregação por Objectivo

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Acção				Investimento	Plano	Outros Fundos
4	1	Dinamização de Actividades Culturais		2.669.330	2.569.330	100.000
4	1	1	Escolas de Formação	97.325	97.325	
4	1	2	Edição de Obras de Cariz Cultural	97.325	97.325	
4	1	3	Rede de Leitura Pública	58.390	58.390	
4	1	4	Bolsas para Formação e Criação Artística	97.320	97.320	
4	1	5	Orquestra Regional dos Açores - (Lira Açoriana)	131.380	131.380	
4	1	6	Eventos de Iniciativa Governamental	700.730	700.730	
4	1	7	Arte Contemporânea dos Açores - ArTca	218.980	218.980	
4	1	8	Apoios a Actividades de Relevante Interesse Cultural	1.073.250	973.250	100.000
4	1	11	Centro Cultural e de Congressos - Miramar	116.780	116.780	
4	1	12	Apoio à Criação do Audiovisual	77.850	77.850	
4	2	Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural		20.099.901	20.099.901	
4	2	1	Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural	437.950	437.950	
4	2	2	Inventário do Património Artístico e Cultural	97.325	97.325	
4	2	3	Classificação de Imóveis em Núcleos Protegidos	272.500	272.500	
4	2	4	Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo - Novas Instalações	6.826.440	6.826.440	
4	2	5	Investigação Arqueológica	77.850	77.850	
4	2	6	Museus, Bibliotecas e Arquivos	1.576.650	1.576.650	
4	2	7	Museu do Pico - Museu dos Baleeiros	437.960	437.960	
4	2	8	Salvaguarda do Património Baleeiro	48.660	48.660	
4	2	9	Divulgação e Sensibilização do Património Cultural	116.780	116.780	
4	2	10	Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos	369.825	369.825	
4	2	12	Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para Entidades Culturais	243.300	243.300	
4	2	13	Recolhimento de Santa Bárbara - Museu Carlos Machado	38.930	38.930	
4	2	14	Espaço Cultural Multiusos da Ilha do Corvo	98.307	98.307	
4	2	15	Arquipélago - Centro de Arte Contemporânea	6.618.027	6.618.027	
4	2	17	Valorização e Restauro do Palácio de Santana	14.600	14.600	
4	2	19	Casa-Museu Manuel de Arriaga	875.920	875.920	
4	2	20	Antigo Hospital da Boa Nova	245.772	245.772	
4	2	21	Execução do Protocolo com a Diocese de Angra	875.915	875.915	
4	2	23	Igrejas do Carmo e São Francisco da Horta	48.650	48.650	
4	2	24	Museu Francisco Lacerda	97.310	97.310	

Investimento Público 2011
Desagregação por Objectivo

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Acção				Investimento	Plano	Outros Fundos
4	2	25	Museu de Santa Maria	97.310	97.310	
4	2	26	Restauro de Bens Arquivísticos Públicos	194.650	194.650	
4	2	27	Programa Museológico do Palácio da Conceição - Casa da Autonomia	145.970	145.970	
4	2	28	Convento de Santo André	243.300	243.300	
5	DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO			13.390.900	12.248.900	1.142.000
5	1	Instalações e Equipamentos		1.953.615	1.813.615	140.000
5	1	1	Apoio à Construção e Beneficiação de Instalações Desportivas	245.770	245.770	
5	1	2	Parque Desportivo de São Miguel	481.700	481.700	
5	1	3	Parque Desportivo da Ilha Terceira	270.340	270.340	
5	1	4	Parque Desportivo do Faial	250.680	250.680	
5	1	5	Modernização, Acessibilidades e Apetrechamento de Instalações	189.150	49.150	140.000
5	1	6	Apoio à Construção e Beneficiação de Pavilhões Desportivos e Sedes de Clubes e Associações Desportivas	465.975	465.975	
5	1	7	Requalificação do Estádio de São Miguel	50.000	50.000	
5	2	Actividades Desportivas		6.865.800	6.689.800	176.000
5	2	1	Apoio a Clubes por Utilização de Atletas Formados na Região Autónoma dos Açores	176.950	176.950	
5	2	2	Desporto Escolar	375.570	315.570	60.000
5	2	3	Alta Competição, Prémios de Classificação e Subidas de Divisão	265.430	265.430	
5	2	4	Actividade Física e Desportiva Adaptada	147.730	131.730	16.000
5	2	5	Apoio à Participação em Quadros Competitivos Nacionais e Série Açores	2.950.910	2.850.910	100.000
5	2	6	Apoio às actividades das associações desportivas	2.949.210	2.949.210	
5	3	Promoção e Formação		4.571.485	3.745.485	826.000
5	3	1	Congressos e Seminários, Estudos e Investigação	14.745	14.745	
5	3	2	Estrutura Técnica Associativa	540.670	540.670	
5	3	3	Eventos desportivos, promoção e formação na área do desporto	1.174.990	348.990	826.000
5	3	4	Jogos das Ilhas	294.920	294.920	
5	3	5	Escolinhas do Desporto	285.090	285.090	
5	3	6	Actividades de Treino e Competição	2.162.760	2.162.760	
5	3	7	Actividade Física e Desportiva dos Adultos	98.310	98.310	
6	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO			1.538.367	1.538.367	
6	1	Apoio aos Media		1.395.827	1.395.827	
6	1	1	Promedia	589.840	589.840	
6	1	2	Promoção mediática dos Açores no exterior	589.842	589.842	
6	1	3	Apoio Regional ao serviço público de rádio e televisão	88.475	88.475	

Investimento Público 2011
Desagregação por Objectivo

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Acção				Investimento	Plano	Outros Fundos
6	1	4	Portal do Governo	88.370	88.370	
6	1	5	Encontro de Órgãos de Comunicação Social/Área de Imprensa	39.300	39.300	
6	2		Jornal Oficial	142.540	142.540	
6	2	2	Acesso à Base de Dados Jurídica	142.540	142.540	
PROMOVER O CRESCIMENTO SUSTENTADO DA ECONOMIA				294.198.089	182.061.430	112.136.659
7			AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DOS SECTORES AGRÍCOLA E FLORESTAL	132.080.984	65.719.704	66.361.280
7	1		Melhoria e Desenvolvimento de Infra-estruturas	55.731.730	28.931.730	26.800.000
7	1	1	Reestruturação Fundiária	387.600	87.600	300.000
7	1	2	Abastecimento de Água	12.583.950	583.950	12.000.000
7	1	3	Caminhos Agrícolas	10.583.950	583.950	10.000.000
7	1	4	Electrificação Agrícola	5.083.950	583.950	4.500.000
7	1	5	Caminhos Rurais	5.352.820	5.352.820	
7	1	6	Infra-estruturas Florestais	262.770	262.770	
7	1	7	Infra-estruturas dos Serviços	291.970	291.970	
7	1	8	Infra-estruturas Fitossanitárias	598.140	598.140	
7	1	9	Infra-estruturas veterinárias	10.635.286	10.635.286	
7	1	10	Infra-Estruturas de Abate	1.459.860	1.459.860	
7	1	11	Parques de Exposições Agro-Comerciais	7.198.254	7.198.254	
7	1	12	Estudos e Tecnologias de Informação e Comunicação	394.120	394.120	
7	1	13	Sistema de Informação Geográfica da Agricultura	38.930	38.930	
7	1	14	Melhoramento das Infra-estruturas de Abate	860.130	860.130	
7	2		Modernização das Explorações Agrícolas e Florestais	36.722.067	19.827.454	16.894.613
7	2	1	Sanidade Animal	5.690.110	4.490.110	1.200.000
7	2	2	Sanidade Vegetal	788.330	788.330	
7	2	3	Melhoramento Animal	700.730	700.730	
7	2	4	Experimentação e Divulgação Agrária	1.508.520	1.508.520	
7	2	5	Valorização E Qualificação Profissional Agrária	654.039	654.039	
7	2	6	Vulgarização e Extensão Rural	1.388.690	1.388.690	
7	2	7	Serviços de Gestão e Aconselhamento Agrícola	399.836	97.320	302.516
7	2	8	Apoio ao Investimento nas Explorações Agrícolas	17.258.544	5.831.580	11.426.964
7	2	9	Diversificação Agrícola	1.150.663	435.530	715.133
7	2	10	Acompanhamento das Intervenções Comunitárias	564.415	564.415	

Investimento Público 2011
Desagregação por Objectivo

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Acção				Investimento	Plano	Outros Fundos
7	2	11	Resgate da Quantidade de Referência	1.937.380	1.937.380	
7	2	12	Reforma Antecipada	3.691.930	441.930	3.250.000
7	2	13	Incentivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA)	441.930	441.930	
7	2	14	Apoio às Organizações de Produtores	546.950	546.950	
7	3		Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	39.627.187	16.960.520	22.666.667
7	3	1	Apoio à Indústria Agro-alimentar	24.613.147	1.946.480	22.666.667
7	3	2	Apoio ao escoamento de produtos na Indústria Agro-Alimentar	3.333.890	3.333.890	
7	3	3	Regularização de Mercados	10.173.610	10.173.610	
7	3	4	Qualidade e Certificação	632.600	632.600	
7	3	5	Promoção de Produtos Açorianos	873.940	873.940	
8			VALORIZAÇÃO DO MUNDO RURAL	35.088.471	7.938.092	27.150.379
8	1		Melhoria da Qualidade de Vida e Diversificação da Economia Rural	9.392.749	2.242.370	7.150.379
8	1	1	Diversificação da Economia Rural	3.190.607	583.940	2.606.667
8	1	2	Medidas Florestais de Desenvolvimento Rural	5.324.092	780.380	4.543.712
8	1	3	Fomento e Gestão dos Recursos Florestais	878.050	878.050	
8	2		Preservação e Valorização do Ambiente e da Paisagem Rural	25.695.722	5.695.722	20.000.000
8	2	1	Manutenção da actividade agrícola	11.734.310	1.734.310	10.000.000
8	2	2	Pagamentos Agro-ambientais e Natura 2000	11.744.530	1.744.530	10.000.000
8	2	3	Uso Múltiplo da Floresta	1.857.952	1.857.952	
8	2	4	Formação e Informação Florestal	358.930	358.930	
9			MODERNIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS E DA ACTIVIDADE DA PESCA	29.497.890	20.497.890	9.000.000
9	1		Inspecção e Gestão	1.032.230	1.032.230	
9	1	1	Fiscalização e Inspecção	88.480	88.480	
9	1	2	Cooperação com o DOP/IMAR/OMA e Outras entidades	796.290	796.290	
9	1	3	Congressos e Exposições	49.150	49.150	
9	1	5	Sistema de Acompanhamento Electrónico	98.310	98.310	
9	2		Infra-Estruturas Portuárias	9.580.200	7.580.200	2.000.000
9	2	1	Portos da Região	114.960	114.960	
9	2	2	Programa de apoio à actividade marítimo-portuária no sector das pescas	2.850.903	2.850.903	
9	2	3	Protocolos com Associações do Sector	245.770	245.770	
9	2	4	Cooperação com Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais	88.476	88.476	
9	2	5	Cooperação com a Direcção de Faróis	60.130	60.130	
9	2	6	Programa Regional de requalificação e ampliação dos portos de pesca	5.482.659	3.482.659	2.000.000

Investimento Público 2011
Desagregação por Objectivo

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Acção				Investimento	Plano	Outros Fundos
9	2	7	Ampliação, Reordenamento e Beneficiação do Porto de Rabo de Peixe e Zonas Envolventes	737.302	737.302	
9	3		Frota	8.008.090	8.008.090	
9	3	1	Plano Regional De Renovação Da Frota de Pesca	5.398.420	5.398.420	
9	3	2	FUNDOPESCA	294.920	294.920	
9	3	3	Regime de Apoio à Motorização das Embarcações de Pesca Local	45.220	45.220	
9	3	4	Regime de apoio à redução dos custos na actividade da pesca	1.769.530	1.769.530	
9	3	5	Regime de apoio à segurança no trabalho a bordo da frota de pesca	500.000	500.000	
9	4		Produtos da Pesca	2.460.140	2.460.140	
9	4	1	Cooperação Externa	19.660	19.660	
9	4	2	Mercados e Comercialização	353.910	353.910	
9	4	3	Transformação E Aquicultura	1.769.530	1.769.530	
9	4	4	Apoio ao Desenvolvimento de Pescarias de Profundidade	66.360	66.360	
9	4	5	Regime de Compensação ao Escoamento dos Produtos da Pesca das Ilhas de Sta. Maria, Pico, Graciosa, S.Jorge, Flores e Corvo	250.680	250.680	
9	5		Formação Profissional	435.150	435.150	
9	5	1	Divulgação	24.580	24.580	
9	5	2	Formação	371.250	371.250	
9	5	3	Estruturas e Equipamentos	39.320	39.320	
9	6		Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas	7.982.080	982.080	7.000.000
9	6	1	Apoio ao investimento no âmbito dos projectos FEP	7.982.080	982.080	7.000.000
10			DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	31.798.311	31.798.311	
10	1		Promoção Turística	22.144.564	22.144.564	
10	1	1	Estudos e Concertação da Política de Turismo	48.662	48.662	
10	1	2	Informação Turística	97.320	97.320	
10	1	3	Eventos Promocionais	177.160	177.160	
10	1	4	Viagens Educacionais	221.408	221.408	
10	1	5	Materiais de Promoção	291.972	291.972	
10	1	6	Campanhas Publicitárias	21.308.042	21.308.042	
10	2		Oferta e Animação Turística	486.617	486.617	
10	2	1	Estruturas Físicas de Apoio	194.650	194.650	
10	2	2	Animação Turística	97.320	97.320	
10	2	3	Qualificação dos Percursos Pedestres e de Outros Produtos Turísticos	194.647	194.647	
10	3		Investimentos Estratégicos	9.167.130	9.167.130	
10	3	1	Iniciativas Diversas	7.864.560	7.864.560	
10	3	2	Centro Cultural e de Congressos	884.760	884.760	

Investimento Público 2011
Desagregação por Objectivo

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Acção				Investimento	Plano	Outros Fundos
10	3	3	Desenvolvimento dos Recursos Termais	245.770	245.770	
10	3	5	Termas do Varadouro	73.730	73.730	
10	3	6	Projecto da Marina da Barra e Requalificação da Zona Envolvente	98.310	98.310	
11	FOMENTO DA COMPETITIVIDADE			51.611.594	41.986.594	9.625.000
11	1	Sistemas de Incentivos		30.755.675	30.755.675	
11	1	1	Sistemas de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores	29.203.420	29.203.420	
11	1	2	Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo - Empreende Jovem	491.535	491.535	
11	1	3	Sistema de Apoio à Promoção de Produtos Açorianos	883.770	883.770	
11	1	4	Sistema de Incentivos ao Artesanato	176.950	176.950	
11	2	Apoio ao Empreendedorismo		68.820	68.820	
11	2	1	Dinamização do Espírito Empreendedor	68.820	68.820	
11	3	Qualidade e Inovação Tecnológica		270.340	270.340	
11	3	1	Dinamização do Sistema Tecnológico	73.730	73.730	
11	3	2	Promoção da Qualidade	196.610	196.610	
11	4	Apoio à Actividade Empresarial		19.844.929	10.219.929	9.625.000
11	4	1	Valorização dos Recursos Geológicos	98.310	98.310	
11	4	2	Divulgação das Potencialidades Económicas	294.920	294.920	
11	4	3	Mobilização da Iniciativa Empresarial e Captação de Investimento	1.235.719	1.235.719	
11	4	4	Informações ao Investidor	97.310	97.310	
11	4	5	Apoio ao Cooperativismo	24.580	24.580	
11	4	6	Estudos e Projectos	89.370	89.370	
11	4	7	Apoio ao Desenvolvimento da Actividade Económica	18.004.720	8.379.720	9.625.000
11	5	Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais		519.060	519.060	
11	5	1	Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais	34.410	34.410	
11	5	2	Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Ofícios	466.960	466.960	
11	5	3	Certificação e Protecção dos Produtos e Serviços Artesanais	17.690	17.690	
11	6	Microcrédito		113.050	113.050	
11	6	1	Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário	113.050	113.050	
11	7	Instalações e Equipamentos da Secretaria Regional da Economia		39.720	39.720	
11	7	1	Equipamentos da Secretaria Regional da Economia	39.720	39.720	
12	CIÊNCIA, TECNOLOGIA, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES			14.120.839	14.120.839	
12	1	Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores		12.453.487	12.453.487	
12	1	1	Apoio a instituições de investigação científica	1.001.341	1.001.341	
12	1	2	Projectos de Investigação científica com interesse para o desenvolvimento sustentável dos Açores	383.577	383.577	

Investimento Público 2011
Desagregação por Objectivo

Euro

Objectivo/Programa/Projecto/Acção	Investimento	Plano	Outros Fundos
12 1 3 Apoio à Formação Avançada	1.459.859	1.459.859	
12 1 4 Apoio a infra-estruturas de divulgação científica e tecnológica	486.620	486.620	
12 1 5 Iniciativas de I&D de contexto empresarial	3.362.937	3.362.937	
12 1 6 Desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação	5.053.800	5.053.800	
12 1 7 Apoio à integração dos cidadãos portadores de deficiência na Sociedade do Conhecimento	145.003	145.003	
12 1 8 Apoio ao Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores	442.380	442.380	
12 1 9 Construções Universitárias da Terceira e da Horta	117.970	117.970	
12 2 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRCTE	788.320	788.320	
12 2 1 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRCTE	262.770	262.770	
12 2 2 Sistemas de Informação e Comunicações da SRCTE	525.550	525.550	
12 3 Comunicações	353.010	353.010	
12 3 1 Promoção/Divulgação/Cooperação	87.580	87.580	
12 3 2 Estação de Rastreamento de Satélites, Estações VLBI e Centro de Monitorização do Atlântico	265.430	265.430	
12 4 Cartografia	526.022	526.022	
12 4 1 Geodesia e Cartografia	262.770	262.770	
12 4 2 Cadastro Predial	97.320	97.320	
12 4 3 RAEGE	29.190	29.190	
12 4 4 Projectos Comunitários Transnacionais	87.592	87.592	
12 4 5 Informação Geográfica	49.150	49.150	
REFORÇAR A SOLIDARIEDADE E A COESÃO SOCIAL	78.830.957	76.830.957	2.000.000
13 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	25.578.518	23.578.518	2.000.000
13 1 Apoio a Idosos	7.643.878	7.643.878	
13 1 1 Construção de lar nos Arrifes	48.660	48.660	
13 1 3 Remodelação e adaptação de edifício para lar de idosos na Praia da Vitória	725.148	725.148	
13 1 4 Criação de Lar de Idosos na Calheta	2.064.447	2.064.447	
13 1 7 Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa	262.780	262.780	
13 1 8 Projecto de implementação da rede de cuidados continuados dos Açores	973.240	973.240	
13 1 9 Criação, Melhoramentos e Apetrechamento de Equipamentos Sociais de Apoio aos Idosos	97.320	97.320	
13 1 10 Construção de Lar de Idosos no Pico da Pedra	393.228	393.228	
13 1 11 Construção de lar de Idosos e Centro de Dia em Rabo de Peixe	1.966.140	1.966.140	
13 1 12 Criação de centro de dia, centro de convívio e serviço de apoio domiciliário no Porto Judeu	147.460	147.460	
13 1 13 Construção de lar de idosos em São Brás	565.265	565.265	
13 1 14 Adaptação de edifício a centro de dia e apoio ao domicílio das Cinco Ribeiras	19.470	19.470	

Investimento Público 2011
Desagregação por Objectivo

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Acção				Investimento	Plano	Outros Fundos
13	1	15	Construção de edifício para centro de convívio de idosos e atelier de tempos livres no Posto Santo, Angra do Heroísmo	283.400	283.400	
13	1	16	Criação de centro de dia na Urzelina	97.320	97.320	
13	2		Apoio à Infância e Juventude	3.509.481	3.509.481	
13	2	1	Construção de edifício para creche em Vila Porto	393.232	393.232	
13	2	2	Construção novo edifício para creche em Ponta Delgada	884.759	884.759	
13	2	3	Construção de creche e atelier de tempos livres nos Arrifes	1.005.120	1.005.120	
13	2	4	Construção de edifício para creche e serviço de apoio domiciliário nas Capelas	884.763	884.763	
13	2	9	Construção edifício p/creche, jardim e centro de actividades ocupacionais em Sta. Cruz da Graciosa	98.307	98.307	
13	2	13	Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa	48.660	48.660	
13	2	15	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude	97.320	97.320	
13	2	17	Remodelação e ampliação de edifício para criação de novo equipamento de creche na Horta	48.660	48.660	
13	2	18	Construção de edifício para creche, centro de dia e Casa do Povo na Maia	48.660	48.660	
13	3		Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	1.619.609	1.619.609	
13	3	3	Construção de centro de actividades ocupacionais da Ribeira Grande	1.376.299	1.376.299	
13	3	5	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência	145.990	145.990	
13	3	7	Criação de lar residencial para cidadãos portadores de deficiência nos Valados, Ponta Delgada	97.320	97.320	
13	4		Apoio à Família, Comunidade e Serviços	11.739.860	9.739.860	2.000.000
13	4	1	Programa de Alargamento dos Equipamentos Sociais dos Açores - PARESA	2.078.650	78.650	2.000.000
13	4	2	COMPAMID	2.296.800	2.296.800	
13	4	3	Investimentos de capital para Segurança Social na Região dos Açores (CGFSS)	174.650	174.650	
13	4	4	Construção de edifício para serviços de Segurança Social e Casa do Povo - Achadinha	9.730	9.730	
13	4	8	Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação	9.730	9.730	
13	4	10	Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios e equipamentos de apoio à Comunidade e dos Serviços de Segurança Social	97.310	97.310	
13	4	12	Promoção da qualidade da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais na RAA	48.660	48.660	
13	4	13	Adequação tecnológica dos serviços da Segurança Social	24.330	24.330	
13	4	14	Fundo de Compensação Social	7.000.000	7.000.000	
13	5		Igualdade de Oportunidades	1.065.690	1.065.690	
13	5	1	Promoção do Princípio da Igualdade de Oportunidades para Todos	292.460	292.460	
13	5	2	Disseminação da perspectiva da Igualdade de Género e promoção de medidas facilitadoras da conciliação da pessoal com a vida profissional	43.800	43.800	
13	5	3	Combater e prevenir a violência e atitudes discriminatórias	486.620	486.620	
13	5	4	Potenciar a inclusão social e consequente mobilidade social de grupos mais vulneráveis	175.180	175.180	
13	5	5	Igualdade de Oportunidades para pessoas com deficiência	48.170	48.170	
13	5	6	Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios, equipamentos e serviços da DRIO	19.460	19.460	

Investimento Público 2011
Desagregação por Objectivo

Objectivo/Programa/Projecto/Acção	Investimento	Plano	Outros Fundos
14 HABITAÇÃO	23.377.230	23.377.230	
14 1 Incentivos à Construção e Aquisição de Habitação Própria	4.394.330	4.394.330	
14 1 1 Apoio à Construção, Ampliação e Alteração de Habitação Própria	442.380	442.380	
14 1 2 Apoio à Aquisição de Habitação Própria	786.460	786.460	
14 1 3 Aquisição de Solos	68.820	68.820	
14 1 4 Apoio ao Arrendamento a Famílias Carenciadas e Jovens	589.840	589.840	
14 1 6 Operações de Loteamento e Obras de Urbanização	344.080	344.080	
14 1 7 Reabilitação de Infra-estruturas Habitacionais	196.610	196.610	
14 1 8 Contrato Programa com a SPRHI, SA - Sismo	1.966.140	1.966.140	
14 2 Recuperação do Parque Habitacional	3.440.750	3.440.750	
14 2 1 Programa de Reabilitação Urbana	1.278.000	1.278.000	
14 2 2 Apoio à Recuperação do Parque Habitacional Autárquico - Colaboração com Autarquias	491.530	491.530	
14 2 3 Recuperação do Parque Habitacional Social da RAA	589.840	589.840	
14 2 4 Apoio à Recuperação de Imóveis Afectados por Térmitas	491.540	491.540	
14 2 5 Reconstrução de Habitação - Administração Directa - Sismos	442.380	442.380	
14 2 6 Programa de Requalificação Habitacional	147.460	147.460	
14 3 Promoção de Habitação para Realojamentos	14.885.880	14.885.880	
14 3 1 Acordos de Colaboração RAA/IHRU - PROHABITA	4.915.350	4.915.350	
14 3 2 Cooperação com Autarquias - Acordos Colaboração RAA/IHRU,I.P./Municípios	1.376.300	1.376.300	
14 3 3 Salvaguarda Habitacional de Famílias em Situação de Risco	294.920	294.920	
14 3 4 Acordos de Colaboração RAA/IHRU,I.P - PROHABITA em Rabo de Peixe	1.474.600	1.474.600	
14 3 5 Cooperação com Autarquias - Acordos RAA/IHRU,I.P./Município da Ribeira Grande, em Rabo de Peixe	589.840	589.840	
14 3 7 Resolução de Situações de Grave Carência Habitacional	445.500	445.500	
14 3 8 Cooperação com Autarquias - Contratos ARAAL	874.020	874.020	
14 3 9 Contratos Programa com a SPRHI, SA	4.915.350	4.915.350	
14 4 Equipamentos Públicos, Adequação Tecnológica e	656.270	656.270	
14 4 1 Requalificação do Edifício e Equipamentos para a DRH	98.310	98.310	
14 4 2 Adequação Tecnológica dos Serviços	49.150	49.150	
14 4 4 Observatório Sócio-Habitacional dos Açores	287.620	287.620	
14 4 5 Reabilitação de Equipamentos	221.190	221.190	
15 DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS E DO SISTEMA DE SAÚDE	29.875.209	29.875.209	
15 1 Construção de Novas Infra-Estruturas	8.317.591	8.317.591	
15 1 1 Unidades de Saúde	121.890	121.890	

Investimento Público 2011
Desagregação por Objectivo

Euro

Objectivo/Programa/Projecto/Acção	Investimento	Plano	Outros Fundos
15 1 2 Centros de Saúde de Sta. Cruz da Graciosa, Madalena e Ponta Delgada	8.190.781	8.190.781	
15 1 3 Centro de Radioterapia dos Açores	4.920	4.920	
15 2 Remodelação, Ampliação e Beneficiação de Unidades de Saúde	5.274.941	5.274.941	
15 2 1 Remodelação e Ampliação de Unidades de Saúde	5.128.971	5.128.971	
15 2 2 Beneficiação de Unidades de Saúde	145.970	145.970	
15 3 Apetrechamento e Modernização	1.313.875	1.313.875	
15 3 1 Equipamentos para Unidades de Saúde	875.918	875.918	
15 3 3 Emergência Médica	437.957	437.957	
15 4 Formação e Iniciativas em Saúde	14.278.662	14.278.662	
15 4 1 Actualização de Profissionais de Saúde	875.830	875.830	
15 4 2 Plano Regional de Saúde	294.920	294.920	
15 4 3 Prevenção e Tratamento de Comportamentos de Risco	2.555.982	2.555.982	
15 4 4 Projecto de Implementação e Operacionalização da Rede de Cuidados Continuados e Paliativos	981.080	981.080	
15 4 5 Projecto de implementação e operacionalização da melhoria de acessibilidade ao SRS	1.671.220	1.671.220	
15 4 6 Políticas de saúde materna, planeamento familiar e incentivo à natalidade	393.230	393.230	
15 4 7 Parcerias	19.660	19.660	
15 4 8 Promoção da qualidade dos serviços e de captação e qualificação de profissionais de saúde	19.660	19.660	
15 4 9 Vale Saúde	344.080	344.080	
15 4 10 Plano Regional de Vacinação	1.179.690	1.179.690	
15 4 11 Planos de Contingência - Saúde Pública	9.830	9.830	
15 4 12 Deslocação de Doentes	5.921.190	5.921.190	
15 4 13 Política do Medicamento	12.290	12.290	
15 5 Tecnologias de Informação na Saúde	690.140	690.140	
15 5 1 Sistemas de Informação da Saúde	690.140	690.140	
GERIR COM EFICIÊNCIA O TERRITÓRIO PROMOVEDO A QUALIDADE AMBIENTAL	215.169.417	127.923.259	87.246.158
16 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, QUALIDADE AMBIENTAL E ENERGIA	43.283.011	43.283.011	
16 1 Ordenamento do Território	11.946.687	11.946.687	
16 1 1 Revisão, Elaboração e Implementação do PROTA	126.521	126.521	
16 1 2 Plano e Gestão de Zonas Costeiras	218.979	218.979	
16 1 3 Planeamento e Gestão de Bacias Hidrográficas de Lagoas	5.210.602	5.210.602	
16 1 5 Caracterização e Definição de Condicionantes de Risco	145.985	145.985	
16 1 6 Acções de acompanhamento, divulgação, sensibilização e apoio à tomada de decisões	29.190	29.190	

Investimento Público 2011
Desagregação por Objectivo

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Acção				Investimento	Plano	Outros Fundos
16	1	7	Requalificação e Protecção Costeira	6.215.410	6.215.410	
16	2		Recursos Hídricos	5.112.619	5.112.619	
16	2	1	Implementação da Directiva Quadro da Água e da Lei da Água	194.630	194.630	
16	2	2	Implementação da Directiva das Águas Subterrâneas	85.930	85.930	
16	2	3	Rede de Monitorização Hidrometeorológica Automática	438.941	438.941	
16	2	4	Monitorização da qualidade das águas interiores, de transição e costeiras	369.831	369.831	
16	2	5	Monitorização da Qualidade das Águas Balneares	68.127	68.127	
16	2	6	Controlo da eutrofização das lagoas dos Açores	243.309	243.309	
16	2	7	Prevenção e análise de risco de cheias e deslizamentos	47.660	47.660	
16	2	8	Requalificação e Protecção de Recursos Hídricos	3.664.191	3.664.191	
16	3		Sistemas de Informação, Divulgação e Apoio à Decisão	211.180	211.180	
16	3	1	Infra-estrutura informática e de comunicações	97.310	97.310	
16	3	2	Sistema regional de informação georeferenciada	113.870	113.870	
16	4		Modernização dos Serviços	38.920	38.920	
16	4	1	Formação e Modernização dos Serviços	19.460	19.460	
16	4	2	Estratégia e Planeamento	9.730	9.730	
16	4	3	Informação Geográfica	9.730	9.730	
16	5		Conservação da Natureza	1.985.407	1.985.407	
16	5	1	Biodiversidade	330.901	330.901	
16	5	2	Erradicação de Organismos Invasores	291.972	291.972	
16	5	7	Jardins Botânicos	583.944	583.944	
16	5	9	Parque Natural dos Açores	778.590	778.590	
16	6		Património Mundial	583.890	583.890	
16	6	1	Gestão da Paisagem Protegida da Vinha do Pico	116.780	116.780	
16	6	2	Regime de Incentivos da Paisagem Protegida da Vinha do Pico	398.990	398.990	
16	6	3	Plano de Intervenção da Montanha do Pico	48.660	48.660	
16	6	4	Gestão do Parque Natural da Ilha do Pico	19.460	19.460	
16	7		Avaliação Ambiental	479.603	479.603	
16	7	1	Relatório do Estado do Ambiente	19.460	19.460	
16	7	2	Regime Legal de Poluição Sonora	7.590	7.590	
16	7	3	Avaliação do Impacte Ambiental	14.600	14.600	
16	7	4	Rede de Monitorização, Informação e Gestão Ambiental	389.296	389.296	
16	7	7	Monitorização de Áreas Ambientais	48.657	48.657	

Investimento Público 2011
Desagregação por Objectivo

		Euro	
Objectivo/Programa/Projecto/Acção		Investimento	Plano
			Outros Fundos
16 8	Resíduos	17.226.318	17.226.318
16 8 1	Gestão de Resíduos	145.970	145.970
16 8 2	Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos	17.031.688	17.031.688
16 8 3	Remoção de Passivos Ambientais	48.660	48.660
16 9	Promoção Ambiental	2.705.087	2.705.087
16 9 1	Informação, Sensibilização e Promoção Ambiental	291.942	291.942
16 9 2	Rede Regional de Ecotecas	517.274	517.274
16 9 3	Centros de Interpretação Ambiental	1.411.197	1.411.197
16 9 4	Jardins Históricos	484.674	484.674
16 10	Utilização Racional de Energia	1.630.900	1.630.900
16 10 1	Agência Regional de Energia e Ambiente	70.010	70.010
16 10 2	Estudos e Projectos	140.100	140.100
16 10 3	PROENERGIA - Sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis	389.260	389.260
16 10 4	Apoio ao Desenvolvimento de um Sistema Sustentável de Energia	194.630	194.630
16 10 5	Implementação do Sistema de Certificação Energética de Edifícios - SCE	175.160	175.160
16 10 6	Desenvolvimento do Programa para a Mobilidade Eléctrica dos Açores	175.170	175.170
16 10 7	Apoio à Promoção da substituição da Utilização de Gases Liquefeitos - Corvo	486.570	486.570
16 11	Serviço Público e Social	875.830	875.830
16 11 1	Pagamento da Iluminação Pública das Vias Regionais	486.570	486.570
16 11 2	Electrificação de Fajãs - S. Jorge	389.260	389.260
16 12	Instalação e Equipamento da Direcção Regional da Energia	194.630	194.630
16 12 1	Obras e Aquisição de Equipamentos para as Instalações	194.630	194.630
16 13	Assuntos do Mar	291.940	291.940
16 13 1	Estratégia para o Desenvolvimento e Sustentabilidade do Mar dos Açores	291.940	291.940
17	PROTECÇÃO CIVIL	9.424.269	9.424.269
17 1	Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB's	629.164	629.164
17 1 1	Prontos-Socorros-Médios	147.460	147.460
17 1 2	Ambulâncias de Socorro	344.074	344.074
17 1 3	Reparação de Viaturas dos Corpos de Bombeiros	44.240	44.240
17 1 4	Aquisição de Equipamento, Fardamento e Mobiliário para as AHBV's	44.240	44.240
17 1 5	Viaturas de Transporte de Pessoal e Equipamento	49.150	49.150
17 2	Construção/Remodelação de Infra-Estruturas e Equipamentos dos CB's	3.627.535	3.627.535
17 2 1	Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV's	98.310	98.310
17 2 2	Construção do Quartel da AHBV's de Angra do Heroísmo	1.769.527	1.769.527

Investimento Público 2011
Desagregação por Objectivo

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Acção				Investimento	Plano	Outros Fundos
17	2	3	II Fase do Quartel da Ribeira Grande	1.081.380	1.081.380	
17	2	4	Remodelação e Ampliação do Quartel da AHBV's São Roque do Pico	388.316	388.316	
17	2	5	Secções Destacadas dos Bombeiros na Vila da Lagoa e Capelas	49.150	49.150	
17	2	9	Ampliação/Remodelação do Quartel da AHBV's de Santa Cruz das Flores	196.612	196.612	
17	2	11	Centro de Formação de Protecção Civil	44.240	44.240	
17	3		Formação e Informação	556.660	556.660	
17	3	1	Equipamento de Vigilância Sismo-Vulcânica	121.650	121.650	
17	3	2	Apoios a Diversas Entidades	48.660	48.660	
17	3	3	Estudos de Carácter Científico e Elaboração de Cartas de Risco	70.070	70.070	
17	3	4	Cooperação Técnico-Científica com a Universidade dos Açores	175.180	175.180	
17	3	5	Formação Profissional ao Nível da Protecção Civil	19.460	19.460	
17	3	6	Informação, Formação e Sensibilização da População	43.790	43.790	
17	3	7	Formação Profissional de Bombeiros	77.850	77.850	
17	4		Serviço Regional de Protecção Civil	4.610.910	4.610.910	
17	4	1	Meios e Recursos	14.750	14.750	
17	4	2	Radiocomunicações do SRPCBA	796.290	796.290	
17	4	3	Meios e Recursos do SRPCBA - Equipamentos para Socorro Imediato	88.480	88.480	
17	4	4	Transporte Terrestre de Emergência	3.686.510	3.686.510	
17	4	5	Projecto de Cooperação Transnacional - MAC 2007-2013	19.960	19.960	
17	4	6	Fundo de Emergência	4.920	4.920	
18			REDE VIÁRIA REGIONAL, TRANSPORTES TERRESTRES E EQUIPAMENTOS COLECTIVOS	31.515.951	28.495.951	3.020.000
18	1		Construção de Estradas Regionais	2.104.557	2.104.557	
18	1	1	Variante à ER 1-1ª, em Rabo de Peixe	1.600.000	1.600.000	
18	1	2	Estrada dos Arrastadouros - Variante à ER 1-1ª na Povoação	334.247	334.247	
18	1	3	Variante à Vila das Capelas	48.660	48.660	
18	1	5	Construção da Ligação entre a ER 3-2ª e a ER 4-2ª, na Ilha da Graciosa	24.330	24.330	
18	1	6	Variante à Cidade da Horta - 2ª Fase	48.660	48.660	
18	1	7	Construção do Acesso à Escola de Água de Pau - Lagoa	48.660	48.660	
18	2		Reabilitação de Estradas Regionais	13.671.062	13.671.062	
18	2	1	Beneficiação e Pavimentação de ER em Santa Maria	319.494	319.494	
18	2	2	Beneficiação e Pavimentação de ER em São Miguel	2.359.368	2.359.368	
18	2	3	Reabilitação da Rede Viária da Ilha de São Miguel	786.460	786.460	
18	2	4	Beneficiação e pavimentação de ER na Terceira	221.191	221.191	

Investimento Público 2011
Desagregação por Objectivo

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Acção				Investimento	Plano	Outros Fundos
18	2	5	Pav. ER 1-1ª entre a Cruz das Cinco Ribeiras (à Cruz) e S. Barbara (às Bombas)	245.767	245.767	
18	2	6	Beneficiação e Pavimentação de ER na Graciosa	835.608	835.608	
18	2	7	Beneficiação e Pavimentação de ER em São Jorge	1.007.650	1.007.650	
18	2	8	Beneficiação e Pavimentação de ER no Pico	221.190	221.190	
18	2	9	Beneficiação e Pavimentação de ER no Faial	98.310	98.310	
18	2	10	Beneficiação e Pavimentação de ER nas Flores	3.539.052	3.539.052	
18	2	11	Beneficiação e Pavimentação de ER no Corvo	393.228	393.228	
18	2	12	Requalificação Viária	1.300.600	1.300.600	
18	2	13	Qualificação do Parque de Máquinas da SRCTE	794.810	794.810	
18	2	14	Calamidades nas Estradas Regionais da RAA	1.548.334	1.548.334	
18	3		Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer	1.156.092	1.156.092	
18	3	1	Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer	192.682	192.682	
18	3	2	Integração Paisagística da Rede Viária Regional	963.410	963.410	
18	4		SPRHI	589.840	589.840	
18	4	1	Contratos Programas - Rede Viária	491.540	491.540	
18	4	2	Aquisição de Terrenos de Obras a cargo da SPRHI	98.300	98.300	
18	5		Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	5.870.905	2.850.905	3.020.000
18	5	1	Serviço de Transporte Colectivo na Ilha das Flores	500.000		500.000
18	5	2	Serviço de Transporte Colectivo de Passageiros	1.769.530	1.769.530	
18	5	3	Actualização dos Equipamentos e Softwares de Viação e Trânsito	98.300	98.300	
18	5	4	Estudo e Introdução de Tecnologia Híbrida no Transporte de Passageiros	491.535	491.535	
18	5	5	SIRIART	1.520.000		1.520.000
18	5	6	Sinalização da Rede Viária Regional	800.000		800.000
18	5	7	Implementação de Tarifas Sociais	491.540	491.540	
18	5	8	Serviço de Transporte Colectivo na ilha de Santa Maria	200.000		200.000
18	6		Cooperação com Diversas Entidades	2.664.120	2.664.120	
18	6	1	Apoios a diversas entidades	2.664.120	2.664.120	
18	7		Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos	5.145.885	5.145.885	
18	7	1	Beneficiação e Remodelação das Instalações da SRCTE	607.520	607.520	
18	7	2	Beneficiações no Palácio da Conceição	466.960	466.960	
18	7	3	Beneficiações no Palácio de Santana	933.920	933.920	
18	7	4	Palácio dos Capitães Gerais	466.960	466.960	
18	7	5	Jardim dos "Maroiços" na Madalena	326.870	326.870	

Investimento Público 2011
Desagregação por Objectivo

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Acção				Investimento	Plano	Outros Fundos
18	7	6	Diversas reparações em edifícios públicos	46.690	46.690	
18	7	10	Beneficiação das Instalações da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	326.870	326.870	
18	7	11	Remodelação do Edifício do Antigo Conservatório da Horta	280.175	280.175	
18	7	12	Edifício dos Paços da Junta Geral	933.920	933.920	
18	7	13	Melhoria das Acessibilidades dos Edifícios Públicos	92.920	92.920	
18	7	14	Remodelação do Edifício da Rua Mãe de Deus da DR Juventude	569.690	569.690	
18	7	15	Reconstrução de um edifício da ALRAA, em Angra do Heroísmo	93.390	93.390	
18	8		Laboratório Regional de Engenharia Civil	274.270	274.270	
18	8	1	Parede de Reação do LREC	41.290	41.290	
18	8	2	Manutenção de Infraestruturas e Equipamentos	26.540	26.540	
18	8	3	Aquisição de Equipamentos	186.780	186.780	
18	8	4	Sistema de Qualidade	19.660	19.660	
18	9		Divulgação e Sensibilização	39.220	39.220	
18	9	1	Divulgação e Sensibilização	39.220	39.220	
19			CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS	64.607.884	15.191.726	49.416.158
19	1		Tráfego de Passageiros Inter - Ilhas	21.622.960	10.076.460	11.546.500
19	1	1	Apoio ao transporte marítimo de passageiros	20.634.000	9.929.000	10.705.000
19	1	3	Construção do Terminal de Cruzeiros do Porto de Angra do Heroísmo	988.960	147.460	841.500
19	2		Infra-Estruturas e Equipamentos Portuários	42.595.666	4.726.008	37.869.658
19	2	1	Requalificação do Porto da Praia da Vitória	869.180	102.480	766.700
19	2	2	Recreio Náutico e Edifício no Porto das Flores e Trabalhos Marítimos no Corvo	194.638	194.638	
19	2	3	Reordenamento e Requalificação da Baía da Horta	12.787.890	1.167.890	11.620.000
19	2	4	Requalificação do Porto da Calheta de S.Jorge	259.694	32.770	226.924
19	2	6	Reordenamento do Porto da Madalena	10.103.140	973.140	9.130.000
19	2	7	Reordenamento do Porto de S.Roque	9.730	9.730	
19	2	8	Reordenamento e Ampliação do Porto de Velas	657.310	97.310	560.000
19	2	9	Aquisição de diversos equipamentos de apoio à exploração portuária	5.415.330	715.330	4.700.000
19	2	10	Diversas obras nos portos	10.629.054	763.020	9.866.034
19	2	11	Reordenamento do Porto das Lajes das Flores	1.272.500	272.500	1.000.000
19	2	12	Plano Integrado de Reordenamento da Baía de Angra - II Fase	397.200	397.200	
19	3		Dinamização dos Transportes Marítimos	389.258	389.258	
19	3	1	Desenvolvimento de Sistemas de Apoio à Monitorização nos Portos dos Açores	389.258	389.258	
20			DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES AÉREOS	66.338.302	31.528.302	34.810.000

Investimento Público 2011
Desagregação por Objectivo

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Acção				Investimento	Plano	Outros Fundos
20	1	Infra-Estruturas e Equipamentos Aeroportuários		41.525.222	6.715.222	34.810.000
20	1	1	Aeroporto da Ilha do Pico	981.570	486.570	495.000
20	1	2	Aeródromo da Ilha de São Jorge	5.300.746	2.627.746	2.673.000
20	1	3	Aeródromo da Ilha do Corvo	588.942	291.942	297.000
20	1	4	Aeródromo da Ilha da Graciosa	981.570	486.570	495.000
20	1	5	Aerogare Civil das Lajes	2.822.394	2.822.394	
20	1	7	Handlings das Escalas	750.000		750.000
20	1	8	Espaços Comercializáveis	250.000		250.000
20	1	9	Equipamentos da Frota	11.500.000		11.500.000
20	1	10	Infra-estruturas para Sistemas de Informação	850.000		850.000
20	1	11	Renovação da Frota	17.500.000		17.500.000
20	2	Gestão dos Aeródromos Regionais		2.162.750	2.162.750	
20	2	1	Gestão dos Aeródromos da Região Autónoma dos Açores	2.162.750	2.162.750	
20	3	Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas		22.610.610	22.610.610	
20	3	1	Concessão das Rotas Inter-Ilhas	22.610.610	22.610.610	
20	4	Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos		39.720	39.720	
20	4	1	Apoio a Acções de Dinamização do Transporte Aéreo nos Açores	39.720	39.720	
QUALIFICAR A GESTÃO PÚBLICA E A COOPERAÇÃO				24.400.075	18.700.075	5.700.000
21	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PLANEAMENTO E FINANÇAS			22.243.475	16.543.475	5.700.000
21	1	Modernização Administrativa		735.962	735.962	
21	1	1	Acções de Modernização Administrativa	31.150	31.150	
21	1	2	Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores	271.570	271.570	
21	1	3	Promoção da Qualidade nos Serviços Públicos da Administração Pública Regional	58.400	58.400	
21	1	4	Reengenharia e Desmaterialização de Processos	374.842	374.842	
21	2	Informação de Interesse Público ao Cidadão		3.192.470	2.092.470	1.100.000
21	2	1	Rede Integrada de Apoio ao Cidadão	3.192.470	2.092.470	1.100.000
21	3	Serviços Sociais		238.500	238.500	
21	3	1	Serviços de Apoio aos Funcionários Públicos	238.500	238.500	
21	4	Cooperação com as Autarquias Locais		791.730	791.730	
21	4	1	Cooperação Técnica	32.600	32.600	
21	4	2	Cooperação Financeira com os Municípios	77.860	77.860	
21	4	3	Cooperação Financeira com as Freguesias	681.270	681.270	
21	5	Estatística		231.030	231.030	
21	5	1	Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística	181.870	181.870	

Investimento Público 2011
Desagregação por Objectivo

				Euro		
Objectivo/Programa/Projecto/Acção				Investimento	Plano	Outros Fundos
21	5	2	Projectos no âmbito de Programa de Cooperação Transnacional-Mac	49.160	49.160	
21	6	Planeamento e Finanças		17.053.783	12.453.783	4.600.000
21	6	1	Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais	737.307	737.307	
21	6	2	Património Regional	1.967.000	1.967.000	
21	6	3	Bonificação de Juros à Economia Empresarial Privada	3.359.376	3.359.376	
21	6	4	Reestruturação do Sector Público Empresarial	983.100	983.100	
21	6	5	Coesão Regional	10.007.000	5.407.000	4.600.000
22	COOPERAÇÃO EXTERNA E MIGRAÇÕES			2.156.600	2.156.600	
22	1	Cooperação Externa		651.640	651.640	
22	1	1	Representação e Promoção Externa da Região	202.620	202.620	
22	1	2	Relações com Organismos de Cooperação Interregional, Organizações e Associações Internacionais	201.950	201.950	
22	1	3	Promoção e Divulgação de Questões Europeias	149.770	149.770	
22	1	4	Apoio Especializado em Assuntos da União Europeia	97.300	97.300	
22	2	Emigrado/Regressado		245.420	245.420	
22	2	1	Integração	37.750	37.750	
22	2	2	Protocolos de Cooperação	132.170	132.170	
22	2	4	Encontros/Seminários	66.070	66.070	
22	2	5	Projectos/Candidaturas	9.430	9.430	
22	3	Identidade Cultural		964.020	964.020	
22	3	1	Açorianidade e Raízes	44.600	44.600	
22	3	2	Comunicação Açores/Comunidades	94.400	94.400	
22	3	3	Preservação da Identidade Cultural	188.800	188.800	
22	3	4	Encontro Intercomunitário	191.790	191.790	
22	3	5	Divulgação Artística	76.230	76.230	
22	3	6	Protocolos de Cooperação	188.900	188.900	
22	3	7	Projectos/Candidaturas	179.300	179.300	
22	4	Imigrado		295.520	295.520	
22	4	1	Integração	69.860	69.860	
22	4	2	Protocolos de Cooperação	84.000	84.000	
22	4	3	Estudos sobre Imigração	14.160	14.160	
22	4	4	Encontros/Seminários	118.000	118.000	
22	4	5	Projectos/Candidaturas	9.500	9.500	

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

Investimento Público 2011
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade	Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL	801.321.424	506.675.107	294.646.317
PRESIDÊNCIA	31.883.655	31.783.655	100.000
Vice-Presidência	22.243.475	16.543.475	5.700.000
SREF	68.617.111	67.475.111	1.142.000
SRCTE	55.061.059	52.041.059	3.020.000
SRE	214.356.091	120.504.933	93.851.158
SRTSS	139.334.468	51.012.968	88.321.500
SRES	29.875.209	29.875.209	
SRAF	167.169.455	73.657.796	93.511.659
SRAM	72.780.901	63.780.901	9.000.000

Investimento Público 2011
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
PRESIDÊNCIA	31.883.655	31.783.655	100.000
3 JUVENTUDE	5.419.457	5.419.457	
3 1 Juventude	5.419.457	5.419.457	
3 1 1 Ocupação do Tempo Livre dos Jovens	973.240	973.240	
3 1 2 Apoio e Incentivo à Mobilidade dos Jovens	437.950	437.950	
3 1 3 Pousadas de Juventude dos Açores	291.970	291.970	
3 1 4 Apoio e Incentivo ao Associativismo dos Jovens	467.150	467.150	
3 1 5 Sistema de Informação ao Jovem dos Açores	210.220	210.220	
3 1 6 Apoio e Incentivo à Iniciativa dos Jovens	282.230	282.230	
3 1 7 Pousada de Juventude do Pico	63.250	63.250	
3 1 8 Pousada de Juventude de Santa Maria	1.482.749	1.482.749	
3 1 9 Cidadania e Incentivo ao Voluntariado	97.320	97.320	
3 1 10 Desenvolvimento das Competências Tecnológicas e Empreendedorismo nos Jovens	194.650	194.650	
3 1 11 Incentivo à Criatividade e Empreendedorismo e Oficinas de Criação	144.520	144.520	
3 1 12 Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação	131.390	131.390	
3 1 13 Promoção de Hábitos de Vida Saudáveis	148.900	148.900	
3 1 14 Academias de Juventude	201.950	201.950	
3 1 16 Centro de Formação do Belo Jardim	291.968	291.968	
4 PATRIMÓNIO E ACTIVIDADES CULTURAIS	22.769.231	22.669.231	100.000
4 1 Dinamização de Actividades Culturais	2.669.330	2.569.330	100.000
4 1 1 Escolas de Formação	97.325	97.325	
4 1 2 Edição de Obras de Cariz Cultural	97.325	97.325	
4 1 3 Rede de Leitura Pública	58.390	58.390	
4 1 4 Bolsas para Formação e Criação Artística	97.320	97.320	
4 1 5 Orquestra Regional dos Açores - (Lira Açoriana)	131.380	131.380	
4 1 6 Eventos de Iniciativa Governamental	700.730	700.730	
4 1 7 Arte Contemporânea dos Açores - ArTca	218.980	218.980	
4 1 8 Apoios a Actividades de Relevante Interesse Cultural	1.073.250	973.250	100.000
4 1 11 Centro Cultural e de Congressos - Miramar	116.780	116.780	
4 1 12 Apoio à Criação do Audiovisual	77.850	77.850	
4 2 Defesa e Valorização do Património Arquitéctónico e Cultural	20.099.901	20.099.901	
4 2 1 Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural	437.950	437.950	
4 2 2 Inventário do Património Artístico e Cultural	97.325	97.325	

Investimento Público 2011
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
4 2 3 Classificação de Imóveis em Núcleos Protegidos	272.500	272.500	
4 2 4 Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo - Novas Instalações	6.826.440	6.826.440	
4 2 5 Investigação Arqueológica	77.850	77.850	
4 2 6 Museus, Bibliotecas e Arquivos	1.576.650	1.576.650	
4 2 7 Museu do Pico - Museu dos Baleeiros	437.960	437.960	
4 2 8 Salvaguarda do Património Baleeiro	48.660	48.660	
4 2 9 Divulgação e Sensibilização do Património Cultural	116.780	116.780	
4 2 10 Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos	369.825	369.825	
4 2 12 Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para Entidades Culturais	243.300	243.300	
4 2 13 Recolhimento de Santa Bárbara - Museu Carlos Machado	38.930	38.930	
4 2 14 Espaço Cultural Multiusos da Ilha do Corvo	98.307	98.307	
4 2 15 Arquipélago - Centro de Arte Contemporânea	6.618.027	6.618.027	
4 2 17 Valorização e Restauro do Palácio de Santana	14.600	14.600	
4 2 19 Casa-Museu Manuel de Arriaga	875.920	875.920	
4 2 20 Antigo Hospital da Boa Nova	245.772	245.772	
4 2 21 Execução do Protocolo com a Diocese de Angra	875.915	875.915	
4 2 23 Igrejas do Carmo e São Francisco da Horta	48.650	48.650	
4 2 24 Museu Francisco Lacerda	97.310	97.310	
4 2 25 Museu de Santa Maria	97.310	97.310	
4 2 26 Restauro de Bens Arquivísticos Públicos	194.650	194.650	
4 2 27 Programa Museológico do Palácio da Conceição - Casa da Autonomia	145.970	145.970	
4 2 28 Convento de Santo André	243.300	243.300	
6 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1.538.367	1.538.367	
6 1 Apoio aos Media	1.395.827	1.395.827	
6 1 1 Promedia	589.840	589.840	
6 1 2 Promoção mediática dos Açores no exterior	589.842	589.842	
6 1 3 Apoio Regional ao serviço público de rádio e televisão	88.475	88.475	
6 1 4 Portal do Governo	88.370	88.370	
6 1 5 Encontro de Órgãos de Comunicação Social/Área de Imprensa	39.300	39.300	
6 2 Jornal Oficial	142.540	142.540	
6 2 2 Acesso à Base de Dados Jurídica	142.540	142.540	
22 COOPERAÇÃO EXTERNA E MIGRAÇÕES	2.156.600	2.156.600	

Investimento Público 2011
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
22 1 Cooperação Externa	651.640	651.640	
22 1 1 Representação e Promoção Externa da Região	202.620	202.620	
22 1 2 Relações com Organismos de Cooperação Interregional, Organizações e Associações Internacionais	201.950	201.950	
22 1 3 Promoção e Divulgação de Questões Europeias	149.770	149.770	
22 1 4 Apoio Especializado em Assuntos da União Europeia	97.300	97.300	
22 2 Emigrado/Regressado	245.420	245.420	
22 2 1 Integração	37.750	37.750	
22 2 2 Protocolos de Cooperação	132.170	132.170	
22 2 4 Encontros/Seminários	66.070	66.070	
22 2 5 Projectos/Candidaturas	9.430	9.430	
22 3 Identidade Cultural	964.020	964.020	
22 3 1 Açorianidade e Raízes	44.600	44.600	
22 3 2 Comunicação Açores/Comunidades	94.400	94.400	
22 3 3 Preservação da Identidade Cultural	188.800	188.800	
22 3 4 Encontro Intercomunitário	191.790	191.790	
22 3 5 Divulgação Artística	76.230	76.230	
22 3 6 Protocolos de Cooperação	188.900	188.900	
22 3 7 Projectos/Candidaturas	179.300	179.300	
22 4 Imigrado	295.520	295.520	
22 4 1 Integração	69.860	69.860	
22 4 2 Protocolos de Cooperação	84.000	84.000	
22 4 3 Estudos sobre Imigração	14.160	14.160	
22 4 4 Encontros/Seminários	118.000	118.000	
22 4 5 Projectos/Candidaturas	9.500	9.500	

Investimento Público 2011
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
Vice-Presidência	22.243.475	16.543.475	5.700.000
21 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PLANEAMENTO E FINANÇAS	22.243.475	16.543.475	5.700.000
21 1 Modernização Administrativa	735.962	735.962	
21 1 1 Acções de Modernização Administrativa	31.150	31.150	
21 1 2 Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores	271.570	271.570	
21 1 3 Promoção da Qualidade nos Serviços Públicos da Administração Pública Regional	58.400	58.400	
21 1 4 Reengenharia e Desmaterialização de Processos	374.842	374.842	
21 2 Informação de Interesse Público ao Cidadão	3.192.470	2.092.470	1.100.000
21 2 1 Rede Integrada de Apoio ao Cidadão	3.192.470	2.092.470	1.100.000
21 3 Serviços Sociais	238.500	238.500	
21 3 1 Serviços de Apoio aos Funcionários Públicos	238.500	238.500	
21 4 Cooperação com as Autarquias Locais	791.730	791.730	
21 4 1 Cooperação Técnica	32.600	32.600	
21 4 2 Cooperação Financeira com os Municípios	77.860	77.860	
21 4 3 Cooperação Financeira com as Freguesias	681.270	681.270	
21 5 Estatística	231.030	231.030	
21 5 1 Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística	181.870	181.870	
21 5 2 Projectos no âmbito de Programa de Cooperação Transnacional-Mac	49.160	49.160	
21 6 Planeamento e Finanças	17.053.783	12.453.783	4.600.000
21 6 1 Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais	737.307	737.307	
21 6 2 Património Regional	1.967.000	1.967.000	
21 6 3 Bonificação de Juros à Economia Empresarial Privada	3.359.376	3.359.376	
21 6 4 Reestruturação do Sector Público Empresarial	983.100	983.100	
21 6 5 Coesão Regional	10.007.000	5.407.000	4.600.000

Investimento Público 2011
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
SREF	68.617.111	67.475.111	1.142.000
1 DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS EDUCACIONAIS E DO SISTEMA EDUCATIVO	55.226.211	55.226.211	
1 1 Construções Escolares	36.903.517	36.903.517	
1 1 1 Beneficiação e reabilitação de instalações escolares, propriedade da R.A.A.	1.734.000	1.734.000	
1 1 2 Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1º Ciclo (DLR nº 32/2002/A, de 8 de Agosto)	681.200	681.200	
1 1 3 Reparação e Adaptação do Ensino Secundário EB2,3/S Padre Manuel A. Cunha	24.330	24.330	
1 1 5 Construção da Nova EB 2,3/S das Lajes do Pico	48.660	48.660	
1 1 7 Construção da EB 1,2,3/JI de Água de Pau	7.610.780	7.610.780	
1 1 8 Construção da EBI Francisco F. Drumond - São Sebastião	291.951	291.951	
1 1 9 Grande Reparação e Adaptação ao Ensino Secundário da EB 2,3/S de Velas	5.829.589	5.829.589	
1 1 10 Assistência técnica e fecho financeiro	447.700	447.700	
1 1 12 Construção de novas instalações para a EB1,2/JI Gaspar Frutuoso	8.288.829	8.288.829	
1 1 13 Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo da EB 1,2,3/S de São Roque do Pico	48.658	48.658	
1 1 14 Construção do pavilhão gimnodesportivo da EB1,2,3/JI/S Padre Maurício de Freitas	97.300	97.300	
1 1 17 Construção da Escola Básica da Ponta da Ilha - Pico	3.211.689	3.211.689	
1 1 18 Requalificação das instalações para os 2º e 3º Ciclos da EB1,2,3/JI Rui Galvão de Carvalho - conjunto II	2.160.591	2.160.591	
1 1 19 Requalificação e construção do Auditório da EB/S de Vila Porto	24.330	24.330	
1 1 20 Requalificação da Escola Básica Integrada Canto da Maia	29.190	29.190	
1 1 21 Grande reparação da EBI da Horta	973.239	973.239	
1 1 22 Requalificação do bloco sul da ES Domingos Rebelo	1.459.860	1.459.860	
1 1 23 Ampliação da EBI de Angra do Heroísmo	1.605.845	1.605.845	
1 1 24 Grande reparação da EBI de Arrifes	1.946.479	1.946.479	
1 1 25 Requalificação da Escola Profissional das Capelas	389.297	389.297	
1 2 Equipamentos Escolares	778.600	778.600	
1 2 1 Aquisição de Equipamentos para a Educação Pré-Escolar e os Ensino Básico e Secundário	778.600	778.600	
1 3 Formação Profissional	11.393.150	11.393.150	
1 3 1 Formação do Pessoal Docente e não Docente	245.750	245.750	
1 3 2 Apoio Social	11.147.400	11.147.400	
1 4 Desenvolvimento do Ensino Profissional e Apoio às Instituições de Ensino Privado	5.129.045	5.129.045	
1 4 1 Apoiar o desenvolvimento do ensino profissional e as instituições de ensino privado	4.145.975	4.145.975	
1 4 2 Escola Profissional das Capelas	983.070	983.070	

Investimento Público 2011
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
1 5 Tecnologias da Informação e Comunicação	656.937	656.937	
1 5 1 Projectos inerentes à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação	656.937	656.937	
1 7 Projectos Pedagógicos	364.962	364.962	
1 7 1 Avaliação do Sistema Educativo Regional	72.990	72.990	
1 7 3 Projectos de Inovação Pedagógica	291.972	291.972	
5 DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO	13.390.900	12.248.900	1.142.000
5 1 Instalações e Equipamentos	1.953.615	1.813.615	140.000
5 1 1 Apoio à Construção e Beneficiação de Instalações Desportivas	245.770	245.770	
5 1 2 Parque Desportivo de São Miguel	481.700	481.700	
5 1 3 Parque Desportivo da Ilha Terceira	270.340	270.340	
5 1 4 Parque Desportivo do Faial	250.680	250.680	
5 1 5 Modernização, Acessibilidades e Apetrechamento de Instalações	189.150	49.150	140.000
5 1 6 Apoio à Construção e Beneficiação de Pavilhões Desportivos e Sedes de Clubes e Associações Desportivas	465.975	465.975	
5 1 7 Requalificação do Estádio de São Miguel	50.000	50.000	
5 2 Actividades Desportivas	6.865.800	6.689.800	176.000
5 2 1 Apoio a Clubes por Utilização de Atletas Formados na Região Autónoma dos Açores	176.950	176.950	
5 2 2 Desporto Escolar	375.570	315.570	60.000
5 2 3 Alta Competição, Prémios de Classificação e Subidas de Divisão	265.430	265.430	
5 2 4 Actividade Física e Desportiva Adaptada	147.730	131.730	16.000
5 2 5 Apoio à Participação em Quadros Competitivos Nacionais e Série Açores	2.950.910	2.850.910	100.000
5 2 6 Apoio às actividades das associações desportivas	2.949.210	2.949.210	
5 3 Promoção e Formação	4.571.485	3.745.485	826.000
5 3 1 Congressos e Seminários, Estudos e Investigação	14.745	14.745	
5 3 2 Estrutura Técnica Associativa	540.670	540.670	
5 3 3 Eventos desportivos, promoção e formação na área do desporto	1.174.990	348.990	826.000
5 3 4 Jogos das Ilhas	294.920	294.920	
5 3 5 Escolinhas do Desporto	285.090	285.090	
5 3 6 Actividades de Treino e Competição	2.162.760	2.162.760	
5 3 7 Actividade Física e Desportiva dos Adultos	98.310	98.310	

Investimento Público 2011
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Acção	Investimento	Plano	Outros Fundos
SRCTE	55.061.059	52.041.059	3.020.000
12 CIÊNCIA, TECNOLOGIA, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES	14.120.839	14.120.839	
12 1 Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores	12.453.487	12.453.487	
12 1 1 Apoio a instituições de investigação científica	1.001.341	1.001.341	
12 1 2 Projectos de Investigação científica com interesse para o desenvolvimento sustentável dos Açores	383.577	383.577	
12 1 3 Apoio à Formação Avançada	1.459.859	1.459.859	
12 1 4 Apoio a infra-estruturas de divulgação científica e tecnológica	486.620	486.620	
12 1 5 Iniciativas de I&D de contexto empresarial	3.362.937	3.362.937	
12 1 6 Desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação	5.053.800	5.053.800	
12 1 7 Apoio à integração dos cidadãos portadores de deficiência na Sociedade do Conhecimento	145.003	145.003	
12 1 8 Apoio ao Desenvolvimento Tripolar da Universidade dos Açores	442.380	442.380	
12 1 9 Construções Universitárias da Terceira e da Horta	117.970	117.970	
12 2 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRCTE	788.320	788.320	
12 2 1 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRCTE	262.770	262.770	
12 2 2 Sistemas de Informação e Comunicações da SRCTE	525.550	525.550	
12 3 Comunicações	353.010	353.010	
12 3 1 Promoção/Divulgação/Cooperação	87.580	87.580	
12 3 2 Estação de Rastreo de Satélites, Estações VLBI e Centro de Monitorização do Atlântico	265.430	265.430	
12 4 Cartografia	526.022	526.022	
12 4 1 Geodesia e Cartografia	262.770	262.770	
12 4 2 Cadastro Predial	97.320	97.320	
12 4 3 RAEGE	29.190	29.190	
12 4 4 Projectos Comunitários Transnacionais	87.592	87.592	
12 4 5 Informação Geográfica	49.150	49.150	
17 PROTECÇÃO CIVIL	9.424.269	9.424.269	
17 1 Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB's	629.164	629.164	
17 1 1 Prontos-Socorros-Médios	147.460	147.460	
17 1 2 Ambulâncias de Socorro	344.074	344.074	
17 1 3 Reparação de Viaturas dos Corpos de Bombeiros	44.240	44.240	
17 1 4 Aquisição de Equipamento, Fardamento e Mobiliário para as AHBV's	44.240	44.240	
17 1 5 Viaturas de Transporte de Pessoal e Equipamento	49.150	49.150	
17 2 Construção/Remodelação de Infra-Estruturas e Equipamentos dos CB's	3.627.535	3.627.535	
17 2 1 Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV's	98.310	98.310	

Investimento Público 2011
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Acção				Investimento	Plano	Outros Fundos
17	2	2	Construção do Quartel da AHBV's de Angra do Heroísmo	1.769.527	1.769.527	
17	2	3	II Fase do Quartel da Ribeira Grande	1.081.380	1.081.380	
17	2	4	Remodelação e Ampliação do Quartel da AHBV's São Roque do Pico	388.316	388.316	
17	2	5	Secções Destacadas dos Bombeiros na Vila da Lagoa e Capelas	49.150	49.150	
17	2	9	Ampliação/Remodelação do Quartel da AHBV's de Santa Cruz das Flores	196.612	196.612	
17	2	11	Centro de Formação de Protecção Civil	44.240	44.240	
17	3		Formação e Informação	556.660	556.660	
17	3	1	Equipamento de Vigilância Sismo-Vulcânica	121.650	121.650	
17	3	2	Apoios a Diversas Entidades	48.660	48.660	
17	3	3	Estudos de Carácter Científico e Elaboração de Cartas de Risco	70.070	70.070	
17	3	4	Cooperação Técnico-Científica com a Universidade dos Açores	175.180	175.180	
17	3	5	Formação Profissional ao Nível da Protecção Civil	19.460	19.460	
17	3	6	Informação, Formação e Sensibilização da População	43.790	43.790	
17	3	7	Formação Profissional de Bombeiros	77.850	77.850	
17	4		Serviço Regional de Protecção Civil	4.610.910	4.610.910	
17	4	1	Meios e Recursos	14.750	14.750	
17	4	2	Radiocomunicações do SRPCBA	796.290	796.290	
17	4	3	Meios e Recursos do SRPCBA - Equipamentos para Socorro Imediato	88.480	88.480	
17	4	4	Transporte Terrestre de Emergência	3.686.510	3.686.510	
17	4	5	Projecto de Cooperação Transnacional - MAC 2007-2013	19.960	19.960	
17	4	6	Fundo de Emergência	4.920	4.920	
18			REDE VIÁRIA REGIONAL, TRANSPORTES TERRESTRES E EQUIPAMENTOS COLECTIVOS	31.515.951	28.495.951	3.020.000
18	1		Construção de Estradas Regionais	2.104.557	2.104.557	
18	1	1	Variante à ER 1-1ª, em Rabo de Peixe	1.600.000	1.600.000	
18	1	2	Estrada dos Arrastadouros - Variante à ER 1-1ª na Povoação	334.247	334.247	
18	1	3	Variante à Vila das Capelas	48.660	48.660	
18	1	5	Construção da Ligação entre a ER 3-2ª e a ER 4-2ª, na Ilha da Graciosa	24.330	24.330	
18	1	6	Variante à Cidade da Horta - 2ª Fase	48.660	48.660	
18	1	7	Construção do Acesso à Escola de Água de Pau - Lagoa	48.660	48.660	
18	2		Reabilitação de Estradas Regionais	13.671.062	13.671.062	
18	2	1	Beneficiação e Pavimentação de ER em Santa Maria	319.494	319.494	
18	2	2	Beneficiação e Pavimentação de ER em São Miguel	2.359.368	2.359.368	
18	2	3	Reabilitação da Rede Viária da Ilha de São Miguel	786.460	786.460	

Investimento Público 2011
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Acção				Investimento	Plano	Outros Fundos
18	2	4	Beneficiação e pavimentação de ER na Terceira	221.191	221.191	
18	2	5	Pav. ER 1-1ª entre a Cruz das Cinco Ribeiras (à Cruz) e S. Barbara (às Bombas)	245.767	245.767	
18	2	6	Beneficiação e Pavimentação de ER na Graciosa	835.608	835.608	
18	2	7	Beneficiação e Pavimentação de ER em São Jorge	1.007.650	1.007.650	
18	2	8	Beneficiação e Pavimentação de ER no Pico	221.190	221.190	
18	2	9	Beneficiação e Pavimentação de ER no Faial	98.310	98.310	
18	2	10	Beneficiação e Pavimentação de ER nas Flores	3.539.052	3.539.052	
18	2	11	Beneficiação e Pavimentação de ER no Corvo	393.228	393.228	
18	2	12	Requalificação Viária	1.300.600	1.300.600	
18	2	13	Qualificação do Parque de Máquinas da SRCTE	794.810	794.810	
18	2	14	Calamidades nas Estradas Regionais da RAA	1.548.334	1.548.334	
18	3		Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer	1.156.092	1.156.092	
18	3	1	Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer	192.682	192.682	
18	3	2	Integração Paisagística da Rede Viária Regional	963.410	963.410	
18	4		SPRHI	589.840	589.840	
18	4	1	Contratos Programas - Rede Viária	491.540	491.540	
18	4	2	Aquisição de Terrenos de Obras a cargo da SPRHI	98.300	98.300	
18	5		Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	5.870.905	2.850.905	3.020.000
18	5	1	Serviço de Transporte Colectivo na Ilha das Flores	500.000		500.000
18	5	2	Serviço de Transporte Colectivo de Passageiros	1.769.530	1.769.530	
18	5	3	Actualização dos Equipamentos e Softwares de Viação e Trânsito	98.300	98.300	
18	5	4	Estudo e Introdução de Tecnologia Híbrida no Transporte de Passageiros	491.535	491.535	
18	5	5	SIRIART	1.520.000		1.520.000
18	5	6	Sinalização da Rede Viária Regional	800.000		800.000
18	5	7	Implementação de Tarifas Sociais	491.540	491.540	
18	5	8	Serviço de Transporte Colectivo na ilha de Santa Maria	200.000		200.000
18	6		Cooperação com Diversas Entidades	2.664.120	2.664.120	
18	6	1	Apoios a diversas entidades	2.664.120	2.664.120	
18	7		Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos	5.145.885	5.145.885	
18	7	1	Beneficiação e Remodelação das Instalações da SRCTE	607.520	607.520	
18	7	2	Beneficiações no Palácio da Conceição	466.960	466.960	
18	7	3	Beneficiações no Palácio de Santana	933.920	933.920	
18	7	4	Palácio dos Capitães Gerais	466.960	466.960	

Investimento Público 2011
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Acção				Investimento	Plano	Outros Fundos
18	7	5	Jardim dos "Maroiços" na Madalena	326.870	326.870	
18	7	6	Diversas reparações em edifícios públicos	46.690	46.690	
18	7	10	Beneficiação das Instalações da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	326.870	326.870	
18	7	11	Remodelação do Edifício do Antigo Conservatório da Horta	280.175	280.175	
18	7	12	Edifício dos Paços da Junta Geral	933.920	933.920	
18	7	13	Melhoria das Acessibilidades dos Edifícios Públicos	92.920	92.920	
18	7	14	Remodelação do Edifício da Rua Mãe de Deus da DR Juventude	569.690	569.690	
18	7	15	Reconstrução de um edifício da ALRAA, em Angra do Heroísmo	93.390	93.390	
18	8	Laboratório Regional de Engenharia Civil		274.270	274.270	
18	8	1	Parede de Reação do LREC	41.290	41.290	
18	8	2	Manutenção de Infraestruturas e Equipamentos	26.540	26.540	
18	8	3	Aquisição de Equipamentos	186.780	186.780	
18	8	4	Sistema de Qualidade	19.660	19.660	
18	9	Divulgação e Sensibilização		39.220	39.220	
18	9	1	Divulgação e Sensibilização	39.220	39.220	

Investimento Público 2011
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
SRE	214.356.091	120.504.933	93.851.158
10 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	31.798.311	31.798.311	
10 1 Promoção Turística	22.144.564	22.144.564	
10 1 1 Estudos e Concertação da Política de Turismo	48.662	48.662	
10 1 2 Informação Turística	97.320	97.320	
10 1 3 Eventos Promocionais	177.160	177.160	
10 1 4 Viagens Educacionais	221.408	221.408	
10 1 5 Materiais de Promoção	291.972	291.972	
10 1 6 Campanhas Publicitárias	21.308.042	21.308.042	
10 2 Oferta e Animação Turística	486.617	486.617	
10 2 1 Estruturas Físicas de Apoio	194.650	194.650	
10 2 2 Animação Turística	97.320	97.320	
10 2 3 Qualificação dos Percursos Pedestres e de Outros Produtos Turísticos	194.647	194.647	
10 3 Investimentos Estratégicos	9.167.130	9.167.130	
10 3 1 Iniciativas Diversas	7.864.560	7.864.560	
10 3 2 Centro Cultural e de Congressos	884.760	884.760	
10 3 3 Desenvolvimento dos Recursos Termais	245.770	245.770	
10 3 5 Termas do Varadouro	73.730	73.730	
10 3 6 Projecto da Marina da Barra e Requalificação da Zona Envolvente	98.310	98.310	
11 FOMENTO DA COMPETITIVIDADE	51.611.594	41.986.594	9.625.000
11 1 Sistemas de Incentivos	30.755.675	30.755.675	
11 1 1 Sistemas de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores	29.203.420	29.203.420	
11 1 2 Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo - Empreende Jovem	491.535	491.535	
11 1 3 Sistema de Apoio à Promoção de Produtos Açorianos	883.770	883.770	
11 1 4 Sistema de Incentivos ao Artesanato	176.950	176.950	
11 2 Apoio ao Empreendedorismo	68.820	68.820	
11 2 1 Dinamização do Espírito Empreendedor	68.820	68.820	
11 3 Qualidade e Inovação Tecnológica	270.340	270.340	
11 3 1 Dinamização do Sistema Tecnológico	73.730	73.730	
11 3 2 Promoção da Qualidade	196.610	196.610	
11 4 Apoio à Actividade Empresarial	19.844.929	10.219.929	9.625.000
11 4 1 Valorização dos Recursos Geológicos	98.310	98.310	
11 4 2 Divulgação das Potencialidades Económicas	294.920	294.920	
11 4 3 Mobilização da Iniciativa Empresarial e Captação de Investimento	1.235.719	1.235.719	

Investimento Público 2011
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Acção				Investimento	Plano	Outros Fundos
11	4	4	Informações ao Investidor	97.310	97.310	
11	4	5	Apoio ao Cooperativismo	24.580	24.580	
11	4	6	Estudos e Projectos	89.370	89.370	
11	4	7	Apoio ao Desenvolvimento da Actividade Económica	18.004.720	8.379.720	9.625.000
11	5		Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais	519.060	519.060	
11	5	1	Aperfeiçoamento e Inovação dos Saberes Tradicionais	34.410	34.410	
11	5	2	Divulgação, Promoção e Comercialização das Artes e Ofícios	466.960	466.960	
11	5	3	Certificação e Protecção dos Produtos e Serviços Artesanais	17.690	17.690	
11	6		Microcrédito	113.050	113.050	
11	6	1	Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário	113.050	113.050	
11	7		Instalações e Equipamentos da Secretaria Regional da Economia	39.720	39.720	
11	7	1	Equipamentos da Secretaria Regional da Economia	39.720	39.720	
19			CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS	64.607.884	15.191.726	49.416.158
19	1		Tráfego de Passageiros Inter - Ilhas	21.622.960	10.076.460	11.546.500
19	1	1	Apoio ao transporte marítimo de passageiros	20.634.000	9.929.000	10.705.000
19	1	3	Construção do Terminal de Cruzeiros do Porto de Angra do Heroísmo	988.960	147.460	841.500
19	2		Infra-Estruturas e Equipamentos Portuários	42.595.666	4.726.008	37.869.658
19	2	1	Requalificação do Porto da Praia da Vitória	869.180	102.480	766.700
19	2	2	Recreio Náutico e Edifício no Porto das Flores e Trabalhos Marítimos no Corvo	194.638	194.638	
19	2	3	Reordenamento e Requalificação da Baía da Horta	12.787.890	1.167.890	11.620.000
19	2	4	Requalificação do Porto da Calheta de S.Jorge	259.694	32.770	226.924
19	2	6	Reordenamento do Porto da Madalena	10.103.140	973.140	9.130.000
19	2	7	Reordenamento do Porto de S.Roque	9.730	9.730	
19	2	8	Reordenamento e Ampliação do Porto de Velas	657.310	97.310	560.000
19	2	9	Aquisição de diversos equipamentos de apoio à exploração portuária	5.415.330	715.330	4.700.000
19	2	10	Diversas obras nos portos	10.629.054	763.020	9.866.034
19	2	11	Reordenamento do Porto das Lajes das Flores	1.272.500	272.500	1.000.000
19	2	12	Plano Integrado de Reordenamento da Baía de Angra - II Fase	397.200	397.200	
19	3		Dinamização dos Transportes Marítimos	389.258	389.258	
19	3	1	Desenvolvimento de Sistemas de Apoio à Monitorização nos Portos dos Açores	389.258	389.258	
20			DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES AÉREOS	66.338.302	31.528.302	34.810.000
20	1		Infra-Estruturas e Equipamentos Aeroportuários	41.525.222	6.715.222	34.810.000
20	1	1	Aeroporto da Ilha do Pico	981.570	486.570	495.000
20	1	2	Aeródromo da Ilha de São Jorge	5.300.746	2.627.746	2.673.000

Investimento Público 2011
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
20	1	3	Aeródromo da Ilha do Corvo	588.942	291.942	297.000
20	1	4	Aeródromo da Ilha da Graciosa	981.570	486.570	495.000
20	1	5	Aerogare Civil das Lajes	2.822.394	2.822.394	
20	1	7	Handlings das Escalas	750.000		750.000
20	1	8	Espaços Comercializáveis	250.000		250.000
20	1	9	Equipamentos da Frota	11.500.000		11.500.000
20	1	10	Infra-estruturas para Sistemas de Informação	850.000		850.000
20	1	11	Renovação da Frota	17.500.000		17.500.000
20	2		Gestão dos Aeródromos Regionais	2.162.750	2.162.750	
20	2	1	Gestão dos Aeródromos da Região Autónoma dos Açores	2.162.750	2.162.750	
20	3		Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas	22.610.610	22.610.610	
20	3	1	Concessão das Rotas Inter-Ilhas	22.610.610	22.610.610	
20	4		Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos	39.720	39.720	
20	4	1	Apoio a Acções de Dinamização do Transporte Aéreo nos Açores	39.720	39.720	

Investimento Público 2011
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
SRTSS	139.334.468	51.012.968	88.321.500
2 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DEFESA DO CONSUMIDOR	90.378.720	4.057.220	86.321.500
2 1 Emprego e Formação Profissional	90.378.720	4.057.220	86.321.500
2 1 1 Formação Profissional	63.891.000	891.000	63.000.000
2 1 3 Programas de Estágios Profissionais	6.891.000	891.000	6.000.000
2 1 4 Programas de Emprego	18.680.000	1.980.000	16.700.000
2 1 5 Adequação Tecnológica dos Serviços	30.000	30.000	
2 1 6 Defesa do Consumidor	89.000	89.000	
2 1 7 Estudos, Projectos e Cooperação	278.650	34.650	244.000
2 1 8 Inspeção Regional do Trabalho	377.500		377.500
2 1 10 Plano Regional de Combate ao Trabalho Precário	141.570	141.570	
13 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	25.578.518	23.578.518	2.000.000
13 1 Apoio a Idosos	7.643.878	7.643.878	
13 1 1 Construção de lar nos Arrifes	48.660	48.660	
13 1 3 Remodelação e adaptação de edifício para lar de idosos na Praia da Vitória	725.148	725.148	
13 1 4 Criação de Lar de Idosos na Calheta	2.064.447	2.064.447	
13 1 7 Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa	262.780	262.780	
13 1 8 Projecto de implementação da rede de cuidados continuados dos Açores	973.240	973.240	
13 1 9 Criação, Melhoramentos e Apetrechamento de Equipamentos Sociais de Apoio aos Idosos	97.320	97.320	
13 1 10 Construção de Lar de Idosos no Pico da Pedra	393.228	393.228	
13 1 11 Construção de lar de Idosos e Centro de Dia em Rabo de Peixe	1.966.140	1.966.140	
13 1 12 Criação de centro de dia, centro de convívio e serviço de apoio domiciliário no Porto Judeu	147.460	147.460	
13 1 13 Construção de lar de idosos em São Brás	565.265	565.265	
13 1 14 Adaptação de edifício a centro de dia e apoio ao domicílio das Cinco Ribeiras	19.470	19.470	
13 1 15 Construção de edifício para centro de convívio de idosos e atelier de tempos livres no Posto Santo, Angra do Heroísmo	283.400	283.400	
13 1 16 Criação de centro de dia na Urzelina	97.320	97.320	
13 2 Apoio à Infância e Juventude	3.509.481	3.509.481	
13 2 1 Construção de edifício para creche em Vila Porto	393.232	393.232	
13 2 2 Construção novo edifício para creche em Ponta Delgada	884.759	884.759	
13 2 3 Construção de creche e atelier de tempos livres nos Arrifes	1.005.120	1.005.120	
13 2 4 Construção de edifício para creche e serviço de apoio domiciliário nas Capelas	884.763	884.763	
13 2 9 Construção edifício p/creche, jardim e centro de actividades ocupacionais em Sta. Cruz da Graciosa	98.307	98.307	
13 2 13 Programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa	48.660	48.660	

Investimento Público 2011
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação			Investimento	Plano	Outros Fundos
13	2	15 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude	97.320	97.320	
13	2	17 Remodelação e ampliação de edifício para criação de novo equipamento de creche na Horta	48.660	48.660	
13	2	18 Construção de edifício para creche, centro de dia e Casa do Povo na Maia	48.660	48.660	
13	3	Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	1.619.609	1.619.609	
13	3	3 Construção de centro de actividades ocupacionais da Ribeira Grande	1.376.299	1.376.299	
13	3	5 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência	145.990	145.990	
13	3	7 Criação de lar residencial para cidadãos portadores de deficiência nos Valados, Ponta Delgada	97.320	97.320	
13	4	Apoio à Família, Comunidade e Serviços	11.739.860	9.739.860	2.000.000
13	4	1 Programa de Alargamento dos Equipamentos Sociais dos Açores - PARESA	2.078.650	78.650	2.000.000
13	4	2 COMPAMID	2.296.800	2.296.800	
13	4	3 Investimentos de capital para Segurança Social na Região dos Açores (CGFSS)	174.650	174.650	
13	4	4 Construção de edifício para serviços de Segurança Social e Casa do Povo - Achadinha	9.730	9.730	
13	4	8 Estudos, Projectos, Conferências e Cooperação	9.730	9.730	
13	4	10 Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios e equipamentos de apoio à Comunidade e dos Serviços de Segurança Social	97.310	97.310	
13	4	12 Promoção da qualidade da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais na RAA	48.660	48.660	
13	4	13 Adequação tecnológica dos serviços da Segurança Social	24.330	24.330	
13	4	14 Fundo de Compensação Social	7.000.000	7.000.000	
13	5	Igualdade de Oportunidades	1.065.690	1.065.690	
13	5	1 Promoção do Princípio da Igualdade de Oportunidades para Todos	292.460	292.460	
13	5	2 Disseminação da perspectiva da Igualdade de Género e promoção de medidas facilitadoras da conciliação da pessoal com a vida profissional	43.800	43.800	
13	5	3 Combater e prevenir a violência e atitudes discriminatórias	486.620	486.620	
13	5	4 Potenciar a inclusão social e consequente mobilidade social de grupos mais vulneráveis	175.180	175.180	
13	5	5 Igualdade de Oportunidades para pessoas com deficiência	48.170	48.170	
13	5	6 Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios, equipamentos e serviços da DRIO	19.460	19.460	
14		HABITAÇÃO	23.377.230	23.377.230	
14	1	Incentivos à Construção e Aquisição de Habitação Própria	4.394.330	4.394.330	
14	1	1 Apoio à Construção, Ampliação e Alteração de Habitação Própria	442.380	442.380	
14	1	2 Apoio à Aquisição de Habitação Própria	786.460	786.460	
14	1	3 Aquisição de Solos	68.820	68.820	
14	1	4 Apoio ao Arrendamento a Famílias Carenciadas e Jovens	589.840	589.840	
14	1	6 Operações de Loteamento e Obras de Urbanização	344.080	344.080	
14	1	7 Reabilitação de Infra-estruturas Habitacionais	196.610	196.610	
14	1	8 Contrato Programa com a SPRHI, SA - Sismo	1.966.140	1.966.140	

Investimento Público 2011
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Acção	Investimento	Plano	Outros Fundos
14 2 Recuperação do Parque Habitacional	3.440.750	3.440.750	
14 2 1 Programa de Reabilitação Urbana	1.278.000	1.278.000	
14 2 2 Apoio à Recuperação do Parque Habitacional Autárquico - Colaboração com Autarquias	491.530	491.530	
14 2 3 Recuperação do Parque Habitacional Social da RAA	589.840	589.840	
14 2 4 Apoio à Recuperação de Imóveis Afectados por Térmitas	491.540	491.540	
14 2 5 Reconstrução de Habitação - Administração Directa - Sismos	442.380	442.380	
14 2 6 Programa de Requalificação Habitacional	147.460	147.460	
14 3 Promoção de Habitação para Realojamentos	14.885.880	14.885.880	
14 3 1 Acordos de Colaboração RAA/IHRU - PROHABITA	4.915.350	4.915.350	
14 3 2 Cooperação com Autarquias - Acordos Colaboração RAA/IHRU, I.P./Municípios	1.376.300	1.376.300	
14 3 3 Salvaguarda Habitacional de Famílias em Situação de Risco	294.920	294.920	
14 3 4 Acordos de Colaboração RAA/IHRU, I.P. - PROHABITA em Rabo de Peixe	1.474.600	1.474.600	
14 3 5 Cooperação com Autarquias - Acordos RAA/IHRU, I.P./Município da Ribeira Grande, em Rabo de Peixe	589.840	589.840	
14 3 7 Resolução de Situações de Grave Carência Habitacional	445.500	445.500	
14 3 8 Cooperação com Autarquias - Contratos ARAAL	874.020	874.020	
14 3 9 Contratos Programa com a SPRHI, SA	4.915.350	4.915.350	
14 4 Equipamentos Públicos, Adequação Tecnológica e Cooperação	656.270	656.270	
14 4 1 Requalificação do Edifício e Equipamentos para a DRH	98.310	98.310	
14 4 2 Adequação Tecnológica dos Serviços	49.150	49.150	
14 4 4 Observatório Sócio-Habitacional dos Açores	287.620	287.620	
14 4 5 Reabilitação de Equipamentos	221.190	221.190	

Investimento Público 2011
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
SRES	29.875.209	29.875.209	
15 DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS E DO SISTEMA DE SAÚDE	29.875.209	29.875.209	
15 1 Construção de Novas Infra-Estruturas	8.317.591	8.317.591	
15 1 1 Unidades de Saúde	121.890	121.890	
15 1 2 Centros de Saúde de Sta. Cruz da Graciosa, Madalena e Ponta Delgada	8.190.781	8.190.781	
15 1 3 Centro de Radioterapia dos Açores	4.920	4.920	
15 2 Remodelação, Ampliação e Beneficiação de Unidades de Saúde	5.274.941	5.274.941	
15 2 1 Remodelação e Ampliação de Unidades de Saúde	5.128.971	5.128.971	
15 2 2 Beneficiação de Unidades de Saúde	145.970	145.970	
15 3 Apetrechamento e Modernização	1.313.875	1.313.875	
15 3 1 Equipamentos para Unidades de Saúde	875.918	875.918	
15 3 3 Emergência Médica	437.957	437.957	
15 4 Formação e Iniciativas em Saúde	14.278.662	14.278.662	
15 4 1 Actualização de Profissionais de Saúde	875.830	875.830	
15 4 2 Plano Regional de Saúde	294.920	294.920	
15 4 3 Prevenção e Tratamento de Comportamentos de Risco	2.555.982	2.555.982	
15 4 4 Projecto de Implementação e Operacionalização da Rede de Cuidados Continuados e Paliativos	981.080	981.080	
15 4 5 Projecto de implementação e operacionalização da melhoria de acessibilidade ao SRS	1.671.220	1.671.220	
15 4 6 Políticas de saúde materna, planeamento familiar e incentivo à natalidade	393.230	393.230	
15 4 7 Parcerias	19.660	19.660	
15 4 8 Promoção da qualidade dos serviços e de captação e qualificação de profissionais de saúde	19.660	19.660	
15 4 9 Vale Saúde	344.080	344.080	
15 4 10 Plano Regional de Vacinação	1.179.690	1.179.690	
15 4 11 Planos de Contingência - Saúde Pública	9.830	9.830	
15 4 12 Deslocação de Doentes	5.921.190	5.921.190	
15 4 13 Política do Medicamento	12.290	12.290	
15 5 Tecnologias de Informação na Saúde	690.140	690.140	
15 5 1 Sistemas de Informação da Saúde	690.140	690.140	

Investimento Público 2011
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
SRAF	167.169.455	73.657.796	93.511.659
7 AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DOS SECTORES AGRÍCOLA E FLORESTAL	132.080.984	65.719.704	66.361.280
7 1 Melhoria e Desenvolvimento de Infra-estruturas	55.731.730	28.931.730	26.800.000
7 1 1 Restrução Fundiária	387.600	87.600	300.000
7 1 2 Abastecimento de Água	12.583.950	583.950	12.000.000
7 1 3 Caminhos Agrícolas	10.583.950	583.950	10.000.000
7 1 4 Electrificação Agrícola	5.083.950	583.950	4.500.000
7 1 5 Caminhos Rurais	5.352.820	5.352.820	
7 1 6 Infra-estruturas Florestais	262.770	262.770	
7 1 7 Infra-estruturas dos Serviços	291.970	291.970	
7 1 8 Infra-estruturas Fitossanitárias	598.140	598.140	
7 1 9 Infra-estruturas veterinárias	10.635.286	10.635.286	
7 1 10 Infra-Estruturas de Abate	1.459.860	1.459.860	
7 1 11 Parques de Exposições Agro-Comerciais	7.198.254	7.198.254	
7 1 12 Estudos e Tecnologias de Informação e Comunicação	394.120	394.120	
7 1 13 Sistema de Informação Geográfica da Agricultura	38.930	38.930	
7 1 14 Melhoramento das Infra-estruturas de Abate	860.130	860.130	
7 2 Modernização das Explorações Agrícolas e Florestais	36.722.067	19.827.454	16.894.613
7 2 1 Sanidade Animal	5.690.110	4.490.110	1.200.000
7 2 2 Sanidade Vegetal	788.330	788.330	
7 2 3 Melhoramento Animal	700.730	700.730	
7 2 4 Experimentação e Divulgação Agrária	1.508.520	1.508.520	
7 2 5 Valorização E Qualificação Profissional Agrária	654.039	654.039	
7 2 6 Vulgarização e Extensão Rural	1.388.690	1.388.690	
7 2 7 Serviços de Gestão e Aconselhamento Agrícola	399.836	97.320	302.516
7 2 8 Apoio ao Investimento nas Explorações Agrícolas	17.258.544	5.831.580	11.426.964
7 2 9 Diversificação Agrícola	1.150.663	435.530	715.133
7 2 10 Acompanhamento das Intervenções Comunitárias	564.415	564.415	
7 2 11 Resgate da Quantidade de Referência	1.937.380	1.937.380	
7 2 12 Reforma Antecipada	3.691.930	441.930	3.250.000
7 2 13 Incentivo à Compra de Terras Agrícolas (SICATE / RICTA)	441.930	441.930	
7 2 14 Apoio às Organizações de Produtores	546.950	546.950	

Investimento Público 2011
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Acção	Investimento	Plano	Outros Fundos
7 3 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	39.627.187	16.960.520	22.666.667
7 3 1 Apoio à Indústria Agro-alimentar	24.613.147	1.946.480	22.666.667
7 3 2 Apoio ao Escoamento de Produtos na Indústria Agro-Alimentar	3.333.890	3.333.890	
7 3 3 Regularização de Mercados	10.173.610	10.173.610	
7 3 4 Qualidade e Certificação	632.600	632.600	
7 3 5 Promoção de Produtos Açorianos	873.940	873.940	
8 VALORIZAÇÃO DO MUNDO RURAL	35.088.471	7.938.092	27.150.379
8 1 Melhoria da Qualidade de Vida e Diversificação da Economia Rural	9.392.749	2.242.370	7.150.379
8 1 1 Diversificação da Economia Rural	3.190.607	583.940	2.606.667
8 1 2 Medidas Florestais de Desenvolvimento Rural	5.324.092	780.380	4.543.712
8 1 3 Fomento e Gestão dos Recursos Florestais	878.050	878.050	
8 2 Preservação e Valorização do Ambiente e da Paisagem Rural	25.695.722	5.695.722	20.000.000
8 2 1 Manutenção da actividade agrícola	11.734.310	1.734.310	10.000.000
8 2 2 Pagamentos Agro-ambientais e Natura 2000	11.744.530	1.744.530	10.000.000
8 2 3 Uso Múltiplo da Floresta	1.857.952	1.857.952	
8 2 4 Formação e Informação Florestal	358.930	358.930	

Investimento Público 2011
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
SRAM	72.780.901	63.780.901	9.000.000
9 MODERNIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS E DA ACTIVIDADE DA PESCA	29.497.890	20.497.890	9.000.000
9 1 Inspeção e Gestão	1.032.230	1.032.230	
9 1 1 Fiscalização e Inspeção	88.480	88.480	
9 1 2 Cooperação com o DOP/IMAR/OMA e Outras entidades	796.290	796.290	
9 1 3 Congressos e Exposições	49.150	49.150	
9 1 5 Sistema de Acompanhamento Electrónico	98.310	98.310	
9 2 Infra-Estruturas Portuárias	9.580.200	7.580.200	2.000.000
9 2 1 Portos da Região	114.960	114.960	
9 2 2 Programa de apoio à actividade marítimo-portuária no sector das pescas	2.850.903	2.850.903	
9 2 3 Protocolos com Associações do Sector	245.770	245.770	
9 2 4 Cooperação com Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais	88.476	88.476	
9 2 5 Cooperação com a Direcção de Faróis	60.130	60.130	
9 2 6 Programa Regional de requalificação e ampliação dos portos de pesca	5.482.659	3.482.659	2.000.000
9 2 7 Ampliação, Reordenamento e Beneficiação do Porto de Rabo de Peixe e Zonas Envolventes	737.302	737.302	
9 3 Frota	8.008.090	8.008.090	
9 3 1 Plano Regional De Renovação Da Frota de Pesca	5.398.420	5.398.420	
9 3 2 FUNDOPESCA	294.920	294.920	
9 3 3 Regime de Apoio à Motorização das Embarcações de Pesca Local	45.220	45.220	
9 3 4 Regime de apoio à redução dos custos na actividade da pesca	1.769.530	1.769.530	
9 3 5 Regime de apoio à segurança no trabalho a bordo da frota de pesca	500.000	500.000	
9 4 Produtos da Pesca	2.460.140	2.460.140	
9 4 1 Cooperação Externa	19.660	19.660	
9 4 2 Mercados e Comercialização	353.910	353.910	
9 4 3 Transformação E Aquicultura	1.769.530	1.769.530	
9 4 4 Apoio ao Desenvolvimento de Pescarias de Profundidade	66.360	66.360	
9 4 5 Regime de Compensação ao Escoamento dos Produtos da Pesca das Ilhas de Sta. Maria, Pico, Graciosa, S.Jorge, Flores e Corvo	250.680	250.680	
9 5 Formação Profissional	435.150	435.150	
9 5 1 Divulgação	24.580	24.580	
9 5 2 Formação	371.250	371.250	
9 5 3 Estruturas e Equipamentos	39.320	39.320	
9 6 Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas	7.982.080	982.080	7.000.000
9 6 1 Apoio ao investimento no âmbito dos projectos FEP	7.982.080	982.080	7.000.000

Investimento Público 2011
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
16 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, QUALIDADE AMBIENTAL E	43.283.011	43.283.011	
16 1 Ordenamento do Território	11.946.687	11.946.687	
16 1 1 Revisão, Elaboração e Implementação do PROTA	126.521	126.521	
16 1 2 Plano e Gestão de Zonas Costeiras	218.979	218.979	
16 1 3 Planeamento e Gestão de Bacias Hidrográficas de Lagoas	5.210.602	5.210.602	
16 1 5 Caracterização e Definição de Condicionantes de Risco	145.985	145.985	
16 1 6 Ações de acompanhamento, divulgação, sensibilização e apoio à tomada de decisões	29.190	29.190	
16 1 7 Requalificação e Protecção Costeira	6.215.410	6.215.410	
16 2 Recursos Hídricos	5.112.619	5.112.619	
16 2 1 Implementação da Directiva Quadro da Água e da Lei da Água	194.630	194.630	
16 2 2 Implementação da Directiva das Águas Subterrâneas	85.930	85.930	
16 2 3 Rede de Monitorização Hidrometeorológica Automática	438.941	438.941	
16 2 4 Monitorização da qualidade das águas interiores, de transição e costeiras	369.831	369.831	
16 2 5 Monitorização da Qualidade das Águas Balneares	68.127	68.127	
16 2 6 Controlo da eutrofização das lagoas dos Açores	243.309	243.309	
16 2 7 Prevenção e análise de risco de cheias e deslizamentos	47.660	47.660	
16 2 8 Requalificação e Protecção de Recursos Hídricos	3.664.191	3.664.191	
16 3 Sistemas de Informação, Divulgação e Apoio à Decisão	211.180	211.180	
16 3 1 Infra-estrutura informática e de comunicações	97.310	97.310	
16 3 2 Sistema regional de informação georeferenciada	113.870	113.870	
16 4 Modernização dos Serviços	38.920	38.920	
16 4 1 Formação e Modernização dos Serviços	19.460	19.460	
16 4 2 Estratégia e Planeamento	9.730	9.730	
16 4 3 Informação Geográfica	9.730	9.730	
16 5 Conservação da Natureza	1.985.407	1.985.407	
16 5 1 Biodiversidade	330.901	330.901	
16 5 2 Erradicação de Organismos Invasores	291.972	291.972	
16 5 7 Jardins Botânicos	583.944	583.944	
16 5 9 Parque Natural dos Açores	778.590	778.590	
16 6 Património Mundial	583.890	583.890	
16 6 1 Gestão da Paisagem Protegida da Vinha do Pico	116.780	116.780	
16 6 2 Regime de Incentivos da Paisagem Protegida da Vinha do Pico	398.990	398.990	
16 6 3 Plano de Intervenção da Montanha do Pico	48.660	48.660	
16 6 4 Gestão do Parque Natural da Ilha do Pico	19.460	19.460	

Investimento Público 2011
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projecto/Ação	Investimento	Plano	Outros Fundos
16 7 Avaliação Ambiental	479.603	479.603	
16 7 1 Relatório do Estado do Ambiente	19.460	19.460	
16 7 2 Regime Legal de Poluição Sonora	7.590	7.590	
16 7 3 Avaliação do Impacte Ambiental	14.600	14.600	
16 7 4 Rede de Monitorização, Informação e Gestão Ambiental	389.296	389.296	
16 7 7 Monitorização de Áreas Ambientais	48.657	48.657	
16 8 Resíduos	17.226.318	17.226.318	
16 8 1 Gestão de Resíduos	145.970	145.970	
16 8 2 Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos	17.031.688	17.031.688	
16 8 3 Remoção de Passivos Ambientais	48.660	48.660	
16 9 Promoção Ambiental	2.705.087	2.705.087	
16 9 1 Informação, Sensibilização e Promoção Ambiental	291.942	291.942	
16 9 2 Rede Regional de Ecotecas	517.274	517.274	
16 9 3 Centros de Interpretação Ambiental	1.411.197	1.411.197	
16 9 4 Jardins Históricos	484.674	484.674	
16 10 Utilização Racional de Energia	1.630.900	1.630.900	
16 10 1 Agência Regional de Energia e Ambiente	70.010	70.010	
16 10 2 Estudos e Projectos	140.100	140.100	
16 10 3 PROENERGIA - Sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis	389.260	389.260	
16 10 4 Apoio ao Desenvolvimento de um Sistema Sustentável de Energia	194.630	194.630	
16 10 5 Implementação do Sistema de Certificação Energética de Edifícios - SCE	175.160	175.160	
16 10 6 Desenvolvimento do Programa para a Mobilidade Eléctrica dos Açores	175.170	175.170	
16 10 7 Apoio à Promoção da substituição da Utilização de Gases Liquefeitos - Corvo	486.570	486.570	
16 11 Serviço Público e Social	875.830	875.830	
16 11 1 Pagamento da Iluminação Pública das Vias Regionais	486.570	486.570	
16 11 2 Electrificação de Fajãs - S. Jorge	389.260	389.260	
16 12 Instalação e Equipamento da Direcção Regional da Energia	194.630	194.630	
16 12 1 Obras e Aquisição de Equipamentos para as Instalações	194.630	194.630	
16 13 Assuntos do Mar	291.940	291.940	
16 13 1 Estratégia para o Desenvolvimento e Sustentabilidade do Mar dos Açores	291.940	291.940	

DESAGREGAÇÃO ESPACIAL

Investimento Público 2011
Desagregação Espacial

Euro

Objectivo/Programa/Projecto	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
TOTAL	34.731.833	238.606.918	158.781.394	33.792.085	52.926.246	66.201.619	67.934.328	32.031.992	6.352.235	109.962.774	801.321.424
MELHORAR AS QUALIFICAÇÕES E AS COMPETÊNCIAS DOS AÇORIANOS	8.559.307	68.418.894	41.380.241	6.819.915	15.230.201	14.419.073	13.055.626	7.674.238	1.176.153	11.989.237	188.722.886
1 DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS EDUCACIONAIS E DO SISTEMA EDUCATIVO	540.751	30.597.422	6.993.351	712.416	6.716.365	4.250.824	2.237.633	1.014.568	19.972	2.142.909	55.226.211
1.1 Construções Escolares	92.444	22.566.171	2.768.748	14.109	5.903.059	3.429.813	1.270.682	165.414	6.568	686.509	36.903.517
1.2 Equipamentos Escolares		196.616	393.232							188.752	778.600
1.3 Formação Profissional	350.000	4.400.000	2.750.000	600.000	715.000	740.400	790.000	800.000	2.000	245.750	11.393.150
1.4 Desenvolvimento do Ensino Profissional e Apoio às Instituições de Ensino Privado	98.306	3.434.636	1.081.371	98.306	98.306	80.611	176.952	49.153	11.404		5.129.045
1.5 Tecnologias da Informação e Comunicação										656.937	656.937
1.7 Projectos Pedagógicos										364.962	364.962
2 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DEFESA DO CONSUMIDOR	5.624.697	24.670.953	22.390.869	5.773.298	7.951.293	8.007.293	8.075.051	5.716.798	1.035.899	1.132.570	90.378.720
2.1 Emprego e Formação Profissional	5.624.697	24.670.953	22.390.869	5.773.298	7.951.293	8.007.293	8.075.051	5.716.798	1.035.899	1.132.570	90.378.720
3 JUVENTUDE	1.551.563	1.384.253	900.484	21.627	38.339	139.929	96.340	16.712	8.356	1.261.854	5.419.457
3.1 Juventude	1.551.563	1.384.253	900.484	21.627	38.339	139.929	96.340	16.712	8.356	1.261.854	5.419.457
4 PATRIMÓNIO E ACTIVIDADES CULTURAIS	396.214	8.806.481	8.652.404	183.903	347.901	1.072.291	1.778.088	527.863	98.307	905.779	22.769.231
4.1 Dinamização de Actividades Culturais	82.631	1.075.438	562.796	62.987	85.615	105.266	153.460	48.224		492.913	2.669.330
4.2 Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural	313.582	7.731.043	8.089.609	120.916	262.286	967.025	1.624.628	479.639	98.307	412.866	20.099.901
5 DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO	446.082	2.959.785	2.443.134	128.671	176.303	948.735	868.514	398.298	13.619	5.007.759	13.390.900
5.1 Instalações e Equipamentos	74.475	650.860	622.223				280.470			325.586	1.953.615
5.2 Actividades Desportivas	166.883	1.084.456	992.297	48.591	74.523	613.847	290.544	19.087	13.619	3.561.953	6.865.800
5.3 Promoção e Formação	204.724	1.224.469	828.614	80.080	101.780	334.888	297.500	379.211		1.120.220	4.571.485
6 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO										1.538.367	1.538.367
6.1 Apoio aos Media										1.395.827	1.395.827
6.2 Jornal Oficial										142.540	142.540
PROMOVER O CRESCIMENTO SUSTENTADO DA ECONOMIA	9.877.764	85.504.546	78.151.681	11.324.050	15.307.480	16.230.665	14.689.642	9.821.013	1.852.745	51.438.502	294.198.089
7 AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DOS SECTORES AGRÍCOLA E FLORESTAL	3.934.206	41.756.187	45.340.958	5.018.215	6.917.925	6.163.474	5.036.323	4.349.567	898.974	12.665.156	132.080.984
7.1 Melhoria e Desenvolvimento de Infra-estruturas	2.434.981	15.196.188	23.165.248	2.554.552	3.387.793	2.095.613	1.792.293	2.108.558	374.023	2.622.482	55.731.730
7.2 Modernização das Explorações Agrícolas e Florestais	1.207.588	11.303.038	12.768.683	1.309.964	2.472.884	1.418.080	1.148.120	1.062.496	169.249	3.861.965	36.722.067
7.3 Aumento do Valor dos Produtos Agrícolas e Florestais	291.637	15.256.960	9.407.027	1.153.699	1.057.247	2.649.782	2.095.911	1.178.513	355.702	6.180.709	39.627.187

Investimento Público 2011
Desagregação Espacial

Euro

Objectivo/Programa/Projecto	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
8 VALORIZAÇÃO DO MUNDO RURAL	1.363.325	8.915.332	6.263.989	1.427.003	2.447.288	4.149.013	2.165.837	1.475.936	330.146	6.550.601	35.088.471
8.1 Melhoria da Qualidade de Vida e Diversificação da Economia Rural	170.648	1.659.945	1.073.396	177.953	184.618	241.276	239.545	83.531	20.934	5.540.903	9.392.749
8.2 Preservação e Valorização do Ambiente e da Paisagem Rural	1.192.678	7.255.387	5.190.593	1.249.050	2.262.670	3.907.737	1.926.292	1.392.405	309.212	1.009.698	25.695.722
9 MODERNIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS E DA ACTIVIDADE DA PESCA	486.542	4.031.950	1.979.853	279.456	769.354	1.132.506	1.050.234	275.589	81.738	19.410.667	29.497.890
9.1 Inspeção e Gestão										1.032.230	1.032.230
9.2 Infra-Estruturas Portuárias	43.064	889.896	116.860	5.908	10.873	67.971	10.873	35.153	5.908	8.393.692	9.580.200
9.3 Frota	346.401	2.292.362	1.491.423	202.082	208.680	736.863	769.678	182.022	9.049	1.769.530	8.008.090
9.4 Produtos da Pesca	78.656	791.968	343.118	53.017	537.753	302.119	226.447	50.136	57.266	19.660	2.460.140
9.5 Formação Profissional	18.421	57.724	28.452	18.448	12.048	25.553	43.235	8.279	9.515	213.475	435.150
9.6 Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas										7.982.080	7.982.080
10 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	1.002.601	12.833.035	10.444.468	990.534	1.140.439	1.275.515	2.804.710	979.565	327.445		31.798.311
10.1 Promoção Turística	813.397	8.180.034	7.069.124	804.622	1.004.679	1.017.940	2.051.935	901.448	301.385		22.144.564
10.2 Oferta e Animação Turística	10.721	335.835	68.734	5.977	6.948	14.687	38.381	4.357	977		486.617
10.3 Investimentos Estratégicos	178.482	4.317.166	3.306.610	179.935	128.812	242.888	714.394	73.760	25.083		9.167.130
11 FOMENTO DA COMPETITIVIDADE	3.091.090	15.396.641	13.139.344	3.608.843	4.032.473	3.510.157	3.406.434	2.740.356	214.442	2.471.815	51.611.594
11.1 Sistemas de Incentivos	1.580.024	12.043.758	10.049.885	1.580.417	1.484.007	1.474.780	1.383.272	949.409	210.122		30.755.675
11.2 Apoio ao Empreendedorismo										68.820	68.820
11.3 Qualidade e Inovação Tecnológica	6.554	29.492	19.661	6.554	9.831	22.938	19.661	9.831		145.820	270.340
11.4 Apoio à Actividade Empresarial	1.495.178	3.090.036	2.990.357	1.993.571	2.491.964	1.993.571	1.993.571	1.744.375		2.052.305	19.844.929
11.5 Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais	9.334	233.356	79.440	28.301	46.671	18.867	9.930	36.741	4.320	52.100	519.060
11.6 Microcrédito										113.050	113.050
11.7 Instalações e Equipamentos da Secretaria Regional da Economia										39.720	39.720
12 CIÊNCIA, TECNOLOGIA, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES		2.571.402	983.070				226.105			10.340.262	14.120.839
12.1 Investigação, Ciência e Tecnologia nos Açores		2.571.402	983.070				226.105			8.672.910	12.453.487
12.2 Melhoria dos Sistemas Informáticos da SRCTE										788.320	788.320
12.3 Comunicações										353.010	353.010
12.4 Cartografia										526.022	526.022
REFORÇAR A SOLIDARIEDADE E A COESÃO SOCIAL	1.914.670	32.256.766	12.111.278	6.707.443	4.481.831	5.297.036	10.021.125	1.823.024	228.002	3.989.781	78.830.957

Investimento Público 2011
Desagregação Espacial

Euro

Objectivo/Programa/Projecto	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
13 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	797.287	12.013.352	4.851.389	652.556	3.138.675	940.553	1.416.041	386.923	200.157	1.181.586	25.578.518
13.1 Apoio a Idosos	2.458	3.217.394	1.846.422	4.915	2.307.753	7.373	252.649	2.458	2.458		7.643.878
13.2 Apoio à Infância e Juventude	395.690	2.861.640	70.778	103.222	7.373	7.373	58.490	2.458	2.458		3.509.481
13.3 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	3.318	1.539.978	29.862	6.636	9.954	9.954	13.272	3.318	3.318		1.619.609
13.4 Apoio à Família, Comunidade e Serviços	368.296	4.011.930	2.740.156	514.680	786.069	868.666	1.031.864	351.164	191.924	875.110	11.739.860
13.5 Igualdade de Oportunidades	27.526	382.410	164.171	23.102	27.526	47.187	59.766	27.526		306.476	1.065.690
14 HABITAÇÃO	379.327	12.270.128	4.913.764	662.080	401.172	2.254.854	1.994.689	449.087	2.979	49.150	23.377.230
14.1 Incentivos à Construção e Aquisição de Habitação Própria	121.146	1.341.847	449.083	110.472	100.789	812.522	1.289.162	166.329	2.979		4.394.330
14.2 Recuperação do Parque Habitacional	121.643	1.481.560	478.629	390.246	141.503	315.277	385.284	126.608			3.440.750
14.3 Promoção de Habitação para Realojamentos	124.125	8.958.513	3.941.367	148.950	148.950	1.117.125	297.900	148.950			14.885.880
14.4 Equipamentos Públicos, Adequação Tecnológica e Cooperação	12.412	488.209	44.685	12.412	9.930	9.930	22.342	7.199		49.150	656.270
15 DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS E DO SISTEMA DE SAÚDE	738.056	7.973.286	2.346.125	5.392.807	941.985	2.101.629	6.610.395	987.014	24.866	2.759.046	29.875.209
15.1 Construção de Novas Infra-Estruturas	49.248	1.672.413	24.624	4.881.925		1.636.443				52.937	8.317.591
15.2 Remodelação, Ampliação e Beneficiação de Unidades de Saúde	294.921	49.148	69.260			4.463	4.834.050			23.100	5.274.941
15.3 Apetrechamento e Modernização		170.660	85.579	39.225	419.770	33.121	449.025	71.764		44.730	1.313.875
15.4 Formação e Iniciativas em Saúde	382.467	5.616.337	2.051.473	462.720	502.354	397.813	1.296.537	906.809	23.873	2.638.279	14.278.662
15.5 Tecnologias de Informação na Saúde	11.420	464.727	115.189	8.937	19.860	29.790	30.783	8.441	993		690.140
GERIR COM EFICIÊNCIA O TERRITÓRIO PROMOVEDO A QUALIDADE AMBIENTAL	12.078.830	52.342.740	27.035.338	6.938.281	14.111.148	30.254.844	30.167.934	11.010.186	2.891.110	28.339.006	215.169.417
16 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, QUALIDADE AMBIENTAL E ENERGIA	7.441.533	8.625.737	2.350.368	1.855.768	1.655.855	7.375.897	3.852.674	2.076.026	1.498.275	6.550.878	43.283.011
16.1 Ordenamento do Território	3.321.826	6.559.826			363.736	380.148	109.747	276.701		934.704	11.946.687
16.2 Recursos Hídricos	206.445	613.632	1.898.357					68.815		2.325.370	5.112.619
16.3 Sistemas de Informação, Divulgação e Apoio à Decisão										211.180	211.180
16.4 Modernização dos Serviços										38.920	38.920
16.5 Conservação da Natureza	40.011	213.818	236.920	29.590	216.275	9.929	893.611	49.252	45.811	250.191	1.985.407
16.6 Património Mundial						583.890					583.890
16.7 Avaliação Ambiental		137.630	137.630							204.343	479.603
16.8 Resíduos	3.775.501	48.660		1.551.120	614.726	6.324.469	1.905.006	1.551.120	941.317	514.398	17.226.318
16.9 Promoção Ambiental	97.751	857.542	77.461	275.058	71.857	77.461	698.569	130.139	24.577	394.673	2.705.087
16.10 Utilização Racional de Energia									486.570	1.144.330	1.630.900

Investimento Público 2011
Desagregação Espacial

Euro

Objectivo/Programa/Projecto	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
16. 11 Serviço Público e Social					389.260					486.570	875.830
16. 12 Instalação e Equipamento da Direcção Regional da Energia		194.630									194.630
16. 13 Assuntos do Mar							245.741			46.199	291.940
17 PROTECÇÃO CIVIL		1.305.794	1.769.527	44.685	44.685	388.316	29.790	246.262		5.595.210	9.424.269
17. 1 Aquisição/Reparação de Viaturas para os CB´s		175.264		44.685	44.685		29.790	49.650		285.090	629.164
17. 2 Construção/Remodelação de Infra-Estruturas e Equipamentos dos CB´s		1.130.530	1.769.527			388.316		196.612		142.550	3.627.535
17. 3 Formação e Informação										556.660	556.660
17. 4 Serviço Regional de Protecção Civil										4.610.910	4.610.910
18 REDE VIÁRIA REGIONAL, TRANSPORTES TERRESTRES E EQUIPAMENTOS COLECTIVOS	793.764	8.157.391	2.367.613	859.938	1.007.650	994.910	1.151.215	4.039.052	393.228	11.751.190	31.515.951
18. 1 Construção de Estradas Regionais		2.031.567		24.330			48.660				2.104.557
18. 2 Reabilitação de Estradas Regionais	319.494	3.443.728	873.343	835.608	1.007.650	668.040	495.510	3.539.052	393.228	2.095.410	13.671.062
18. 3 Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer		192.682								963.410	1.156.092
18. 4 SPRHI										589.840	589.840
18. 5 Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	200.000							500.000		5.170.905	5.870.905
18. 6 Cooperação com Diversas Entidades										2.664.120	2.664.120
18. 7 Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos		2.489.415	1.494.270			326.870	607.045			228.285	5.145.885
18. 8 Laboratório Regional de Engenharia Civil	274.270										274.270
18. 9 Divulgação e Sensibilização										39.220	39.220
19 CONSOLIDAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS	1.666.923	8.981.923	5.937.730	1.705.100	4.296.832	18.519.402	19.551.056	3.351.295	208.365	389.258	64.607.884
19. 1 Tráfego de Passageiros Inter - Ilhas	1.666.923	3.125.480	3.799.866	520.914	1.236.015	5.634.856	5.117.993	312.548	208.365		21.622.960
19. 2 Infra-Estruturas e Equipamentos Portuários		5.856.443	2.137.864	1.184.186	3.060.817	12.884.546	14.433.063	3.038.748			42.595.666
19. 3 Dinamização dos Transportes Marítimos										389.258	389.258
20 DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES AÉREOS	2.176.610	25.271.894	14.610.100	2.472.790	7.106.126	2.976.320	5.583.200	1.297.550	791.242	4.052.470	66.338.302
20. 1 Infra-Estruturas e Equipamentos Aeroportuários	1.412.000	13.852.394	8.950.000	1.936.570	6.450.746	2.231.570	3.200.000	950.000	691.942	1.850.000	41.525.222
20. 2 Gestão dos Aeródromos Regionais										2.162.750	2.162.750
20. 3 Serviço Público de Transporte Aéreo Inter-ilhas	764.610	11.419.500	5.660.100	536.220	655.380	744.750	2.383.200	347.550	99.300		22.610.610
20. 4 Promoção e Dinamização dos Transportes Aéreos										39.720	39.720
QUALIFICAR A GESTÃO PÚBLICA E A COOPERAÇÃO	2.301.261	83.972	102.855	2.002.396	3.795.587			1.703.531	204.224	14.206.248	24.400.075
21 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PLANEAMENTO E FINANÇAS	2.301.261	83.972	102.855	2.002.396	3.795.587			1.703.531	204.224	12.049.648	22.243.475

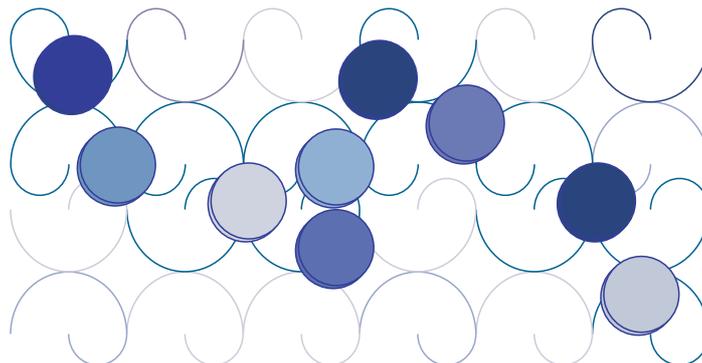
Investimento Público 2011
Desagregação Espacial

Euro

Objectivo/Programa/Projecto	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
21.1 Modernização Administrativa										735.962	735.962
21.2 Informação de Interesse Público ao Cidadão										3.192.470	3.192.470
21.3 Serviços Sociais		83.972	102.855							51.673	238.500
21.4 Cooperação com as Autarquias Locais										791.730	791.730
21.5 Estatística										231.030	231.030
21.6 Planeamento e Finanças	2.301.261			2.002.396	3.795.587			1.703.531	204.224	7.046.783	17.053.783
22 COOPERAÇÃO EXTERNA E MIGRAÇÕES										2.156.600	2.156.600
22.1 Cooperação Externa										651.640	651.640
22.2 Emigrado/Regressado										245.420	245.420
22.3 Identidade Cultural										964.020	964.020
22.4 Imigrado										295.520	295.520



Região Autónoma dos Açores
Vice-Presidência do Governo
Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais



PLANO REGIONAL ANUAL 2011

Pareceres dos Parceiros Sociais

Região Autónoma dos Açores

PROPOSTA DO PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2011

PARECERES DOS PARCEIROS SOCIAIS E DOS CONSELHOS DE ILHA

	Pareceres Recebidos
Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional	X
União Geral dos Trabalhadores	X
Organizações Sindicais não Filiadas nas Centrais	X
Organizações Sindicais das Pescas na Região Autónoma dos Açores	
Câmara do Comércio e Indústria dos Açores	X
Associação dos Industriais de Construção e Obras Públicas dos Açores (AICOPA)	X
Federação Agrícola dos Açores	X
Associação de Jovens Empresários dos Açores	
Organizações Patronais da Pesca FPA	
Associação de Municípios da RAA	
Associação Nacional de Freguesias	
Misericórdias dos Açores	
Instituições Particulares de Solidariedade Social	
Associações de Defesa do Consumidor (de âmbito regional)	X
Associações de Defesa do Ambiente (de âmbito regional)	
Sector Cooperativo (cooperativas com sede na Região)	
Associações da Área da Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens	X
Universidade dos Açores	
Representantes da RAA no Conselho Económico e Social	
Personalidades de reconhecido mérito nas áreas de competência do Conselho	
Dr. Gualter Furtado	
Conselho de Ilha de Sta. Maria	X
Conselho de Ilha de S. Miguel	
Conselho de Ilha da Terceira	X
Conselho de Ilha da Graciosa	
Conselho de Ilha de S. Jorge	
Conselho da Ilha do Pico	X
Conselho de Ilha do Faial	X
Conselho de Ilha das Flores	
Conselho de Ilha do Corvo	X

PARECERES RECEBIDOS

PARCEIROS SOCIAIS

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional



Plano Regional Anual 2011 para a Região Autónoma dos Açores

Parecer

I - Apreciação Geral

A CGTP-IN/Açores constata, uma vez mais, que o documento do Governo Regional - Plano Regional Anual 2011 - não apresenta um balanço sistematizado e suficientemente pormenorizado dos níveis de cumprimento dos objectivos e das acções anteriormente delineados.

Este facto, para o qual a CGTP-IN/Açores tem chamado repetidamente a atenção, constitui uma limitação séria que deveria ser ultrapassada de modo a permitir às várias entidades representadas no Conselho uma informação aderente à realidade de partida, com vista à emissão de parecer mais consistente com as necessidades da Região Autónoma dos Açores. Mesmo a generalidade da informação existente no documento quanto à situação económica e social dos Açores deveria ser actualizada, já que a maior parte reporta ao ano de 2008.

Estes cuidados na elaboração do documento contribuiriam não apenas para uma maior capacitação dos parceiros sociais - e do próprio Governo Regional - na identificação actualizada das debilidades, mas sobretudo, propiciaria um diálogo mais profundo e enriquecedor sobre as medidas de política capazes de potenciarem um maior desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores.

II - Apreciação Específica

A – Caracterização e enquadramento

No que respeita à economia mundial e à economia portuguesa, não constam no documento quaisquer perspectivas para 2011, cujas previsões têm sido actualizadas em baixa, designadamente no que respeita ao crescimento económico. Assim, por exemplo, o FMI considera que em 2011 o crescimento da economia mundial será na ordem dos 4,2% e, quanto à economia portuguesa, prevê uma quebra de 1,4% do PIB, ou seja, a entrada num novo período de recessão económica devido às medidas recentes de ajustamento orçamental e da dívida pública.



elevados níveis de desemprego, e mesmo no seu agravamento, que certamente ocorrerá em Portugal Este quadro não deixará de ter sérias consequências em termos da manutenção dos e nos Açores.

B – A situação económica e social da Região

No que respeita aos recursos humanos, evidencia-se no documento uma tendência, confirmada ao longo dos últimos anos, de forte envelhecimento da população. De facto, o peso dos jovens com idades até 14 anos passou de 26,4%, em 1991, para apenas 18,5%, em 2009. Embora nos anos mais recentes se tenha verificado um menor ritmo de redução do número de jovens¹ daquele escalão etário, esta realidade impõe medidas de promoção da natalidade que revertam esta evolução negativa da população.

No que respeita à evolução do PIB nos últimos anos, constata-se que não aparece no documento uma comparação entre os níveis de crescimento dos Açores com os níveis de crescimento da União Europeia, o que evidenciaria um afastamento progressivo da Região Autónoma dos Açores face ao espaço económico da União Europeia. Mesmo na comparação com o conjunto do país, verifica-se uma idêntica anemia de crescimento económico dos Açores nos últimos anos, e até mesmo um ritmo de crescimento inferior ao do conjunto do país ocorrido em 2007 e em 2008².

Aliás, referem-se no documento dois factos que são preocupantes para a CGTP-IN/Açores, quanto à evolução entre 2007 e 2008: por um lado, uma baixa acentuada da produtividade na composição do crescimento económico e, por outro, uma quebra acentuada do valor acrescentado bruto das actividades primárias³ (menos 13,2%, entre 2007 e 2008). São problemas que impõem medidas adequadas ao nível da promoção do crescimento das actividades produtoras de bens transaccionáveis, designadamente dos produtos das actividades primárias, nomeadamente na agricultura e nas pescas.

Mesmo os dados conjunturais mais recentes de 2009 e 2010 evidenciam quebras continuadas da actividade produtiva, e mesmo mais acentuadas do que nos anos anteriores, com particular relevo para o sector das pescas (menos 18,1%, em 2009; menos 16,7%, no 1.º trimestre de 2010, e menos 23,8%, no 2.º trimestre de 2010), da construção civil (em termos do número de licenças de Obras: menos 35%, em 2009; menos 8,7%, no 1.º trimestre de 2010, e mais 3,1%, no 2.º trimestre de 2010), e do

¹ Em 2007, 2008 e 2009, o peso dos jovens até aos 14 anos foi, respectivamente, de 19%, 18,8% e 18,5%.

² Nestes anos, o peso do PIB dos Açores no PIB do país teria mesmo decrescido (2,06%, em 2006, 2,05, em 2007, e 2,04, em 2008).

³ Em 2008, o valor acrescentado bruto das actividades primárias foi inferior ao do ano anterior em cerca de 42 milhões de euros.



turismo (em termos do número de dormidas na Hotelaria (menos 10,9%, em 2009; menos 8,3%, no 1.º trimestre de 2010, e menos 3,3%, no 2.º trimestre de 2010).

Quanto à evolução do mercado de trabalho, a CGTP-IN/Açores manifesta a sua preocupação por um agravamento significativo da taxa de desemprego ocorrida nos últimos anos, passando de 4,3%, em 2007, para 6,7%, em 2009. Embora a população activa tenha aumentado ligeiramente (mais cerca de 6.900 pessoas entre 2007 e 2008), traduzindo maiores taxas de actividade, o facto é que, neste mesmo período, os desempregados aumentaram em cerca de 3.250 pessoas, atingindo, em 2009, mais do que 8100 desempregados, e mais do que duplicando face aos níveis de desemprego dos anos de 2003 e 2004⁴.

C – As prioridades das Orientações de Médio Prazo 2009/2012

O documento de Anteposta do Governo Regional para o Plano Regional Anual 2011 mantém as Orientações de Médio Prazo definidas para a Região Autónoma dos Açores e retoma o conjunto dos **Grandes Objectivos de Desenvolvimento** para atingir na legislatura para o período 2009-2012:

- i) **Melhorar as qualificações e as competências dos Açorianos** (políticas da Educação e Formação, da Cultura, da Juventude e da Qualificação Profissional);
- ii) **Promover o crescimento sustentado da economia** (políticas orientadas para a competitividade da economia regional, articuladas com a Agenda de Lisboa revista na base das políticas sectoriais para a Agricultura e Floresta, Pescas, Indústria, Comércio e Exportação, Investigação e Desenvolvimento, Inovação e Apoio Financeiro ao Investimento Privado);
- iii) **Reforçar a solidariedade e a coesão social** (no quadro da eficiência dos sistemas e serviços públicos de apoio e protecção social e de intervenções minimizadoras do impacto da crise externa);
- iv) **Gerir com eficiência o território, promovendo a qualidade ambiental** (políticas de dotação do território em infra-estruturas de base e de preservação do equilíbrio ambiental, designadamente, quanto ao Ordenamento, Sistemas de Informação, Prevenção de Riscos e Protecção Civil, Ambiente e Recursos Naturais, Eficiência Energética e Acessibilidades);
- v) **Qualificar a gestão pública e a cooperação** (políticas de modernização administrativa, de programação, de financiamento Público e apoio financeiro às empresas para a coesão e cooperação externa).

⁴ Em 2003 e 2004, o desemprego era, respectivamente, de 3.033 e de 3.694 pessoas, correspondendo a taxas de desemprego de 2,9 e de 3,4%, respectivamente.



Sobre as Orientações de Médio Prazo, a CGTP-IN/Açores, teve a oportunidade de expressar a seguinte opinião:

“A CGTP-IN/Açores não pode deixar de manifestar, por um lado, a fraca ambição do Governo em algumas áreas e, por outro, a ausência de metas que melhor pudessem concentrar os esforços do Governo no desenvolvimento económico e social e avaliar os respectivos níveis de cumprimento no final da legislatura.

Quanto à fraca ambição decorrente das baixas expectativas do Governo, observe-se, designadamente, o nível de escolaridade completo da população activa com ensino secundário (de 13,6%, em 2007, para 15 -17% em 2012), o nível de redução dos beneficiários de RSI (de 17 mil indivíduos, em 2007, para 14-15, mil em 2012), a valorização do pescado em lota com exclusão dos tunídeos (de 4,9 €/kg, em 2007, para 6-7 €/kg, em 2012), e mesmo a proporção de resíduos urbanos recolhidos selectivamente (de 6,5%, em 2005, para 15-20%, em 2012).

No que respeita a metas que deveriam ser incluídas no documento, assinalam-se, em particular, os níveis da população empregada e população desempregada⁵, o crescimento do PIB e o nível de PIB per capita⁶, os indicadores de desigualdade na distribuição de rendimento, de pobreza, de saúde, de educação e formação profissional, de produtividade da economia, da proporção de energias renováveis, de poder de compra dos trabalhadores, das condições de trabalho, do acesso a serviços públicos.”

A CGTP-IN/Açores regista, de forma negativa, o facto de estas observações não terem merecido qualquer acolhimento da parte do Governo Regional, o que melhoraria a qualidade do documento, clarificando as prioridades, objectivos e metas das Orientações de médio prazo. Acresce que no Plano Regional para 2011, não se faz qualquer referência ao caminho percorrido desde a apresentação do documento das Grandes Orientações para 2009-2012. No entender da CGTP-IN/Açores, o Governo Regional deveria fazer constar no documento final do Plano Regional para 2011, ainda que de forma sumária, um balanço dos níveis de execução das medidas de política com as quais se comprometeu no início da legislatura.

Este balanço, a meio da legislatura, justificar-se-ia pela própria natureza do Plano de Médio Prazo e das suas necessidades de identificação e controle dos progressos para os objectivos fixados para o termo do período do planeamento (2012),

⁵ Apenas se refere que a população activa passará de 112 mil indivíduos, em 2007, para 119-120 mil indivíduos, em 2012.

⁶ Em 2007, os resultados preliminares apontam para os 15400 €/por habitante. Indica-se apenas que o PIB - Índice UE27=100 passará de 68%, em 2007, para 72%, em 2012.



possibilitando eventuais ajustamentos e introdução de medidas correctivas. Permitiria, por outro lado, um maior conhecimento das realidades e dos constrangimentos existentes e, sobretudo, uma maior transparência no acompanhamento das políticas públicas por parte dos parceiros sociais.

D – O investimento Público para 2011

O documento do Governo prevê que a despesa de investimento público para 2011 atinja os 804 milhões de euros, dos quais cerca de 510 milhões de euros são da responsabilidade directa do Governo Regional (63,4% do total da despesa).

A CGTP-IN/Açores regista que este valor corresponde a cerca de um quarto do esforço de investimento considerado para toda a legislatura, que, no período de 2009 a 2013, ascende a 3 218 milhões de euros. Ainda assim, também nesta matéria, entende a CGTP-IN/Açores que seria conveniente que o documento final do Plano Regional para 2011 incluísse os montantes da despesa de investimento realizada no ano de 2009 e uma estimativa do correspondente valor para 2011.

A prestação de contas da despesa de investimento realizada a meio da legislatura, ventilada pelos vários objectivos/programas e pelas várias entidades/programas a 2010 permitiria certamente um melhor acompanhamento das políticas públicas por parte dos parceiros sociais⁷.

A CGTP-IN/Açores chama a atenção do Governo para o agravamento da economia portuguesa, em que as notícias sobre as previsões económicas são cada vez mais sombrias e existe maior incerteza sobre a magnitude e a duração das dificuldades económicas e sociais. O cenário macroeconómico previsto no documento do Governo para 2010 estará desajustado e o cenário para 2011 (ausente no documento do Governo) será ainda bem pior no seguimento das medidas tomadas no âmbito do PEC1, PEC2 e das medidas anunciadas de política orçamental para 2011.

⁷ Por exemplo, seria interessante saber se a distribuição da despesa de investimento pelos vários objectivos e programas prevista para o período de 2009-2012 se mantém, já que para o ano de 2011 se prevê uma distribuição não consistente com a programação para o período dos 4 anos (por exemplo, o objectivo “promover o crescimento sustentado da economia” absorveria 39,9% do investimento previsto para o período 2009-2012, e no Plano Anual para 2011, concentra apenas 36,7%; ou o no objectivo “gerir com eficiência o território, promovendo a qualidade ambiental”, os valores previstos são, respectivamente, de 25,3% e 27,1%. Quais as razões destas discrepâncias?



Tendo em conta este agravamento das dificuldades económicas e sociais, a CGTP-IN/Açores manifesta a sua profunda preocupação pelas repercussões que naturalmente incidirão sobre a situação económica e social da RAA e recomenda ao Governo que concentre o esforço de investimento na promoção do crescimento sustentado da economia, nas políticas activas para a criação de emprego e para o reforço da solidariedade e da coesão social.

E – Os Programas e iniciativas comunitárias

Nos termos da informação contida nas Orientações de Médio Prazo 2009-2012, os Programas Operacionais 2007-2013⁸, com participação comunitária, a despesa pública de investimento atinge os 1,9 mil milhões de euros, dos quais os Fundos comunitários representam 1,5 mil milhões e a contribuição regional cerca de 350 milhões de euros.

A apreciação feita pelo Governo Regional em anteriores documentos era que a execução financeira dos Programas Comunitários estava a decorrer a um ritmo superior ao verificado para o conjunto do país, no âmbito do QREN.

a CGTP-IN/Açores chama a atenção do Governo Regional para a necessidade de ser contemplada no documento final do Plano Regional para 2011 uma informação mais pormenorizada, e consolidada, sobre os níveis de execução física e financeira dos Programas Comunitários.

No Programa mais importante em termos de investimento⁹, o PROCONVERGÊNCIA, verifica-se uma taxa de compromisso de 52,5% (aprovado em relação ao programado) e uma taxa de execução de apenas 28,5%¹⁰ (executado em relação ao programado).

⁸ A desagregação da despesa pública de investimento pelos vários programas é a seguinte: Proconvergência: 1190 milhões de euros; Pró-emprego: 224 milhões de euros; POVT: 100 milhões de euros; Pró-rural: 323 milhões de euros; Propesca: 39 milhões de euros e PCT MAC (Cooperação Transnacional Açores, Madeira e Canárias): 6 milhões de euros.

⁹ A despesa pública programada para o período 2007-2013 ronda os 1,2 mil milhões de euros.

¹⁰ Mesmo considerando que, no período de 2007-2013, o 1º ano seria para elaboração de Regulamentos e a execução financeira se arrastará pelos dois anos seguintes ao termo do período (em 2015), verifica-se que a execução financeira efectiva de 28,5% fica aquém do que seria razoável. Ou seja, dado o tempo decorrido, esta taxa deveria situar-se à volta dos 31 a 32%.



E – Considerações finais

A CGTP-IN/Açores destaca que, a exemplo do que tem sucedido em anos anteriores, não estão previstos objectivos quantificados para a economia Açoriana, em termos das principais variáveis macro-económicas: crescimento do PIB, nível de emprego e desemprego, inflação, etc. Esta situação é de todo inaceitável, devendo esta ausência ser colmatada no documento final do Plano Regional para 2011.

A CGTP-IN/Açores salienta, por último, que, tal como em anos anteriores, não se referem quaisquer aspectos quanto à política salarial para 2011. Esta matéria deveria ser referenciada na Proposta de Plano para 2011, de modo a evidenciar as intenções do Governo Regional. Por outro lado, seria de toda a conveniência serem fornecidos elementos, pelo documento em análise, sobre a evolução recente das políticas salariais e de repartição do rendimento na RAA.

A existência de objectivos de política económica e social e metas quantificadas a atingir a curto prazo são essenciais para a apreciação dos parceiros sociais e do desempenho dos papéis que se espera desempenharem em matéria de participação e envolvimento no desenvolvimento económico e social. Tal como o são a informação e a avaliação dos resultados das políticas seguidas, designadamente, as de manifesto interesse dos vários actores económicos e sociais. Esta ausência de objectivos e de metas quantificadas - e dos resultados e avaliação das políticas - nos documentos do Governo Regional é de todo inaceitável.

Mais uma vez, a CGTP-IN/Açores recomenda ao Governo que este comportamento seja alterado no futuro, para bem da participação dos parceiros económicos e sociais, da democracia e do desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores.

Ponta Delgada, Outubro de 2010

A CGTP-IN/Açores

União Geral dos Trabalhadores



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

DELEGAÇÃO DOS AÇORES

UGT/AÇORES

Rua Dr. Bruno Tavares Carreiro, n.º 83
9500 - 055 PONTA DELGADA

Telef: 296 283181 Fax: 296 283181
Email: acore@ugt.pt

Na resposta indicar as referências deste Ofício

Exmo Senhor

**Secretário-Geral do Conselho Regional de
Concertação Estratégica**

Rua Dr. José Brum Tavares Carreiro, s/n.º
9500 – 119 Ponta Delgada

Sua Referência:

Nossa Referência:

Processo:

Data: 26/10/2010

ASSUNTO: PARECER SOBRE ANTEPROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2011

Na sequência das recentes medidas de austeridade anunciadas pelo Governo da República, que afectam particularmente a vida dos trabalhadores portugueses e suas famílias, constata-se que haverá lugar a uma redução (substancial ou simbólica?) das transferências do OGE para as Regiões Autónomas.

Neste quadro, a UGT- Açores entende despidendo, por ora, emitir qualquer parecer sobre aquela anteproposta de Orçamento uma vez que as premissas em que a mesma foi feita parecem-nos hoje ultrapassadas ou postas em causa pelo anúncio das medidas do famigerado PEC-III.

Seria assim importante para nós saber o montante dos cortes orçamentais das transferências para a Região Autónoma dos Açores, bem como obter uma previsão das verbas potencialmente arrecadáveis pela Região na sequência dos anunciados aumentos das taxas dos importos, nomeadamente do IVA. Só desta forma se poderá ter uma imagem correcta do impacto do PEC-III sobre o Orçamento Regional para 2011.

Independentemente do referido anteriormente, a UGT - Açores chama a atenção para o facto de já se ter pronunciado sobre as áreas sociais em que deveria haver um reforço das políticas públicas de intervenção social e das correspondentes verbas orçamentais. Combate ao desemprego, apoio aos desempregados, formação profissional inicial e contínua dos activos, reclassificação e reconversão profissional dos desempregados que os habilite à consequente integração no mercado de trabalho. Tudo isto, e muito mais, consta da Resolução do Secretariado Regional da UGT – Açores entregue a S. Exa. o Presidente do Governo Regional.

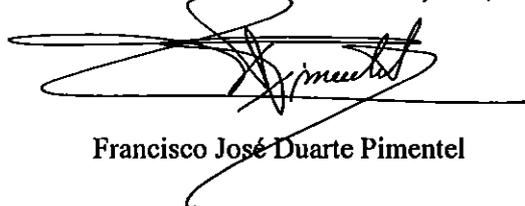
Toda a Correspondência deverá ser dirigida ao Presidente da UGT/AÇORES

A finalizar permita-nos V. Exa. sugerir a pertinência de promover uma reunião extraordinária do Conselho Regional de Concertação Estratégica, precisamente para se saber e analisar as consequências que as medidas constantes do PEC-III terão sobre o Orçamento e a economia dos Açores em 2011.

Sem mais, creia-nos ao dispor do Bem-Comum da Região Autónoma dos Açores.



O Presidente da UGT – Açores,



Francisco José Duarte Pimentel

CONSELHO REGIONAL DE CONCERTAÇÃO
ESTRATÉGICA

ENTRADA
28-10-2010

L.º..... N.º 21... PROC.º

Organizações Sindicais não Filiadas nas Centrais

Plano Regional Anual 2011 para a Região Autónoma dos Açores

Parecer

Os Sindicatos Independentes constataam que o documento do Governo Regional Plano Regional Anual 2011 não apresenta alterações significativas em relação ao documento anterior.

O aumento da procura turística e a conquista de mercados novos poderão ser vitais para a recuperação do sector do turismo, assim sendo, a promoção da região deverá ser direccionada para países já com índices de recuperação da actual crise.

Numa economia cada vez mais global e competitiva é necessária uma promoção com capacidade de aumentar os fluxos turísticos e a criação de emprego, sendo então uma necessidade, que esta seja dirigida para a comercialização e venda.

É preciso acompanhar as novas tendências e tirar partido da excelente zona termal das Furnas e outras zonas termais dos Açores, numa altura em que o turismo termal está em franca expansão a nível mundial, seria então importante acelerar o processo de abertura das termas nesta localidade.

Os preços dos transportes aéreos deverão ser revistos, sendo estes excessivos, levando ao estrangulamento das empresas ligadas ao sector e como consequência ao aumento do desemprego.

Incentivo á formação dos jovens e consequente inserção no mundo do trabalho de forma aliciante e atractiva, situação que não se verifica neste momento.

È necessário um plano de qualificação e transparencia, dos transportes marítimos de passageiros, para que seja viavel a sua venda no exterior, como oferta alternativa ao transporte aéreo e não de incertezas aquando do inicio das operações ou das embarcações fretadas para o serviço, levando á desconfiança de todos os operadores envolvidos e publico em geral.

No campo do turismo de cruzeiros deverá ser feito uma aposta maior é nos operadores que oferecem cruzeiros de 01 semana aos Açores em embarcações até 110 mts e que escalam as 9 Ilhas, elevando a economia das Ilhas, uma vez que gerem riqueza na utilização de serviços das mesmas.

Tratando-se de uma das 7 maravilhas naturais de Portugal, é necessário a Requalificação da zona da Vista do Rei, como das suas lagoas.

Considerações finais:

Num momento de conjuntura económica pouco favorável, não há rasgo de esperança para os Açorianos. O desemprego vai continuar a subir, as empresas, a encerrarem, o endividamento público a crescer, a população a empobrecer devido ao aumento constante da inflação.

Ponta Delgada, 18 de Outubro, 2010.

Sindicato Independentes.

Câmara do Comércio e Indústria dos Açores

**CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES**

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504 - 531 PONTA DELGADA
Telef. + 351 - 296 30 50 00 • Fax + 351 - 296 30 50 50
Contribuinte N.º 512 021 260

PLANO PARA 2011**Notas para parecer****I – SÍNTESE**

A anteproposta de Plano para 2011 apresenta uma redução global da sua dotação em 1.38%, relativamente ao Plano para 2010.

O Plano para 2011 vai vigorar num contexto de fortes restrições orçamentais a nível nacional, com implicações a nível regional e, segundo as previsões, com a economia nacional em recessão.

Neste quadro, a CCIA considera que a anteproposta em apreço e outras iniciativas governamentais devem, de forma explícita e clara, apostar forte nos vectores que a Câmara considera as alavancas para ajudar a recuperação económica regional, ou seja uma adequada utilização da despesa pública, direccionada para investimentos reprodutivos, e uma aposta forte na exportação de bens e serviços e na substituição de importações.

Embora conhecendo uma ligeira redução na sua dotação global, o montante deste Plano, desde que devidamente orientado para as empresas regionais, que devem ser as principais fornecedoras de bens e serviços, poderá ser um contributo importante para a recuperação económica, para o emprego e para a melhoria da situação das empresas. Esta deve ser uma clara opção política de âmbito regional e local.

Esta anteproposta continua a apresentar opções, que a CCIA reiteradamente considera não serem adequadas, como são os casos da não desagregação de diversas rubricas e da não centralização e coordenação das acções de promoção externa da região e dos seus produtos.

Um aspecto crucial e transversal e que condiciona a actividade económica regional é a relativa às acessibilidades/mobilidade de pessoas e mercadorias. É indispensável repensar e reformular os modelos dos transportes aéreos e marítimos, tornando-os mais eficientes, com maior produtividade e que contribuam positivamente para a melhoria da competitividade da economia regional.

O turismo tem sido um sector que tem conhecido dificuldades significativas, resultado essencialmente da redução do número de turistas, devido à conjuntura negativa que o país e os outros principais mercados emissores têm conhecido. É, pois, muito positivo que a anteproposta de Plano preveja um crescimento significativo do montante para a realização de acções promocionais, como forma de ajudar a alterar a actual situação.

**CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES**

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504 - 531 PONTA DELGADA

Telef. + 351 - 296 30 50 00 • Fax + 351 - 296 30 50 50

Contribuinte N.º 512 021 260

Em suma, a anteproposta de Plano para 2011 embora contemple algumas das sugestões apresentadas pela CCIA, carece, contudo, de ajustamentos e, essencialmente, de novas práticas e estratégias, que agora novamente se propõe, aguardando-se que venham a ser tidas em consideração na versão final deste documento.

II – ENQUADRAMENTO

No processo de auscultação dos parceiros sociais sobre a preparação do Plano para 2011, a CCIA, no documento que entregou ao Governo, salientava os condicionalismos externos em que este instrumento de planeamento ia vigorar, ou seja, um período fortemente condicionado pelas medidas e metas estabelecidas no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para o período 2010/2013.

Mais recentemente o Governo da República veio a anunciar novas medidas de austeridade para 2010 e, essencialmente, para 2011, que terão inevitavelmente repercussões directas e indirectas ao nível das finanças públicas regionais (nomeadamente redução das transferências, redução de receitas de IRS, devido ao corte nos salários da função pública, redução de encargos com pessoal, aumento de receitas do IVA), das empresas e das famílias. Salienta-se, ainda, a anunciada diminuição das indemnizações compensatórias.

Um outro aspecto que importa salientar, relaciona-se com as previsões que têm vindo a ser apresentadas por diversas organizações internacionais, que apontam para uma contracção do PIB, ou seja o país entrará em recessão em 2011.

É este o contexto em que irá vigorar o plano e orçamento para 2011, situação que não pode deixar de condicionar as opções governamentais e os contributos dos parceiros sociais.

A CCIA compreende que, numa conjuntura como a que o país atravessa, o Plano para 2011 sofra um ligeiro decréscimo na sua dotação global, aguardando, no entanto, se o valor desta na anteproposta não virá a sofrer uma nova redução face às recentes decisões do Governo da República.

Neste quadro de grande contenção orçamental, em que a redução da despesa pública do país é um imperativo, a CCIA reitera a posição que assumiu aquando do já referido processo de auscultação aos parceiros, ou seja que, agora mais do que nunca, a grande linha de força do Plano de 2011 deve ser **o da despesa pública ser direccionada para investimentos que sejam reprodutivos, privilegiando-se e reforçando-se os apoios a actividades que tenham capacidade exportadora ou de substituição de importações.**

**CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES**

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504 - 531 PONTA DELGADA

Telef. + 351 - 296 30 50 00 • Fax + 351 - 296 30 50 50

Contribuinte N.º 512 021 260

III – ANÁLISE GLOBAL

A despesa pública regional tem um peso muito significativo na economia dos Açores. É indispensável que a sua afectação potencie o funcionamento das empresas locais. De forma clara a CCIA defende, mais uma vez, que é necessário haver vontade política para sejam optimizadas as regras de contratação pública, que, sem tibezas, privilegie os fornecimentos regionais, com base em critérios e preços de referência mais adequados.

A anteproposta de Plano para 2011 consagra algumas das sugestões constantes do documento que a CCIA apresentou aquando da referida auscultação. Continuam, no entanto, a existir alguns aspectos que merecem a nossa discordância, que se espera venham agora a ser tomados em consideração.

À semelhança do que fizemos na análise à anteproposta de Plano para 2010, mantemos como critério de análise os valores previstos no plano e não do investimento (plano + outros fundos), a não ser em casos devidamente explicitados.

Sem prejuízo de uma análise mais detalhada, entende-se salientar de forma genérica o seguinte:

- A anteproposta apresenta uma redução global de 1.38%, relativamente ao Plano de 2010 (Quadro I);
- Verifica-se uma ligeira redução no sistema de apoio à promoção de produtos açorianos;
- O SIDER, que apoia os investimentos às empresas, sofre uma redução de 4,30%;
- O Programa 10 – Desenvolvimento do Turismo tem um crescimento significativo, devido essencialmente ao montante relativo às campanhas publicitárias, aspecto que se considera muito positivo.

A CCIA realça, mais uma vez, a persistência, no que considera ser um erro, na manutenção da dispersão por diversas entidades da promoção da imagem da Região e dos seus produtos, que deverla ser coordenada e assente numa interligação muito estreita entre as empresas, as suas estruturas representativas e as autoridades regionais.

Um outro aspecto que também continua a persistir e que deveria ser alterado, relaciona-se com a não desagregação de rubricas do Plano, o que não permite uma análise mais clara da orientação das despesas de investimento, da sua eficácia potencial e revela-se limitativa na emissão de um parecer, que se deseja devidamente fundamentado.

No que se refere ao comércio, indústria e serviços, as prioridades e políticas sectoriais da anteproposta prevêm diversas alterações de natureza legislativa, que "permitirão simplificar procedimentos, encurtar prazos de resposta e reduzir custos de contexto... traduzindo-se em ganhos de competitividade para os sectores de actividade abrangidos". A



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504 - 531 PONTA DELGADA

Telef. + 351 - 296 30 50 00 • Fax + 351 - 296 30 50 50

Contribuinte N.º 512 021 260

CCIA sublinha a sua concordância com estas intenções, algumas das quais já transitam de planos anteriores, importando passar à sua concretização.

A Câmara também manifesta a sua concordância com o objectivo enunciado de "fomentar a competitividade externa da economia regional, atribuindo incentivos financeiros aos operadores económicos para a colocação dos produtos regionais nos mercados de destino, apoiando a constituição de parcerias comuns de distribuição, comercialização e promoção dos produtos açorianos, ou promovendo a participação das empresas em feiras e outros eventos promocionais". É um objectivo que merece a nossa concordância, mas que neste Plano não se encontra traduzida em termos de verbas, uma vez que há uma diminuição, num montante já de si reduzido.

A CCIA considera que as exportações constituem uma alavanca importante para ajudar a recuperação da economia regional. Para se alcançar este objectivo é indispensável redefinir uma nova e mais eficiente estratégia de apoio à promoção dos produtos regionais no exterior, que passa nomeadamente por:

- Centralizar a promoção numa única entidade, como atrás se referiu;
- Melhorar os apoios às participações conjuntas de promoção dos produtos regionais, reformulando-se os processos que vêm sendo seguidos, no sentido de os tornar mais eficientes;
- Reformular o sistema de apoio existente, que deverá ser mais eficiente, com apoios mais intensos e menos burocratizado. A CCIA apresentará brevemente uma proposta de alteração do sistema vigente.

Numa região insular e distante dos principais mercados abastecedores e receptores, os transportes assumem uma importância ainda mais relevante. Os sistemas actuais, nas vertentes marítima e aérea, carecem de reformulação, visando torná-los mais eficientes e competitivos. Nesta reformulação é indispensável separar a componente económica e a componente social.

Num contexto de graves dificuldades, como é o que vivemos, é indispensável que se criem condições mais atractivas para que haja o relançamento do investimento privado, pois este é que tem maiores e melhores condições de gerar emprego e criar riqueza. Os incentivos ao investimento constituem um importante instrumento de política económica, que deve ser utilizado para estimular o aparecimento de novos projectos empresariais e de redimensionamento e modernização dos existentes. Mas para alcançarem o seu objectivo devem estar adequados à realidade de cada momento. A CCIA vai dar novamente o seu contributo, propondo uma nova alteração do SIDER, que passa essencialmente por intensificar os apoios a projectos que contribuam, de qualquer forma, para a exportação ou a substituição de importações.



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504 • 531 PONTA DELGADA

Telef. + 351 - 296 30 50 00 • Fax + 351 - 296 30 50 50

Contribuinte N.º 512 021 260

A dinamização do investimento privado carece também de outras medidas como a redução de custos de produção (combustíveis, energia...), o combate à economia paralela e a melhoria do quadro jurídico-laboral, que deverá ser adequado à realidade económica regional.

Uma outra vertente que a CCIA entende novamente propor, relaciona-se com requalificação dos principais centros históricos. É indispensável desenvolver uma estratégia global de revitalização e regeneração urbana, que terá efeitos positivos na melhoria da atractividade destas zonas, com impacto ao nível do comércio e turismo, mas também na qualidade de vida dos moradores e utilizadores locais. Por outro lado, realça-se a sua relevância para a dinamização das empresas regionais do *cluster* da construção.

Para além dos aspectos atrás referidos, a CCIA considera que devem ser também grandes linhas orientadoras do Plano, algumas das quais a Câmara vem reiteradamente propondo, as seguintes:

- Melhoria das condições de acesso ao financiamento por parte das empresas, através da reformulação de mecanismos existentes e de criação de outros. Deve ser, também, equacionada a alteração dos períodos de carência no reembolso dos créditos;
- Consolidação da aposta no turismo como vector estratégico de desenvolvimento regional, tendo uma atenção especial as questões ligadas à promoção, numa procura de rentabilização dos investimentos nas áreas hoteleira, dos similares e de animação e o necessário incremento do fluxo de visitantes;
- Faseamento do investimento público, para se garantir uma actividade estável e planeada, que defenda o tecido empresarial regional, principalmente na área das obras Públicas.

IV – ANÁLISE DOS OBJECTIVOS, PROGRAMAS, PROJECTOS E ACÇÕES

Fazemos em seguida uma análise mais detalhada dos objectivos, programas, projectos e acções, que, de forma directa e indirecta, estão relacionadas com as actividades empresariais que a CCIA representa.

MELHORAR AS QUALIFICAÇÕES E AS COMPETÊNCIAS DOS AÇORIANOS

Este objectivo apresenta uma ligeira redução global de 1,25%, relativamente a 2010 (Quadro I).

Para a CCIA, como princípio, a educação, a formação de jovens no ensino profissional e a qualificação dos activos são cruciais para melhorar as suas competências e para aumentar a produtividade das empresas e da competitividade da nossa economia.

**CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES**

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504 - 531 PONTA DELGADA

Telef. + 351 - 296 30 50 00 • Fax + 351 - 296 30 50 50

Contribuinte N.º 512 021 260

A formação do capital humano deve ser feita de uma forma sustentável, obedecendo a uma estratégia, que aposte na formação útil e necessária para as necessidades do mercado, cuja qualidade e adequação seja monitorizada permanentemente. Compreende-se a necessidade de desenvolver acções para resolver problemas pontuais. No entanto, o fundamental é existir uma perspectiva de médio/longo prazo, clara e bem definida, que seja perceptível e partilhada por todos os intervenientes.

Entendemos que a requalificação de activos não tem merecido a atenção e os apoios que seriam desejados e expectáveis. É necessário haver uma maior atenção a esta área, que deveria ser acompanhada por uma maior flexibilização das regras de acesso aos apoios previstos no PROEMPREGO, pois vivemos uma conjuntura que exige respostas rápidas, localizadas, que atendam às necessidades das empresas.

No Programa 2 – Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor, assume natural relevância a acção 2.1.1 – Formação Profissional, que apresenta um ligeiro decréscimo em relação ao de 2010 (Quadro II). Esta acção abrange acções para activos (trabalhadores, funcionários públicos e desempregados) e formação profissional inicial. É importante que haja uma desagregação destas duas componentes e, também, dentro de cada uma a sua subdivisão, pois não é indiferente a forma como são afectas as verbas para as três categorias previstas na formação para activos e também é importante conhecer a distribuição entre as escolas profissionais e os cursos de cariz profissionalizante ministrados nas escolas do ensino regular.

A acção 2.1.4 – Programas de Emprego, conhece uma redução de 1%, num quadro em que se perspectiva um aumento do desemprego, devido às dificuldades que muitas empresas estão a atravessar. (Quadro II)

PROMOVER O CRESCIMENTO SUSTENTADO DA ECONOMIA

Este objectivo é o que tem maior dotação do Plano e conhece um crescimento de 1,4%, sendo o que tem implicações mais directas para as empresas que esta Câmara representa.

Analizando alguns dos programas deste objectivo:

10. Desenvolvimento do Turismo

Este programa tem um crescimento de 34,21%, influenciado fundamentalmente pela dotação atribuída à acção "Campanhas Publicitárias", que tem um aumento de 118,96%. (Quadro III)

A CCIA reitera a sua posição sobre esta opção governamental, que considera positiva, pois vem ao encontro da necessidade de, num contexto que tem sido muito difícil para o sector turístico, desenvolver iniciativas de consolidação de alguns mercados e captar novos.

**CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES**

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504 - 531 PONTA DELGADA

Telef. + 351 - 296 30 50 00 • Fax + 351 - 296 30 50 50

Contribuinte N.º 512 021 260

Num âmbito mais amplo, torna-se necessário reavaliar e redefinir a estratégia de desenvolvimento do turismo açoriano, nomeadamente através da:

- Consolidação da gama de produtos;
- Consolidação dos mercados emissores prioritários e as acções de promoção necessárias;
- Definição de prioridades de acções e iniciativas.

Programa 11. Fomento da Competitividade

Este programa conhece uma redução global de 9,47%. (Quadro IV)

Os apoios para o SIDER sofrem uma redução, que é da ordem dos 4,3%. Como atrás se referiu, a CCIA vai propor uma alteração deste sistema, com o objectivo de o tornar mais atractivo, para algumas actividades, o que, a concretizar-se, poderá tornar insuficiente o montante orçamentado.

O Sistema de Apoio à Promoção de Produtos Açorianos (11.1.3) tem uma dotação de 890.000€. É um valor muito reduzido para se desenvolver uma verdadeira estratégia de fomento das exportações. Tendo em consideração a necessidade das exportações passarem a ser de facto um elemento chave para o desenvolvimento da economia regional, entende-se que deverá, entre outros, proceder-se à alteração deste sistema de apoios, como já se referiu. A proposta da CCIA é que esta rubrica tenha uma dotação de 5 milhões de euros, como um sinal muito concreto para a concretização desta nova estratégia.

A acção 11.4.2. Divulgação das potencialidades económicas apresenta uma redução de 25,75%, que não se compreende. Esta acção está interligada com o do sistema de apoio à promoção de produtos açorianos e, conseqüentemente, deve ter um comportamento semelhante, pois é a este nível que são apoladas a participação em feiras e exposições e a realização de acções promocionais. Importa salientar que a dotação prevista, que é de 297.000€ (em 2010, 400.000€) destina-se, também, ao pagamento de rendas da "Loja Açores", ou seja resta um valor residual para as acções de efectiva divulgação das nossas potencialidades económicas. A CCIA propõe a alteração deste montante.

Mobilização da Iniciativa Empresarial e Captação de Investimento é a denominação da acção 11.4.3, que conhece um aumento muito significativo em termos percentuais, ou seja de 227,48%, passando de 380.000, em 2010, para 1.244.430€, abrangendo iniciativas diversificadas de interesse para as empresas, não sendo possível verificar da sua adequação aos objectivos, face à não desagregação por actividade.

A acção 11.4.7 – Apoio ao Desenvolvimento da Actividade Económica apresenta uma redução significativa de 31,29%, que é relativo a transferências para o FRACDE – Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico. Resta saber se tal redução

**CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES**

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504 - 531 PONTA DELGADA
Telef. + 351 - 296 30 50 00 • Fax + 351 - 296 30 50 50
Contribuinte N.º 512 021 260

terá implicações na coesão económica regional, no âmbito das actividades desenvolvidas por aquele fundo.

GERIR COM EFICIÊNCIA O TERRITÓRIO PROMOVEDO A QUALIDADE AMBIENTAL

Este objectivo é o que apresenta a maior redução, que é de 10,43%. (Quadro I)

Realça-se, pela positiva, o crescimento de 8,5% da dotação do Programa 16 – Ordenamento do Território, Qualidade Ambiental e Energia, que integra áreas da maior relevância para a melhoria das condições ambientais das nossas ilhas, numa perspectiva de desenvolvimento sustentado.

Salienta-se a dotação para projectos e empreitadas relacionadas com a gestão de resíduos, que tem um grande peso no total deste objectivo - 13,26% - e que sofre um aumento significativo em 57,5%, em relação a 2010. Espera-se que a Região consiga avançar no adequado tratamento dos resíduos sólidos, diminuindo o atraso em relação a outras regiões do país.

Outras considerações sobre este objectivo:

- O Programa 18 – Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Colectivos apresenta uma redução de 4,8 milhões de euros, essencialmente ao nível da construção de estradas, o que terá impactos negativos para as empresas do sector;
- O Programa 19 – Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos sofre um decréscimo de 33,96%. No entanto, se o analisarmos na óptica do Investimento (plano + outros fundos) passa a ter um crescimento de 5,49%.
Neste programa destaca-se o “Apoio ao transporte marítimo de passageiros”, que sofre um aumento muito substancial, quase duplicando de valor, passando de 11 milhões de euros em 2010, para 20,7 milhões, em 2011;
- O Programa 20 – Desenvolvimento dos Transportes Aéreos apresenta uma redução de 12,06%, sendo de destacar os seguintes aspectos:
 - Não se regista uma alteração significativa ao nível dos “Equipamentos da frota” (20.19), que passa de 12 milhões, em 2010, para 11,5 milhões de euros, em 2011;
 - Há uma alteração substancial na dotação da acção denominada “Renovação da frota” (20.1. 11), que em 2010 tinha uma dotação de 38 milhões de euros e, em 2011, passa para 17,7 milhões;
 - Relativamente à “Concessão das rotas inter ilhas” (20.3.1) o valor não sofre alteração sensível (23 milhões de euros, em 2010, 22, 77 milhões, em 2011).

**CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DOS AÇORES**

Rua Ernesto do Canto, 13 • 9504 - 531 PONTA DELGADA

Telef. + 351 - 296 30 50 00 • Fax + 351 - 296 30 50 50

Contribuinte N.º 512 021 260

QUALIFICAR A GESTÃO PÚBLICA E A COOPERAÇÃO

Relativamente a este objectivo entende-se fazer as seguintes referências.

- A acção 21.6.3 – Bonificação de Juros, para efeito nomeadamente das bonificações de juros e comissões de operacionalização e gestão das linhas de crédito “Açores Investe”, “Açores Empresas”, “Açores Empresas II”, e “Linha de Apoio à Reestruturação da Dívida Bancária” tem uma dotação prevista de 2,376 milhões. Em 2010, a dotação era de 3,6 milhões de euros.

As empresas continuam a sofrer fortes dificuldades de tesouraria. Torna-se necessário reformular algumas das medidas anti-crise e, eventualmente, criar outras. A CCIA apresentará oportunamente propostas neste sentido, razão pela qual se propões que esta rubrica seja aprovionada adequadamente, para fazer face a esta situação;

- Ao nível da cooperação externa, reitera-se a necessidade de uma maior e mais efectiva cooperação entre a administração regional e as estruturas empresariais, nomeadamente ao nível das questões europeias, sendo importante conhecer-se o trabalho desenvolvido pela empresa contratada pela Região para actuar junto das estruturas da União Europeia.

**Associação dos Industriais de Construção e Obras Públicas
dos Açores (AICOPA)**

Exmo. Senhor

Dr. Renato Medeiros

M. D. Secretário-Geral do Conselho

Regional de Concertação Estratégica

Rua Dr. Bruno Tavares Carreiro, s/n – 4.º andar

9500 – 119 Ponta Delgada

Ponta Delgada, 19 de Outubro de 2010

N. Ref.: 132/2010

ASSUNTO: Plano Regional Anual para 2011.

Exmo. Senhor,

No actual contexto as análises a planos e orçamentos têm de ser enquadradas em, pelo menos três objectivas, a primeira do equilíbrio financeiro e económico que irão provocar na região em causa, a segunda referente à postura do próprio plano face aos objectivos estratégicos e a terceira qual a postura face ao ciclo económico presente ou futuro.

Claro que todas elas se relacionam de algum modo. Assim, é opinião da AICOPA que, ao se considerar as contas da região equilibradas, deve o governo da região optar, nesta altura, por um orçamento mais agressivo em termos de investimento e de despesa, gerando assim uma reacção de contra-ciclo económico. Dentro do equilíbrio possível da despesa pública, devem de ser antecipados alguns investimentos, já planeados, com expectativas de rentabilidade positiva para a Região.

Esta posição da Associação assenta nas premissas de que, quer o sector privado, quer o poder local, terão dificuldade em voltar a níveis de investimento que tenham impacto positivo de curto prazo. Desta forma, estando o sector privado e o poder local sensivelmente debilitados corremos o risco de aumentar o desemprego e consequentemente agravar a condição social da população.

Sendo inevitável uma reestruturação do número de empresas presentes no sector da construção e imobiliário, o ano de 2011 será, por ventura, o ano em que os actores do sector têm de se reorganizar, podendo mesmo ser necessário recorrer a operações de fusão, de reestruturação e mesmo de compra e venda. Durante este período serão necessárias ferramentas de apoio a esta operações para que os processos sejam rápidos e com o menor impacto possível.

Na AICOPA acreditamos que é possível proteger o tecido empresarial da região. É possível com base em critérios de avaliação sobre o valor acrescentado que os investimentos podem deixar na região pelo seu efeito multiplicador. Se observarmos o que se passa por esse mundo fora não faltam exemplos, como a PAC (política agrícola comum), a China que não deixa valorizar a sua moeda, mesmo com os avisos da OCDE e do resto do mundo, aos E.U.A. e Reino Unido que recentemente desvalorizaram a sua moeda para potenciar as exportações ao mesmo tempo que protegem a indústria interna. Temos de saber valorizar e proteger o que temos, sempre de uma forma educativa e justa.

Hoje mais que nunca, faz todo o sentido aumentar a fiscalização sobre os normativos em vigor, a exigência nos processos construtivos e o alargar da marcação CE ao mais vasto número possível de materiais e se possível a alguns processos construtivos, recorrendo a fichas técnicas com base nas melhores práticas. Para tal o aparecer do LREC neste processo já peca por tardio. Faz sentido este aumento de exigência e de fiscalização porque existe desigualdade de concorrência provocada pelo não cumprimento. Há empresas que se apresentam como concorrentes e actores no sector, mas na verdade não cumprem as regras provocando um clima de concorrência desleal. Não devem ser as associações a fazerem estas denúncias, mas sim uma fiscalização presente.

A necessidade de gerir a escassez de recursos leva-nos de novo ao tema da produtividade. As empresas têm de estar empenhadas na melhoria dos seus processos e procedimentos pois o mercado assim o obriga e castiga quem não o fizer.

Consideramos que deve ser dada prioridade ao mercado de arrendamento, nomeadamente pela elaboração de uma nova Lei a aplicar na Região Autónoma dos Açores. A política de arrendamento deve ser articulada com uma política regional de Reabilitação Urbana, incentivando as famílias a residirem nos seus locais de origem já que a região está dotada das infra-estruturas rodoviárias necessárias.

O Mercado de Reabilitação Urbana é o futuro da habitação, com um potencial suficiente para ajudar os Açores a saírem da crise. A Política de Reabilitação deve ainda ser articulada com o Turismo, criando-se um segmento alternativo aos grandes hotéis situados nas principais cidades. Por isso é indispensável e urgente definir uma política integrada legislando em conformidade e orçamentando os recursos financeiros adequados.

Análise ao Orçamento

A anteposta do Plano Regional para 2011 integra em vários dos seus programas actividades de investimento relacionadas com o sector da Construção Civil. É com agrado que registamos um crescimento das rubricas de investimentos que envolvem o nosso sector. Embora o aumento seja pouco expressivo, na ordem dos 0,79%, na verdade se cumprido este orçamento, o aumento de €2M, ou seja, de €264M para €266M, será um esforço a enaltecer. Reconhecemos que se este plano e

orçamento for realizado na íntegra, será um orçamento equilibrado e ajustado ao actual contexto. Assim, iremos de seguida analisar as cifras, das quais relevam-se como mais significativas as seguintes:

		2009	2010	2011
1	Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educativas e do Sistema Educativo	33.742	39.384	37.557
4	Defesa e valorização do património arquitectónico e cultural	11.488	14.555	17.607
5	Desenvolvimento Desportivo	5.145	2.830	5.024
7	Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal	43.536	57.943	55.643
9	Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca	11.336	6.150	6.365
13	Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social	9.533	10.755	11.440
14	Habitação	18.763	10.705	12.721
15	Sistema de Saúde – equipamentos	4.872	6.356	14.266
16	Ordenamento do Território	14.255	22.387	29.852
17	Protecção Civil	1.740	5.023	3.559
18	Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Colectivos	37.761	25.255	22.573
19	Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos	24.560	39.625	36.563
20	Desenvolvimento dos Transportes Aéreos	11.880	21.433	10.791

(unidade 1.000€) os valores dos somatórios das rubricas podem variar consoante o critério que se utilize

A generalidade dos programas acima identificados contempla algumas estimativas de investimento fora do sector da construção civil, que por serem irrelevantes não prejudicam a análise que se segue:

1- Construções Escolares

O programa respeita a 25 iniciativas de investimento sendo repartidas de uma forma que nos parece adequada à dimensão dos construtores de cada ilha contemplada. A destacar a Gaspar Frutuoso com €8.4M e a de Água de Pau com €7.7M. Esta tem sido uma aposta que nos parece correcta.

4 - Defesa e valorização do património arquitectónico e cultural

O investimento estimado neste programa conserta-se em dois investimentos, um deles já em curso - a biblioteca pública e arquivo de Angra do Heroísmo, envolvendo o valor de €6.9M, sendo o outro investimento o Centro de Arte Contemporânea, no valor de €6.7M, concentrando ambos 70% das verbas destinadas a esta rubrica. Aqui seria desejável uma programação mais repartida por ilhas.

5 - Desenvolvimento Desportivo

Nesta rubrica realçamos o esforço feito para a sua dinamização, embora cerca de 60% da verba esteja afectada à requalificação do estádio de S. Miguel, o restante montante parece-nos equilibrado e sua repartição equitativa.

7- Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal

Este programa integra as estimativas de investimento em abastecimento de água, caminhos agrícolas, caminhos rurais, electrificação agrícola e outras infra-estruturas. Aqui, a repartição por ilhas não é fácil de aferir, contudo as sub-rubricas com maior investimento são o abastecimento de águas, os caminhos agrícolas e as infra-estruturas veterinárias.

13 - Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social

Nesta cifra, o apoio aos idosos, à juventude e às famílias absorve a grande maioria das verbas que, na sua totalidade ascende a €11.4M. Embora se veja um crescimento, com o envelhecimento da população, terá de haver um esforço adicional no reforço das infra-estruturas, embora na região a faixa etária acima dos 65 anos mantém-se dentro dos 12% do total da população.

14 - Habitação

A promoção de habitação para realojamento recebe, neste caso, a maioria das verbas. Enalteçamos as ajudas ao arrendamento, aos apoios para reabilitação de moradia própria, mas alertamos para que se resista à tentação de voltarmos a massificar os apoios para aquisição de habitação própria, pois o sector de promoção imobiliária encontra-se a operar para uma faixa de procura extremamente reduzida e tal pode desequilibrar e piorar uma situação já de si difícil.

15 - Sistema de saúde - equipamentos

A qualidade dos serviços e das infra-estruturas das unidades de saúde na região, no entender da AICOPA, são de importância estratégica dado o isolamento das ilhas face ao Continente. Assim, o esforço deste plano neste sentido é de salutar, nomeadamente na construção dos novos centros de saúde, nomeadamente da Graciosa, da Madalena do Pico e de S. Miguel.

16 - Ordenamento do território, qualidade ambiental e energia

A gestão das nossas bacias hidrográficas, a requalificação da orla costeira e a requalificação e protecção dos recursos hídricos é, sem dúvida, um passo importante na protecção dos maiores bens que temos na região. Não só pela beleza natural como também pela utilidade que têm na satisfação das nossas necessidades básicas. Para a AICOPA, esta será uma das rubricas que peca por ter, ainda, pouca afectação de recursos. Entendemos que esta seria uma das cifras onde podemos antecipar alguns investimentos.

17 - Protecção Civil

Dadas as especificidades da nossa região, assoladas por constantes intempéries e abalos sísmicos, as unidades de protecção civil, bem como os seus efectivos são peças e instrumentos fundamentais no bem-estar das populações. A AICOPA recomenda o reforço de verbas para a requalificação, reabilitação e construção de novas infra-estruturas para a protecção civil nas suas diversas valências.

18 - Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Colectivos

As vias são sem dúvida um bem de extrema utilidade, não só para a movimentação e abastecimento das populações como também permitem o acesso aos locais de turismo por excelência das nossas ilhas. Esta rubrica reveste-se, no entender da AICOPA, de singular importância, pois a sua manutenção e a abertura de novas vias mantêm e melhoram a nossa qualidade de vida. Assim, recomendamos que se volte a reforçar o investimento nesta rubrica dado que o volume de verbas tem vindo a diminuir.

19 - Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos

O mar é o nosso futuro pelo que todo o investimento que nele for feito será importante para o nosso desenvolvimento nomeadamente nos domínios do turismo, pescas ou investigação. Com o crescimento do turismo associado ao mar, urge apressar a execução de alguns investimentos, nomeadamente na dotação de condições nos nossos portos e marinas. Por tanto, a AICOPA está de acordo com o esforço evidenciado neste orçamento.

20 - Desenvolvimento dos Transportes Aéreos

A aviação tornou-se imprescindível no mundo moderno, mais importante ainda em ilhas, pois são o meio mais rápido e cómodo de sair e entrar nelas. Dela já depende uma parte importante da nossa economia, nomeadamente o turismo e o sector das pescas. Se tivermos em consideração as intempéries que assolam o nosso arquipélago, rapidamente percebemos que temos de ter infra-estruturas com qualidade para ultrapassar os desafios e adversidades da nossa geografia. A AICOPA recomenda a manutenção e reforço destas infra-estruturas.

Conclusão:

Com excepção dos valores estimados para o desenvolvimento dos transportes aéreos, os programas apresentados apontam, na generalidade, para o aumento das despesas de investimento nos diversos programas do plano relacionados com o sector da construção civil. Nalguns casos, propomos que haja além de um aumento do valor de investimento, uma mais equilibrada distribuição espacial, pelas diversas ilhas.

Em termos médios, considerando a diversidade de iniciativas em cada programa e os valores de investimento a eles associados, parece poder afirmar-se que existe

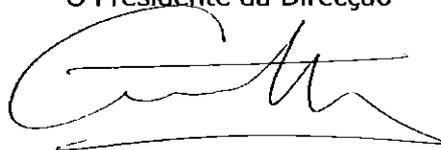
adequação dos valores das iniciativas à dimensão média dos potenciais fornecedores locais.

Do ponto de vista do plano na sua globalidade, a variação do valor do investimento total entre 2010 e 2011 é de 0,79%.

Sem embargo, consideramos que o clima económico recessivo que atravessamos, de duração ainda incerta, justificaria um aumento mais significativo, ainda que prudente, do investimento público para 2011.

Sem outro assunto de momento, apresentamos os nossos melhores cumprimentos,

O Presidente da Direcção

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'A' followed by a series of loops and a long horizontal stroke at the end.

Albano Moniz Furtado

Federação Agrícola dos Açores



EXMO SENHOR
SECRETÁRIO GERAL DO CONSELHO
REGIONAL DE CONCERTAÇÃO ESTRATÉGICA
DR. RENATO MEDEIROS

Sua referência	Sua Comunicação	Nossa referência	Data
		119/10/FAA	10/10/18

Assunto

'PARECER SOBRE A ANTE-PROPOSTA DO PLANO REGIONAL ANUAL 2011'

Exmo. Senhor,

Numa época de incertezas e de instabilidade, a Federação Agrícola dos Açores está convicta que o Plano Regional Anual 2011 assume uma importância fulcral, devendo ser um instrumento fundamental na orientação das políticas regionais a adotar, pelo que, a sua definição deverá ser assente em critérios sólidos e claros, capazes de gerar na sociedade os efeitos desejados.

A actual situação de restrição orçamental no país é grave e delicada e poderá ser extensiva ao arquipélago, no entanto, a Federação Agrícola dos Açores aguarda que o Governo dos Açores seja firme e consistente na defesa da região junto do poder central, de forma a que a lei de finanças regionais não seja afectada por cortes financeiros, já que a diminuição do investimento em regiões frágeis como a nossa, pode ter consequências devastadoras no equilíbrio socio-económico.

A agricultura desempenha na economia regional uma acção indispensável, tal como se constata neste documento, nomeadamente ao nível do emprego, onde o sector primário representa perto de 13% da população activa empregada, sendo que este valor se tem mantido estável nos últimos anos, não revelando tendência de descida, demonstrando assim, a sua vitalidade nas diferentes ilhas e a sua contribuição para o bem estar das populações.

A Ante-proposta do Plano Regional Anual 2011 apresenta o investimento público que o Governo dos Açores estima aplicar durante o próximo ano, agregando-se a componente regional e outros fundos, nomeadamente, fundos comunitários. Face à Ante-proposta do Plano Regional Anual 2010, verifica-se para 2011, um decréscimo de 1% no investimento público, extensivo quer à componente regional, quer à aplicação dos outros fundos.

**CONSELHO REGIONAL DE CONCERTAÇÃO
ESTRATÉGICA**

ENTRADA
18.10.2010

L.º..... N.º 25..... PROC.º



O sector agrícola regista um aumento de 6% no investimento público, resultante do acréscimo de 12% dos fundos comunitários, já que a componente regional regista um decréscimo de 1%. Esta disparidade entre vertente regional e comunitária, permite constatar a baixa execução que o Prorural tem na actualidade, tendência esta, que urge alterar.

A Agricultura regional atravessa um período muito delicado em função das dificuldades que os agricultores enfrentam diariamente, por isso, esperamos que o investimento público seja direccionado numa forma objectiva para o estabelecimento de medidas que permitam ao sector do leite, da carne e da diversificação, fortalecerem-se e tornarem-se mais competitivos. Este documento estratégico não pode igualmente descurar outras áreas, como as infra-estruturas agrícolas, os transportes entre ilhas e para o exterior da região ou a formação dos agricultores, que são essenciais num mundo cada vez mais globalizado, onde as exigências e as obrigações são cada vez maiores.

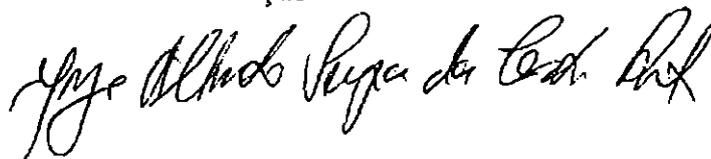
Nesta conjuntura difícil que estamos a viver, os fluxos financeiros têm de ser aplicados numa forma rigorosa e criteriosa na economia regional, desta forma, as dotações aprovadas nos planos regionais anuais, sujeitas a posteriores ajustamentos durante a sua vigência, não devem alterar significativamente as linhas gerais do documento de ante-proposta, pela qual os parceiros sociais dão os seus pareceres.

A Federação Agrícola dos Açores entende que a agricultura continua a ser uma actividade fundamental na coesão sócio-economia regional, pelas suas multiplicas funções na economia que vão desde a sua capacidade de exportação com efeitos directos na balança comercial, ao seu contributo para o desenvolvimento sustentável e por todo o investimento aplicado trazer retorno assegurado para a sociedade.

Faço ao exposto, as dotações previstas nesta Ante-proposta do Plano Regional Anual 2011 deveriam ser superiores às apresentadas, em função das necessidades do sector agrícola, no entanto, sabendo das possíveis dificuldades orçamentais que poderão surgir, as verbas adstritas a esta actividade económica, poderão ser suficientes, desde que a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas revele boa capacidade na execução das mesmas, ao contrário do que tem sucedido nos últimos anos.

Com os melhores cumprimentos

A Direcção



Associações de Defesa do Consumidor (de âmbito regional)

Parecer Plano Regional Anual de 2011

1. Contextualização

O ano de 2009 ficou marcado pela instabilidade dos mercados financeiros e a deterioração da actividade económica mundial.

De acordo com as provisões do FMI para 2010, a economia internacional encontra-se em recuperação, registando taxas médias de crescimento do PIB nas economias avançadas na ordem dos 2,6%, sendo que para os EUA está previsto um crescimento de 3,3%, para o Japão 2,4% e para a área do euro de 1%.

Em relação ao crescimento do PIB Português a provisão para 2010 segundo a OCDE é de 1% e a da Comissão Europeia de 0,5%, depois de termos assistido a um crescimento nulo em 2008, e de uma recessão de 2,6% do PIB em 2009.

No entanto o mais provável é que com as novas medidas de austeridade Portugal entre em recessão no próximo ano.

2. Principais aspectos macroeconómicos Região Autónoma dos Açores

Mercado de Emprego

No plano é referido que a população activa em 2009 era de 120 290 indivíduos, contrastando com os 117 582 indivíduos em 2008. A taxa de desemprego em 2009 era de 6,7% enquanto que em 2008 era de 5,5%, o que perfaz um aumento da mesma em 1,2 pontos percentuais.

É indicado que a causa deste aumento encontra-se “apesar da evolução positiva na capacidade de oferta líquida de emprego...no ritmo mais intenso da procura que implicou um maior desequilíbrio no mercado de trabalho”. Desculparão mas, com o devido respeito por opinião diversa, em nosso modesto entender, não é aceitável que se procure “disfarçar” o crescimento da taxa de desemprego na Região com o aumento da procura de emprego, uma vez que, de 2008 para 2009 a população activa aumentou 2.708 indivíduos, sendo que, deste número, 1.704 ficaram no desemprego, de onde se conclui que somente 1.003 indivíduos ficaram empregados. Isto significa que mais de 50% do aumento da população activa ficou desempregada, levando a concluir que o mercado de trabalho Açoriano poderá está a dar sinais de saturação.

Todavia, de referir como positivo que, a taxa de 6,7% de desemprego na Região, para 2009, continua bastante abaixo da taxa média nacional, que se situa em 9,5%, para o mesmo ano, sendo a estimativa da OCDE para 2010 de 10,6%.

Preços no Consumidor

A evolução média dos preços no consumidor traduziu-se numa taxa de 0,8% no ano de 2009, contrastando com o nível de 3,5% que se tinha assistido em 2008. Segundo o plano, esta evolução ficou a dever-se ao processo de desaceleração de preços que se acentuou por via da componente de Produtos Alimentares não transformados e de Energéticos.

3. Análise do Plano Regional Anual 2011

No que respeita em concreto ao Plano Regional Anual para 2011, o Investimento Público encontra-se distribuído pelos cinco objectivos estratégicos fixados para o médio prazo da seguinte forma:

- 36,7% para o objectivo de "Promover o Crescimento Sustentado da Economia";
- 27,1% para o objectivo de "Gerir com Eficiência o Território Promovendo a Qualidade Ambiental";
- 24% para o objectivo de "Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos";
- 9,3% para o objectivo de "Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social";
- e 2,9% para o objectivo de "Qualificar a Gestão Pública e a Cooperação".

Salienta-se desde logo que os 3 primeiros objectivos referidos correspondem a quase 90% do Investimento Público Total previsto (cerca de 706,4 milhões de euros) e que a maior fatia destina-se ao objectivo de "Promover o Crescimento Sustentado da Economia" (295,4 milhões de euros). Dentro deste objectivo é de referir o montante afecto aos sectores Agrícola e Florestal (cerca de 132,8 milhões de euros) assim como o destinado ao fomento da competitividade (51,2 milhões de euros).

No que toca ao objectivo de "Gerir com Eficiência o Território Promovendo a Qualidade Ambiental", para o qual se encontra afecto 217,9 milhões de euros, destacam-se os montantes dirigidos ao desenvolvimento dos transportes aéreos (66,7 milhões de euros), consolidação e

modernização dos transportes marítimos (64,8 milhões de euros) e ordenamento do território, qualidade ambiental e energia (44,0 milhões de euros).

Quanto ao objectivo de “Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos”, encontra-se dotado com 193,1 milhões de euros, sendo que quase 50% deste montante corresponde ao programa de qualificação profissional e defesa do consumidor (90,4 milhões de euros). *Por sua vez à defesa do consumidor, encontra-se afecta uma verba de 99 mil euros, valor praticamente insignificante no valor total destinado a este programa, o que não podemos deixar de considerar como lamentável atendendo o tanto que há para fazer nesta área dada a sua multidisciplinaridade e transversalidade.* De mencionar ainda a avultada verba afecta ao programa de desenvolvimento das infra-estruturas educacionais e do sistema educativo (55,9 milhões de euros), o montante afecto ao programa de património e actividades culturais (23,1 milhões de euros) e o montante destinado ao desenvolvimento desportivo (16,5 milhões de euros).

Em relação às acções que constam no Plano, há a salientar do ponto de vista da defesa do consumidor os seguintes pontos:

1.º - *O montante que está direccionado para a rubrica “Defesa do Consumidor – Acções de promoção da defesa do consumidor”, 99 mil de euros, é, como se disse antes, manifestamente pouco, dada a importância que se coloca actualmente às associações de defesa do consumidor. Com a feroz concorrência que se assiste actualmente no mercado de bens e serviços, é fundamental e necessário uma acção cada vez eficaz em defesa dos direitos e legítimos interesses do consumidor. Neste ponto é de salientar o(s) estudo(s) que a ACRA vem realizando, acerca dos preços praticados em algumas das principais superfícies comerciais das maiores ilhas dos Açores bem como o estudo por amostragem das condições higio-sanitárias de alimentos prontos a comer, queijos e outros com o objectivo de auxiliar os consumidores quanto às suas escolhas de consumo.*

2.º - No programa – Juventude está averbado um montante de 151,4 mil euros para a acção denominada **“Promoção de Hábitos de Vida Saudáveis – Desenvolvimento de projectos e programas que promovam hábitos de vida saudáveis junto das camadas mais jovens da sociedade. Projectos a serem desenvolvidos em parceria com outros departamentos do governo.”**. *Até que ponto a ACRA pode ter um contributo importante neste sentido? O projecto formação nas escolas, desenvolvido nestes últimos anos é um bom exemplo disso. A ACRA tem estado disponível para desenvolver algumas parcerias neste sentido com o Governo Regional,*

desde haja melhores condições, ou seja, desde que uma parte da verba afecta a este programa lhe seja destinada, em vez de se fazer como tem acontecido até agora, com a ACRA a suportar todas as despesas inerentes a esse projecto com prejuízo evidente de outras áreas que também não pode nem deve descurar.

3.º - Aos **Recursos Hídricos**, está afecta uma verba total de 5,2 milhões de euros. Há a destacar a acção de requalificação e protecção de Recursos Hídricos dotada de uma verba de cerca de 3,7 milhões de euros.

Como foi noticiado já no presente mês de Outubro, com base num estudo realizado pela SIC e QUERQUS, a Água que chega a casa dos Açorianos é de pouca qualidade. De acordo com o mesmo estudo, esta evidência não se fica a dever tanto à qualidade das águas interiores, mas sim à forma como a mesma é transportada até a casa dos consumidores. Ao invés, segundo o Governo Regional a água que nos chega a casa é na maior parte dos concelhos açorianos de boa qualidade.

O certo é que a rede pública de abastecimento de água merece uma atenção especial, pois, é inadmissível que não se aproveite da melhor maneira um recurso natural tão importante para a vida humana, ainda para mais quando parece existir boa qualidade na origem. Assim, é objectivo da ACRA zelar para que os consumidores açorianos possam beber água de qualidade sem necessitarem de recorrer a água engarrafada.

4.º - Nota-se novamente uma forte aposta na rubrica dos "**Resíduos**", registando-se uma verba de 17,5 milhões de euros (em 2010 a verba foi de 11,5 milhões), sendo que 17,3 milhões de euros dizem respeito a acção "Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos". Esta acção consiste em "Projectos e empreitadas de construção de centros de processamento de resíduos e centros de valorização orgânica por compostagem."

Todavia, e apesar destas verbas significativas, continuamos a assistir ao problema das lixeiras a céu aberto em algumas das nossas ilhas. Este é um assunto prioritário pelo que a sua aplicação é fundamental para o desenvolvimento sustentável da Região e para o bem-estar da população.

5.º - No que toca ao **transporte marítimo de passageiros** de realçar mais uma vez a avultada verba afecta ao contrato de interesse económico geral celebrado entre a RAA, a Atlânticoline, SA, e o FRACDE, a qual está afecta uma verba de cerca de 21 milhões de euros. De referir que a mesma se

destina também a apoiar o transporte marítimo regular no Grupo Central ao abrigo das novas obrigações de serviço público e para a aquisição de duas embarcações para o transporte no Grupo Central.

Dito isto, e no que concerne à defesa do consumidor, e tendo em vista uma maior equidade entre consumidores de diferentes ilhas, gostaríamos de referir alguns pontos relacionados com determinadas áreas e sectores de actividade, para o que em nosso entender é necessário um maior enfoque.

Neste seguimento assumem relevância os seguintes pontos:

• **Actividade Fiscalizadora**, em que sejam previstas e aplicadas, de forma eficaz, sanções dissuasoras de práticas infractoras. (Ex: Cartéis entre empresas - das quais os hipermercados merecem atenção especial; cobrança de taxas à margem da lei; segurança e qualidade dos bens e serviços); De destacar neste ponto a garantia da segurança e qualidade alimentar, através de um rastreio a efectuar em todos os alimentos e em todas as fases da cadeia alimentar;

• **Actividade Reguladora**, garantindo a qualidade dos serviços de interesse económico geral, bem como preços eficientes e equitativos na prestação dos mesmos. Neste ponto, destaco novamente o assunto da água da rede pública. Em alguns municípios da Região, a água é de qualidade insuficiente (vejamos o estudo da SIC/QUERQUS) e existe uma enorme discrepância entre os preços praticados pelas diversas entidades gestoras, o que constitui uma enorme injustiça social. *A ACRA está disponível para desempenhar um papel mais activo e de apoio às entidades fiscalizadoras e reguladoras, desde haja condições para tanto.*

• **Melhoria nas telecomunicações**, de forma a garantir a universalidade do acesso sem discriminações ao nível da qualidade e ao nível dos preços. A questão do cabo de fibra óptica para o Grupo Ocidental, promessa reivindicada diversas vezes pelo actual Governo Regional, e à qual estava afecta uma verba significativa no plano de 2010, ainda não se encontra concluído. Este atraso acarreta uma enorme injustiça quando comparada a qualidade das telecomunicações das ilhas Flores e Corvo às restantes ilhas. Para isso, basta confrontar a velocidade da internet nas ilhas do grupo ocidental com as restantes, mas não só. Nas restantes continuam a verificar-se sérios problemas no que diz respeito quer à questões de cobertura de rede quer em termos de velocidade não obstante a publicidade a nosso ver, enganosa dos operadores, aspecto para o qual não podemos deixar de

alertar as autoridades competentes mesmo a partir desta sede.

Por outro lado, gostaria de salientar dois aspectos positivos na óptica do interesse dos consumidores, que ocorreram no presente ano de 2010.

Em primeiro lugar, congratular-mo-nos com o facto das tarifas aéreas inter-ilhas terem registado uma redução significativa neste último ano, facto que vai ao encontro de uma das prioridades sectoriais constantes no Plano. Contudo, pensamos que ainda é possível ir mais além, sem com isto se colocar em causa o serviço público de transporte aéreo.

Em segundo lugar, importa referir que o transporte marítimo de passageiros inter-ilhas melhorou consideravelmente, se atendermos a que em anos anteriores se haviam registado demasiadas reclamações por parte dos utentes/consumidores.

Todavia, pensamos que há ainda muito por fazer, em particular, no que se refere à qualidade da prestação do serviço. Não podemos, todavia, deixar de salientar como positivo as ligações diárias entre as ilhas do Grupo Central, entre as ilhas Flores e Corvo, e as ligações frequentes entre São-Miguel e Santa Maria e entre São Miguel e ilhas do Grupo Central uma vez que acreditamos que constiuem um modo de construir a consciência de Região muito embora insular. Como menos positivo temos talvez a registar ainda como insuficientes um menor número ligações entre o Grupo Ocidental e as restantes ilhas.

Em jeito de conclusão, gostaríamos de expressar o nosso apoio ao documento pese embora, as preocupações manifestadas ao longo da nossa apreciação *que deverão ser entendidas como pistas, no sentido de, em anos futuros, poderem ser substancialmente melhoradas, em particular nos aspectos que dizem mais directamente respeito à Defesa do Consumidor.*

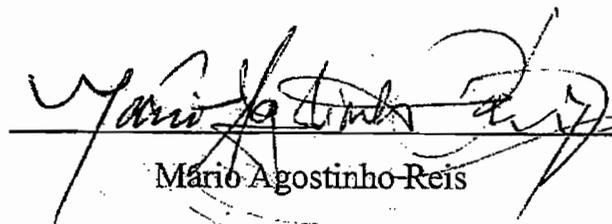
A terminar, e um pouco à margem da análise ao documento, embora com ele relacionado na medida em que pode estar directamente ligado ao resultado da sua aplicação, designadamente, no que se refere à poupança do lado da despesa, a ACRA gostaria de ser informada do quanto se gasta com licenças de Software MircoSoft, quer de sistema operativo Windows quer de licenças Office. Isto porque, por um lado receamos que no actual quadro se possa estar a favorecer uma empresa que, em Portugal, não cumpre as leis da concorrência, o que é grave, e por outro, porque temos conhecimento que nos países do norte da Europa, muito mais ricos que o nosso, com a Alemanha à cabeça, há já alguns anos, a opção foi a de que todo os Serviços Público enveredassem pelo uso de

Software OpenSource, com sistemas operativos Linux e OpenOffice, no que foram seguidos pela França e pela vizinha Espanha com uma redução de custos muito significativa.

Ora, em nosso entender também na RAA se poderia tomar o mesmo caminho, havendo no entanto um aspecto que, salvo melhor opinião, poderá constituir um filão a explorar quer pelas escolas de formação profissional quer pelas empresas de software como seja a de acrescentar alguma mais valia a estes produtos através da aplicação de mão-de-obra altamente qualificada.

Eis, o nosso parecer que levamos à consideração de V. Ex.^a

O Secretario Geral da ACRA



Mário Agostinho Reis

**Associações da Área da Igualdade de Oportunidades para
Mulheres e Homens**

**Parecer do Plano Regional Anual de 2011
do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores,
da Representante das Associações da Área da Igualdade de
Oportunidades para Homens e Mulheres,
do Concelho Regional de Concertação Estratégica**

As Associações da Área da Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres após a leitura da anteposta do Plano Regional Anual de 2011, registam que as medidas relativas ao programa 13.5 (Igualdade de Oportunidades) são importantes e necessárias a uma sociedade para a qual se pretende que exista maior equidade e igualdade, para progressivamente se conseguirem esbater as diferenças consideradas pelas entidades governamentais e sociedade civil, como sendo prejudiciais ao desenvolvimento social.

À semelhança dos Planos Regionais Anuais de 2009 e 2010, as medidas que surgem neste Plano são de carácter muito genérico e portanto sem uma rigorosa calendarização e sem a possibilidade de monitorização e avaliação das acções previstas.

De forma a ilustrar a crítica veja-se, por exemplo, a seguinte medida inscrita no ponto 13.5.2 do programa:

- promoção e apoio a acções de sensibilização.

Deveriam ser explicitadas **quantas** acções de sensibilização serão realizadas, **quando** serão executadas, em que **locais**, quem serão os seus **executores** e quais são os **indicadores** que permitem **avaliar** a medida em causa.

Os exemplos de medidas genéricas surgem em todos os pontos do programa 13.5 e no nosso entender seria importante fazer uma planificação e apresentá-la às entidades com competência nesta área uma vez que, muitas destas medidas serão realizadas em sistema de parceria das entidades governamentais com a sociedade civil (através das suas organizações como ONG e IPSS).

Regista-se com interesse a inclusão neste Plano da medida 13.5.2, nomeadamente no que concerne ao “Desenvolvimento, certificação e apoio a entidades privadas na Promoção de medidas e acções facilitadoras da conciliação da vida pessoal com a profissional”. Trata-se de uma medida que poderá ter impacto positivo no sector empresarial privado, motivando os empresários para a implementação e disseminação de políticas de igualdade de género.

As associações que trabalham nesta área irão depositar no Plano Regional Anual de 2011 expectativas elevadas visto que os objectivos traçados, são no nosso entender, importantes e devem ser atingidos.

As **intenções** em matéria de Igualdade de Género do presente Plano merecem, na generalidade, por parte das Associações a correspondente concordância, pese embora as críticas referidas.

A Representante das Associações da Área da Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens,



(Helena Chaves Costa)

CONSELHOS DE ILHA

Conselho de Ilha de Santa Maria



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

O Conselho de Ilha de Santa Maria em reunião ordinária do dia 26 de Outubro de 2010, decidiu apresentar as seguintes considerações sobre a Anteproposta do Plano Regional Anual para 2011.

À semelhança do ano anterior, os Conselheiros de Ilha numa apreciação global a este Plano, consideraram que a não desagregação das rubricas continua a não permitir uma interpretação pormenorizada do documento e da sua real implementação.

Aguardamos com alguma expectativa a execução do proposto neste Plano para a ilha de Santa Maria e registamos com desagrado o não cumprimento de algumas das rubricas constantes no Plano para 2010.

Tendo este documento um crescimento global de 3,75% em relação ao ano de 2010, se for retirado o valor atribuído às grandes obras, algumas delas a decorrer, constata-se que na realidade há uma diminuição de 11,5%, na desagregação deste documento, rubrica a rubrica.

No que concerne à análise pormenorizada das diversas rubricas para a ilha de Santa Maria, é nosso parecer que:

- Constata-se mais uma vez e à semelhança do ano anterior, que a verba atribuída para a obra do Auditório da EB/S de Vila do Porto não permite a realização da mesma, ficando a sua execução novamente adiada.
- Relativamente à rubrica de Emprego e Formação Profissional, com o reforço da verba atribuída, carece uma vez mais de melhor informação sobre a sua real aplicação.
- Registamos com agrado o início previsto das obras de construção da Pousada da Juventude.
- Com a verba atribuída para a extensão do Museu de Santa Maria, é opinião deste Conselho que o início das obras ficará mais uma vez adiado.
- Contrariando as afirmações do senhor Presidente do Governo, aquando da última reunião com este Conselho, constata-se neste Plano a atribuição de verbas para a construção de infra-estruturas culturais noutra ilha do arquipélago, ficando mais uma vez Santa Maria sem qualquer verba atribuída para a recuperação/construção do Cinema do Aeroporto. Relembramos que é legítima a aspiração dos marienses na recuperação da "sua" casa de espectáculos, única na ilha, e que a ausência da mesma implica um enorme retrocesso e vazio cultural.
- Mais uma vez, apenas são contempladas verbas para as ilhas de São Miguel, Terceira e Faial no que concerne à recuperação dos Parques Desportivos. Consideramos de grande



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

injustiça que as infra-estruturas desportivas existentes na Ilha de Santa Maria sejam na sua maioria da responsabilidade da Autarquia Local.

- Registamos o início das obras de Requalificação do Parque Florestal de Vila do Porto, esperando que as mesmas decorram com a celeridade desejada e que se cumpra na totalidade o projecto anteriormente apresentado.

- Após a remodelação da frota pesqueira da ilha, aguarda-se intervenção urgente na capacidade de armazenamento e escoamento do pescado de forma a acompanhar o dinamismo dos armadores.

- Gostaríamos de perceber se este plano contempla a aquisição de equipamentos complementares, já prometidos, como a grua para o Porto dos Anjos e o Travel Lift para a marina de Vila do Porto.

- Embora se verifique, este ano, uma verba substancial no capítulo da Promoção Turística para Santa Maria, era importante que a aplicação desta verba incidisse especificamente na promoção da ilha e que a estratégia da promoção de Santa Maria seja, efectivamente, parte integrante da promoção Açores.

- Registamos com desagrado uma redução ao apoio à actividade empresarial, sistemas de incentivos, comunicações e áreas tecnológicas.

- Surpreende-nos que após apresentação pública de tão importante projecto por parte do Governo Regional do Açores do Centro de Dia de São Pedro, criando elevadas e legítimas expectativas aos Marienses, não se vislumbre neste Plano qualquer referência à execução do mesmo.

- A verba contemplada no Plano para a construção da Creche e Jardim de Infância em Vila do Porto é manifestamente insuficiente para a sua construção conforme é referido no Plano. Continua este Conselho a discordar da localização proposta para a sua instalação.

- A ausência de políticas locais para o combate à toxicodependência é motivo de grande preocupação deste Conselho, bem como a inexistência de apoios e incentivos ao aumento da Taxa de Natalidade.

- A grande expectativa de transição do património afecto à zona do Aeroporto, não pode condicionar o desenvolvimento das políticas regionais de habitação para esta ilha. Esta situação não pode levar ao adiamento e cancelamento de anteriores projectos, como por exemplo o loteamento das Lombas, constatando-se por isso uma significativa redução de 54% na rubrica da Habitação. Dadas as expectativas criadas seria natural que



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

este Plano já contemplasse verbas para a requalificação do Parque Habitacional da zona do Aeroporto.

- À semelhança do Plano do ano anterior, está novamente prevista uma verba para a remodelação e ampliação do Centro de Saúde. Aguardamos a sua efectiva execução, durante o próximo ano, e registamos a nossa preocupação com a não existência de abertura de concurso para novos técnicos de saúde na referida unidade, nomeadamente nas áreas de Psicologia, Nutricionismo e Fisioterapia.

- Registamos com agrado a verba atribuída para o Centro de valorização orgânica de compostagem e Centro de transformação de resíduos para reciclagem.

- Além da monitorização existente nas situações registadas no deslocamento de massas nos lugares da Maia e Praia Formosa verifica-se com desagrado a não existência de verbas para uma efectiva intervenção nas causas e efeitos.

- Registamos com agrado a continuada aposta da empresa EDA SA na instalação de aerogeradores no Parque eólico da Ilha de Santa Maria.

- É manifestamente insuficiente a verba atribuída para a recuperação e manutenção das Estradas regionais, se excluirmos nesta rubrica a verba prevista para a execução da Estrada da Canada do Campo.

- É urgente a intervenção prometida pelo Governo Regional na Empresa de Transportes Colectivos Mariense.

- Após as sucessivas intervenções no Cais de Ferries de Vila do Porto é inadmissível que a rampa "RO-RO" não funcione, tendo implicações directas na circulação de bens e pessoas.

- Sendo o Aeroporto de Santa Maria uma infra-estrutura concessionada e explorada pela empresa ANA, questiona-se o foco de aplicação da verba proposta na rubrica – Desenvolvimento dos Transportes Aéreos – Infra-estruturas e equipamentos aeroportuários.

Vila do Porto, 26 de Outubro de 2010.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente do Conselho de Ilha de Santa Maria

(José da Ascensão Cabral Branco)

Conselho de Ilha da Terceira

PARECER DO CONSELHO DE ILHA:

Sobre a anteproposta do Plano Regional Anual para 2011, o Conselho de Ilha emite o seguinte Parecer:

- 1) Verifica-se com agrado um aumento de investimento público na Ilha Terceira.

Apesar das dificuldades que hoje existem, insufladas pela crise internacional que atravessamos, é com agrado que se verifica que o reforço do investimento público é uma opção política que se mantém, passando o investimento na Terceira a ser de 158,5 milhões de euros, mais 5 milhões do que no ano de 2010, muito embora tenham sido feitas referências ao desconhecimento do nível de execução de anteriores Planos, o que pode limitar essa apreciação tão positiva.

- 2) Este Plano continua a materializar um princípio muito importante como é o cumprimento dos compromissos assumidos com os eleitores, ou seja, verifica-se que no Plano consta a materialização das infra-estruturas que foram prometidas no manifesto eleitoral do Partido que suporta o actual Governo, tendo o Conselho de Ilha consensualizado um voto de forte desejo de que este investimento previsto possa ser efectivamente executado.

- 3) Em termos de Infra-estruturas, o Plano materializa o inicio de construção, a conclusão e o desenvolvimento de investimentos importantes para a Ilha Terceira de grande reprodutividade e que, nos conferem qualidade, com impacto no desenvolvimento da Ilha.

A saber:

- Centro de Formação do Belo-jardim;
- Continuação e conclusão da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo;
- Recuperação do Antigo Hospital da Boa Nova;

- Conclusão da Escola Ferreira Drumond em São Sebastião;
 - Ampliação da EBI de Angra do Heroísmo;
 - Continuação da construção do novo quartel de Bombeiros de Angra do Heroísmo;
 - Beneficiação e Pavimentação de Estradas Regionais na Ilha Terceira;
 - Cais de Cruzeiros de Angra do Heroísmo;
 - Requalificação do Porto da Praia da Vitória;
 - II Fase de reordenamento da Baía de Angra do Heroísmo;
 - Intervenção na Aerogare Civil das Lajes, no âmbito do Parque de Estacionamento e construção de novo terminal de cargas;
 - Requalificação do Lar D. Pedro V na Praia da Vitória
 - Construção de Lar de Idosos em São Brás;
 - Requalificação do Bairro Habitacional da Terra-Chã;
 - Continuação do Laboratório de Veterinária;
 - Continuação do Parque de Exposições da Ilha Terceira;
- 4) Sobre a ampliação da EBI de Angra do Heroísmo não houve consenso, tendo os Conselheiros do PSD manifestado a sua discordância sobre a referida ampliação, já que ela visa a transferência de alunos da EBI/JI da Conceição e do Alto das Covas e conseqüente encerramento destas Escolas, modelo com o qual não estão de acordo. Os restantes Conselheiros manifestaram-se favoravelmente.
- 5) Apesar de não ter impacto no Plano da RAA, é de salientar com agrado o bom andamento da obra do novo Hospital, infra-estrutura de crucial importância para a Ilha e para a própria Região;
- 6) De realçar, também, o reforço da dotação orçamental, com impacto directo na Ilha Terceira no âmbito do Emprego e Formação Profissional, de mais de 22 milhões de euros;

- 7) É com agrado que se verifica a existência de uma dotação orçamental considerável de 8 milhões de euros para a defesa do património arquitectónico e cultural. Contudo, foi também salientada a necessidade de repor uma verba de 200 mil euros, relacionada com a promoção do turismo de congressos e afecta ao Centro Cultural de Angra do Heroísmo, verba essa que fazia parte do anterior Plano e que não chegou a ser executada.
- 8) É fundamental o que se verifica no Programa Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal para a Ilha Terceira, com reforços consideráveis do investimento público nos projectos de Melhoria e desenvolvimento das infra-estruturas com 23 milhões de euros, na modernização das explorações agrícolas e florestais de 13 milhões de euros e no aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais de 9 milhões e meio de euros;
- 9) Realçar o reforço de investimento público em tão importante sector como é o Turismo, onde nos eixos da promoção turística, oferta e animação turística e investimentos estratégicos há um esforço que ultrapassa os 10 milhões de euros;
- 10) Realçar, também, o reforço de dotação orçamental em tão fulcral área como o sector da competitividade de 10 milhões em 2010 para 13 milhões em 2011, com principal destaque para quase 10 milhões de euros para os sistemas de incentivos e 3 Milhões de euros para o apoio à actividade empresarial;
- 11) Continua a assistir-se a alguma inércia no campo das energias renováveis apesar dos resultados já alcançados no âmbito da energia eólica e do investimento feito na Geotermia.

Finalmente, considera o Conselho de Ilha como muito relevante a subida significativa ocorrida no vector da competitividade da economia regional, bem como o reforço e a melhoria das competências e qualificações dos recursos humanos. Foi dada especial atenção ao fortalecimento da economia e aos recursos humanos, admitindo alguma desaceleração na construção de infra-estruturas, o que parece muito ajustado, nesta conjuntura de forte constrangimento financeiro. Louvável também a preocupação com a

diversificação da base produtiva regional, em especial, a economia do mar e o apoio selectivo ao sector exportador.

Assim sendo, este Conselho de Ilha emite Parecer globalmente favorável à anteposta do Plano Regional para 2011, sem prejuízo dos reparos supramencionados.

Angra do Heroísmo, 11 de Outubro de 2010

O Presidente

António Maio

Conselho de Ilha do Pico

CONSELHO DE ILHA DO PICO

“ ANTEPROPOSTA DO PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2011”

PARECER

O Conselho de Ilha, em reunião realizada no dia 11 de Outubro, no sentido de se pronunciar sobre a anteproposta do Plano Regional Anual para 2011, deliberou o seguinte:

- Manifestar a sua satisfação, pelo facto do investimento total previsto para a Ilha do Pico, comparativamente com o plano de 2010, ser substancialmente superior a este, fazendo assim com que a nossa Ilha, em termos comparativos com os investimentos previstos para as restantes Ilhas do Arquipélago, ocupe novamente o 4.º lugar no panorama regional.
- É também com agrado, que verificamos que algumas obras há muito reivindicadas para esta Ilha, se encontram com uma dotação orçamental, que nos permite acreditar na sua execução. É o exemplo da Escola Básica da Ponta da Ilha, do novo centro de saúde da Madalena, do Ecocentro, da instalação do ILS no aeroporto e do reordenamento do Porto da Madalena.
- Contudo, expectativas existiam em relação a outras obras, consideradas estruturantes para a Ilha do Pico e que infelizmente aparecem neste plano, com verbas muito pouco significativas, sendo o caso do reordenamento do Porto Comercial da Ilha do Pico, aquele que maior frustração deixou, pois existia a expectativa que esta obra tivesse o seu início nesta legislatura, como aliás tinha sido promessa do Governo, tendo este facto, levado mesmo o senhor Presidente da Câmara Municipal de São Roque do Pico, a apresentar um voto de protesto, que foi aprovado pela maioria dos conselheiros, apenas com 2 abstenções. A dotação de uma verba quase insignificante para a Escola Básica e Secundária das Lajes

do Pico, uma promessa que se vem adiando desde 1996, é vista também como um ponto negativo. Salienta-se a falta de vontade política, ao apoio da construção da nova Escola Profissional da Ilha do Pico, esquecendo o Governo também, o contrato ARAAL já estabelecido com a Câmara Municipal da Madalena, com vista à construção da 2.ª fase da Escola Cardeal Costa Nunes. No que se refere ao Quartel dos Bombeiros das Lajes do Pico, não existe qualquer verba para este fim, bem como para a requalificação da Estrada Longitudinal.

O Conselho de Ilha, tendo-se pronunciado ainda sobre outras matérias importantes para a Ilha e não contempladas nesta proposta de plano, pretendeu sublinhar, mais dois aspectos fundamentais:

- A necessidade premente de criar maior oferta de voos directos entre o Pico e Lisboa, solicitando ao Governo que manifeste a sua vontade política nesta matéria, aquando das negociações das obrigações de serviço público, para as ligações aéreas entre o Continente e a R.A.A.
- Manifestar ainda a sua grande preocupação, quanto à redução drástica de verbas (cerca de seis milhões), na medida “ Promoção do Crescimento Sustentado da Economia”, nomeadamente no sistema de incentivos e no apoio à actividade empresarial.

Este parecer, reuniu o consenso unânime dos conselheiros.

Sala de reuniões, 11 de Outubro de 2010.

O Presidente do Conselho de Ilha



Voto do Protesto

Considerando que na ante-proposta de Plano Regional para 2011 a verba prevista para o Reordenamento do Porto de São Roque é de apenas, 9.900 euros;

Considerando que em 2010 estavam previstos 25.000 euros, o que já era manifestamente pouco para o que envolve este projecto, e que nesta proposta nem metade desta verba está afectada;

Considerando que o Porto de São Roque/Porto Comercial do Pico é, desde há muito, o terceiro maior porto da Região;

Considerando as obras que tem vindo a ser feitas em todas as ilhas e em quase todas as zonas portuárias, com investimentos avultados em terminais de passageiros, zonas de recreio e zonas de pescas;

Considerando o abandono a que tem sido votado este projecto e a nossa absoluta incompreensão quanto à prioridade que (não) lhe é dada;

Considerando que o tráfego de passageiros dos navios da Atlânticoline e da ligação entre Pico e São Jorge se faz através deste porto com evidentes consequências negativas e riscos pela confluência de máquinas e passageiros na mesma zona que já causaram grandes acidentes, sendo urgente separar estas duas áreas;

Considerando as recorrentes promessas de obras neste porto e a mais recente – nas últimas eleições regionais – que projectava o lançamento das obras nesta Legislatura;

Considerando que a Legislatura termina em 2012 e que para se cumprir esta promessa seria necessário ter o projecto e os ensaios laboratoriais em execução em 2011;

Considerando que, face ao exposto, as verbas projectadas para o Plano de 2011 são uma completa surpresa e totalmente inaceitáveis.

O Conselho de Ilha do Pico apresenta um Voto de Protesto e apela ao Governo e à Assembleia Regional para que dote o Projecto 19.2.7 – Reordenamento do Porto de São Roque, no Plano de 2011, com as verbas necessárias para a elaboração do projecto e ensaios laboratoriais, de modo a que em 2012 se dê finalmente cumprimento à promessa das obras.

Pico, 11 de Outubro de 2010

O Presidente do Conselho de Ilha,

Conselho de Ilha do Faial

Conselho de Ilha do Faial

Plano Regional Anual - 2011

Por solicitação do Governo Regional dos Açores para os efeitos contidos no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A de 28 de Maio, conjugado com a alínea f) do n.º 1 do artigo 18 do D.L.R n.º 21/99/A de 22 de Junho, o Conselho de Ilha do Faial reunido em sessão ordinária no dia 15 de Outubro de 2010, produziu o seguinte parecer, sobre a anteposta de Plano Regional Anual, para 2011:

1 - Plano Regional Anual 2011

1.1 Aspectos Gerais

A presente análise considerou o reconhecimento das especificidades, dificuldades e restrições do tempo presente e que naturalmente, enquadram e determinam, as opções de investimento a realizar.

O Conselho de ilha entende que, neste tempo de especiais dificuldades, os investimentos públicos devem ser prioritariamente alocados aos sectores estruturantes e economicamente reprodutivos.

Constata o volume de investimento relativo, proposto para a ilha do Faial (67.908.243-8,44% euros), alertando para a necessidade de ter em consideração a execução desse mesmo investimento traduzindo, desta forma, em resultados as intenções de dotação agora manifestadas.

Verifica que alguns dos objectivos do plano transitam de anos anteriores e que outros desaparecem das intenções do Governo Regional sem que tenham sido concluídos, como por exemplo o Campo de Golfe da Ilha do Faial ou o Aeroporto da Horta.

Com o intuito de facilitar a análise do presente parecer, as diferentes ilações sobre os diferentes pontos apresentados, são agrupadas em:

- Aspectos Positivos – Intenções e projectos, presentes no documento em análise, que merecem deste Conselho de Ilha, concordância e aprovação na sua implementação.
- Preocupações Consideradas – Intenções e projectos, tidas em conta, merecendo a concordância deste Conselho de ilha, contudo sendo alvo de dotação financeira, não desagregada ou, considerada insuficiente para a sua concretização.
- Aspectos Negativos – Intenções/Projectos não considerados, ou considerados com dotação manifestamente insuficiente face às expectativas e compromissos assumidos, constituindo desta forma proposta deste conselho, que possam vir a se incluídas, em próxima fase, de Plano Anual para 2011.

1.1.1 - Aspectos Positivos

- Grande reparação da Escola Básica Integrada da Horta;
- Recuperação da Casa Museu Manuel de Arriaga;
- Projecto do novo Matadouro da Ilha do Faial no contexto do 'Melhoramento de outras infra-estruturas de abate na Região';
- Remodelação e ampliação de edifício para criação de nova creche na cidade da Horta;

- Apoio financeiro a sinistrados de 9 de Julho de 1998 decorrente da execução de obras por administração directa;
- Intervenção no Jardim Botânico do Faial;
- Construção de instalações de apoio técnico e laboratorial na Horta da rede de monitorização, informação e gestão ambiental;
- Aquisição de duas novas ambulâncias;
- Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha do Faial;
- Monitorização e alerta de riscos de deslizamento na Ribeira Funda;
- Remodelação do antigo edifício do conservatório;
- Reordenamento e requalificação da baía da Horta;
- Remodelação, Ampliação e Beneficiação de Unidades de Saúde - obras do Bloco C do Hospital da Horta;

1.1.2 - Preocupações consideradas

- Dotação desagregada para os investimentos previstos no parque desportivo do Faial;
- Dotação insuficiente para as obras de recuperação das Termas do Varadouro;
- Dotação desagregada da Comparticipação financeira para as despesas com o pólo da Horta da Universidade dos Açores;
- Dotação desagregada para construção do Centro de Adictologia do Faial;
- Projecto 2.ª fase da variante à cidade da Horta, com inscrição de verba somente para projecto;
- Dotação desagregada para objectivo de intervenção no sector de recreio e de pescas do Porto da Horta;

1.1.3 - Aspectos negativos

- Inexistência de qualquer referencia a intervenção no Aeroporto da Horta, (ao contrário do mencionado no plano 2009);
- Inexistência de referencia relativa à construção do campo de golfe do Faial, (ao contrário do mencionado no plano 2009);
- Insuficiente dotação para a reabilitação de Estradas Regionais, considerando este Conselho prioritário a reabilitação das estradas de ligação largo Jaime Melo/ Alto da Ribeira do Cabo e Largo Jaime Melo/Ribeira Funda;
- Inexistência de qualquer referencia à construção de uma pousada da Juventude há muito anunciada para a ilha do Faial;
- Inexistência de qualquer referencia ao Parque Tecnológico da Ilha do Faial;
- Inexistência de qualquer referencia ao Aquário Virtual, previsto para a reserva do Monte da Guia;
- Inexistência de qualquer referencia relativa ao novo quartel de Bombeiros da Ilha do Faial;
- Dotação insuficiente para a recuperação das Igrejas de São Francisco e do Carmo.

Pls Presidente do Conselho de Ilha do Faial

António da Silva Avilez

Conselho de Ilha do Corvo

**CONSELHO DE ILHA DO CORVO**

9980-024 CORVO (AÇORES) - Telef. 292 590 200 - Fax 292 596 120 - E-mail: cmcorvo@mail.telepac.pt

Ex.mo Senhor
Director Regional do Planeamento e
Fundos Estruturais
Caminho do Meio, 58 – São Carlos
9701-853 ANGRA DO HEROISMO

Sua Referência	Sua Comunicação	Processo	Nossa Referência	Data
			10	12-10-2010

ASSUNTO: PARECER À ANTEPROPOSTA DO PLANO ANUAL PARA 2011.

Informo V. Ex.^a que este Conselho de Ilha aprovou por unanimidade, a anteproposta referenciada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho de Ilha

Fernando Manuel Carvalho Ferreira